

LYGIA ESTÉVÃO DE OLIVEIRA

CAJUÍ

SOCIALIZAÇÃO EM UMA
COMUNIDADE PRAIANA

IMPrensa UNIVERSITÁRIA
RECIFE — 1966

C A J U Í

SOCIALIZAÇÃO EM UMA
COMUNIDADE PRAIANA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
IMPRESA UNIVERSITARIA
Capa de WILTON DE SOUZA

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

LYGIA ESTEVÃO DE OLIVEIRA

C A J U Í

SOCIALIZAÇÃO EM UMA
COMUNIDADE PRAIANA

Imprensa Universitária

RECIFE - 1966



INTRODUÇÃO

O presente trabalho resultou, principalmente, de dados colhidos no campo, nos períodos de outubro a dezembro de 1957 e março a maio de 1958, em pesquisa financiada pela CAPES, como parte prática complementar do II Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural, ministrado no Museu do Índio — Rio de Janeiro, em 1956 e dados posteriores registrados em vários contactos mais rápidos com a comunidade.

O nome Cajui é fictício, guardando o anonimato requerido pela ética metodológica em vigor.

O plano de pesquisa foi elaborado visando especificamente ao treinamento do pesquisador e obedeceu aos critérios de orientação seguidos, no momento, para estudos de pequenas comunidades, tomadas, não como um fim em si mesma, porém, como um meio utilizado para estudos de processos, só entendidos e explicados em relação a um contexto total. Abordando os estudos de comunidade, o fizemos apenas visando ao prisma metodológico, tendo situado as nossas hipóteses de trabalho dentro de uma das normas adotadas para pesquisas nessas unidades sócio-culturais. Como esclarecimento queremos consignar, em linhas muito gerais, o que entendemos por **comunidade**, conscientes das divergências conceituais ainda bastante pronunciadas, máxime, no que concerne à definição de uma comunidade rural. Admitimos uma comunidade como um agregado populacional, habitando um território definido, integrado através de experiências comuns, possuindo um número básico de instituições e tendo consciência de unidade grupal. (Cook, 1938 pág. 27). Assim entendido o problema, o **processo de socialização da criança**, tema escolhido, requereu um estudo enquadrado na orientação funcionalista que viesse possibilitar a sua explicação com base na estrutura da sociedade onde foi estudado e na análise das interações dos vários processos relacio-

nados com o problema equacionado. Além das implicações metodológicas, outros fatores ligados à região escolhida influíram na escolha do tema. Sabemos, por exemplo, baseados nas apurações do censo de 1950, que a população infantil no Nordeste é bastante significativa. A proporção de indivíduos de 0 a 14 anos é, além disso, muito mais alta na zona rural do que na suburbana e nesta, mais do que na urbana.

Em Pernambuco a porcentagem pode ser ilustrada pelos seguintes números: 35,31% nos centros urbanos, 37,92% nas zonas suburbanas e 45,55% nas rurais, atingindo nestas últimas, cifras mais altas do que as da porcentagem verificada na população total, que é de 42,55%.

Pelo fato de pretendermos fazer uma pesquisa justamente em uma zona onde a população infantil é tão avultada, parece-nos importante voltarmos a nossa atenção para os problemas relativos à criança e justificável a escolha, como meio de abordagem antropológica o seu processo de socialização.

Instalando-nos no povoado de maneira permanente procuramos retirar, da melhor maneira possível, os proveitos de uma observação participante bem compreendida, pesando seus lucros e inconveniências.

Florestan Fernandes (1956, págs. 390 a 412), apreciando a validade de tal técnica, adverte que a posição de um estranho em qualquer comunidade deve oferecer garantias do ponto de vista da mobilidade espacial e social, intensificação de convivência com os diferentes tipos e membros da comunidade e a criação de laços de simpatia e de solidariedade. Adianta que a situação do observador participante não apresenta por si mesma nenhuma garantia de que as suas observações sejam penetrantes e vigorosas. Oferece, contudo, tal situação uma perspectiva muito favorável a quem se dispõe a aproveitá-la e tem capacidade para "dar de si como e enquanto ser humano nas situações de convivência social criadas pelas investigações". Acrescenta em sua análise que as posições escolhidas ou conquistadas não possuem intrinsecamente "valor endopático", servindo, entretanto, enquanto ajudam o observador a se lançar no meio social para, com naturalidade, passar a fazer parte da rotina.

No pensar de F. Kluckhohn (1946, págs. 103 a 118), o valor de "querer aprender" e desejar ser instruído naquilo que se ignora é muito importante, achando "ser mais racional pretender que se aprenda mais de alguém que pensa que se quer ser semelhante do que de alguém que desconfia que se está tentando descobrir porque ele é diferente". A ação

simples e natural presidiu, em todo o desenvolvimento da pesquisa a nossa atuação no campo.

Espacialmente conseguimos situar-nos de modo satisfatório, em uma casinha modesta, bastante isolada para permitir uma certa independência de ação sem prejudicar a vizinhança ou chamar demasiada atenção daqueles que, em dado momento, precisávamos manter a distância, ao mesmo tempo que ficamos integrados no grupo vicinal do povoado e não da fazenda.

Como ponto de partida, estivemos sempre conscientes de que qualquer técnica só oferecerá resultado compensador e real quando, ajustada aos problemas propostos, é convenientemente empregada.

O cunho de elemento auxiliar do preparo teórico indispensável a uma boa investigação, com as suas vantagens e desvantagens tão bem caracterizadas por Rose (1954, cap. I) e que procuramos seguir, valeu-nos pelo sucesso obtido em muitas ocasiões, favorecendo-nos uma certa capacidade de reformulação, com a adaptação da técnica a utilizar nas situações concretas com que nos deparávamos.

O aproveitamento dos documentos pessoais foi feito dentro do critério admitido de que as experiências dos indivíduos, em qualquer fase de sua existência têm um certo significado para a explicação de fatos ligados ao social, vindo daí o interesse atual da Antropologia, por exemplo, pelas histórias de vida, enquanto elas possam proporcionar o conhecimento do meio sócio-cultural em que vive o indivíduo dentro do pressuposto de que o indivíduo é em grande escala o que a cultura lhe imprime.

Por outro lado, tivemos cuidado no emprêgo e na apuração dos documentos pessoais dentro do pensamento antropológico que utiliza o método com o propósito de ver o grupo através do sujeito escolhido, levando em conta a interferência da personalidade do indivíduo que sabemos ter certa margem de variação dentro do limite cultural impositivo. Dêsse modo, procuramos chegar a qualquer conclusão, confirmando, na medida do possível, os dados que nos vinham de tal fonte, pela realidade constatável.

Na seleção do sujeito, seguimos critérios apresentados por Florestan Fernandes (1956 ob. cit.) Maria Isaura de Queiroz (1953) e "Notes and Queries on Anthropology", especialmente no tocante à representatividade e aos fatores de ajustamento do pesquisador com o pesquisado.

O levantamento histórico foi utilizado como técnica complementar, tendo sido levantada, tanto a tradição oral,

como compulsados os poucos documentos encontrados com boa base de credibilidade.

A aplicação dos formulários levados para o campo, em número de 7, não obteve o êxito que esperávamos e o trabalho teve sempre de se desenvolver muito lentamente, sem um certo rigor metodológico, com adaptação dos planos previamente elaborados. Girou, principalmente, a dificuldade, em torno, menos da falta de colaboração ou de resistência, do que de uma acentuada incompreensão dos nossos propósitos e de uma liberdade de ação encontrada nos elementos locais, difícil de ser controlada. Tínhamos de agir com tato e quase apanhávamos os dados de maneira informal, através da conversa que sempre surgia, tudo mais em conformidade com o que eles queriam do que com o que estimaríamos que fosse. A precisão de datas não raro era falha e necessitávamos, para aproximar idades ou investigar a cronologia de fatos, procurar marcos de referência conhecidos, o que não apenas dificultava a objetividade da entrevista, como implicava em grande desperdício de tempo. Por outro lado, a articulação das atividades da pesca com as oscilações do mar e a variação do tempo proibiam-nos estabelecer qualquer horário. Uma entrevista podia ser interrompida, sem delongas, ao primeiro sinal de que a maré estava boa para sair com a jangada ou as condições meteorológicas favoreciam a ida ao mar e o "volte amanhã para conversar mais" era ouvido como ponto final irrefutável. Outras vezes um encontro preestabelecido se desfazia ao chegarmos ao local, sem avisos prévios, se uma pescaria tinha sido compensadora e havia muito peixe exigindo urgência no trabalho de sua conservação. Quando o tempo estava ajudando a saída para a lenha ou para a água, a entrevista era relegada ao segundo plano, marcando-se prazenteiramente uma outra. Em face de tudo isso e mais ainda pelos totais reduzidos que conseguimos obter numa estimativa de menos de 300 habitantes, a quantificação funciona apenas com um sentido aproximativo, resultando em porcentagens calculadas, não raro, com dezenas. Dos 7 formulários empregados, apenas 2, o referente à população e o que dizia respeito diretamente à família, foram aplicados em toda a comunidade. Os demais, sofreram o critério da seleção pela amostragem. Contudo, o sistemático registro do Diário de campo esclareceu alguma pequena discrepância notada em dados registrados em um universo cultural reduzido e guardando homogeneidade relativa em seu conteúdo.

Utilizando a técnica da observação participante, admitimos serem as limitações impostas ao investigador muito mais

extensas quando ligadas aos papéis escolhidos por êle, do que àqueles conferidos pelo grupo com o qual é levado a conviver, com propósitos claramente externados, dentro de um esquema explicativo de suas intenções, feito de forma simpática e acessível à compreensão dos indivíduos locais.

Assim sendo, nossa atuação foi de início particularmente favorável, quando nos conseguimos lançar na comunidade como alguém com disponibilidade de colaborar, prestando auxílio na injunção que atravessava, a braços com a "gripe asiática" então se instalando no povoado, em caráter epidêmico. Fomos surpreendidos com a atribuição do papel de "enfermeira" que de logo nos foi conferido. Sem afirmar ou infirmar a nossa posição no grupo, correspondíamos às solicitações, na medida do que nos era facultado, sem nos comprometermos em implicações profissionais profundas, procurando nas ocasiões propícias mostrar que o nosso intuito não era ser enfermeira na comunidade. As perguntas desencontradas de, se nós tínhamos ido "ensinar" a filha do Administrador da Fazenda a aplicar injeção, feita por alguns, e as de, se nós íamos "ajudar" a mesma, foram-nos dando as dimensões de julgamento a nosso respeito ao lado de irem orientando roteiros de investigações. Tudo isso nos foi possibilitando a integração no grupo com a aceitação confiante da maioria e a tácita aprovação do consenso geral. Assim conseguimos como nos diz Kluckhohn (1946), "a participação consciente e sistemática tanto quanto as situações permitirem nas atividades comuns do grupo e de seus interesses, sentimentos e emoções". Por outro lado, sem nos deixarmos envolver em uma situação difícil para nós esboçada na posição de líder paternalista, (o que haviam perdido há quatro anos com a saída do primeiro proprietário da terra), íamos dando negativas formais se assim achávamos indispensável e deixando que êles mesmos resolvessem os seus problemas que imaginavam encontrar solução com a nossa interferência. Dêsse modo, posteriormente, nos conseguimos situar dentro dos nossos propósitos de estudo, atuando então paralelamente como "enfermeira" e recebendo colaboração satisfatória, dentro do que o meio social nos podia dar.

O plano de pesquisa foi elaborado levando em conta a inexistência, na época, de estudos do gênero, circunscritos à região costeira de Pernambuco e a possibilidade de comparação com outras pesquisas já realizadas dentro dos mesmos moldes em outras regiões brasileiras.

Na seleção do povoado, seguimos as exigências metodo-

lógicas, assim como nos interessamos pela caracterização representativa do núcleo pesquisado. Dêsse modo, focalizamos:

- a) limite populacional que permitisse a abordagem funcionalista.
- b) grau de estabilidade demográfica, visando ao tempo de fixação do grupo no local.
- c) identidade tecnológica com a região a ser caracterizada.
- d) uniformidade econômica e social comum aos núcleos circunvizinhos.
- e) semelhança nas fontes de riquezas exploradas.

Cajuí, parece-nos, atendeu às exigências enumeradas e satisfez, com bastante aproximação, os nossos intúitos de pesquisa, propiciando os dados que passamos a expor nos seis capítulos que se seguem. Tentamos, na medida do possível, fazer a análise explicativa do que procuramos investigar.

Conscientemente nos esforçamos para aplicar o que Oracy Nogueira (1952) aconselha em relação às prenoções, cultivando "sistematicamente uma atitude de prevenção em relação às diversas formas de etnocentrismo e a tôdas as modalidades de preconceitos" que pudessem interferir no trabalho.

Seguimos na exposição o esquema dos níveis operacionais apresentado pelo Curso e foi nosso propósito desenvolver as observações, tendo presente, "as relações dos homens com as coisas, dos homens uns com os outros e dos homens com os produtos mentais da vida social", reservando o último capítulo ao problema equacionado, visto em função da estrutura sócio-cultural e econômica, explanada nos cinco capítulos precedentes.

CAPITULO I

A COMUNIDADE

1. Considerações gerais.

Cajui é uma bela praia do litoral norte de Pernambuco. Trouxe até os nossos dias, atravessando os séculos, o ambiente paisagístico típico das antigas praias pernambucanas, onde co-existem o coqueiral e os cajueiros nativos, e que lá se conserva ainda muito puro, em contraste com a maioria de outras, já descaracterizadas.

O processo normal de urbanização decorrente do constante alongamento da faixa costeira, procurada em escala crescente por aqueles que desejam fugir da cidade durante a época da verão, tem condicionado a modificação da nossa paisagem praiana característica e influenciado, em maior ou menor intensidade, as estruturas sócio-culturais encontradas. Em Cajui, até o momento do nosso trabalho (1957-1958), as interferências dos chamados fatores do progresso, como o fácil acesso a centros maiores pela facilidade de comunicação, o rádio, o jornal, etc., praticamente não se faziam sentir. Tudo lá apresentava ainda um cunho de simplicidade e primitivismo. Tôda a atividade do povo estava profundamente ligada ao meio geográfico, dependia da oscilação da maré, da intensidade ou direção dos ventos, modificava-se com as fases da lua e com a seqüência das estações do ano, condicionando, essa trama, o desenvolvimento de um sistema adaptativo, tão ajustado ao meio físico, que levava o elemento humano a viver e a se realizar de maneira semelhante a de povos afastados da cultura ocidental. É quase inacreditável que, apenas distante uma hora e quarenta minutos do Recife, por percurso rodoviário, possamos nos defrontar com um mundo cultural que faz parte do nosso e é tão diverso qualitativa e quantitativamente daquele em que vivemos tão próximo espacialmente.

2. O Município

Cajui liga-se a um distrito composto de quatro núcleos pesqueiros, incluindo a sede, e que por sua vez fazem parte de um dos municípios de maior produção de pesca do Estado, e o maior produtor de lagostas.

Situa-se geograficamente o município focalizado a 7.º — 33' — 40" lat. S. e 35º — 00' — 10" long. W. Gr.

O documento oficial que se conhece como determinante da fundação do núcleo populacional que se transformou na atual cidade, é de 1.º de janeiro de 1570. Refere-se à sesmaria concedida a um colono por nome Diogo Dias. Nessa época, porém, já existia lá uma "data de terras cultivadas", concedida anteriormente pelos donatários da Capitania a um outro colono, com o propósito da instalação de um engenho de açúcar. (Rev. Inst. Hist. de Goiana, Pe., tomo I, 1871, pág. 22), ficando o referido engenho situado mais ou menos defronte do local onde está o município em foco (Machado, M. L. 1912, pág. 43). Segundo Joan Nieuhof, entre 1640 e 1649, possuía 5 ou 6 engenhos de açúcar, explorando ainda o pau-brasil, o gengibre, o algodão e castanhas nativas. Passou a ser município a 15 de janeiro de 1695. Posteriormente teve por duas vezes essa prerrogativa suprimida, sendo reintegrada definitivamente em 1742. Pela segunda década do século XIX era uma das mais florescentes vilas da capitania, possuindo ruas largas, mas não calçadas e um convento de Carmelitas. Sua população era de uns 4 a 5 mil habitantes apresentando intenso comércio com o interior, como nos diz Koster (1942, cap. IV), vendendo sempre nas ruas numerosos matutos que traziam seus produtos para vender e comprar em troca de objetos manufaturados. Nos meados do século XIX, Costa Honorato (1863 pág. 53) consigna duas cadeiras de primeiras letras para o sexo masculino e uma para o sexo feminino, agência dos correios, 33 engenhos, 42 eleitores e 21.220 habitantes.

Atualmente está dividido o município em 5 distritos (IBGE, 1946 pág. 3), possui uma superfície de 739 Km² e pelo censo de 1950 apresenta uma população de 44.926 habitantes, com uma densidade populacional de 60,48 habitantes por Km².

Em relação à Capital, fica a 57 km em direção NN e mantém serviço regular de ônibus com o Recife e outras capitais do Nordeste. Não é servido por estrada de ferro e conta apenas com um campo de pouso para pequenos aviões, em casos extraordinários.

O comércio transaciona unicamente com a praça do Re-

cife. Possui um monumento histórico ligado à invasão holandesa, várias igrejas e um cruzeiro de apreciável valor artístico.

Conta com cartório de registro civil em todos os distritos, 87 escolas primárias, colégios secundários, um hospital regional, agência dos Correios e Telégrafos, um jornal quinzenal, impresso no Recife, um gabinete de leitura, um Instituto Histórico, com uma revista editada desde 1871, um Museu de Arte Sacra, duas bandas de música, das quais uma já centenária, ótimo cinema, sorveterias, hotéis modestos e pavimentação de paralelepípedos nas principais ruas.

Em linhas gerais, essa era a situação do município onde se insere o distrito, ao qual se liga diretamente Cajui, na época em que realizamos a pesquisa.

3. O Distrito

Situado para o norte, limita o Distrito com a comunidade. Mantém regularmente comunicação com o Recife quatro vezes por semana por intermédio do seu único ônibus, dispondo também de caminhões e jipes particulares que, não raro, são aproveitados pelos que desejam atingir à estrada tronco do Estado (Br. 11).

Constitui-se hoje um centro de veraneio procurado por centenas de pessoas, principalmente domiciliadas no Recife e que possuem casa na praia ou alugam alguma para lá passar o verão.

Permanentemente sustenta uma feira semanal sortida apenas para suprir com gêneros de primeira necessidade os habitantes das regiões limítrofes. Funciona a feira aos domingos pela manhã e raramente atinge a parte da tarde. Acompanha o movimento de afluência de veranistas, aumentando ou diminuindo sua apresentação. Com facilidade lá se encontra o feijão, farinha seca, verduras (coentro, jerimum, maxixe, quiabo, alface e algumas vezes repólho e cenoura), goma (polvilho de mandioca), louça de barro, quinilharias de madeira, couro e fiandres, miudezas, cosméticos, cestos, calçados e fazendas baratas. No dia de feira aparece, no mercado coberto, carne fresca de porco e de boi.

Possui um clube social onde se realizam festas dançantes e tem uma bem orientada agência do SESI, com serviços de assistência médico-dentária, social e educativa, escola primária e aulas de corte e artes aplicadas.

A vila não tem calçamento, mas possui luz elétrica, várias mercearias onde se vendem também alguns medicamentos, lojas de ferragens e padarias. Além de escolas particu-

lares, sustenta um grupo escolar. A colônia de pesca, Z-13, tem serviço médico-dentário e uma escola primária para os filhos dos pescadores.

As edificações são muito heterogêneas, mesclando-se os casebres de palha com boas casas de telha, ostentando apra-síveis terraços e grandes terrenos. Nota-se a frequência um tanto amudada de reformas e melhorias das habitações, falando-se constantemente nas propostas recebidas pelos habitantes para a compra de suas casas por preços relativamente altos, externando o propósito de transformá-las em residências temporárias de varaneio.

A principal fonte de renda é a indústria extrativa da pesca, seguindo-se a colheita de cocos e a extração de madeiras, existentes em bons trechos de mata rala.

4. O Povoado

Tôda a extensão costeira que hoje faz parte do município focalizado, foi incluída em zona contemplada com os primeiros movimentos de colonização portuguesa.

De acôrdo com os limites das capitanias, as terras de Cajuí fizeram parte da primeira divisão territorial do Brasil.

No foral da capitania, datado de 1.º de outubro de 1534, onde se encontrava o trecho costeiro em estudo, vimos consignado o seguinte: "Item todo o pescado que na dita capitania pescar não sendo a cana se pagará a dizima a ordem que é de dez peixes um e além da dita dizima hei por bem que se pague mais meia dizima que é de vinte peixes um a qual meia dizima o dito capitão da dita capitania haverá e arrecadará para si quanto tenho dela feito mercê". (Machado, pág. 22).

O fato de entrar em cogitações a questão da pesca desde os primeiros tempos coloniais, a ponto da corôa poder retirar dela certo rendimento, mostra-nos sua importância, pelo menos relativa, da região escolhida, tendo em mira compreender a cultura de uma população pesqueira em área onde a pesca se coloque como um fator de certa preponderância no quadro econômico e na subsistência do grupo a estudar.

Baseando-se em uma certidão do teor "verbo ad verbum" de um documento por pública forma sôbre o patrimônio de Nossa Senhora da Conceição da Igreja Matriz da Freguesia, lavrada em 1889, as terras de Cajuí foram primitivamente propriedade da dita Senhora, conforme um trecho do testamento de Francisco de Tôrres, transcrito no livro compulsado. Nas folhas 3, linhas 8 a 22, lê-se: "Mando que se deem a confraria de Nossa Senhora da Conceição desta Matriz quinze

vaccas parideiras, muito boas, das quais cinco terão crianças fêmeas e um novilho para touro para elas, e um dos negros vaqueiros dos melhores para as guardar; e assim mais lhe deixo os tres outeiros... que tomo na minha parte para neles possão trazer as ditas vacas...”, falando a seguir nas condições testamentárias e mais adiante, depois de um trecho ilegível, escreve-se “negra para servir para mulher do vaqueiro e ajudal-o no mister das vaccas”. Esses dados coincidem com a tradição oral registrada com velho informante que nos disse saber que a doação constou dos outeiros, uma junta de bois e um casal de escravos.

Infelizmente não se conserva a data do inventário, anulada pela péssima condição dos livros que forneceram os dados. Não obstante, na fôlha 6, relacionando o “título das propriedades que hão na dita terra que pertencem a dita senhora”, há: “umas salinas de fazer sal com cento e cincoenta marinhas e seus açudes de recolher agua”, adiantando que “estas salinas foram feitas pelo Tenente Coronel João de Barros Coltinho arrematante das terras nos anos de 1719 a 1720”.

Em outro dispositivo testamentário, o doador determina como deve ser empregado “o rendimento da fazenda”, denominação que ainda hoje perdura.

Desde a época anterior a 1719 era, portanto, o nosso povoado uma “FAZENDA” de uma confraria religiosa que a arrendava e outras vêzes ela mesma explorava, o que se verificou até 1920, quando foi vendida pela primeira vez, já então em poder do Bispado, conforme reza o testamento do proprietário manuseado por nós. Posteriormente, em 1953, foi revendida, situação em que se encontra até hoje.

Utilizando o levantamento histórico como técnica complementar, intentamos, entre outras coisas, o aproveitamento dos dados colhidos, enquanto possam corroborar com a tradição oral para a elucidação de certos problemas sócio-econômicos levantados em face da realidade encontrada, entre os quais estão aqueles que se enquadram em situações ligadas à limitação de atividades em contraste com o ocorrido através dos tempos e as possibilidades naturais oferecidas.

Embora seja a comunidade em estudo um típico povoado de pescadores, seu comêço foi baseado na pecuária, como se depreende da leitura do testamento referido. A agricultura igualmente foi utilizada como fonte de produção, falando-se ainda hoje em tempos de grandes colheitas de jerimum “que saía em barcaças”, em roçados defendidos dos animais por meio de cêrcas, recordando-se até a “cêrca do tempo da Irmandade” feita por um tal Joaquim de Inês que

administrou o trabalho e depois "ficou plantando por lá e vendo os trabalhadores" isso porque "era muito doente e não podia trabalhar".

Do tempo do primeiro proprietário são ainda as estacas que aqui e ali se vêem e faziam parte da sôlta do gado que vivia preso para lá, separado do "gado de leite que ficava no curral".

Outros dizem que a terra lá "é boa, dá tudo e dá bonito", mas o fato concreto é que atualmente nada se planta que possa ser levado em conta de uma rudimentar agricultura ou mesmo de uma plantação incipiente e nem sequer existe gado vacum para fornecer leite à população.

Conquanto essas atividades não se tenham constituído, ao que parece, em fator ponderável na economia local, são ainda hoje lamentadas e lembradas pelos elementos mais velhos da comunidade que sentem a sua falta e falam, com certo orgulho, dos tempos em que elas existiam.

Evidencia-se, desde o princípio, que a variedade de orientação patronal, representada pela ação dos arrendatários, pela administração da Irmandade, pela direção dos proprietários, responsabiliza-se, parcialmente, pelo fato, isso porque, até no presente, muito embora politicamente Cajui seja um povoado com limites territoriais definidos, registrados no IBGE e reconhecido pelo consenso geral, perdura a concepção de propriedade particular, "fazenda", consignada no documento já referido e aceita desde tempos imemorais. Vale salientar que os limites da fazenda não se restringem, apenas, ao contôrnio da nossa comunidade, mas se estendem a outro igualmente bem demarcado grupo populacional reconhecido localmente e que mantém, inclusive, com o nosso povoado certa rivalidade, resultante da consciência grupal de cada núcleo.

Ainda hoje, a autoridade do proprietário é mais acatada do que mesmo a emanada da delegacia do Distrito e quando acontece algum morador "fazer queixa" ao cabo de qualquer incidente havido, antes de comunicá-lo à direção da propriedade, encontra formal desaprovação de todos.

Depende diretamente da Fazenda a autorização expressa para empreendimentos menos vulgares, como sejam reformas de casas, novas edificações, vendas de imóveis e corte de madeira destinada à construção de casas, confecção de currais de peixes, entralhamento de covos. Licenças outras, como para apanhar lenha utilizada na combustão doméstica, cortar varas para cercar quintais, tirar água para todos os fins e usos, apanhar ostras e siris nos mangues salgados e colhêr frutos nativos, inclusive o caju, cuja safra ainda é im-

pressionante pela abundância, estão implicitamente concedidas por uma tradição reconhecida até agora e ainda respeitada.

Em relação às habitações, cada morador pagava na época da pesquisa uma pequena taxa, com um sentido de fóro que atingia por assim dizer apenas ao chão onde estava construída a casa. Isso dá para saberem que a terra não lhes pertence, enquanto que a casa é sua de fato e de direito e se constitui em bem de que pode dispor desde que se comunique o intento à Fazenda e esta concorde com a transação. Quanto ao terreno, independente de ser propriedade da Fazenda, sobejamente reconhecida, pode ser isolado, sem qualquer ônus para o dono da casa, com menor ou maior área e separado do todo pela cerca de varas. No espaço cercado cria com mais sossego suas galinhas, cava sua cacimba para retirar "água de gasto", planta um pé de inhame ou alguma fruteira (romã, limão, manga, as mais comuns) semeia seu calxotinho de coentro ou cultiva sobre jiraus uns olhinhos de cravo, malva-rosa, mangericão, arruda, olecrim ou uma florzinha de fácil cultivo e ervas medicinais conhecidas e aproveitadas na terapêutica doméstica. Não lhes advém, pelo fato de ter um quintal qualquer compromisso para com a Fazenda, nem se consideram donos da área cercada, apenas lhes custa conseguir a licença para cortar as varas e lhes dá trabalho o fazer a cerca.

Sabendo todos que a terra não é sua, palmilham-na sem a menor restrição a não ser o interior do cercado da Fazenda como acontece com o seu próprio quintal em relação aos outros e exploram-na, confiantemente colhendo frutos, tirando água, apanhando lenha. Isso dá a todos uma sensação agradável de estar no que é alheio e sentir-se em casa. É roubo, sim, tirar sem licença qualquer coisa plantada pela Fazenda e por qualquer morador, pescar nos viveiros construídos pelo proprietário. O mais, vamos dizer, pertence a todos.

Analisando a situação do momento no tocante à limitação de atividades, não se encontram maiores empecilhos para se plantar, além do ataque possível dos porcos, criados por eles mesmos ou das cabras de sua propriedade ou pertencentes ao rebanho da Fazenda que transitam livremente durante o dia. Alegam sempre que "não vão plantar para os bichos comerem" e evitar o fato, é óbvio, foge à sua alçada.

Em parte, isso é verdadeiro e vem confirmar a nossa hipótese da variação de orientação patronal condicionando limitação de atividade. Se a Fazenda plantasse, indiscutivelmente procuraria defender sua agricultura do provável

estrago advindo da atuação depredante dos animais soltos e todos seriam favorecidos com a medida, porque, inclusive, teriam necessariamente de criar seus animais presos, podendo imitar as atividades dos proprietários em menor escala, conforme acontece hoje com a criação das cabras.

No passado, é fora de dúvida que o braço escravo se fazia presente e a terra era aproveitada. Sabemos que um senhor de engenho da Paraíba arrendou a terra "pelo tempo de sua vida" e que lá passou 40 anos, aproximadamente, conforme a tradição oral, tendo falecido no dia de 3 agosto de 1890. Os antigos informantes lembram com muita frequência o tempo desse arrendatário e entre outras coisas mostraram-nos os alicerces da casa grande onde morava a família dele e um filho formado em Direito que era quem administrava por assim dizer a Fazenda, porque "êle vivia mais no engenho da Paraíba". Próximo aos alicerces da Casa Grande estão os da senzala "um correr de casinhas de telhas onde moravam os escravos", adiantou-nos um velho informante acrescentando "ainda foi do meu tempo".

Com a morte desse arrendatário passou a terra novamente à direção da Irmandade já depois da abolição da escravatura, sendo dirigida, como é fácil de concluir, de modo diverso do anteriormente adotado, não conforme os interesses de uma família, mas dentro das possibilidades de uma associação religiosa com sede em outro local e necessidades outras.

Finalmente, depois de um período administrativo meio confuso onde falam em vários arrendatários sem muita precisão, firma-se a hipótese da fixação de um novo e último arrendatário que lá pelo ano de 1909 tomou conta da propriedade até quando foi vendida pela primeira vez em 1920, conforme já foi esclarecido.

Ao que nos parece, essas múltiplas modalidades de direção, a extinção do braço escravo, a facilidade de retirar da pesca o necessário para a conservação do núcleo populacional, levaram o povo a abandonar a exploração da terra e voltar-se mais para a exploração do mar, onde menos se tornava necessária a ação interferencial ou protetoral da Fazenda que possibilitava, em outros tempos, as duas atividades.

Aliada a essas hipóteses, há um fator igualmente digno de apreciação e este é o panorama diuturno das lidas do pescador.

Enfrentar o mar em cima de uma desconfortável embarcação, tal como é a jangada, exige do elemento humano um dispêndio de energia e um esforço físico consideráveis. A dependência imediata dos movimentos das marés pelo pró-

prio tipo de pesca exercido, jogando com aparelhagem tecnológica rudimentar e incapaz de superar ou ao menos enfrentar as intempéries, leva o pescador de Cajui a oscilar o seu horário de trabalho de forma desigual tanto quanto à duração, como quanto à frequência. Pesca-se à noite, de madrugada, pela manhã, à tarde, conforme a maré propícia ou o tempo permite.

Em terra, não pára a faina do jangadeiro. Ele precisa dar atenção aos seus frágeis apetrechos de pesca para lhes proporcionar cuidados que resultem em uma possibilidade de maior duração. Abrir a vela para secar, recolhê-la depois, estender a rede, guardá-la, revistá-la, consertar alguma malha partida, dar-lhe tinta, confeccionar quase sempre seus próprios instrumentos de trabalho, tudo isso toma tempo além daquele que deve ser reservado ao repouso necessário à conservação da destreza e da boa disposição para voltar à maré quando a oportunidade se apresentar.

Difícilmente, por tudo isso, pode um jangadeiro se dedicar a outros mistéres que impliquem em atenções contínuas ou demoradas, não ligados à pesca. Em toda a comunidade, apenas um pescador possui hoje pequeno roçado distante de casa que é cuidado periodicamente de acordo com a época do ano. Este queixou-se que precisa ir buscar fora alguém que o ajude, porque "os homens daqui, tirando a pesca, não querem fazer outro trabalho". Assim sendo, ele possui o roçado e solicita a ajuda de alguém que praticamente faz todo o trabalho e é pago por dia de serviço, conforme ele mesmo nos informou. O mais curioso é que se trata de um pescador que pesca sozinho, prescindindo, portanto, de companheiro nas lidas do mar, enquanto que em terra, procura auxílio em companheiro de atividade.

5. Conclusões

Concluindo, o que nos parece irrefutável é que, mesmo admitindo modificações de atividades prêsas às hipóteses levantadas, se constata uma limitação de possibilidades técnico-produtivas na exploração dos recursos naturais, condicionando tão somente o equilíbrio do grupo sem todavia possibilitar o seu desenvolvimento econômico e consequente expansão do seu território ou pelo menos o seu acréscimo populacional.

Há, realmente, em Cajui uma estabilidade demográfica verificada através de, pelo menos, o último século, levando-se em conta os dados colhidos em Costa Honorato (1863, pág. 35) e Saint Adolphe, (1863, pág. 257). O primeiro, de-

pois de localizar o povoado, acrescenta que "possui uma população diminuta" enquanto Saint Adolphe precisa o número de habitantes em 300. Nas estatísticas do IBGE, encontramos uma estimativa de 350 a 400 pessoas, acusando o nosso levantamento em 1958 apenas 257 moradores permanentes, que levam uma vida daquelas que se enquadram nos sistemas sociais de comunidades de "serviços primários" (MC Kensie, 1948, cap. VI), no caso intimamente dependente da indústria extrativa da pesca, só ocasionalmente complementada por outras pequenas atividades.

CAPÍTULO II

O HOMEM E O MEIO (Adaptação à terra)

1. Considerações gerais

Partindo do litoral para o interior, pelo menos 4 zonas distintas que designaremos de PRAIA, AGUADAS, CARRASCO e SALGADO são reconhecidas e exploradas no ambiente físico da localidade em estudo, por aqueles que lá se fixaram, desenvolvendo um sistema adaptativo dos mais ajustados e capaz de lhes proporcionar um ciclo anual de atividades ligadas à subsistência.

Esse aspecto de integração do homem ao meio, ainda conservado em Cajuí com amplitude digna de nota, explica-se pelo relativo isolamento e pela limitação das possibilidades de intercâmbio, o que de certa forma ainda acontece ao nosso povoado. Gioconda Mussolini (1953 pág. 85) acentua com propriedade que "Do tipo de vida fechada em que se desenvolveu com poucos contactos com o mundo de fora ou recebendo dele um mínimo de influências e de produtos por não dispor de meio aquisitivo, resultou um aproveitamento intensivo, quase exclusivo e mesmo abusivo, dos recursos do meio, criando-se por assim dizer, uma intimidade muito pronunciada entre o homem e seu habitat".

Em parte, pela própria situação geográfica e também em virtude de outros fatores ligados diretamente à forma de orientação dos senhores da terra, até 1953 manteve Cajuí maior isolamento do que o registrado atualmente, sendo então todo o seu contacto com o mundo exterior feito por mar, utilizando-se em terra os animais de sela para vencer pequenas distâncias.

Hoje, uma estrada carrossável permite a comunicação mais fácil com a sede do Distrito e com o povoado vizinho, situado ao sul, além de tornar mais acessível a ligação com a sede do Município e com o Recife.

Não obstante, perdura o intercâmbio marítimo, circunscrito a pequeno raio de ação, limitado pela precariedade das embarcações empregadas, que hoje, como outrora, se constituem especialmente da jangada e em casos excepcionais de canoa, ajustadas às condições primitivas da parte litorânea escolhida.

Malgrado os cinco anos decorridos desde a introdução da possibilidade de se usar transporte rodoviário, encontra-se o processo de mudança em fase de início. A importância do caminhão já se faz notar em alguns pontos da estrutura social, com o reconhecimento tácito de sua vantagem para a comunidade, em oposição ao que ocorreu até o seu advento. O desempenho da profissão de motorista aparece como aspiração desejável para a ascensão econômica e é olhado como o caminho certo para melhoria de "status" — profissão que é admirada não apenas pelos homens, como igualmente pelas mulheres e mais ainda pelas crianças, seus adeptos mais entusiasmados.

Contando apenas acidentalmente com a "carona" em algum caminhão que aparece a negócio próprio ou a serviço da Fazenda, aproveitam-na com euforia e proclamam-na aos quatro ventos quando a conseguem. Isso, entretanto, não lhes enseja maiores facilidades para o transporte de seus pertences ou para o que necessitam introduzir no povoado. Resolvem, então, o problema provendo-se do que precisam ou querem comprar em localidades servidas pela via natural do oceano. Assim acontece, p. ex., com o comerciante mais próspero que em lugar de se abastecer na sede do Município, adquire os gêneros para a sua vendinha em uma vila pertencente a outro município, localizado em região costeira, de onde os traz na canoa existente em Cajui que aluga para esse fim ao seu proprietário (o administrador da Fazenda) e que desse modo, em lugar de servir para algum tipo de pesca é utilizada exclusivamente para transporte.

Não se fazendo sentir ainda na estrutura social marcas reflexas da estrada de 1953 (muito embora conforme ficou dito acima, já se conte com o início de um processo de modificação em padrões de conduta locais) observa-se guardar Cajui, como já foi abordado, um ajustamento adaptativo notável que tentaremos demonstrar com a análise das quatro zonas aludidas.

2. A Praia

Focalizando a primeira delas, veremos ser constituída propriamente pela praia e pela faixa de areia solta a lhe

seguir, tôda pontilhada de coqueiros que se espacejam ao se afastarem do mar, para se mesclarem com os cajueiros nativos até lhes cederem inteiramente o terreno.

Nessa área erguem-se as casas da Fazenda e situa-se o povoado. A faixa de habitações se desdobra seguindo a orla da praia, sem profundidade máxime além de uns 200 metros terra a dentro e uma extensão confirmada de pouco mais de três quilômetros.

Para o sul um outeiro interfere na monotonia da planura litorânea, sem, contudo, motivar solução de continuidade no coqueiral, formando barranco, onde o mar quebra solapando as encostas principalmente em agôsto, quando se registra as grandes marés. Sôbre o montículo vê-se apenas uma casinha, a última do povoado na direção sul, seguindo-se a ela um armazem de côco, depois do qual se encontra, após alguns minutos de marcha, outro núcleo populacional, apresentando por sua vez limites territoriais definidos, constituindo-se em povoado tal qual o nosso e circunscrito no contôrnio da mesma propriedade.

Pelo lado norte, limita-se Cajuí com a sede do Distrito, ficando a última habitação distante da linha divisória aproximadamente um quilômetro.

Assim sendo, a localização espacial das habitações guarda na linha costeira territorial do povoado a posição mediana, conservando-se afastada dos núcleos populacionais limítrofes o bastante para possibilitar a verificação fácil da unidade local, com uma bem marcada consciência de grupo sem zonas transitórias ou interferências de vizinhos.

Com vistas ainda à situação física do povoado, constatamos que se vai processando, dentro de curto prazo, a modificação do limite da orla costeira, motivado pelo fenômeno natural do desvio das correntes marítimas e refletindo-se desfavoravelmente na comunidade. Em consequência do avanço das águas sôbre a terra de forma intensiva e rápida, a praia vai ganhando largura, investindo o mar sôbre as habitações que lhe vão ficando ao alcance, e solapando o terreno em tôrno do bloco de raízes dos coqueiros mais próximos até deslocar a cabeleira, deixando-os tombados às dezenas pela praia.

O problema apresenta uma grande significação para os pescadores, tornando-se assunto de conversa quase que obrigatória porque é onipresente e seus efeitos atingem gradativamente as casinhas que se vão enquadrando no raio de ação das marés devastadoras, acarretando prejuízos e criando dificuldades em face de determinações superiores restritivas com referência à construção de novas moradias.

Surpreende saber que algumas cacimbas domésticas localizadas no quintal de antigas residências, hoje encontram-se a poucos metros do mar, como testemunho vivo da crescente investida das ondas.

Também em cima da praia vêm-se árvores, (como acontece com um pé de fruta-pão, situado confronte à casa onde moramos), que estiveram anos atrás incluídas na área de quintais de casas hoje desaparecidas, muitas das quais de pedra e cal, como provam os alicerces que vemos aflorar das areias da praia na maré baixa.

A extensão dos alicerces encontrados e os depoimentos espontâneos de pessoas de meia idade que se recordam de "casas de telha" hoje inexistentes, chegando a nomear cinco e mais em vários sítios, induzem-nos a concluir ter sido o padrão mais alto de edificação, há 50 anos atrás, bem mais numeroso do que é atualmente.

Dentre essas casas melhores, muitas eram de Senhores de Engenho que vinham veranejar em Cajuí, fato demonstrativo de um âmbito social mais vasto do que o presente, restringido apenas aos moradores e aos seus proprietários e seus afins que, ao virem para a praia, são hospedados na "Casa Grande" ou em duas outras situadas dentro da cerca da Fazenda.

a) **Habitacões** — O atual panorama arquitetônico de Cajuí é indicativo do baixo nível econômico de seus habitantes.

As casinhas são, em sua maioria, (68,57%), tóscos casebres cobertos de fólha de coqueiro, muito embora em porcentagem menor (31,42%) existam algumas cobertas de telha, com melhor acabamento das paredes, rebocadas e até excepcionalmente caladas. Distribuem-se por entre o coqueiral, fugindo a alinhamentos rígidos para ficarem a salvo da queda dos frutos, mas guardando, tanto quanto possível, a seqüência em linha que, nem sempre, pode ser considerada uma reta perfeita. Em sua generalidade são isoladas umas das outras por maior ou menor solução de continuidade de acôrdo com a distribuição espacial das palmeiras que as circundam.

De modo geral, a distribuição acompanha o recorte da praia e as casinhas têm a frente voltada para o mar, exceção feita a um grupo de cinco, do qual faz parte a sede da Escola Municipal e é localizado entre a praia e a estrada principal, voltando-se tôdas as frentes para a estrada.

A planta das casinhas guarda uma certa uniformidade constando geralmente de sala de visitas, tomando tôda a largura da casa, uma segunda área dividida longitudinalmente

em duas partes, servindo uma de quarto ("camarinha", como ainda hoje muita gente chama) e outra de corredor de passagem, dando acesso à cozinha e que por vezes é utilizada como sala de refeições. Via de regra a cozinha é menos cuidada e a sua largura é menor do que a do corpo da casa, tendo a cumeeira mais baixa. Em regra o alpendre frontal se faz presente e o corredor aumenta com o número de quartos que varia de um a três, apresentando às vezes divisões correspondentes às dos quartos presentes.

Nem sempre a casa é feita de uma só vez e entre as modificações que sofre posteriormente aparece o aumento paralelo ao crescimento da família, quando surge mais um quarto destinado às meninas.

Do tipo antigo com telhado de duas águas longitudinais, "capa de cangalha" (Castro Faria, 1951), existem no presente apenas duas casinhas, ambas cobertas de telha e a casa grande, já reformada e apresentando agora telhado de 4 águas. Todas as demais, independentes da melhor ou pior aparência, possuem telhado de duas águas laterais, tipo chulé, havendo-as de variados padrões, a saber: cobeitas de telha; telha e palha; palha sómente; paredes de tijolos, rebocadas; paredes de taipa, também rebocadas; idem só parcialmente rebocadas; idem apenas embarreadas e finalmente as que apresentam as paredes feitas de palhas. Sempre que há tratamento misto nas paredes, a cozinha apresenta tratamento inferior. O piso varia entre atijolado, barro batido e como uso mais recente, o cimento, sempre feito parceladamente a começar pela sala de visitas.

Um tipo médio, quanto ao tamanho, pode ocupar uma área de 25 a 60 metros quadrados com a inclusão da cozinha. A altura da cumeeira varia de uns 3,15 m. a uns 4,00 m. e as paredes laterais oscilam entre 1,40 m. a 2,50 m. de altura.

A colocação das portas, de ordinário muito baixas, (1,50 m. a 2,00 m.), e das janelas está condicionada à direção dos ventos e das chuvas, de sorte que, seja qual for a orientação da casa, para o poente ou para o nascente, os vãos laterais são na sua generalidade abertos do lado do norte. Como precaução para amparar o lado sul ou outra qualquer parede que apresente necessidade, usam um anteparo feito de folhas de coqueiro. Quando a frente é voltada para o mar, tem para defendê-la, normalmente, o alpendre com telhado suficientemente baixo para tal. Não se registra pintura nas portas e janelas que apresentam a madeira ao natural.

Conquanto as dimensões da planta das habitações comuns sejam bastantes reduzidas as alturas das paredes forneçam um pé direito muito baixo, dando margem a que as portas

sejam de modo a só permitir muitas vezes o ingresso de um adulto em posição curvada, as casinhas no seu interior apresentam uma aeração satisfatória e de modo algum são abafadas, muito embora a maloria apresente o quarto muito escuro, já que a norma é mesmo não possuir janela para fora. Em Cajui uma vez mais se constata a afirmação de Gilberto Freyre (1936, pág. 196) de que "Pode-se sustentar que o morador de mucambo construído em terreno sêco, enxuto, a cobertura dupla protegendo-o bem da chuva, foi e é um indivíduo mais higiênicamente instalado nos trópicos que o burguês e sobretudo a burguesa do antigo sobrado".

A presença do banheiro é raríssima e quando é constatada se constitui apenas de um quartinho externo, distante da casa e feito totalmente de fôlha de coqueiro. O normal ainda é se tomar banho nas lagoas e "ir ao mato" para satisfazer as necessidades fisiológicas.

O fogão, na sua generalidade, é de barro, para lenha, suspenso do chão por uma armação de madeira, sem chaminé ou com chaminé rudimentar, saindo lateralmente através da parede e não no alto do telhado de palha o que seria perigoso se ocorresse. Nas casas mais pobres o fogão é substituído pela simples trempe, feita de pedras e armada no chão batido da cozinha, sem qualquer tiragem.

Conquanto as habitações, em sua quase totalidade, apresentem características daquelas que se enquadram na conceituação do mucambo (Freyre, DPHAN, Publicação n.º 1) é curioso notar que jamais recebem tal denominação, substituída localmente pela de casebre, casinha, choupana ou simplesmente casa, todos termos de uso corrente.

A exemplo do que registrou Castro Faria em Mato Grosso, (ob. cit. Fig. 14) e de introdução recente, motivada pelo aproveitamento do barro branco removido pelo trator no trabalho da confecção do viveiro da Fazenda, nota-se em algumas casinhas o rebôco feito com argila branca, dando a aparência de caiação, que aparece tão somente como um luxo perfeitamente dispensável utilizado sem frequência pelos mais favorecidos economicamente.

Em face do que foi observado sentimos fortemente como em Cajui opera a necessidade de considerar a casa não como um traço isolado e sim como um complexo emergente das imposições ambientais e condicionado às possibilidades de realização do povo dentro do contorno do meio físico e social envolvente.

Facilitando a retirada da água para os usos domésticos localizam-se nessa primeira zona as cacimbas domésticas espalhadas de maneira desigual, em pequeno número situadas

dentro das cercas dos quintais, algumas consideradas, por assim dizer, públicas e outras reconhecidas propriedade particular, independente de sua situação dentro ou fora do quintal de seu dono.

b) **As caixaras** — Beirando mais a praia vêm-se cabanas descuidadas — tal qual registrou Câmara Cascudo ao sul de Natal (1957, pág. 17) e Costa Pinto na Bahia (1958, pág. 38) — tôdas elas feitas de palha de coqueiro, traço remanescente da cultura portuguesa (cf. com Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, 1955 — 1957, págs. 225 e 252) adaptado ao meio físico local de onde lhe tiram o material de construção. Conhecem-nas pela denominação de "caixara" vocábulo indígena que as tornam, por assim dizer, mais familiar à nossa cultura brasileira. Prestam-se para recolher e guardar os apetrechos de pesca e lá se reúnem os homens em grupos de conversa ou para confeccionar ou refazer implementos de pesca. Geralmente fica próxima da residência do seu proprietário que, apesar de ser reconhecido por todos, não a monopoliza e inclusive durante sua ausência pode ser utilizada por quem mantenha com êle boas relações.

Estas palhoças não possuem divisões internas e variam muito de tamanho, oscilando sua área entre uns 12 a 59 metros quadrados, atendendo à necessidade de sua utilização. A maior delas pertence a um praxeiro que negocia com material de jangada e faz covos para vender, funcionando a caixara como uma oficina permanente onde trabalham os tecedores das armadilhas.

Nas mais das vezes têm as caixaras os lados tapados com paredes de palha de coqueiro, máxime a do lado do sul, sujeita à maior intensidade do vento e mais atingida pela chuva.

c) **O côco:** Nessa primeira faixa, além da exploração do mar pelos vários tipos de pesca, o que focalizaremos em outro capítulo, é mister voltar a atenção para o aproveitamento do coqueiro que acompanha a vida cotidiana do cajuiense sob vários aspectos e de maneiras múltiplas.

Baseados nas determinações da Fazenda, cada qual procura munir-se de um estoque de côcos para poder sempre contar com o seu uso na alimentação diária.

Vivendo no meio do coqueiral que, entretanto, pertence ao dono da terra, não lhes é permitido, é óbvio, tirar os frutos. Não obstante, têm direito a todos aqueles que espontaneamente soltam-se dos cachos e passam, quando no chão, a ser propriedade daquele que os consegue apanhar. Num

ciclo de uns dois meses o mesmo fenômeno se repete e é indicativo da proximidade da nova colheita. Assim, aquele que fôr mais esperto e observador, consegue reunir em casa um bom número de frutos apanhados ao amanhecer, à noite, quando a queda é surpreendida, ou mesmo durante o dia, se coincide sua presença nas proximidades do coqueiro que está "disbulhando", na hora de cair o côco.

Afora esse meio, há uma segunda fórmula que é a aquisição do "côco lascado" e dos "bilros" que são aqueles danificados na operação do descasque ou os pequenos demais para alcançarem bom preço no mercado externo. Os referidos côcos são vendidos pelo Administrador da Fazenda por um preço infimo, apenas para não serem dados e que se coaduna perfeitamente com a baixa possibilidade aquisitiva de qualquer pescador.

Allás, muitos conhecem pelo baque se o côco está em condições de ser aproveitado ou não e muitas vêzes surpreendem-nos diante da impassividade daqueles que assistiam a queda do fruto, daí nos terem informado que "há muitas qualidades de côco". Em primeiro lugar não dão valor ao côco-anão, que "não serve para comida", o leite é fraco. O coquinho, que são aqueles que caem prematuramente, "não serve para nada"; o côco veado, seca demais, "seca mais do contrato"; o côco verde pode ter "muita ou pouca lamuje"; o côco calvo "não dá leite de qualidade nenhuma, é sêco, parte-se êle mas não dá leite, um lado é duro e outro mole"; o côco perorongo, "só tem merda de coruja dentro, suja, preta, aguadia"; o côco pêco "só tem mesmo a casca, não tem casco dentro", externamente é semelhante aos outros; côco comido da lua é "pinicado dentro, metade pegada no casco e metade solta dentro, aquele pó". Além dessas, há outros entre os quais o côco vermelho cujo chá, acreditam, serve de remédio.

Os mais treinados conhecem pelo simples exame externo a qualidade do côco.

Normalmente o côco entra como elemento indispensável na cozinha diária do pescador.

O prato típico usado comumente é a "muqueca", feita de peixe, lagostim, ostra ou camarão, ensopado com leite de côco e usado na única refeição sólida que fazem ao meio do dia e a que chamam jantar. Também o feijão só é apreciado se feito com o leite de côco.

Como requinte de culinária, não raro utilizado para obsequiar alguém que admiram ou para vender de encomenda a quem deseja, preparam a "muqueca de fôlha" feita com ostras devidamente temperadas, levando ainda em mistura

côco raspado e assada no brazeiro, revestida por uma capa feita com dois folíolos de coqueiro.

No café da manhã e da noite dificilmente é encontrado qualquer alimento em que não esteja presente o côco. É corriqueiro o uso do angu, do cuscuz, do mugunzá, pratos feitos com o milho e o côco, usando-se ainda preparar o arroz doce e a tapioca, espécie de beiju feito com o amido de mandioca (a goma) e côco raspado.

Ainda do coqueiro utilizam as folhas para vários fins, sendo o mais evidente o de sua aplicação na cobertura das casas. As casinhas mais modestas apresentam além disso anteparos à guisa de portas e janelas, constituídos de "esteiras" tecidas com duas folhas de coqueiro, esteiras que são ainda empregadas às vezes para cobrir jiraus de estender peixe salgado para secar ao sol.

Além dessas utilizações mais frequentes, lançam mão ainda da folha do coqueiro para canalizar a água da chuva do tronco de uma palmeira inclinada para o depósito que pretendem encher. É uma iniciativa curiosa constituída da simples operação de amarrar um "rabo de palha" (pedaço de folha com folíolos prêso em molho e as pontas voltadas para cima) no tronco do coqueiro na altura adequada à proporção da vasilha que dispõem, de modo a fazer "biqueira".

Tal recurso se adapta satisfatoriamente à resolução do problema da água no tempo do inverno, quando se torna difícil o acesso à zona das aguadas, servindo além disso para a satisfação dos mais exigentes que desejam ter "água branca" em casa, a fim de conseguirem um arroz cozido alvo ou um mugunzá mais bonito.

Aproveitam ainda, principalmente depois das colheitas, as cascas de côcos entulhadas junto ao armazem onde os mesmos são descascados e aquilo que denominam "cangaço", que as crianças e mulheres apanham pelos arredores das casas, em baixo dos coqueiros e é empregado para fazer brasas com que assam o peixe no jirau dentro das casinhas feitas para esse fim e erigidas próximas da casa de moradia ou utilizado no cozimento dos lagostins.

"Cangaço de côco" é tudo quanto fica da colheita e não é aproveitado pelo proprietário. Tem nomenclatura específica a par do nome genérico de "cangaço". Assim, há "cabeça de palha" que são pedaços das folhas que sobram depois de separada a parte aproveitada para a cobertura das casas; "pêlos", a buxa que reveste o tronco próximo dos cachos; "cabeça de boi", a parte do pecíolo que se prende ao tronco até à zona onde a folha é decepada no desfrute; "catemba", a espata; "cangaço de dedo" o esqueleto do cacho, usado

também para varrer os terreiros e "inzemprá" menino; "virote", pedúnculo que prende o cacho ao tronco e ainda o "coquinho" que são os côcos não vingados que reputam de alto valor combustível, assim como as "quengas" dos côcos queimadas também nos fogões.

É ainda sôbre os toros de tronco de coqueiro que conduzem à jangada na praia quando voltam da pesca ou desejam colocá-la na maré. Pedacos maiores de tronco servem para contornar os alpendres, garantindo-lhes a estabilidade do piso e ao mesmo tempo sendo usado como bancos.

Como era de esperar, improvisam, com o que lhes dá o coqueiro, brinquedo para as crianças e que detalharemos no capítulo competente. Com as quengas dos côcos confeccionam conchas para uso na cozinha, colocando-lhes um cabo de madeira.

Uma parte pitoresca do aproveitamento do coqueiro é o uso de um pedaço da ponta da fôlha para "surrar" galinhas com o propósito de fazê-las deixar o chôco. Presenciamos tanto mulheres como homens utilizarem tal recurso na suposição de alcançarem êxito. Outros mais esportivos valem-se de "cobrinhos" feitas com folhosos trançados e que amarraram um em cada asa da ave. "Ela fica doidinha, pega a correr, quanto mais corre, mais se assombra, olha para trás, vê as cobras e quer se livrar delas, correndo sempre, assim esquecem o chôco".

Também existem móveis feitos com a madeira do coqueiro, entre os quais conta-se o confessionário da igreja, aliás com ótima aparência conseguida com o brilho do verniz sôbre a textura larga da madeira. Falam que foi o primeiro proprietário quem mandou vir para o povoado um marceneiro, a fim de fazer tal aproveitamento. Hoje em dia não mais o utilizam.

É ainda na praia que as rendeiras encontram os "alfinetes" de cardo que utilizam nas suas almofadas, valorizando-os mais do que os alfinetes industrializados, quando afirmam ser "hoje em dia difícil o alfinete que não enferruja" e os espinhos do cactus estão livres da influência do ar salitroso.

3. As aguadas

Passemos agora à segunda zona. Como linha divisória entre ela e a que acabamos de descrever, convencionaremos os grupos de cajueiros (já que pela terra adentro eles ainda se fazem presentes, muito embora em número reduzido e formação espacejada), planta que anualmente contribui para

HABITAÇÕES — CAICARA

Prancha I

Foto — 1

Caicara

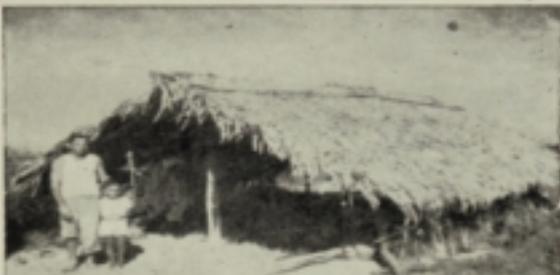


Foto — 3

Frente de casa protegida com ante-
teparo de folhas de coqueiro con-
tra a chuva de vento



Foto — 4

Casa com o telhado do tipo "capa
de cangalha"



Foto — 2

Casa do tipo melhor

Foto — 5

Residência da pesquisadora ("cha-
lé", coberta de palha e alpendre)
Tipo mais comum





Foto 1 — Jangadas e covos



Foto 2 — "Balança de praia" (o homem tira "palheta" de cana brava para fazer covos)

ASPECTOS DIVERSOS

Prancha II

Foto — 3

Trepador de coqueiro



Foto — 5

Vista parcial do campo de futebol



Foto 4 — Trançando a "porta" da casa (os filhos pequenos ao seu lado)

Foto — 6

O esquadrão local



enriquecer a dieta da população na época da safra, caracterizada pela abundância e que geralmente vai de outubro até fins de janeiro.

Voltando à análise da 2a. zona, vemos que a partir das imediações dos limites convenencionados, a vegetação se vai tornando mais verde, representada pelo extenso lençol de capim-assu, do qual fazem vassouras para uso doméstico, para depois se adensar em trechos intercalados de capoeirinha baixa e ensombrada, a qual, uma vez transposta, dá lugar a um espaço que chamaremos das aguadas. Ai, em extensão correspondente, aproximadamente, à da localização espacial do povoado, encontram-se as cacimbas em número de mais de uma dezena, as duas lagoas e os três poços. Dos últimos, que são de alvenaria, antigas cacimbas elaboradas pelo primeiro proprietário, dois fornecem água potável com boa análise e inteiramente inodora, utilizada para beber, não obstante sua cor de âmbar, com ótima transparência, mas aspecto meio estranho para quem a vê pela primeira vez. É chamada "água preta", servindo os dois poços a uns dois terços da população, sendo que os do último terço na direção do norte bebem água de cacimbas naturais selecionadas para esse fim.

Atribuem a cor avermelhada da água aos cajueiros, hipótese que nos parece procedente em face da constituição do terreno observado, isso porque não apenas a água dos poços é assim colorida, apresentando a de tôdas as cacimbas, e até das lagoas espalhadas pela região, igual aspecto.

Possivelmente as raízes, atingindo o lençol d'água, transmitem-lhe a sua cor, e esse, deslizando em terreno arenoso e consequentemente bastante permeável, não facilita filtração capaz de entregar ao solo uma água mais clara. Corroborando nossa hipótese está a cacimba da encosta do morro já mencionado, cuja formação do solo é argilosa, apresentando a nascente boa "água branca", independente de ficar nas imediações de cajueiros.

O que nos interessa, porém, é que há abundância de água em Cajui em contraste com o que ocorre no povoado vizinho, pobre de água, principalmente no verão, muito embora seja a água de lá uma "água branca". Os de Cajui demonstram orgulho quando abordam esse problema, falando com certa pena, outras vezes com desdém, do que acontece aos seus vizinhos, o que nos faz ver que a valorização não está no aspecto do líquido, mas na quantidade de mananciais que possuem e lhes proporcionam tranqüilidade e despreocupação em qualquer época do ano.

As reservas são selecionadas para os vários fins, conhe-

cidos por todos e o desrespeito a essas normas é estranhado notadamente pelos mais velhos que discriminam não apenas o uso como a utilização por sexos, comentando "antigamente havia cacimba dos homens e cacimba das mulheres, hoje é essa anarquia", isso porque ambos os sexos utilizam uma mesma cacimba.

O fato porém é que há, ainda no presente, as cacimbas de beber, as cacimbas de lavar roupa e tomar banho e as chamadas cacimbas de gasto cuja água só se presta para o uso doméstico. Aparece ainda uma hierarquia de valor no julgamento das cacimbas, recebendo algumas apreciações mais favoráveis do que outras. Além disso, a resistência do manancial às condições climáticas tem a sua importância e todos sabem de sobra qual a cacimba que no rigor do verão ainda fornece boa água, o que faz criar uma periodicidade do aproveitamento de cada reserva, aproximando a distância do percurso a vencer no inverno e aumentando-o a proporção que o verão se instala e tem-se de ir mais longe até onde ficam as cacimbas permanentes.

Na estação do estio, essa distância oscila de uns 300 a 500 metros, conforme a posição da casa em relação à água que precisam buscar, exceção feita às cacimbas de gasto, localizadas na primeira zona.

No inverno a zona das aguadas apresenta aspecto diverso do aqui descrito. Tudo fica alagado. A água nos caminhos por entre o capim-assu atinge um nível superior a 30 centímetros. As cacimbas tradicionais ultrapassam o limite máximo de sua capacidade e transbordam, sendo aos poucos desprezadas e passando-se a lavar roupa e a tomar banho nas camboas temporárias criadas pelas chuvas e que interceptam as vias de acesso às cacimbas usadas no verão. Acompanham com interesse o aumento das águas e é com alegria que se comenta ou informa estarem cheias as lagoas ou os poços. Viviam torcendo para que a nossa permanência no campo possibilitasse um banho no "pau caído", depressão de terreno em larga extensão e sensível proximidade da praia, como uma das melhores experiências que nos pudessem proporcionar.

Tudo isso facilita sobremodo o trabalho das mulheres, diminuindo a distância dos mananciais utilizáveis e ensanjando-lhes uma lida nova e menos pesada na fase penosa do inverno, quando têm de enfrentar privações que o fracasso das pescarias acarreta.

O cuidado dos mananciais com a sua indispensável limpeza periódica, se constitui em trabalho coletivo que detalharemos posteriormente.

4. O "Carrasco"

A essa segunda zona, segue-se o "carrasco".

Trata-se de uma porção de terra ou melhor de areia, mais grossa do que a da beira-mar, onde medram os cactos e os arbustos pequenos em muitas irregulares, afastadas umas das outras e separadas pelo areal com vegetação rasteira.

Como elemento decorativo, vêm-se no verão as "mariquitas", mimosa espécie de orquídea avermelhada que valorizam trazendo-as para ornamentar o altar da igreja nos dias de cerimonial ou para oferecer a pessoas de fora, como algo que desperte admiração e interesse.

No "carrasco" encontram-se as frutas nativas e mais agrestes da terra, colhidas na época das respectivas safras que se sucedem em ritmo conhecido, para a satisfação, principalmente das crianças, mas apreciadas também pelas adultos. São o "caboim", o "bêça de nêgo", a "maçaranduba", o "consôlo", o "guagiru", a "ova de bagre", o "mapirunga" o "campineiro" e outros.

Do "carrasco" trazem, principalmente as mulheres, lenha para o fogão, com especialidade a da murta, que dá uma lenha fininha, conseqüentemente de fácil transporte e resistente à combustão.

Atravessando o "carrasco", nos defrontamos com a quarta e última zona a estudar. É uma zona de vegetação mais frondosa a que chamam de mata e, de onde trazem, quando não encontram no "carrasco", as aparas, ou sejam os galhos mais finos das árvores, desprezados pelos cortadores de lenha destinada ao forno de cal do povoado vizinho ou às padarias do Distrito.

5. O Salgado

Confina êsse trecho com o "salgado", onde ficam os mangues formados pelo desaguamento do rio Cajui de mistura com as águas do oceano que penetram com a enchente das marés e se afastam com a vazante.

Este é o espaço mais distante explorado normalmente pela comunidade. Têm-no como um aprovisionador dádivo de que lançam mão se querem variar de cardápio ou quando a pesca marítima está fraca ou falhou, o que pode ocorrer por espaço superior até de uma semana, conforme o tempo reinante.

Lá se vai buscar o siri, apanhado dentro da lama quando da maré baixa, no que demonstram uma habilidade notável, tanto alguns homens quanto a maioria das mulheres.

Como tarefa mais difícil e não enfrentada por todos, está a colheita das ostras dos mangues (*oestra eduris*) encontrada em abundância nos osteiros e dêles retiradas com uma certa perícia, empregando-se para isso uma foice com a qual se vai cortando os "cachos" (que são as partes das raízes dos mangues onde se fixam as ostras) para "despencá-los" fora do mangue ou recolhendo as ostras logo diretamente do "cacho" no mangue para o cestinho, "samburazinho", que levam consigo e é transportado posteriormente no cesto grande que carregam para tal fim. Na colheita das ostras é indispensável um treino regular, conhecimento dos indícios indicativos dos locais de maior frequência do molusco e destreza para não se deixar atolar na lama frouxa ou sofrer um acidente causado pelo corte produzido pelas arestas afiadas das conchas.

Com periodicidade que se instala quando das primeiras chuvas, dizem "com as primeiras trovoadas" de janeiro ou fevereiro, apanham também nos trechos de mangue mais próximos, em locais reconhecidos, para o lado da linha sul das habitações, os gualamuns, que reúnem, quando em casa, nos "caritós" feitos de varas ou com o aproveitamento de um caixote, deixando-os lá ficar por muitos dias, bem alimentados com bagaço de côcos e frutos preferidos, até "cevá-los" para vendê-los por um preço mais alto.

Esta última atividade é desempenhada principalmente pelos meninos maiores, já na fase da adolescência e se constitui, por assim dizer, em um esporte lucrativo.

Complementando as quatro zonas estudadas, está uma várzea situada entre o outeiro anteriormente referido e a parte alagada dos mangues, onde se encontra em abundância apreciável uma espécie de araquá, o chamado araquá da praia que na época da frutificação é grandemente procurado. Na "vage" igualmente se encontram algumas fruteiras cultivadas, tais como mangueiras, que, muito embora não sejam em quantidade capaz de fornecer a abundância que oferece o caju, entra, contudo, nos planos dietéticos da população.

É de notar que a característica tradicional das praias pernambucanas, com os seus cajueirais nativos, hoje bastante inexpressiva em umas e mesmo inexistente em outras, conserva em Cajuí uma punjança acentuadíssima.

Não havendo proibição para a gente do povoado no tocante à colheita ou aproveitamento dos cajus e determinando-se restrições apenas para os que vêm de fora buscar os frutos na propriedade (e que estão sujeitos a uma taxa cobrada pelo vigia das matas), o cajuinse exulta quando começam a florir os cajueiros e madrega na época da frutifi-

cação para trazer para casa a quantidade que deseja, colhida dos exemplares seus eleitos como sejam os que dão frutos mais doces e saborosos.

As castanhas são disputadas, não apenas por todos para serem saboreadas depois de assadas em fogos improvisados nos terreiros, como também pelos meninos e rapazinhos que as utilizam, com enorme satisfação, nos vários jogos de castanha que passam a ser, nessa época, as suas principais distrações.

Como elaboração, costumam fazer o doce do caju quase sempre em forma de massa, havendo, entretanto, casos esporádicos de doceiras que sabem confeccionar as "passas de caju" e o caju em calda.

Da castanha fazem a farinha que se constitui do pó das amêndoas piladas em pilão vertical comum, depois de assadas e de mistura com açúcar e um pouco de farinha de mandioca.

A safra é tão abundante que mesmo vindo muita gente de fora apanhar os frutos, ainda a população e os donos da propriedade se locupletam de porção tão avantajada que causa espanto ao observador.

É esta a quota de vitamina mais ponderável que adicionam durante o ano todo à sua alimentação diária.

Um aspecto de ajustamento adaptativo digno de nota é a multiplicidade de meios que têm para contar o tempo, todos eles postos em funcionamento por intermédio de observações da natureza, jogando com o movimento dos astros e com as oscilações da maré. Para se entenderem, bastam dizer, p. ex., "a lua já estava alta quando êle chegou", "o sol ainda não tinha passado o alpendre", "o galo já tinha cantado a primeira vez", "a maré estava alta", "a barra do dia já estava quebrando" e muitas outras. Com reflexos na vida social do povo estão as fases da lua, já que, quando é "noite parda", ninguém sai de casa sem necessidade e dorme-se cedo, enquanto que nas "noites de lua" as crianças ficam nos terreiros, brincando e as visitas aos amigos e parentes são amiúçadas, havendo maior movimento na comunidade e ficando-se até mais tarde acordado, conversando-se com os vizinhos ou mesmo apreciando a lua.

6. Conclusões

Dentro do contórno descrito, vive o cajuiense sua vida de forte integração ao meio ambiente, desenvolvendo um ciclo anual de atividades que resulta em compensação satisfatória ao esforço dispendido pelos meses afora, buscando em

uma acomodação mais ou menos ajustada às situações resultantes das mudanças das estações do ano, a resolução dos problemas que surgem inevitavelmente e já são esperados numa seqüência um tanto regular.

Conhecedor, pela experiência vivida, cada vez que o tempo muda, condicionando compulsoriamente a sua maneira de atuar em determinado campo de ação, volta-se o pescador para a terra ou para o mar, lançando mão dos recursos primários existentes e dos modos mais aplicáveis ao seu indispensável e oportuno aproveitamento.

Com as suas atividades de inverno e de verão ele sabe perfeitamente o que pode conseguir para a sua subsistência. Se tudo corre de maneira normal, o verão se apresenta como a estação da "safra", quando as pescarias são mais vantajosas e até pode-se amealhar alguns cruzeiros para atender às necessidades que aparecem, sem nenhuma sombra de dúvida, durante os meses de inverno, com as chuvas violentas, seus ventos contrários ou suas calmarias, dificultando ou interrompendo por vários dias, a ida ao mar.

CAPITULO III

O HOMEM E O MEIO (Adaptação ao mar)

1. Considerações gerais

Não fugindo ao caráter de ajustada adaptação do homem ao meio, conforme se registra em relação à terra e foi analisado no capítulo anterior, processa-se toda a exploração do mar em Cajuí, sem qualquer elaboração técnica tendente a superar, com eficiência, as dificuldades ambientes, ensejando maior volume de produção.

Observando-se os vários tipos de pesca desenvolvidos, verifica-se o aspecto rudimentar e bastante primitivo dos procedimentos e aparelhagem, conservados através dos tempos, ainda enquadrados nos padrões tradicionais que se acomodam ao ambiente geográfico e à baixa condição financeira do pescador o que, por sua vez, é em parte uma resultante da limitação dos métodos pesqueiros que empregam. Não há o uso de instrumentos complicados, nem utilizam embarcações motorizadas. Além disso, os pescadores de Cajuí são, na sua totalidade brasileiros, e na sua esmagadora maioria, nascidos no local, em contraste com o que se registra em outras unidades da Federação, onde o elemento estrangeiro está presente, dedicando-se à pesca e sem dúvida influndo na tecnologia vigente na região (ver Estat. da Pesca — Min. Agricultura).

De início foi nosso propósito levantar dados que permitissem determinar generalizações válidas em relação a outros grupos populacionais, enquanto apresentem um sistema adaptativo comum. Isso levou-nos (baseando-nos na variedade de métodos pesqueiros adaptados às condições geográficas de cada local) a procurar o caráter de representatividade do

núcleo em estudo, não em relação às populações dedicadas à pesca no Nordeste ou em Pernambuco, mas apenas àquelas que, se localizando no litoral, estão diretamente sujeitas às circunstâncias vinculadas à presença dos arrecifes.

Segundo Branner "eram os arrecifes originariamente praias de areia, pelas quais as águas dos rios se têm infiltrado, consolidando a areia pela precipitação da cal entre os grãos" (1919, pág. 107).

Idêntica é a opinião de Alfredo Lisboa (1915, pág. 7) quando diz "Esta extensa linha de rochedo é constituída por um arenito que resultou da aglomeração das areias amontoadas e alinhadas pela ação das correntes fluviais e das vagas do mar; aglutinação exercida pela cal proveniente da decomposição de conchas e mariscos".

Desenvolve-se essa formação pelo litoral brasileiro, sendo o seu limite aproximado do Ceará ao sul da Bahia com distâncias variáveis entre mais e menos de mil metros (cf. Schubart, 1944, pág. 14). Em Cajui passa aproximadamente a 5.000 metros da costa (Carta Geológica do Brasil, quadricula N.º 1308).

Dr. Manuel Caetano, em seu criterioso trabalho sobre o assunto, arbitra a largura dos arrecifes "no trecho que abrange a cidade do Recife" entre 20 a 60 metros, acrescentando ser esta largura variável no seu extenso percurso. Anota ainda que "O cimo ou superfície superior dos arrecifes atinge sem jamais ultrapassar, o nível da prea-mar de águas vivas. Daí a sua emergência em tôda a baixa-mar, ocasião em que se tornam, pois, penedias aparentes e visíveis à distância aos navegantes da costa" (1952, pág. 29).

Essa muralha natural cria para o pescador dois ambientes distintos a que denominam "mar de fora", a região de alto mar situada além dos arrecifes e o "mar de dentro" a parte localizada entre a praia e o limite das rochas.

Conhecedor prático dessas particularidades regionais, o homem do litoral do nordeste brasileiro desenvolveu o seu ciclo de pesca procurando adequações locais, sempre com o uso da jangada, a embarcação típica que melhor se adapta à pescaria no ambiente físico a enfrentar e que, desde a época da nossa descoberta até os nossos dias, vem sendo registrada com uma persistência ininterrupta. (C. Cascudo, 1957, págs. 65 a 82).

Esse ajustamento ao meio chega a um ponto tal que, por assim dizer, elegem uma parte delimitada do mar que corresponde mais ou menos aos limites da terra em que habitam, familiarizando-se de tal maneira com a região que sentem dificuldade de pescar em outros locais. Assim é o caso de um habitante de Cajuí que, tendo-se mudado para a sede do Distrito, segundo palavra de um seu irmão, "vem pescar aqui (referia-se a Cajuí) porque lá não conhece o mar e apanha muito nas pescarias e aqui já está acostumado".

2. A Jangada — Jangada grande, jangada pequena.

Em nossa comunidade a única embarcação adotada para a pesca é a jangada, constituída tradicionalmente de seis paus de APEIRA TIBOURBOU, Aubl. (Tiliaceas) — (Le Cointe, Paul, 1945, pág. 232) vulgarmente conhecida no Nordeste pelo nome de "pau de jangada" e na Amazônia pelo de "pente de macaco". Ligam-se êsses seis páus com umas cavilhas de madeira mais dura, apresentando a embarcação resultante dimensões variáveis entre uns 18 a 33 "palmos" (4 a 5 e 7 a 8 metros) de comprimento e uns 6 a 10 "palmos" (1 a 1,50 m e 2 a 3 metros) de largura. Pelo seu próprio material de construção torna-se uma embarcação muito leve que oferece o máximo de segurança, pois jamais submerge, e sua conformação plana, sem quilha, permite as pescarias na região dos arrecifes com maior propriedade do que aquelas mais complexas e eficientes em outros locais.

Com facilidade, diz Otto Schubart (ob. cit. pág. 4), "desliza sobre a superfície áspera e rugosa de um arrecife com mar às vêzes agitado", fato que não ocorreria com um barco de emprêgo e feição diversos.

Pela mesma circunstância ajusta-se a jangada às precárias condições de abrigo que lhe pode proporcionar o seu dono e que não val além de sua permanência sobre a areia da praia, livre apenas do constante baque das ondas e onde pode secar um pouco os paus e a vela para retornar à maré. A subida para terra e a descida para o mar se constituem em processo simples. Fazem-na correr sobre dois rolos de tronco de coqueiro que, finda a sua missão, permanecem, tal qual a embarcação, no barranco da praia sem maiores cuidados.

O equipamento da jangada é sempre muito simples mas preciso, com finalidade específica ao tipo de pescaria que têm em mira realizar.

O custo de uma jangada nova, equipada, fornecido na época da pesquisa pelo praleiro que faz a sua vida negociando com material de pesca, é o seguinte:

JANGADA GRANDE	Cr\$
Madeira, 10 11 e até 12 mil cruzeiros	10.000,00
Vela (2 peças de fazenda a Cr\$ 320)	640,00
Confecção da vela	50,00
Corda para entralhe da vela (2 quilos)	180,00
1 novêlo de fio	12,00
Tranca	50,00
Munheca	10,00
Cêra de abelha (1/4 de quilo)	6,00
Mastro	100,00
Bolina	80,00
Remo (madeira e feltio)	400,00
Samburá	150,00
Desmalhador	80,00
Linha de corso (pronta)	600,00
Bicheiro (pronto)	15,00
Escota	4,00
Ligeira	3,00
Guia de vela	12,00
Aviamentos (banco, espeque, fateixa)	100,00
Feltio da jangada (mais ou menos)	1.000,00
TOTAL	13.492,00

JANGADA PEQUENA

O valor do equipamento em geral se equivale ao da jangada grande, apenas há sensível alteração para menos na madeira cujo preço oscila entre cinco e seis mil cruzeiros e a vela que utiliza apenas 1 peça e meia de fazenda, saindo, portanto, a Cr\$ 560,00.

Se bem que ninguém se dê ao luxo de adquirir um equipamento nôvo de pesca, de uma só vez, a renovação parcial do que possuem é comum e tem de ser feita na base dos preços vigorantes, o que traz compromissos sérios para o dono da armadilha que precisa estar com o seu equipamento em dia, já que a pesca se constituirá em atividade preponderante.

3. Formas de pescarias, aparelhos de pesca

Com maior ou menor freqüência registram-se em Cajul as variedades de aparelhos de pesca do esquema classificatório de Gioconda Mussolini (ob. cit. págs. 87 e 88) que se refere a três categorias principais, a saber:

- 1) os destinados a **ferrar** o peixe (arpão, fisga, anzol, espinhel).
- 2) **rêdes**, divididas em duas categorias essenciais: as de **emalhar** e as de **envolver**.
- 3) **armadilhas**, fixas ou flutuantes.

Da primeira divisão encontramos a **PINDAÚBA** e a **LI-NHA**, ambas utilizando o anzol iscado. Na segunda categoria enquadram-se a **CAÇOEIRA**, no tipo de emalhar e o **MAN-GOTE**, o **MANGOTINHO** ou **MANGOTE DE CAMARÃO** e a **RÊDE DE AGULHA**, tôdas três jogadas em lance para envolver o peixe. Na terceira e última classe ajustam-se o **CURRAL** e 3 modalidades de côvo: o **CÔVO GRANDE** ou simplesmente **CÔVO**, o **COVINHO** ou **CÔVO MIÚDO** e o **CÔVO DE MOREIA** ("amorêia" como chamam).

a) **Curral**: Conquanto pelas imediações existam vários currais, Cajui possui apenas um, diariamente despescado pelo seu próprio proprietário que é também dono de **armadilha** (equipamento de pesca) e mantém um grupo de pescadores a seu serviço. Informou que vai êle mesmo ao curral, porque é tarefa que pode ser desempenhada apenas por um homem e, além do mais, porque sente a necessidade de uma vigilância contínua e reparos imediatos a qualquer avaria que, não atendida em tempo, trará prejuízos maiores.

A verdade é que o curral custava, na época da pesquisa, mais de trinta mil cruzeiros, conforme nota fornecida pelo próprio dono do curral e que passo a transcrever:

MATERIAL	Cr\$
350 mourões de maçaranduba (despontados)	22.000,00
150 cintas	750,00
3.500 varas de maçaranduba	2.200,00
40 feixes de cipó a Cr\$ 45,00	1.800,00
20 feixes de cipó a Cr\$ 40,00	800,00
MÃO DE OBRA EM TERRA	
tecimento do corpo	1.820,00
tecimento da espia	540,00
MÃO DE OBRA NO MAR	
levantamento do corpo e espia	1.090,00
fixação dos mourões (mais ou menos)	1.500,00
TOTAL	32.500,00

Além disso não é pescaria que seja muito familiar e difundida no local, pois, inclusive para "levantar" o curral, necessário se faz mandar vir gente de fora, porque os pescadores da terra não sabem realizar o trabalho, quando muito fazem as "amarrações" do melo, mas não mergulham para amarrar as que ficam dentro do mar, e o fato é que o dono do curral o explora sozinho.

O curral, sendo bem cuidado, dura anos seguidos, sofrendo por véses substituição de partes e consertos de outras. É pescaria permanente, isto é, despescam-no durante todo o ano.

b) **Côvos:** Outras pescarias há, porém, que têm sua periodicidade e dessas a pescaria típica do verão é a de **CÓVO GRANDE**, feita só na época do estio ou como chamam, a safra correspondente aos meses não chuvosos, variando em duração de acôrdo com o inverno mais ou menos demorado. Em média se inicia de agosto para setembro e vai até fins de abril, mês em que vai "fracando" até ser suspensa nos começos de maio pela impossibilidade do despesque em face da mudança do tempo com as chuvas e fortes ventos.

O côvo é um aparelho fixo, feito com a "palheta" que tiram da cana-brava — (Pl. h). — *Gynerium parviflorum* Nees (Gramineas) (Le Cointe, Paul, 1945 — pág. 256) — em tecido semelhante ao da nossa palhinha tradicional de cadeiras. Possui forma constante conquanto varie de tamanho, aumentando ou diminuindo a malha em relação às dimensões do aparelho. Conforme o número de malhas, denominam côvo de 16, de 18, de 20, etc. Os mais comuns são os côvos grandes ou simplesmente côvos, fundeados no mar de fora para a apanha de peixes maiores e lagostins, e o côvo miúdo ou covinho, colhendo peixes e lagostins menores, imobilizado na maré com o auxílio de duas pedras (amarradas no próprio côvo) e despescado por apenas um pescador que utiliza para isso uma jangada pequena.

O covinho "dá todo tempo" quer dizer, usam-no tanto no inverno como no verão, isso porque é uma pescaria do "mar de dentro", menos influenciado pelas variações atmosféricas.

Tecem o côvo sobre um modelo estendido no chão de areia da "caçara" ou no alpendre da casa, confeccionando-o parceladamente em quatro partes, a saber: duas faces iguais, uma inferior e outra superior, chamadas "testos"; uma longa tira que dará a altura e denominam "ilharga" ou "pano de côvo" e a "sanga" funil que se adapta no lado da frente e permite a entrada do peixe. Findo o trabalho de tecitura, resta armar o côvo, o que consiste em juntar os "testos",

costurando a êles, com cipó fino, a "ilharga" que formará os lados. Completando, "entralha-se" o côvo com pedaços de varas finas, a fim de garantir-lhe a estabilidade da forma.

Feito isso, está pronto o côvo para receber as amarras em número de duas. A "amarra de bico", geralmente de "cipó branco", prende-se numa das pontas da frente e nela é amarrada a bóia indicadora de sua localização no mar, servindo ainda para se puxar o côvo para cima da jangada, a fim de despesca-lo. A outra, "amarra de tauaçu", parte da ponta posterior do côvo e prende a fateixa, sua âncora fixadora. Nesta amarra costumam usar o "cipó fogo", dizem que por economia, pois não sendo tão bom quanto o outro, satisfaz e é mais barato.

Para retirarem o peixe fazem a "porteira" aberta a partir da ocasião do primeiro despesque e que é fechada por meio de duas varetas cruzadas sôbre ela.

Indagando porque não adotam para ancorar o côvo o "tauaçu" (*), conforme indica o seu uso no passado o nome tradicional de "amarra de tauaçu", ainda hoje em voga, informaram que, muito raramente a empregam em Cajui, não só porque sua feitura é mais trabalhosa do que a da fateixa, como, além disso, "é trabalho perdido porque o mar de fora é forte e leva êle". Necessário tornou-se então o uso da fateixa, uma pedra sôbre uma cruzeta de madeira, prês a ela por meio de varetas e cipó, com dispositivo tal que permite firmar-se no lagedo onde "engata numa loca de pedra e não sai nem danado".

Isso nos vem demonstrar uma vez mais o caráter de ajustamento dos métodos pesqueiros ao meio geográfico, já que a pesca de côvo grande se desenvolve em plena região dos arrecifes.

Conquanto o preço de um côvo seja alto em relação ao tempo de sua durabilidade, que não excede ao limite de uns três meses de permanência constante no mar, quem pode arcar com a despesa o emprega certo do seu lucro compensador com um produto de pesca de melhor qualidade e de maior preço.

É sem dúvida a pescaria mais dispendiosa e isso leva a uma valorização, não apenas do tipo da pesca, mas também do elemento humano que a ela se dedica. É comum dizer-se "é dono de armadilha, bota côvo" e logo fica bem caracterizada a sua posição no grupo, assim como a do pescador quando é classificado como "pescador de côvo do mar de fora".

(*) Pequeno bloco de calcáreo perfurado.

Durante os 7 ou 8 meses de safra renovam os côvos cada vez que sentem ser necessário, empregando-os no final em número oscilante entre pouco menos e pouco mais de 100, o que representa um investimento de dezenas de mil cruzeiros, sabendo-se que o preço unitário era de uns Cr\$ 200,00 em 1957.

Por se tratar de uma pescaria de espera, o pescador quando muito vai uma vez cada dia despescar os côvos e isso em casos extraordinários, quando há muito peixe. Exemplificando disse um pescador: que no caso de se ter 10 côvos na maré e estar dando muito lagostim, não se pode despescar os 10 de uma só vez, porque a jangada não comporta tudo para levar para terra, então utiliza-se o regime de rodizio e cada dia seguem para o local até o quadro se modificar. O mais comum é despescar em dias alternados e até duas vêzes por semana, conforme o número de côvos existentes e a frequência maior ou menor do pescado.

Na pescaria de côvo emprega-se uma jangada grande, de "33 palmos", equipada com vela, banco, espeque, bolina, remo, vara, tolete, caçadores, samburá, gancho e os cabaços de água e de comida.

Orientam a localização dos côvos no mar pelos pontos visados em terra e que geralmente são, a saber: "ponto norte", "ponto sul" e "ponto de terra", referências que funcionam sincrônicamente até coincidirem por justaposição, dando nesse momento o lugar exato em que deixaram mergulhado o côvo.

De uso menos comum está o côvo de moréia (*Fam. Murrinidae*) (Schubart, op. cit. pág. 7), semelhante ao nosso muçu dos rios e grandemente apreciado. Esse é todo armado com varas muito unidas e ligadas com cipó fino. Possui duas sangas e uma porta de saída circular, vedada por uma resistente rôlha de madeira. É mergulhado, com isca, no mar de dentro.

c) **Rêdes: mangote, rêde de agulha, caçoira:** Das pescarias de rêdes a mais difundida é a de mangote, quer seja o grande, quer seja o pequeno ou de camarão.

Valorizam-na não pelo seu rendimento, mas pela característica de continuidade que oferece através de todo o ano, independente do inverno ou do verão. Processa-se no mar de dentro e reputam ser uma pescaria "mais puxada" do que a de côvo grande, muito embora seja esta mais arriscada por se realizar no mar de fora. Consideram que "um mangote é um pai de família" e êsse reconhecimento leva a maioria a envidar esforços no sentido de conseguir um para si ou

para um filho já em idade de "arrastar camarão na costa".

Como em geral tôdas as rêdes de envolver, apresenta o mangote duas partes principais: o cópio e as mangas, tendo ainda o pé, uma tira que passa na parte inferior, abrangendo o cópio e as mangas, terminando tudo em duas cordas que sustentam o calão, duas varas por meio das quais os pescadores puxam a rêde.

Destinando-se a apanhar peixes que vivem mais na profundidade das águas, o mangote apresenta o entralhe com maior pêso na linha de chumbada e linha de cortiça capaz de permitir o equilibrio da rêde, mantendo-a aberta sem afastá-la do fundo.

A corda utilizada para entralhar a rêde sofre preliminarmente o processo de esticamento máximo, a fim de que não venha depois a encolher e prejudicar o entralhe. Para isso, prendem-na de um coqueiro para outro, passando sôbre uma forquilha entre os dois. Nos meios resultantes colocam pesos para forçar a corda a esticar, deixando-a lá ficar por uns 8 dias ou mais, até que verifiquem estar em condições de ser utilizada.

Varia muito de tamanho o mangote, havendo dois tipos mais frequentes com as seguintes dimensões:

MANGOTE GRANDE — ALTURA: Mangas 120 malhas e Cópio 130 malhas; COMP.: 14 braças e 5 braças; TOTAL: 33 braças.

MANGOTE PEQUENO — ALTURA: Mangas 80 malhas e Cópio 100 malhas; COMP.: 5 braças e 3 braças; TOTAL: 13 braças.

Aproximadamente custava um mangote grande Cr\$ 1.500,00 e um pequeno, Cr\$ 800,00.

Qualquer mangote ocupa dois pescadores no seu lance, o mestre e o proeiro, que se revezam nas funções. Os menores são arrastados, costeando em longa extensão, quando a maré está "sêca", abrindo-se o lance na praia. Geralmente apanham peixinhos miúdos (cambinga), camarões e siris. É pescaria também realizada por adolescentes.

O mangote grande é levado em jangada com equipamento diferente da de cóvo. Normalmente a jangada de mangote tem "18 palmos", não leva banco de sentar, para possibilitar a acomodação da rêde, apresentando apenas a vela, os caçadores, o remo, a bolina, vara, o samburá e o desmalhador, onde escolhem o peixe antes de colocá-lo no samburá.

A pescaria de mangote se processa por meio de lances

feitos da jangada e é circunscrita apenas ao mar de dentro, saindo-se para ela com a maré vazante. Em linhas gerais desenvolve-se da seguinte forma: chegando ao local que julgam apropriado para o lance, param a jangada, fecham a vela e preparam-se para jogar a rêde. Para isso, um jangadeiro cai no mar, segurando o calão e nadando vai firmando-o na areia, de espaço em espaço, puxando a rêde e descrevendo um círculo enquanto o outro jangadeiro vai saltando a rêde do alto da jangada até soltar tôda, quando salta na água e vai fechando o lance até encontrar o companheiro. Feito isso, vão recolhendo a rêde e tangendo o peixe para o còpio, fechando-o em uma trouxa que é depositada sôbre a jangada e de lá são retirados os peixes, postos no samburá e armada a rêde para nôvo lance.

O mangoteiro expedito aproveita tôdas as chances que lhe oferece a maré e geralmente vai mais de uma vez por dia ao mar, pescando tanto de dia como de noite.

Com o propósito de conservar a rêde, principalmente pela particularidade de seu uso intensivo, costumam tingir periodicamente o mangote, aproveitando para isso a casca de um dos três arbustos seguintes existentes no local: o **mangue**, a **ova de bagre** e a **cuipuna** ou **cuicuna**.

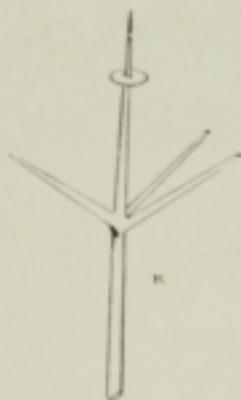
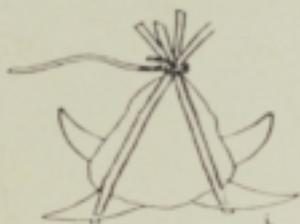
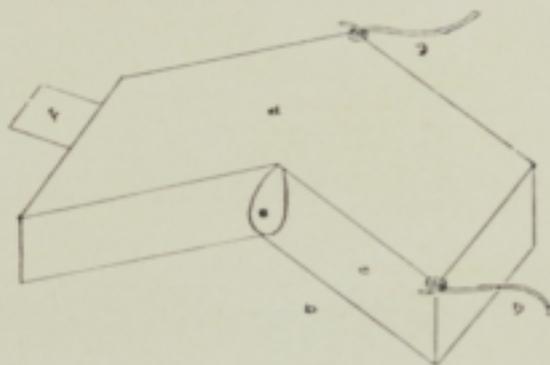
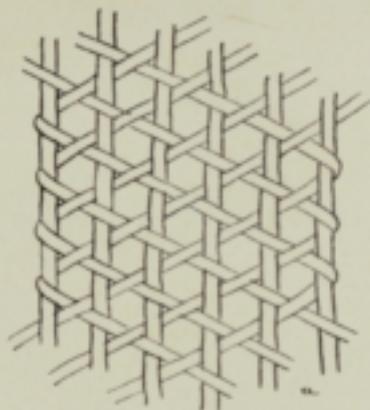
Raspam com faca a casca da madeira madura que é pos'a a ferver em uma lata de querosene com bastante água sôbre um fogo arrumado na beira da praia, usando-se como combustível o "cangaço" apanhado nas imediações. Conseguem por êsse processo a tinta desejada que apresenta, depois de bem fervida, a bonita côr de um vermelho vivo e é derramada, ainda quente, em uma gamela onde vão mergulhando a rêde de modo a ficar tôda ela bem embebida na infusão. Geralmente são necessárias duas latas para o tingimento completo. Usam também outro processo para retirar a tinta que consiste em deixar a casca de mólho durante 24 horas.

Aproveitam sempre as "marés mortas" para dar tinta no mangote, isso para não atrapalhar as pescarias. Não obstante, quando sentem que há necessidade de renovar a tinta, fazem-na em qualquer tempo, contanto que o fio esteja sempre reforçado pelo efeito da tinta.

Processo semelhante é registrado em Portugal (cf. com Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, 1935 — 1937 pág. 253).

Rêde de agulha — Outra variedade de rêde de envolver é a de agulha, confeccionada de maneira que a chumbada seja mais leve do que a do mangote e permita um equilíbrio

ESTAMPA I



a) tecido do ovo - b) forma do ovo - c)ilhargã - - d)tesfo
e)beca da sanga - f)porteira - g)amarra do bico - h)amarra
de touço - i)fatexa - j)touço - k)pinambata

com a linha de cortiça de modo a deixar a rêde flutuante, isso porque a agulha anda em cardume, nadando quase a periferia da água. É "peixe de veia d'água, peixe boieiro", informou um pescador.

O lance é dado de cima de uma jangada grande como as de côvo. Além do equipamento da de côvo, carrega ainda o bote, pequena jangada de 4 paus, usada para puxar o lance, e o isope, pedaço de pano branco amarrado a um pau e que serve para tanger as agulhas para a rêde.

Três são os pescadores utilizados: o MESTRE, que governa a jangada, toma conta do remo e dá ordens ao contra-mestre, o CONTRA-MESTRE que se encarrega da bolina e da vela e o SERRADOR que se ocupa da rêde e do bote durante a travessia.

Chegando ao local propício e logo que avistam um cardume, o mestre dá ordens para largar o lance. O serrador salta da jangada, toma o bote lançando a rêde ao mar e remando em círculo puxando as 95 braças de corda prêsas às mangas da rêde. Concomitantemente a jangada vai "bordejando" em sentido contrário ao do bote, descrevendo também um círculo, até se encontrar com o serrador, quando o lance estará fechado. Fechado o lance, o contra-mestre fecha o pano e recebe a corda que o serrador lhe entrega depois de ter embarcado o bote e subido na jangada, tomando o lugar do mestre e aprumando a jangada rumo à rêde que nesse momento deve estar defronte da embarcação. Enquanto a jangada segue em direção da rêde guiada pelo serrador no leme, o mestre em frente do espeque e o contra-mestre atrás do banco de vela, vão puxando as cordas até se aproximarem da rêde. Quando o lance está completo e a jangada chega perto da rêde, o serrador "atravessa" a jangada e o contra-mestre boia o isope n'água "e fica mexendo" para assustar as agulhas que nadam para dentro da rêde. Com igual propósito, o mestre e o contra-mestre vão batendo as cordas contra a água com as duas mãos ao mesmo tempo que apertam o lance. Quando os peixes se reúnem no cópio, a rêde é puxada para cima da jangada e recolhe-se o produto no samburá.

A pesca de agulha é a mais difícil que realizam e possui seus especialistas conhecidos por todos.

Caçoieira — Ainda na categoria de rêde há, em pequena escala, a pesca com a Caçoieira, rêde de malhas largas, feita com fios de tucum, industrializado e utilizado para apanhar peixes grandes, não envolvendo, mas emalhando. Para

isso, é armada no mar, lá deixada por algum tempo e depois recolhida com os peixes que conseguiu emalhar.

d) Anzol: pindaúba, linha — Registram-se ainda a pesca de linha destinada à apanha de peixes maiores, principalmente a cavala, mas que raramente se emprega. Fazem-na com a jangada em movimento. Um dono de armadilha disse que é uma pescaria que os pescadores fazem "por boa vontade", pois além de depender muito de sorte ainda atrasa a viagem. As vezes quando vão despesçar os côvos, levam a linha na "pinambaba" e de volta soltam-na, podendo fisgar ou não o peixe.

Das pescarias com anzol, temos ainda a mais precária de tôdas que é a da pindaúba, constituída por uma vara a qual se prende em arame com um anzol na ponta e isca de Tamaru (camarãozinho que apanham nos mangues).

Apenas um pescador maneja a pindaúba, utilizando uma jangada pequena equipada com vela, tolete, espeque, caçadores, banco de sentar, bolina, remo e samburá, pendurado no espeque.

Pescam de pindaúba no mar de dentro e usam tal tipo de pescaria ou quando já estão velhos e não podem exercer pescarias movimentadas ou então se o tempo impossibilita pescarias mais rendosas. É por assim dizer um tipo de pescaria complementar.

4. Conservação do pescado

Negociam com o peixe tanto fresco (verde) como conservado (sêco ao sol, depois de salgado ou assado), vendendo-o a um intermediário que às vezes também é pescador; aos proprietários de armadilha que, por assim dizer, são mais capitalistas e comerciantes do que pescadores; ou a "atravessadores" que compram o peixe sêco ou assado.

Todo o trabalho de conservação do peixe é feito de ordinário pelas mulheres, incluindo as meninas e as mocinhas. O peixe miúdo (cambinga), colhido no mangote que venha a medir de uns 20 centímetros para baixo, é "consertado" (retirando-se-lhes as víceras e as guelras), pôsto na "moura", constituída de muito sal e pouca água, deixado de um dia para o outro e depois "estendido", um por um, ao sol, sôbre jiraus às vezes recobertas com "portas" que são esteiras tecidas com a folha do coqueiro.

O peixe para ser assado recebe vários tratamentos de acôrdo com o tamanho ou qualidade. Assim, o Cação é "escalado, feito rebação", isto é, aberto pela barriga, retirada a cabeça, ficando bem delgado e entalado para conservar a for-

ma. Não leva sal porque, do contrário, ninguém o pode comer pelo cheiro desagradável que apresentará.

Outros peixes são apenas "consertados", postos em pouco sal para serem assados a seguir.

Assar peixes é tarefa das mulheres velhas que vão às vészes pela noite a dentro num paciente trabalho de virar e revirar os peixes sobre o jirau, aquecido por um braseiro obtido com a combustão de cangaço. Já o cozinhamento do lagostim exige a atuação de um elemento mais novo e resistente. Dizem que o "bafo" da fervura "ofende" a vista e evitam-no como podem.

O trabalho de "consertar" o peixe é de ordinário desempenhado por elemento feminino da própria família, que vive sob o mesmo teto em regime de cooperação. Mulher, mãe, sogra, filha, ajudam o chefe da casa, dando-lhe um pouco do seu trabalho. Quando não contam com gente de casa, chamam parentas e pessoas estranhas e o pagamento varia segundo a idade. Recebem semanalmente o que lhe cabe, inclusive a mãe ou irmã, assim vivam independentes do pescador que precise do seu trabalho.

5. Formas de Parceria

Funcionando com a variabilidade de métodos empregados para apanhar o peixe, surge o sistema de parceria, com formas diversas de divisão de lucros. Encontramos cinco modalidades, a saber: lucro total, divisão em metades, em terços, em quartos e em quintos, sofrendo ainda cada um deles alteração, quando acontece o dono da armadilha ser pescador, representando ao mesmo tempo capital e trabalho e recebendo por isso mesmo o lucro devido a ambos.

Passemos a detalhar o assunto.

As pescarias que ocupam apenas um pescador, tal qual a de PUNDAUBA, COVINHO e CÔVO DE MOREIA, são as únicas que possibilitam um lucro integral ao pescador, quando este é dono de armadilha. Acidentalmente, se o dono da armadilha a empresta a outro e fica em terra, recebe a metade do produto obtido, surgindo a meação, sendo "um quinhão" do "pescador" e o outro da "jangada".

Em terceiro lugar está a pesca de terça, materializada pela exploração do mangote cujo produto obtido divide-se em 3 "quinhões", um para cada pescador e um para a jangada. Uma modalidade aparece se o dono da armadilha vai pescar, ficando assim com 2 quinhões, o conseguido pelo seu trabalho na cooperação da pesca e o de sua armadilha.

A pescaria de quarta é a de covo grande, sendo a divisão

feita do seguinte modo: 2 quinhões para o dono da armadilha e um para cada pescador. Isso porque dizem ser a pescaria muito dispendiosa e "a jangada tem por obrigação ficar com dois quinhões". Também nesta hipótese, se o dono dos covos pesca, recebe o seu quinhão, além dos dois da jangada, ficando, portanto, com três e o outro pescador com um. Isso, no entanto, é raro acontecer, pois, quem está em condições de possuir tais armadilhas, tem outros afazeres em terra ligados mesmo ao comércio da pesca e não vai mais ao mar.

A pescaria de cinco quinhões é a de rede de agulha que ocupa três pescadores, sendo a divisão feita de maneira a ficar um quinhão para cada pescador e dois para a rede. O mesmo caso do pescador proprietário receber mais um quinhão pelo trabalho no mar pode ocorrer.

Normalmente o lucro do pescador sem armadilha se limita ao preço do quinhão que reunido recebe semanalmente e à "muqueca", constituída por uma porção de peixe reservado para consumo pessoal antes da divisão do produto da pescaria. Destina-se a muqueca exclusivamente ao preparo da alimentação diária e causa estranheza se algum pescador negocia com ela. Se isso ocorre, comentam pejorativamente, "ele é tão bom que até a muqueca vende..." Responsabilidade alguma lhe cabe pela armadilha, além do dever de empregá-la dentro dos moldes adotados que incluem os cuidados com a jangada e as redes, visando a sua melhor conservação. Se no entanto a armadilha sofrer qualquer dano, compete ao seu proprietário saná-lo e mesmo quando isso envolve trabalho do pescador, esse recebe do dono da peça "um agrado".

Com o proprietário de armadilha o caso é diferente. O seu quinhão e o quinhão dos seus pescadores (que é de praxe seja vendido a ele) se constitui em capital movimentável com o qual desenvolve uma industrialização doméstica, preparando o pescado (seco ao sol ou salgado) para vendê-lo posteriormente em outros centros ou no próprio local, por preço mais alto que lhe venha trazer algum lucro.

Todo o produto é avaliado não por unidade, mas sim aos quilos, pesados muitas vezes em rudimentares balanças improvisadas. De uma travessa pendem dois cestos sustentados por meio de cordas pendente da travessa. Por sua vez a balança é pendurada no calbro do alpendre e os pesos são constituídos por algumas pedras de tamanho variado, previamente taradas para vários pesos.

6. Atividades ancilares

Além da pesca, num esforço pouco diversificado e complementar, aparecem as atividades ancilares, constituindo-se a estrutura sócio-econômica de Cajuí dentro da simplicidade característica de uma economia de subsistência, desenvolvida em uma comunidade de "serviço primário" (McKenzie, 1924), com população fixa de 257 habitantes.

a) Comércio: Em primeiro lugar focalizaremos os dois comerciantes de gêneros alimentícios cujas vendinhas pouco sortidas, toscamente instaladas, indicam bem a fraca situação do negócio, face à precariedade do poder aquisitivo do meio.

Não possuem livros para a escrituração de sua casa comercial, nem o município, tão pouco, parece preocupar-se com eles, o que demonstra a ausência de fiscais com o fim de cobrar taxas ou verificar a regularidade do comércio. Alegam que o lucro é tão pequeno e renderia tão pouco para o fisco que lá nem vão os seus representantes. Outros acreditam na interferência do proprietário que, sabendo da situação, age de modo a não pagarem impostos.

O mais abonado avaliou em uns Cr\$ 19.000,00 o estoque de mercadorias que possuía no momento, constante de: sal grosso, sabão, fósforos, candeeiro e seus pertences, óleo comestível, tempêro, querosene, farelo, refrigerantes, massa de milho para cuscus e angu, aguardente, açúcar, leite condensado e algumas latas de leite em pó, maizena, farinha de arroz e de mandioca, café, bolacha, pão (vindo diariamente do distrito), manteiga inferior para vender a retalho, arroz, macarrão, corda, tamancos, abanos, confeitos, lápis, cadernos escolares, por vezes doce de banana e golaba em barras e pouco mais do que isso durante a permanência de elementos da Fazenda no local.

Todo o estoque é geralmente muito pequeno, refletindo o fato o comentário do comerciante mais forte, quando da nossa despedida: "ora, a senhora já vai embora?" e eu que tinha comprado estes guaranáns pensando na senhora", isso porque eu era uma boa freguesa de refrigerante.

O outro comerciante era ainda mais fraco e o seu nível de vida econômico não diferia do nível de vida dos pescadores mais pobres, enquanto que o mais próspero se podia enquadrar entre o dos donos de armadilhas.

Ainda explorando o comércio figura um elemento feminino que, trazendo do Recife fazenda, miudezas, comprimidos analgésicos e algo mais, por encomenda, negocia, como

ambulante, na comunidade, em um outro povoado situado ao sul e na sede do distrito.

Esta informou ter movimento de uns Cr\$ 80.000,00 com lucros variáveis, suficientes para o seu sustento e o de sua mãe viúva.

Do povoado leva, para vender no Recife, rendas de bilro que adquire dos elementos locais.

b) Material de pesca: De iniciativa de um elemento chegado há alguns anos da Capital e hoje casado com uma cejuiense, registra-se o comércio com material de pesca, sem muita integração com o grupo, já que raramente os produtos ou a matéria prima que vende são colocados na comunidade.

Confecciona côvos, tendo a seu serviço três tecedores (sendo dois meninos), todos do distrito de onde vêm diariamente para trabalhar.

Recebe encomendas não apenas da zona pesqueira do município, como também de locais pertencentes a outro município, de onde lhe vêm buscar, por via marítima, os côvos tecidos, para arma-los onde residem.

Não sendo sequer alfabetizado, pouco nos soube informar acerca do movimento financeiro do negócio, guardando além do mais uma certa posição de reserva para conosco, tal qual acontece em relação ao grupo, com o qual confraterniza muito pouco, sendo tido como pessoa inamistosa pela maioria dos habitantes.

De qualquer maneira todos sabem que, num caso de emergência, podem comprar-lhe algo que necessitam urgentemente.

Aparenta ser um dos habitantes que levam a vida sem grandes aperturas. Mora na melhor casa do povoado, pertencente à mulher por herança paterna, mantendo-se de modo a não sugerir uma curva financeira descendente.

Ainda com referência à confecção de côvos, registramos o fato dela aparecer como atividade alternada com as pescarias. Isso nos ficou bem claro, quando certa vez um pai velho e um tanto lamurioso comentou à chegada de um filho já casado que trazia consigo 4 covinhos tecidos: "isso não é trabalho pois, quando muito rende, rende Cr\$ 50,00 por dia" ao que o filho esclareceu que fazia os côvos nas horas vagas, portanto tudo quanto ganhasse, seria lucro.

c) Aproveitamento da Tartaruga: Como atividade auxiliar, baseada no aproveitamento de um produto natural colhido acidentalmente, citaremos ainda o emprêgo que fazem.

da carapaça da tartaruga do mar, apreendida quando vêm à praia na época da desova.

Um único indivíduo, que negocia com pescado no Recife, compra aos praleiros, levando para vender na Capital, os cascos dos quelônios utilizados no fabrico de pentes e objetos de adorno. Cada carapaça é adquirida na praia, já devidamente limpa, a razão de Cr\$ 500,00 ou pouco mais, lucro de ordinário dividido por dois, porque o trabalho de transporte do local do achado para a casa do pescador e a retirada e preparo do casco para a venda, ocupa dois indivíduos. Uma partilha interessante anotada, distribuiu o lucro da venda em três partes, a saber: Cr\$ 250,00 pra cada homem, como de costume, e Cr\$ 50,00 para uma velhinha que assa peixe e foi quem encontrou a tartaruga e avisou ao praleiro.

O elemento que negocia com as carapaças também confecciona dedeiras para violão que vende em uma livraria da Capital. Molda-as em água quente, utilizando ainda na fatura uma serrinha de mão e o canivete. Para lixar a peça, dando-lhe acabamento, usa as folhas murchas do "cajueiro bravo", planta nativa no local e que reputa ser melhor para o trabalho do que qualquer lixa de madeira, por mais fina que seja.

d) Atividades ligadas à Fazenda: Outra possibilidade de se ganhar a vida é ser empregado da Fazenda que, aliás, mantém um pequeno corpo de auxiliares fixos, formado pelo Administrador, pela Zeladora da Casa Grande, pelo Vigia da Mata, pelo Vigia da Fazenda e pelo Encarregado da Cocheira, além de uma turma variante de trabalhadores, alguns atuando periodicamente apenas no tempo da "colheita", quando desfrutam os coqueiros, o que ocorre de cinco a seis vezes no ano.

O pessoal da Fazenda não se destaca financeiramente, mantendo um nível de vida equivalente ao dos demais habitantes do povoado.

COLHEITA — No serviço da colheita, exceção feita àquele que é desempenhado pelo "trepador", são aproveitados alguns elementos locais como "ajuntadores", "carregadores", "ajuntadores de palha" e, principalmente, como "descascadores", sendo estes últimos, na sua maioria, pescadores que alternam com essa atividade em terra sua faina no mar.

Os "trepadores" são trabalhadores ambulantes que atendem a colheitas de várias propriedades. No momento da pesquisa nenhum deles era de Cajui.

A tarefa dos "ajuntadores" é reunir os côcos tombados, destacando-os dos cachos com uma foice e entregando-os aos "carregadores", via de regra meninos ou adolescentes que transportam (montados em animais de sela), do local do desfrute para os "armazens de côco", os frutos colocados em dois caçuais.

Aos "ajuntadores de palha" compete ir colocando as fôlhas, cortadas pelos trepadores, em montes de 100 cada um, destinados a facilitar posteriormente a venda das mesmas.

A ação dos "descascadores" é posterior, quando, finda a colheita, vão preparar os côcos para a exportação realizada por meio de caminhões dos próprios compradores. Utilizam a foice no trabalho do descasque com habilidade e destreza admiráveis.

A fôlha de pagamento da colheita é feita na seguinte base:

TREPADOR — Cr\$ 1,00 por pé de côco desfrutado (normalmente sobem em 100 a 150 por dia).

AJUNTADOR — Cr\$ 30,00 por dia.

CARREGADOR — Cr\$ 18,00 por dia (trabalho de menino ou adolescente).

AJUNTADOR DE PALHA — Cr\$ 20,00 por dia.

DESCASCADOR — Cr\$ 11,00 por cento de côco descascado (base 300 a 1.000 por dia).

Além disso, o trepador e o descascador têm direito, cada um, a 2 côcos por dia, na época da colheita, e os ajuntadores e os carregadores, apenas 1, em idênticas condições.

Outra atividade dependente da colheita e que se alterna com as pescarias é o processo de "abrir palha" que consiste em virar os folíolos tocos para um lado, a fim de permitir o emprêgo das fôlhas já sêcas nas coberturas das casas. Ganham Cr\$ 25,00 pelo cento de palhas abertas para o Administrador (a quem pertencem tôdas as palhas da colheita) e Cr\$ 30,00 pelo cento que abrem para pessoas não ligadas à Fazenda.

e) Atividades femininas: Ao lado das atividades masculinas remuneradas desenvolve-se o trabalho cooperativo da mulher, com feição puramente auxiliar e sempre encarado pelo homem na base de um insignificante resultado financeiro.

Nos intervalos dos afazeres domésticos e cuidados com

os filhos, tôda a mulher executa qualquer coisa para ganhar dinheiro que o marido teóricamente faz questão de não tomar contas, havendo mesmo uma distinção definida entre o dinheiro do chefe e o ganho pela mulher, que é referido sempre como sendo "o dinheiro dela, para ajudar a se vestir".

Socialmente espera-se que o homem normal trabalhe e ganhe o suficiente para manter a família, sendo dêle o encargo de prover o lar daquilo que acham indispensável à sua condição social. Na prática, contudo, não raro a feira é "interada" com o ganho da mulher e às vêzes até com o dos filhos. Rende-se à evidência o marido, concordando na cooperação, não em face de reconhecer insuficiente o que consegue, mas justificando o fato com a "carestia da vida".

Não há uma atividade feminina que seja reconhecida como mais proveitosa ou melhor remunerada.

Conforme a aptidão de cada uma ou a facilidade que lhe é ensejada pelo menor trabalho doméstico ou circunstâncias outras (ligadas ao seu círculo de relações de amizade ou à sua simpatia pessoal) que lhe propiciem esta ou aquela atividade, a mulher em Cajuí se vai realizando num ou noutro campo de ação ou em vários alternados, contanto que possa dispor do "seu dinheiro".

A tarefa mais comum, logicamente, é a da conservação do pescado, já descrita linhas acima.

Recebem semanalmente para consertar os peixes a importância fixa de Cr\$ 20,00, isso independente do volume ou da frequência das pescarias realizadas pelos pescadores que lhe dão trabalho. Além dessa mínima remuneração em dinheiro, levam a sua "muqueca" tal como os pescadores, podendo ainda lançar mão dela para venda, aumentando dêsse modo o seu "ganhame", já que não têm por norma utilizá-la na sua alimentação ou na alimentação dos seus, cabendo ao homem tal incumbência.

O cozinhamento do lagostim obedece a outro critério de pagamento, resultando em apurado variável já que pagam a razão de Cr\$ 0,50 o quilo do lagostim cozinhado. Pelo cento do peixe assado recebem Cr\$ 20,00.

As meninas que ajudam a consertar peixes recebem de quatro a cinco cruzeiros por semana.

RENDA DE BILRO — Dando sentido ao ditado português que reza "onde há rede, há renda", aparece a rendeira em Cajuí com uma frequência impressionante. Normalmente, tôda mulher que ainda tem vista regular e quase tôdas as meninas a partir dos 6 a 8 anos, possuem sua almofada e dela fazem uso efetivo. Funciona a renda como entreteni-

mento que traz algum lucro financeiro, procurando-se despertar nas meninas o interesse pelo seu cultivo desde muito cedo. Não se faz renda para de seu lucro retirar o sustento, mas para empregar o tempo vago, visando a amealhar "um pedaço de dinheiro" para eventuais.

Conforme a largura, a complexidade da trama e a qualidade da linha empregada varia o preço da renda, valendo o metro desde Cr\$ 5,00 a Cr\$ 35,00 e excepcionalmente até mais, isso com a linha da própria rendeira, mas se a freguesa encomenda e fornece a linha, o preço de uma mesma renda baixa, descontando-se sem norma fixa, mas com muita honestidade o valor da matéria prima recebida. Com paciência e constância juntam meses seguidos o apurado da renda para comprar algo que desejam para si ou para alguém e que excede em valor às possibilidades normais de vida, tal como sejam um vestido melhor, um sapato mais caro, um bonito qualquer ou uma utilidade desejada.

f) Outras atividades: Mais um trabalho auxiliar, remunerado, que aparece sem grande freqüência é a confecção de rédes de pesca, executado também pelos homens, sendo neste caso quase sempre para uso próprio.

Paga-se por uma braça tecida de 120 malhas, (o dono fornecendo o fio) Cr\$ 35,00. Por uma braça de 100 malhas, Cr\$ 25,00 e Cr\$ 3,00 pela de 25 malhas, em idênticas condições da primeira.

Ao lado dessas atividades, registra-se a criação de galinhas com o propósito de negociar com os ovos e com as aves. Muito raramente utilizam ovos ou galinhas na sua alimentação, sendo que a maioria não gosta mesmo de ovos.

Quando podem arcar com o trabalho ou a despesa, criam também um porquinho ou uma ou duas cabras com o propósito de vender os produtos. Reconhecem ser muito dispendioso manter um porquinho até que atinja a um desenvolvimento capaz de trazer compensação financeira com a sua venda; mas, justificam tal despesa alegando que "estão juntando dinheiro", já que vão gastando um pouquinho diariamente e quando vendem o leitão recebem de uma vez uma quantia grande que dá para fazer face a algum extraordinário.

Todo esse trabalho de criação é tarefa da mulher, podendo o homem esporadicamente auxiliar, sendo o resultado financeiro, porém, encarado como "dinheiro dela" e não dele.

Terminando a enumeração das atividades femininas remuneradas mais comuns, consignaremos a costura, desem-

penhada apenas por três elementos da comunidade, sendo todo o trabalho feito em máquina de mão.

O preço da confecção é sempre muito baixo. Poucas dezenas de cruzeiros pagam o feitiço de um vestido de mulher ou o de uma camisa ou calça de homem, sendo a costura infantil ainda mais barata, não apresentando modelos complicados ou requintes de técnica.

7. Economia

Do exposto com referência ao sistema de parceria vê-se que a organização econômica é representada pelo capital e trabalho conjuntos, como no caso da pescaria por conta própria e pelo capital de um lado e o trabalho do outro, havendo assim o dono da armadilha personificando o empregador e os pescadores entrando com o seu trabalho, representando o empregado.

Todavia, jamais se considera empregado qualquer pescador. Tratam-no sempre por "pescador de fulano" ou de "seu fulano". Enquanto isso o pessoal da Fazenda que exerce a atividade na colheita ou nos vários misteres ligados à organização da propriedade, são chamados "empregados da Fazenda" sem demonstração de qualquer menosprezo e às vezes até com certa valorização. Alguns mesmo desejam ser "empregados", muito embora como pescadores possam fazer mais, isso porque alegam que a pescaria "dá hoje, amanhã não dá e o emprêgo é para todo o tempo".

O que nos parece, entretanto, é que há entre os pescadores uma certa igualdade niveladora nascida mesmo da própria qualidade de serem todos pescadores, viverem da pesca ou antes terem pescado. Essa necessidade de complementação diversificada que um tem do outro apresenta-os como interdependentes, ligados por um interesse comum e como tal, semelhantes, enquanto que com o proprietário o fenômeno é muito outro, os interesses são diversos, desaparecendo o sentido de cooperação para aparecer o de sujeição — daí a separação de classes.

Em face da variedade de formas de pesca empregadas não poderia deixar de surgir uma certa consciência de especialização que limita a operosidade do elemento humano, nem tanto pela incapacidade de abranger vários ou a totalidade de métodos conhecidos, mas, principalmente, pelo fato da formação do hábito funcionar não raro como fator limitativo.

Alguns pescadores restringem-se apenas a uma ou duas pescarias e a elas se dedicam inteiramente.

Outros lançam mão das especialidades de que dispõem, conforme sua capacidade de aprendizagem ou o seu esforço de realização, para desenvolver um ciclo de atividades mais compensador.

Em número mais reduzido estão aqueles que se adestram em tôdas as pescarias e em consequência estão em melhor condição para solucionar os seus problemas econômicos pela utilização da forma de pesca mais adequada ou acessível no momento.

Certo informante, enquadrado nesta última categoria, comentou que muitos pescadores sofrem mais nos meses difíceis, porque podendo, deixam de lançar mão, por comodismo, de pescarias permanentes, tal como a de covinho que não é tão dispendiosa e ajuda muito, já que sua técnica prescinde de parceiro.

Malgrado o esforço dispendido para determinar as cifras salariais e a renda obtida com o capital movimentável, nada de realmente positivo nos foi dado apurar.

A dificuldade de levantar dados passíveis de uma boa análise se fazia sentir a cada passo. Jamais precisam sequer o ganho semanal, alegando sempre a oscilação dos lucros, paralelos às alternativas das pescarias.

Um dos três donos de armadilhas mais abonado (pois inclusive, já possui um sítio com fruteiras fora do local) informou não saber dar notas certas sobre as pescarias, apenas sabia "que dá lucro, porque se não desse, se procurava outra vida".

O mesmo informante assegurou convicto que "o pescador não tem mais porque não tem contrôle, gasta o que ganha e gosta de liberdade, quer ser livre, pesca quando quer, quando não quer, não vai a maré".

Apenas uma relação de pescaria de côvo e de rede de agulha nos foi fornecida por um indivíduo mais moço, casado com o elemento mais letrado da comunidade que esteve interno em um colégio na Sede do Município, cursando até o segundo ano ginasial. Disse ter suas despesas tôdas anotadas e gostar muito da pesca que para êle compensa, se o pescador leva uma vida equilibrada. Começou com um mangote comprado com o dinheiro que economizou, quando trabalhava no caminhão de transporte da Empresa de Pesca com sede no Distrito. Andou trabalhando na Capital, mas por fim achou melhor voltar a Cajui e ser pescador como os seus avós foram. Hoje, com uns trinta anos de idade, vai-se projetando bem social e economicamente no povoado.

Suas notas abrangem a safra de 1957-1958, durante a qual realizou 78 pescarias de côvo, com produção máxima de

Cr\$ 2.456,00 e mínima de Cr\$ 139,00, dando uma média de Cr\$ 833,30. Feita a parceria em quartos, a média por pescaria para cada quinhão é de Cr\$ 208,30, por semana, (média de 3 pescarias semanais) dá Cr\$ 624,90, para cada quinhão e em um mês Cr\$ 2.499,60.

Sintetizando, cada pescador apurou no período de safra:

Pescaria de côvo	Cr\$ 16.247,40
Pescaria de rede de agulha	Cr\$ 3.286,20
Total	Cr\$ 19.533,60

resultando em um rendimento mensal médio de Cr\$ 2.441,70, pouco mais do que o salário mínimo de então que era Cr\$ 2.400,00, para o interior do Estado.

O fato, porém, é que nos 4 meses de penúria, quando o inverno dificulta a pescaria, ganham muito menos do que isso, não se podendo concluir a quanto atinge essa diferença. Não obstante, depreende-se das conversas e comentários que aquele que não poupa na safra vem a sofrer privações no inverno, sendo ainda na safra que compram roupa e mais alguma coisa de que necessitam ou têm vontade de possuir.

A situação do dono de armadilha é bem outra. De . . . Cr\$ 64.990,50 (o rendimento total da safra na pescaria de côvo) retira para si Cr\$ 32.385,60, valor dos dois quartos que lhe cabem e que reunidos ao apurado da pesca com a rede de agulha (Cr\$ 7.572,40, soma dos dois quintos que lhe pertencem), perfazem Cr\$ 39.057,60. Todavia, tem de acarretar com as despesas decorrentes do emprêgo da armadilha, abatendo o valor dos côvos (73 a razão de Cr\$ 200,00 cada um) num total de Cr\$ 14.600,00 e ainda o valor estimativo da jangada, Cr\$ 7.600,00. Resta-lhe, então, o saldo de . . . Cr\$ 16.857,60, que, conforme já foi dito, é um capital movimentável que lhe dará um lucro aproximadamente de uns 70 por cento.

A pescaria de mangote resulta em menor lucro que é de certa maneira compensado pela sua continuidade através de todo o ano, assim como a do covinho que tem a particularidade de render para um apenas.

Partindo da pesca, a estrutura econômica se desenvolve com o desdobramento de atividades correlatas (tal é o caso da rudimentar industrialização do pescado) ligadas à distribuição do produto, conforme a possibilidade de sua colocação no mercado interno ou externo.

Assim o comércio se processa por meio de transações realizadas na própria localidade ou extrafronteiras. No pri-

meiro caso o negócio pode ser entabulado entre elementos da própria comunidade ou com um destes compradores ambulantes, muitas vezes domiciliados em distrito pertencente a outro município, servido pela via natural do oceano.

Na segunda hipótese encontra-se um ralo de ação muito maior, estendendo-se as sedes do Distrito e do Município, a outros distritos do município, a outros municípios do próprio Estado e do vizinho Estado da Paraíba, e ainda à Capital.

O produto, quer seja conservado ou fresco, sai sempre do povoado nas costas de animais de sela até um ponto onde seja fácil o transporte em caminhões que se destinam às feiras dos locais escolhidos para a transação. Semanalmente esse comércio se movimenta, sendo o com a praça do Recife mais amiudado, isso porque, além de haver a facilidade da linha regular de ônibus (quatro vezes na semana), serve não apenas às feiras, mas também aos mercados e aos hotéis, especialmente quando se trata de camarão ou lagostim.

O intercâmbio com os lugares de comércio do pescado se exterioriza principalmente na feira semanal do Distrito que reúne seus feirheiros ambulantes, trazendo para lá e (servindo as suas adjacências), dos seus lugares de origem, os gêneros de primeira necessidade, representados pelas frutas, verduras, tubérculos, farinha de mandioca, feijão, goma, etc., além de quinquilharias, calçados baratos, cestaria, louça de barro, fazendas, miudezas e tudo enfim que precisa importar a comunidade para equilibrar a sua organização de sobrevivência.

3. Conclusões

Diante do elementar quadro tecnológico esboçado e da rápida análise sobre a organização econômica da comunidade, pode-se concluir pelo baixo nível financeiro do pescador de Cajui que de maneira geral se assemelha ao de outros que exploram igual gênero de pesca em idênticas condições.

Acresce ainda que a relativa situação de isolamento interfere desfavoravelmente quando ocorre, por influências naturais, aumento temporário de produção. Nos momentos que tal acontece o que verificamos foi que em lugar de aproveitarem a chance para conseguir um maior lucro financeiro, ficavam em expectativa, sem querer pescar, isso porque o produto baixa de preço (como aconteceu com o cambinga em dezembro de 1957, que baixou de Cr\$ 9,00 para Cr\$ 6,00 o quilo). O mesmo se verificou de outra feita com o lagostim e em outra vez com o camarão que sobrou a sobrar e

ninguém mais se interessava pela quantidade, já que não havia como colocar o produto e começavam a perder o já comprado.

Com possibilidades financeiras conseguidas através do que foi sumariamente analisado, vive o habitante de Cajui em casinhas próprias, geralmente construídas por ele mesmo, com matéria prima local, o que segundo Laércio C. de Barros (1950, pág. 10), já constitui em uma peculiaridade regional. Oscila o valor dessas casinhas entre Cr\$ 500,00 a Cr\$ 6.000,00, preços vigorantes no local e reconhecidos baixos pelos proprietários que ao informarem explicavam "porque é aqui, em outro lugar essas casas valiam mais".

Sua tralha doméstica é muito reduzida e simples. A mesa, a cama de casal, rêdes, malas ou arcas de madeira (algumas ainda de amarelo vinhático, mas sempre toscas), tamboretas, ou então um ou dois bancos longos, panelas e alguidares de barro, uma ou outra caçarola de alumínio ou ágata, pratos de ágata ou de louça barata, não raro em número insuficiente para, a um só tempo, servir a todos os moradores da casa, talheres em proporção ainda menor, latas, gamelas, e infalível raspador de côco e a peneira de palha, não faltando normalmente a foice, de grande utilidade em toda a casa. O fogão, com raríssimas exceções, é de lenha e por vezes aparece a trempe sobre o chão da cozinha. Toda a iluminação é a querosene, inclusive a da igreja em dias de terço ou de festa.

A roupa de cama e mesa é por vezes insuficiente e a indumentária pessoal se restringe ao mínimo estritamente indispensável a uma aparência diária bem modesta, com a muda melhor ou mais nova para os dias de festas da igreja, feiras ou passeios.

A classe mais remediada dispõe de mobiliário mais completo, por vezes com um guarda-roupa, um guarda-comidas, algumas cadeiras, ou uma cristaleira, e possui tudo mais em maior quantidade.

Sendo a base da alimentação o peixe e os crustáceos que geralmente nada lhes custa ou custa-lhes muito pouco, completam-na em alta escala com a farinha de mandioca sob várias formas, entrando ainda como elemento quase que indispensável o côco. A batata doce aparece como um precioso auxiliar na esfera dos amiláceos em substituição ao pão e à bolacha por ser mais barata e render mais. Agora isso, o café é usado normalmente, o açúcar sem grande profusão e alguma fruta, insuficiente para fornecer a quota vitamínica necessária a uma dietética normal, exceto na safra do caju.

Raramente variam a alimentação, sendo voz corrente que "o praleiro só come carne nas quatro festas do ano".

As comidas de milho estão presentes também na alimentação diária, como uma possibilidade de variação e facilidade de utilização do côco como complemento indispensável à sua confecção.

Três refeições faz o praleiro sem horas determinante certas, mas regularidade seguida. O café pela manhã, a refeição sólida no meio do dia, a que chamam "jantar" e o café da noite.

Apesar de sua pobreza, pois realmente o pescador mais remediado dispõe apenas dos lucros indispensáveis para viver modestamente, o cajulense é sempre bem humorado e aparentemente feliz em contacto com uma natureza belíssima e dadivosa. Várias vezes comentavam, já transmitindo o que ouviram dos avós, "nunca se viu inventário de pescador" como para significar que o pescador nasce, vive e morre pobre. Todavia, ao lado dessa reduzida condição financeira, sentem e externam, com certo orgulho, que "nada temos, mas somos livres..." Isso porque não estão sujeitos a leis rígidas impostas sob coação e têm sempre de onde tirar o necessário para não passar fome, o que lhes transmite um otimismo despreocupado e confiante.

Com tecnologia tão rudimentar não lhes seria possível atingir a um nível econômico mais elevado. Sabemos que é com a colaboração técnica que surge o aumento de produção cujo excedente condiciona o progresso, contribuindo para a melhoria do grupo. Em consequência surge o alargamento de visão e a possibilidade de alcançar maior conforto material desperta o interesse por um nível de vida social e econômico mais alto.

Teoricamente, é que se pode considerar, de então por diante, a dualidade de economia, representada pela "economia de sobrevivência" e a "economia de prestígio" (Herskovits, 1952, — págs. 314-315) em função direta do excedente econômico, fenômeno ainda não constatável na nossa comunidade.

As relações entre os pescadores mais pobres e os mais remediados se processa, por assim dizer, dentro de um esquema de auxílios mútuos e interdependentes, sem preponderância de um sobre o outro ou escalonamentos econômicos-sociais evidentes.

Dada ainda a reduzida condição financeira e ligada ao fato de não disporem quase nunca de excedente em valor monetário para empregar em aquisições mais vultosas, lançam mão com bastante freqüência do regime de trocas de objetos, como seja, dar uma burra por um mangote, e também da

retribuição de serviços, quando, p. ex., costuram um vestido de graça para a freguesa que há pouco tempo prestou um serviço à família da costureira, etc.

Enfim, o constatado pauperismo do pescador de Cajui reflete-se em tôda a sua vida, condicionando uma estrutura sócio-cultural muito diversa daquela em que estamos habituados a viver dentro da mesma grande sociedade da qual é parte integrante a pequena comunidade em estudo.

CAPÍTULO IV

O HOMEM, AS INSTITUIÇÕES, OS GRUPOS DE TRABALHO

1. Considerações Gerais

Coerente com as possibilidades permissivas do meio circundante, explorado por uma tecnologia capaz de tão somente garantir o equilíbrio de reduzido grupo populacional através de pelo menos o último século (ver cap. III), processa-se o sistema associativo em nossa comunidade, guardando as relações dos homens uns com os outros, aquele cunho pessoal característico das estruturas sócio-culturais pouco diversificadas.

De modo geral, consideram-se todos aparentados e na realidade o entrelaçamento das famílias pelo intercâmbio é ainda no presente muito forte.

Esse fato, (aliado ao baixo índice populacional e à intensificação das relações de vizinhança pela contiguidade habitacional), desenvolve uma ajustada coesão do grupo que se demonstra a cada momento pela expressão de solidariedade externada de ordinário sem alarde, mas com objetividade dirigida a ajuda ou solução dos problemas surgidos, especialmente no tocante à esfera das dificuldades materiais de toda a sorte.

Não obstante, em face do imponderável, reagem de maneira diversa. O espírito de solidariedade prática e patente (constituído em padrão de conduta sobejamente comprovada) transforma-se em uma cômoda condição de aceitação tácita e conformação conseqüente, sem maiores lamentações, empregando-se pouco ou nenhum esforço para neutralizar o fenômeno, buscando-se apóio na esperança de um futuro que admitem lhes seja mais propício, vindo a compensar o golpe ou o prejuízo sofridos.

A aceitação passiva do incontrollável cresce com a transcendência do fato, desde o fracasso de uma pescaria ou um

caso de doença incurável, culminando com o advento da morte que entre eles não consegue atingir um climax de drama ou desespero, conforme presenciámos em várias oportunidades e circunstâncias familiares diversas.

Frases como estas: "prá que reclamar, é querer o que Deus quer", "pescaria é isso mesmo, hoje não dá, amanhã dá muito", "morreu não, viveu", comentário alusivo à morte de uma criança, outras mais, demonstram com freqüência a atitude de uma aceitação resignada de tudo quanto é inevitável, ao mesmo tempo que os ajuda a encontrar apóio em algo que lhes traga de pronto consólo e lhes transmita ânimo para prosseguir na luta cotidiana.

Habitualmente, o cajuiense é pacato, meio reservado aparentemente tranqüilo, confiante e pouco agressivo. Sob a ação do álcool alguns ficam meio inconvenientes, mais falantes, porém raramente "compram barulho" e quase nunca chegam à luta corporal. Se no entanto isso acontece, logo há alguém disposto a interferir para terminar a briga.

As vèzes, em casa, descarregam a sua valentia na mulher e nos filhos, quando chegam encachaçados, sendo isso encarado como coisa de certo modo justificável e aceito.

As mulheres gostam de "bater boca" e se atacam mesmo quando tomam satisfação por algum caso amoroso, isso acontecendo quase sempre entre uma mulher casada mais intransigente ou que viva com um homem e uma môça solteira que abertamente recebe côrte dos homens e até "já é falada pelas calças". Também por motivos ligados a diz-que-diz, a estragos feitos por animal que invadiu a casa ou o terreno da vizinha ou por outro qualquer motivo que lhes fira a suscetibilidade, discutem as mulheres em altas vozes e xingam-se mutuamente, sem que os homens se julguem muito com a obrigação de intervir ou ir tomar satisfação.

Não se perpetuam entretanto as rixas. Homens e mulheres hoje "estão de mal" não se falam, amanhã voltam-se às boas e a vida prossegue sem maiores conseqüências.

De um único crime de morte, contemporâneo, ocorrido dentro dos limites da comunidade, guardam a lembrança sem contudo o situarem no tempo a não ser de maneira imprecisa. Sabem que ocorreu no tempo do antigo proprietário e foi perpetrado por um seu contraparente, sendo o agente provocador a bebida. Referem-se ao fato sem querer descer a detalhes descritivos e sempre com um sentido de reprovação formal. O criminoso esteve prèso algum tempo, depois foi solto, vivendo hoje na comunidade e morando não em casa isolada, como um segregado, mas sim em uma incluída no grupo residencial mais denso e distando uns cem metros,

se tanto, daquela em que vivem a viúva e os filhos (hoje todos homens), do morto, sem que tenha sofrido manifestações de hostilidade declarada até o presente.

Em conversas sempre diziam: "isto aqui é lugar calmo, a senhora pode viver descansada" e realmente as desavenças registradas quando dos quatro meses de nossa permanência na comunidade foram de importância secundária.

A distribuição espacial das habitações se desenvolve de modo a formar dois núcleos distintos, o do sul e o do norte, separados pela igreja de Santo Antônio, padroeiro do povoado, apresentando cada um deles particularidades conjucentes a reflexos diversos nas reações sociais dos seus habitantes.

O núcleo do norte, mais denso do que o do sul, guarda maior ajustamento aos padrões de comportamento tradicional, sendo ainda nele que se localizam as duas vendinhas e o cemitério.

No núcleo do sul, se insere a cerca da Fazenda com a Casa Grande e mais duas também pertencentes aos proprietários. Este núcleo é mais esgarçado, menor e mais suscetível, pela proximidade vicinal, de receber influências externas veiculadas pela Fazenda e seus visitantes.

Não tendo havido ainda a introdução, em grau apreciável, de elementos culturais estranhos — a ponto de criar ambiente que lastrei o surgimento de modificações sensíveis na estrutura sócio-cultural do grupo — as aspirações dos seus membros, bem limitadas, ainda, encontram ressonância nas reduzidas possibilidades de realizações que lhes oferece ou propicia a sua organização social vigente.

No tempo do primeiro proprietário, isso é voz corrente, não apenas as desinteligências eram resolvidas na Fazenda mas todos os casos, inclusive as brigas domésticas, eram levados ao conhecimento do senhor da terra que agia conforme o caso e tudo voltava ao normal.

Não parava aí, todavia, a interferência da Fazenda. Uma assistência exercida pessoalmente pelo proprietário, era materializada em consultas médicas, curativos, pequena cirurgia, distribuição de medicamentos e auxílios outros e até realizações de enterros para os mais desfavorecidos de recursos.

Não há quem não tenha a sua história particular.

A atuação durante 33 anos dessa forma de orientação criou um tipo de liderança paternalista do proprietário com escalonamento pela família, todos domiciliados permanentemente no local, liderança essa atuante em todas as esferas so-

ciais da comunidade, inclusive na projeção da Igreja e nas exteriorizações de suas festas de santos.

Muito viva ainda está nos elementos moços e velhos a lembrança do antigo proprietário externada sempre em relatos de ocorrências e situações onde se nota, sem grande esforço, a ascendência completa do líder.

Hoje todo êsse panorama esbateu-se muito, embora continui de uma forma ou de outra a ação assistencial da Fazenda que perdeu, entretanto, o caráter individual de irradiação para transformar-se em encaminhamentos às entidades competentes e facilidade de aproximação dos poderes indicados.

O ano de 1953 marcou para a comunidade o início de uma era diferente da que perdurou até então. Por essa época, foi aberta uma estrada de rodagem ligando o núcleo populacional à sede do Distrito e a outro povoado também incluído, para o Sul, nos limites territoriais da Fazenda.

De passagem vale consignar a surpresa e o pavor de crianças ao verem então um jipe entrando pela primeira vez no povoado vizinho e mais do que o nosso mantido à distância de transportes rodoviários e sendo servido apenas pela via natural do oceano, conforme testemunho de informantes nossos.

Assim, a iniciativa do atual proprietário veio concorrer para uma certa alteração nos planos de vida dessa gente (até então com poucas possibilidades de contacto com o mundo exterior) de modo suave e efetivo.

O intercâmbio com a sede do Município e com a Capital tornou-se mais fácil, a frequência de gente de fora passou a ser mais assídua e as pessoas que chegam vez por outra para a Casa Grande em automóveis, trazem para o povoado, se bem que de forma indireta, uma série de novidades estranhas para muitos e que despertam em outros, especialmente no elemento mais nôvo, o desejo de conhecer o Recife e ver de perto o centro irradiador de tudo quanto lhes chega com feição melhor e mais bonita do que o que possuem.

A resposta negativa de um rapaz de 14 anos (que encontramos certa vez pescando pacientemente camarão num maceió, utilizando uma pequena pindaúba improvisada, com o fim deliberado de obter algum dinheiro para si com a venda do produto) à pergunta de se queria ser pescador, completada pela afirmação de querer ser empregado, não importando de quem ou em que, mas selecionando o local que não

foi nem a sede do Município, apresentada por nós em indagação e sim o Recife, vem confirmar êsse chamamento. Ao perguntarmos porque, respondeu textualmente: "porque é bom", ao que retrucamos: Você já foi lá? respondendo êle, "não, mas me disseram que é bom".

Este não é um caso isolado e o certo é que realmente muitos aproveitam oportunidades surgidas para chegarem à Capital, não raro a passeio que por vêzes é o início de uma transferência mais ou menos prolongada para o grande centro em tentativa nem sempre confirmada de fixação. Mesmo assim, ainda encontramos pescador que não conhece o Recife e só últimamente estêve na sede do Município.

Dos filhos de 43 famílias com tradição local que levantamos, incluindo os filhos adotivos num total de 185, vivem no povoado 142 ou seja, 76,75%, estando fora 43, o que equivale dizer, 23,24%. Os que estão ausentes distribuem-se da seguinte forma: na Capital 20 (46,04%); no Distrito 12 (27,90%) em outros municípios do Estado, incluindo a região pesqueira circunvizinha, 5 (11,62%), em outros Estados, 4 (9,30%) e finalmente em outros locais do município, afora o Distrito, 2(4,65%)

Por outro lado, a vida da Fazenda sofreu profunda modificação. Até 1953 o antigo proprietário que por mais de 30 anos residiu no local, identificou-se com o meio, tornou-se um líder e jogando mais com os pequenos recursos locais e com o seu próprio prestígio e autoridade do que com elementos de fora desenvolveu tôda a sua orientação patronal, sendo ao mesmo tempo promotor e participante, com tôda a sua grande família, das atividades e diversões do povoado.

Com os novos proprietários instalou-se o absenteísmo passando a Fazenda a ter, de então por diante, uma atuação muito diversa e muito mais distante do que a anterior, como é lógico concluir, modificando-se acentuadamente o tipo de relação Fazenda-Povoado. As tentativas de aproximação mais estreitas entre a população e os novos donos da terra, malgrado o esforço desenvolvido e a boa vontade demonstrada pelos segundos, fracassaram com as experiências iniciais, por falta de compreensão entre as duas forças, motivadas pela distância sócio-cultural que as separa, restringindo-se, daí por diante, a interferência da Fazenda ao mínimo indispensável para a formação de um tipo de relações mais ou menos formais. Desinteressou-se, principalmente, a Fazenda em colaborar para a manutenção das festas tradicionais ligadas ou não às comemorações da Igreja Católica, terreno onde inicialmente foi tentada a aproximação e

no qual a influência anterior se faz sentir clara, até hoje, a vista de notas colhidas em conversas e diante do que ainda existe materialmente, demonstrando a participação pessoal do proprietário e de sua família.

Com isso, passou a iniciativa total dos moradores a organização do mês de maio, da festa do Padroeiro, da Bandeira de São João, dos terços comemorativos das várias festas católicas do ano, das cirandas, etc., sendo igualmente entre eles que se recolhiam, na época da pesquisa, as espórtulas destinadas a fazer face às despesas que ocorrem com as suas realizações.

Contudo, em ação unilateral, destinada a conservar o patrimônio material da Fazenda, a Igreja tem sido cuidada pela proprietária atual, fazendo-se os concertos e pinturas necessários, renovando-se as alfaias e até o cruzeiro que ruíu quando da nossa passagem por lá, foi reconstruído em curto prazo, iniciativa muito louvada por toda a população.

Além disso, instituiu a proprietária uma festa da Fazenda no dia 6 de janeiro de cada ano, encarregando-se, por voto, de mandar preparar para a primeira comunhão, pelo professor da Escola particular, 12 crianças, de cada sexo, aos quais fornece toda a indumentária, já devidamente confeccionada. O ato se realiza com certo aparato e provoca a admiração dos mais devotos. Finda a cerimônia rumam para a Casa Grande, onde um lanche é servido aos neo-comunhantes, ao término do qual o grupo se dispersa.

Com isso, passou o dia de Reis a ser esperado pela população com certo interesse.

A Casa Grande desde a véspera se enche de gente de fora e a recepção inclui além da missa, que é para todos, passeios, banho de mar, almoço e jantar para os convidados.

Os automóveis espalham-se pelas redondezas atraindo a curiosidade dos habitantes que observam de longe aquele movimento desusado e a banda de música dá um toque de estridência no ambiente habitualmente calmo e silencioso.

Quando há diversão ao ar livre como pastoril, trazido de fora e exibido em palanque construído para tal fim, é facultada a apreciação a quem quiser, tornando-se franco o ingresso no terreno cercado da Fazenda.

Afora essa oportunidade de exceção, tudo mais corre para os jangadeiros, pelo resto do ano, com raríssimas oportunidades de verem ao menos os senhores das terras onde habitam. Entregam-se então aos seus misteres normais, procurando entre si a resolução para os seus problemas.

2. Família (estrutura)

O tipo comum encontrado é o da família nuclear composta do casal e seus filhos solteiros, quer sejam pelo sangue ou adotivos.

Não é normal um nôvo par fixar residência com os pais de qualquer dos cônjuges e a preocupação sempre externada de alguém que deseja constituir família é a de conseguir uma nova casa para ocupar, quer seja casado ou amasiado. Ultimamente, em face de algumas determinações restritas da Fazenda referentes a novas construções, esta norma está sofrendo impacto bastante desconcertante para os indivíduos jovens que lutam, a fim de conseguir licença para comprar ou construir uma casinha. É frequente ouvirem-se queixumes que reafirmam o velho axioma "quem casa quer casa", norma ainda prevalente na comunidade (a despeito das barreiras que se interpõem, dificultando a sua operatividade) em se tratando de situações sociais normais ou seja, quando a família de origem de ambos os noivos está com a sua composição equilibrada de maneira a prescindir da ajuda do nôvo par. Todavia, quando surge a necessidade de amparar um pai ou mãe viúvos ou há outro qualquer parente desvalido, a exceção é registrada e reúnem-se as famílias, podendo o nôvo casal ficar em casa ou ao contrário, levar a morar consigo o membro que exige amparo. Contudo, essas exceções rareiam e não existe exemplo de famílias extensas. Normalmente, logo que o rapaz se sente com possibilidades de constituir família se separa, fazendo o seu grupo a parte, em domicílio separado.

Registramos que o fato de terem nascido no povoado ou descenderem de família de tradição local possui evidentemente muito força nas razões que apresentam para justificar o desejo de fixação dos novos na praia, depois de casados, com a construção ou compra de sua casinha. Além do apêgo que muitos demonstram ter pelo local, parece que lhes assiste, por assim dizer, um certo direito afetivo que lhes deve garantir a permanência na propriedade pelo tempo que quiserem desde que não cometam ação reprovável capaz de exigir a sua saída.

Na distribuição das famílias nucleares, por domicílio, encontramos 45% com alguma espécie de agregado, enquanto 54,05% eram formadas exclusivamente pelo casal e seus filhos. Dos agregados, somente 29,41% não tinham qualquer parentesco com o dono da casa, enquanto os aparentados atingiam a porcentagem de 70,58%.

Via de regra as famílias não são muito numerosas, já porque a média de filhos não é alta, já porque a mortalidade infantil é bastante acentuada.

Conquanto os dados estatísticos que passaremos a apresentar estejam sujeitos a limitações (face à realidade encontrada no campo, onde a ignorância da maioria no que tange à precisão de datas e a dificuldade de recomposição satisfatória de fatos, não facilitaram o levantamento) servem, não obstante, para dar uma idéia do que lá se registra.

Das 52 mães entrevistadas, representando 20,23% da população fixa, 15,38% informaram não terem tido filhos; 67,30% contaram menos de 10 filhos; 17,38% forneceram número superior a 10, sendo a média de filhos, por mulher, de 5,11.

Estão incluídas nesse levantamento tôdas as mães do povoado, muitas delas ainda mças, com probabilidade de terem ainda filhos e estas foram justamente as que nos forneceram dados precisos, enquanto as velhas, com família já criada encontraram poucas facilidades de precisarem dados, daí a média de 5,11 ter apenas o valor de uma aproximação.

O total de filhos concebidos pelas 52 mães foi de 266, restando dêsses vivos, apenas, 175, ou seja 65,78% do total. Entre os 91 mortos (34,21%), 31 foram abortos, 11 nati-mortos, 35 faleceram quando ainda eram lactantes e 11 sucumbiram antes da adolescência. Apenas 3 morreram adultos. Dêsse modo, a porcentagem de mortalidade de indivíduos não adultos foi de 96,70%, restando apenas 3,29% de óbitos de adultos.

Em 10 anos, isto é, de 1948 a 1957, a média de nascimentos anual foi de 8,2 e das 52 mães apenas 25 se enquadraram no período em análise, fornecendo dados passíveis de quantificação.

A média de pessoas por domicílio era de 4,2 e a distribuição dos habitantes por domicílio em relação à composição de grupo familiar era a seguinte: famílias nucleares, independentes do tipo de união, 60,65%; casas onde não havia mais casal, 24,59%; porcentagem dos que moravam só, independente do sexo, 14,75%.

Nas uniões predomina o casamento religioso na porcentagem de 46,34%; com 19,15% aparecem os casados no civil; atinge 14,62% a porcentagem daqueles que se diziam casados no civil e religioso, sendo de 19,15% os que vivem amasiados.

Explicam de várias maneiras a tendência para as uniões sacramentais: é mais fácil arranjar com o padre a realização do casamento, com especialidade quando o casal

coabita faz muito tempo, já que a Igreja atua na questão com o propósito de atender o seu lado espiritual, desenvolvendo o padre clima favorável à resolução do problema. Por outro lado, muitos dando mais valor ao fato de "estar casado para Deus", pois "o casamento civil é o mesmo amigado", conquanto reconheçam o amparo legal do contrato civil não se preocupam com a sua consecução, uma vez que alegam não terem bens a garantir pela lei e o "casamento eclesiástico" atende perfeitamente aos seus interesses e satisfaz às exigências sociais dos mais conservadores. O problema, todavia, não é algo que preocupe primordialmente o casal e este pode ser muito benquisto e acatado vivendo apenas "juntos", desde que sua conduta seja nos moldes estipulados para o comportamento de um casal legalmente constituído. Não importa, igualmente, a vida que o homem ou a mulher possa levar, se pela morte de um dos cônjuges ou por circunstâncias aceitáveis (como sejam a necessidade de amparo, quando este falha no lar, a incompatibilidade ou os maus tratos) o outro arranja novo companheiro e com ele passa a morar. Nota-se em tudo bastante tolerância e não raro, inclusive, se falam ou se dão pessoas que antes viveram juntos casados ou não, e agora formaram um novo lar.

É ocorrência atual o caso de um homem que foi casado, hoje vive com outra mulher e a sua primeira mulher vive, ao que dizem casada, com outro homem. Todos se falam e até a primeira mulher "gosta muito" da filha mais velha do primeiro marido com a outra mulher que foi amante do seu atual marido. Dizem que, quando vem ao povoado, passa pela casa do seu ex-marido sob pretexto de rever a mocinha. Por outro lado, uma filha da primeira mulher continuou a morar com o pai e "ficou moça na companhia da madrastra" a quem muito considera hoje. No entanto, quando da separação, a reação do marido foi violenta e contam que ele quis "torá-la com a folce", só não o fazendo porque "deram muito conselho a ele". Atualmente a coisa mudou muito de figura.

Outro exemplo bastante significativo é o de uma velhinha que ainda hoje desempenha a profissão de parteira na comunidade e é bastante acatada por todos. É do tipo dos que "não têm malquerença com ninguém" e no entanto já teve quatro homens na sua vida. Atualmente vive com um, morando um outro na comunidade em casa de um filho dos dois que casou quando da época da pesquisa e é muito amigo da mãe dele, consideram-no "um bom filho", tendo ido no

dia do casamento até a casa da mãe dêle, cerimonialmente, logo após sair da Igreja, "dar-lhe a bênção" e dando-se muito bem com o, digamos, padrasto.

Igualmente conceituada é outra mulher que tem três filhos, já adultos, ao que dizem de pais diferentes, levou vida irregular até a idade madura e hoje é casada com um viúvo, aliás o indivíduo tido como o mais intolerante em matéria de procedimentos irregulares, mas que, sabendo dos antecedentes de sua atual mulher, resolveu casar-se com ela depois, comentam "de andar muito para a casa dela", isso porque quis dar nome de casada a ela, alegam uns, e outros porque "não queria viver em pecado", dada a sua obediência à Lei da Igreja.

Uma informante que foi casada e hoje vive com outro homem, estando ainda vivo o marido, ofendeu-se profundamente, quando uma mulher, residente há pouco tempo no povoado, tratou-a de modo a evidenciá-la como uma mulher á-toa, aborrecida com o fato do filho de dois anos ter sido ferido por um filho dela, do primeiro marido, de quatro anos e que mora em sua companhia. As ofensas foram muitas, mas só levou mesmo de rijo a que admitiu que lhe havia afetado a honra, pois justificou que "não era o que ela pensava", só porque não se tinha casado com o homem com quem vive atualmente, coisa que acha muito natural e ninguém de lá reprovava daquela forma.

Tudo se desenvolve de maneira tão harmoniosa que só casualmente ou com um pouco de perspicácia descobrem-se as situações.

É verdade que, quando se fala em filhos espúrios, identificando-se o pai, o comentário é feito com certa malícia, mas se o pai assume a responsabilidade do seu ato e atende economicamente o filho, amparando-o nas suas necessidades, o caso é aceito e bem compreendido.

Parece que o que causa realmente estranheza é fazer-se o que não se deve às escondidas, deixando-se margem para que se levantem suspeitas, enquanto o faltoso desfruta posição social aprovada. Há, p. ex., uma viúva que mora com os filhos solteiros e se diz bem procedida, sabendo-se, no entanto, que ela tem qualquer coisa com um viúvo que igualmente mora com os filhos. Diz-se dêle que é um "viúvo contente" e dela que "não sabe para que veste roupas de viúva", usando côres discretas, aparentando fidelidade à memória do marido.

Pelo observado, o que se condena não é propriamente o fato em si, mas as circunstâncias de que se reveste com subterfúgos e falsas aparências.

Ao lado disso existem casais de quem nada se diz abertamente, sendo considerados como exemplos de retidão na vida conjugal. São porém minoria.

Normalmente a môça foge e casa depois. Em certos casos foge e é "dispositada" pelo noivo em casa de alguém de respeito que a possa guardar. Outros, menos escrupulosos, roubam a noiva e vão logo morar com ela, sendo muito comum a môça casar, quando já espera o primeiro filho, isso, mesmo quando não ocorre a fuga.

Os mais velhos reprovam, não o costume de roubar a môça, mas o fato da noiva fugir logo para morar com o noivo, admitindo que "nos outros tempos acontecia coisas, mas não era como agora". Recordam que a môça fugia, porém era depositada em casa de pessoa considerada, onde permanecia até quando se realizava o casamento. Os testemunhos de fatos contados por velhas mulheres, intransigentes até hoje, nos induzem a admitir que o rapto era não apenas aceito pelos pais de família, como até aconselhado, no caso de não haver impedimentos ou motivos razoáveis para a oposição e as dificuldades para o enlace serem criadas, p. ex., tão somente pela incompreensão ou ranzice de um pai mais intransigente. Nestes casos a môça podia ser depositada na casa de quem apadrinhara o noivo e tudo se processava com certo sigilo, não se divulgando além do circulo de intimidade doméstica a notícia da permanência da môça na casa de quem a acolhera. Tal sucedeu em casa da própria informante, quando ainda era môça e o pai dela — de família tradicional, ainda hoje guardando equilíbrio reconhecido nas suas relações familiares — "deu conselho a um sobrinho" para que roubasse a môça e a levasse para a casa dêle.

Dêsse modo parece ter sido o rapto em tais circunstâncias um caminho normal para o casamento, devidamente aprovado pelo consenso geral.

Hoje o rapto é grandemente utilizado, mas sem maiores precauções e no dia seguinte todo mundo já sabe que a môça fugiu e onde se encontra, comentando-se animadamente o fato em conversas, onde quer que se chegue, alegando-se até que "hoje em dia as filhas fogem e os pais nem procuram o direito delas".

Um pai de família tido como exemplo de fidelidade conjugal (coisa aliás não comum) e devotamento à mulher e aos filhos, não casou de outra maneira. Arguido, reconheceu que roubou a sua atual mulher, mas orgulha-se de "só ter ido morar com ela depois do casamento religioso", tendo levado a noiva ao altar de véu e grinalda, pois apesar de não

ter grandes posses para adquirir o traje nupcial, tomou emprestado a uma igreja o véu e a grinalda que a noiva usou no casamento cerimonial. Não é, porém, comum hoje assim procederem os casais.

Há muito, diziam todos, não casa aqui uma moça vestida de noiva. Guarda a memória coletiva a lembrança de três casamentos cerimoniais mais recentes, um dos quais foi promovido pela professora de então, tendo a noiva saído de sua casa, onde prestava serviços domésticos. Um outro foi de uma moça que o pai colocou interna em um colégio de freiras na sede do município (trata-se de um caso esporádico) e de lá trouxe conseqüentemente formação diversa da comum ao local e apenas o terceiro foi realmente o de uma praieira, sem, ao que parece, interferência direta de elementos externos. Enquanto isso, contam-se em número muito maior as uniões contemporâneas a essas, feitas sem a preocupação de cerimonial anterior às uniões e mesmo sem qualquer espécie de casamento até o presente, vivendo muitos dos casais até hoje apenas amasiados.

Certa vez uma garota de 6 anos, muito esperta, que nascera na região praieira e faz mais de ano que vive com uma tia no povoado, comentou o traje da irmã que ia fazer a primeira comunhão na festa da Fazenda. Entusiasmada exclamou que ela ia ficar linda, "parece uma noiva" ao que lhe perguntamos se já havia visto uma noiva, retrucando que sim e acrescentou, "na revista".

Muitos alegam que as despesas com o casamento cerimonial são grandes e excedem às suas parcas possibilidades financeiras — por isso resolvem fugir. Outros justificam a resolução tomada em face de algum aborrecimento havido com a família da noiva. Há os que fundamentam o fato com base na oposição aberta dos pais da noiva, achando que se não fugissem jamais conseguiriam se reunir à moça que escolheram. O fato é que no presente o mais comum é não fazerem casamentos cerimoniais. Quando da pesquisa, houve um casamento de um pescador com uma praieira que há quase um ano se encontrava depositada em casa de um casal não aparentado com nenhum dos cônjuges. Malgrado ter havido festejos e inclusive o sacerdote celebrante ter ido almoçar com os noivos no dia do casamento, a noiva casou com vestido de passeio cor-de-rosa, dizendo-nos espontaneamente, por mais de uma vez, que não podia exigir um traje de noiva, porque saía muito caro e as despesas já estavam altas com o enxoval e a recepção que iriam oferecer aos convidados. Ela era muito benquista na comunidade e ninguém le-

vantou suspeitas quanto à sua honra, alegando sempre, inclusive a futura sogra, que "ela era uma moça muito acomodada". Sobre o assunto ouvimos de uma moça que fugira meses antes e casara depois, mais ou menos na mesma época, comentário de estranheza, externado em frases como esta "eu não casei vestida de noiva, porque já vivia com ele antes do casamento, mas ela?" o fato porém é que ela não casou vestida de noiva, o que poderia ter feito em face da expectativa geral. Se não o fez, apenas como nos alegou por deficiência de meios, quando gastou em outras coisas, deu pouca importância ao fato de poder, com o traje cerimonial, demonstrar que se conservara virgem até o casamento. No caso de não ter querido usar o traje nupcial porque sabia não mais poder fazê-lo em sua consciência, mesmo quando a suposição do grupo era outra e lhe favorecia, esteve constatado, uma vez mais, o desuso do casamento cerimonial, tão valorizado em outras zonas rurais brasileiras.

Ainda durante os dois primeiros meses de trabalho de campo, consignamos três fugas. Numa delas a moça foi depositada e casou depois. No outro caso o rapaz trouxe a noiva para a casa dos pais adotivos com quem morava e passaram a viver logo juntos, casando três meses depois. No terceiro caso não fizeram vida, houve muitos comentários desabonadores referentes à moça, a mãe dela fez grande escândalo em torno do fato, afirmou que a filha só voltaria para casa casada, dizem que foi ter com ela na casa onde estava depositada, no povoado vizinho, surrou-a e no final, menos de oito dias depois, ela voltava para a casa materna sem ter casado e continuou morando com a mãe dela, ficando tudo em nada.

Como é natural, há os que reprovam indignados o procedimento dos homens de agora, citando nomes e dizendo, p. ex., que fulano sabia de sobra quem era a atual mulher dele, mas não se importou e acabou casando com ela. A verdade é que para muitos, se a moça é trabalhadora, tem atributos para ele e corresponde à sua corte, pouco importa que já tenha pertencido a outro, podendo casar com ela sem se importar com o que se venha a dizer.

Depois de casados é comum os maridos continuarem com as suas aventuras amorosas e mesmo as mulheres, não raro, faltam à fidelidade conjugal e, apesar de "muita gente saber e falar" no caso, dizem, "só o marido não sabe", isso porque continuam juntos, levando uma vida de casados normal.

O inegável é que poucos reivindicam só para si a pessoa amada, principalmente as mulheres. Várias delas, aperce-

bendo-se muito bem da situação e sentindo inútil qualquer reação capaz de neutralizá-la, afirmaram que se nada lhes faltasse em casa para si e para os filhos, "pouco se importavam" que os maridos ou companheiros tivessem outra mulher por fora. Uma informante depois de longa conversa onde vários fatos de aventuras amorosas foram narrados, concluiu textualmente: "aqui só não se dá muita desgraça, porque os homens não são opiniosos e não têm coração ruim para fazer mal a ninguém".

Conquanto não exista no povoado prostituição reconhecida como tal, há moças que, embora residindo em casa dos pais, são apontadas como elementos suspeitos, de quem vez por outra surgem casos, dando lugar a comentários muito desairosos para a sua conduta. Recentemente mudou-se para o Recife uma que depois de ter o primeiro filho se estava tornando inconveniente no julgar da direção da Fazenda que agiu de maneira a retirá-la de lá. Não obstante ela vez por outra volta para visitar os pais, permanecendo dias no local e já tendo trazido de lá para os avós criarem 2 filhinhas. Contam que da primeira vez que engravidou, os pais botaram-na de casa para fora e ela foi ter a criança em casa da professora de então que a acolheu. Hoje ajuda muito na manutenção da casa, os avós criam 4 filhinhas dela, tendo-me confidenciado o pai certa vez — "a senhora vê, falam que essas meninas cada um tem um pai, sim, são muitos pais, mas a mãe é uma só e é minha filha" — a verdade é porém que a reação da família, ou mais especificamente dos pais em relação à conduta moral da filha, sofreu profunda alteração chegando mesmo a atingir polos opostos.

A necessidade de segurança econômica entra muito em linha de conta na composição das uniões, sendo isso tanto mais claro quanto sabemos que socialmente espera-se em Cajuí que o marido tome a seu cargo a solução dos problemas econômicos do lar.

Na indicação do tipo ideal ou desejado para marido está a qualidade primordial de ser trabalhador, "o homem deve ser trabalhador, ganhar dinheiro para sustentar a família". Causa uma certa aversão o "homem mofino", isto é, preguiçoso, "que não gosta de trabalhar, que vive pelas calças sem fazer nada".

Jamais a mulher tem possibilidades de independência econômica total. Reconhecem que o "ganhame" da mulher é sempre pouco, insuficiente para o seu sustento sem o auxílio de qualquer elemento masculino, seja ele qual for e, o mais indicado, normalmente, é o marido.

Os comentários sobre o destino de certas moças que vi-

vem com os pais, são amparadas por algum irmão ou de alguma forma ou de outra ainda não casaram ou têm poucas possibilidades de o fazerem, são sempre na base de se lamentar a situação e o futuro delas, quando lhes faltar o apoio atual.

De modo geral casam cedo, a moça em média entre 14 e 20 anos e o rapaz tão logo possa pescar com independência, podendo dispor do que apura com o seu trabalho, o que pode ocorrer depois dos 18 anos. O namoro aparece desde o o tempo de escola, em meninas e meninos.

Se bem que haja bastante liberdade na escolha do cônjuge, ainda se faz sentir a influência dos pais e principalmente da mãe, quando a oposição declarada dos mesmos retarda ou por vezes desfaz casamentos ou o desejo da mãe ou do pai é atendido sem muita anuência do filho e mais especificamente da filha.

Não encontramos realce na importância dada ao compadrio e a escolha dos padrinhos não gira em torno de normas rígidas, conquanto seja comum os avós serem distinguidos para tal. A escolha de tios, e amigos do pai ocorre com certa frequência e a escolha de pessoas importantes social ou economicamente, principalmente os proprietários das terras não é desprezada. Há também compadres entre aqueles que pediram para ser padrinhos da criança. De qualquer forma a escolha é feita quase sempre depois do nascimento e o batizado se realiza quando surge uma oportunidade, podendo ser nos primeiros dias de vida da criança ou depois de grandes.

Os avós são acatados e merecem tanto respeito quanto os pais, sendo chamados "pai fulano" e "mãe fulana". As gerações recentes, porém, já usam a denominação de vóvó e vóvó. Também chamam de "mãe fulana" a quem assistiu ao próprio nascimento, sendo que a mãe da criança, dessa data em diante, se dirige à parteira antecedendo ao seu nome a designação de comadre.

Em família, como tratamento mais íntimo que conhecem e é usado comumente entre pais e filhos, marido e mulher ou entre irmãos, aparece o "vós" e "vosso", principalmente entre aqueles que têm menor possibilidade de contacto com o mundo exterior. Aos estranhos tratam por "senhor" e "senhora", não se admitindo, sem alguma estranheza, o tratamento de "vós" para alguém de fora. Entre eles, mesmo fora do ambiente da família primária, usam o tratamento de "vós", não como norma, porém com frequên-

cia, o que não admira já que, de modo geral, todos se consideram aparentados.

3. Equipes de pesca

Em consequência dos tipos de atividade a que se dedicam, com preponderância da pesca exercida normalmente de forma a ocupar quando muito três jangadeiros, os grupos profissionais organizam-se congregando reduzido número de indivíduos. Contudo, a necessidade da ação cooperativa implica em particularidades e envolvem problemas de ordem técnica e econômica que tentaremos analisar.

Dependendo o sucesso da pescaria em grande parte do ajustamento técnico dos seus empreendedores, a busca de alguém em condições provadas de desempenhá-la a contento torna-se indispensável. Além disso o valor impositivo da compreensão dos elementos humanos entre si, quando em ação, leva a uma seleção mais apurada com base na amizade ou no parentesco, fazendo-se assim também a composição do grupo pesando-se o grau de camaradagem reinante entre os que pretendem ir juntos a maré.

A simpatia ou maneira de se conduzir do dono da armadilha entra igualmente em linha de conta, de sorte que a desinteligência entre ele e um pescador pode ocasionar modificação na equipe. Por tudo isso, foi que um dono de armadilha informou não poder dar o nome de seus pescadores, porque eles não são efetivos, pescando hoje, deixando amanhã de pescar e podendo voltar depois. Essa instabilidade, contudo, dificilmente interrompe um ciclo de safra com especialidade na exploração dos côvos, tirando normalmente os mesmos pescadores todo o período.

Por outro lado, um dono de armadilha disposto, encontra muitas vezes solução para esses problemas atuando diretamente. Presenciei um compor a equipe de pesca de rede de agulha já que o momento era oportuno para a ação e faltava, por qualquer motivo, o terceiro elemento constitutivo do grupo.

Fator de ordem econômica leva por vezes a reunião de pai e filho, ou de dois irmãos residentes sob o mesmo teto, a fim de canalizar os lucros para uma só fonte doméstica de despesa. Ainda o interesse econômico poderá conduzir a uma composição do grupo com a inclusão do dono da armadilha que por essa forma aumenta de um quinhão (o devido à sua jangada) o seu lucro na pescaria.

No mar, sempre um pescador é denominado o mestre que deve, por direito, ser aquele mais experimentado, com-

petindo a êle dar ordens em viagem e durante a pescaria. Não há contudo em terra qualquer diferença de remuneração, apenas por uma questão de deferência pode o mestre retirar em primeiro lugar a sua muqueca. Numa equipe homogênea ocorre o revezamento das posições sem qualquer demonstração de quebra de dignidade ou incompreensão. Em vista do observado pareceu-nos tratar-se apenas de uma questão de organização disciplinar indispensável ao bom êxito do feito e não uma demonstração de superioridade hierárquica.

Em pescarias como a da rêde de agulha, aparecem o mestre, o contra-mestre e o serrador, todos com tarefas definidas, funcionando também essa divisão, ao que parece, tal qual a anterior como mero controlador técnico no desenvolvimento do lance.

Outras atividades remuneradas não existem que imponham formação de grupos de trabalho de caráter cooperativo e formação espontânea. No trabalho da colheita os trabalhadores são contratados pela Fazenda que escolhe por intermédio do seu Administrador o grupo que deve atuar.

TRABALHOS COLETIVOS — Dos trabalhos coletivos não remunerados, feitos apenas com o propósito de auxílio mútuo, ainda aparece bastante operativo na sua institucionalização tradicional a cobertura de casa, e já um tanto desarticulado o da limpeza de cacimba.

4. Cobertura de casa

A necessidade imperiosa de se renovar cada período de um ou no máximo dois invernos a cobertura das casas, feitas com fôlhas de coqueiro, conserva ainda perfeitamente equilibrado êsse tipo de trabalho coletivo.

Feita a primeira cobertura, passa-se a substituir, tão logo comece a gotejar, de maneira parcial alternativa os lados do telhado, a começar pelo lado do sul que as chuvas e os ventos castigam mais fortemente, reunindo para isso o dono da casa um grupo maior ou menor de amigos, parentes e vizinhos.

Entre os vários fatores que contribuem para reunir pessoal estão a qualidade de cooperação reconhecida do dono da casa, o desejo de retribuir qualquer favor recebido e a reconhecida necessidade dos moradores que não possuam chefe ou êste se encontre doente.

Nesta última hipótese, surge entre os indivíduos aptos

a ajudar uma escala hierárquica demonstrativa de toda uma linha de ligações de compromissos, partindo dos parentes mais próximos e reconhecidos por todos como sendo os mais indicados para emprestar auxílio, fato também constatado em outros campos de ação.

Em linhas gerais a cobertura de casa se processa da seguinte maneira: reunindo o grupo, exclusivamente masculino, dá-se início ao trabalho debaixo de alegre vozerio com a divisão do serviço feita de maneira a colocar todos à vontade para assumir a sua função que, via de regra, já está implícita no reconhecimento por todos da capacidade de realização de cada um dos presentes. Segue-se a remoção das palhas velhas ao mesmo tempo que se armam os "tirantes", caibros que se colocam atravessados da meia parede central para a lateral da parte a cobrir e sobre a qual se apoiam os homens encarregados de amarrar as palhas. Se falta a parede central, outro caibro, pendente da cumeeira por duas cordas presas às suas pontas, a substitui.

A turma se divide entre os que ficam no chão "dando palha" (e os há possuidores de um jeito todo especial de "avovar a palha" que sai de suas mãos com um impulso precisamente calculado para alcançar a mão do que as está recebendo) e os que em cima as recebem, dispõem-nas superpostas duas a duas e prendem-nas aos caibros de uns 15 em 15 centímetros, por amarradilho de cipó em técnica contínua, com a aparência de um caseado largo. Ajeitam-se as palhas batendo com as mãos e espalhando os foliolo enquanto se faz o amarrado, tudo isso com uma destreza admirável. Todas as palhas utilizadas nesta operação são "quebradas".

Terminada esta primeira etapa, vai-se compor o "capote", feito não mais de palhas "quebradas" e sim com umas 5 palhas inteiras, amontoadas sobre a cumeeira de espaço a espaço, de modo a não deixar frestas, o que é orientado por alguém do interior da casa encarregado de ir mostrando os pontos a vedar. As folhas do capote são presas em dois paus, ajustados lateralmente à cumeeira pela parte externa do telhado. Como traço de acabamento, acertam às vêzes as pontas das palhas com uma faca, juntando-se um molho de foliolo com a mão esquerda e cortando-os como mão direita.

O dono da casa oferece o "ponche" que se constitui indefectivelmente de cachaça, acompanhada de vinho de genipapo, lagostim de "casca e nó" (apenas aferventado para ser comido descascando no momento) abacaxi, caju, moqueca de peixe, conforme a disponibilidade do momento.

Todo o grupo trabalha bem-humorado, trocando pilhe-

rias, fazendo reparos a qualquer deficiência técnica de um companheiro ou aludindo ao "ponche" que será servido ou já foi provado, incentivando-se mutuamente com aplausos a uma perícia demonstrada, tudo se desenvolvendo em um ambiente alegre com acentuado cunho lúdico.

5. Limpeza de cacimba

O segundo trabalho coletivo de caráter espontâneo ainda existente é o da limpeza de cacimbas, já aludido. Apresenta um processo de mudança em desenvolvimento, com implicações inclusive da transferência de atividade de um sexo para o outro.

O costume seguido é o de reunirem-se, sempre que isto se fizer necessário, membros das várias famílias que utilizam um determinado reservatório para em conjunto esgotarem-no, limparem as suas nascentes, deixando a cacimba ou o poço em condições de continuar a ser explorado satisfatoriamente.

Não há alguém determinantemente indicado para convocar o grupo, podendo qualquer pessoa se encarregar espontaneamente do assunto, combinando com as demais interessadas a hora e o dia mais conveniente.

A mesma cordialidade reinante entre aqueles que se reúnem para cobrir uma casa, registra-se no grupo empenhado em deixar a cacimba em condições de fornecer água limpa e abundante. Aqui, porém, notam-se expansões indicativas de descontentamento pela quebra do espírito de cooperação reinante outrora com maior amplitude.

As várias limpezas a que assistimos no núcleo sul, foram sempre feitas pelas mulheres que comentavam inconformadas, e a miúdo, não mais os homens quererem cooperar no trabalho. Diziam que "antigamente os homens todos limpavam cacimba, hoje não querem mais limpar". Entretanto, as limpezas de poços eram realizadas pelo elemento masculino.

Do lado norte ainda se registra a colaboração do homem na limpeza de cacimbas, conforme constatamos, contudo já sem generalidade.

Em certa ocasião assistimos a um grupo de mulheres e crianças do lado sul empenhadas no árduo trabalho de esgotar e remover a lama de uma cacimba natural bastante extensa (com uns 3 a 4 metros de largura máxima), tarefa claramente acima das suas possibilidades de resistência física, enquanto a poucos metros rapazes e homens batiam bola no campo de futebol do povoado, alheios ao que estava

acontecendo. De onde estávamos, se avistava o campo e uma das mulheres comentou que chamara o marido para ajudá-las e ele não veio, mas lá estava jogando bola. Outra acrescentou "amanhã vão ver como eles gostam de encontrar a cacimba limpa para tomar banho". No decorrer do trabalho um rapaz acercou-se do local, ficando a apreciar o serviço sem atender ao pedido de ajuda feito pelas mulheres que afinal mandaram-no embora, já que não queria ajudar, tendo então se retirado. Outro, cuja mulher cooperava, chegou com o filhinho ao colo, observou o grupo e desculpou-se de não colaborar, porque estava com o menino... Afinal, fizeram as mulheres sôzinhas o que puderam ajudadas pelas crianças e como escurecesse, resolveram dar por findo o trabalho, não sem reconhecer ter o mesmo ficado aquém do que desejavam. O grupo era formado por 10 elementos, sendo uma velha, três meninas, 6, 8 e 10 anos, três mças e três mulheres.

Pelo que nos foi dado observar, admitimos que o processo de mudança tenha raízes na iniciativa do antigo proprietário, transformando 3 antigas cacimbas em poços de alvenaria. Dificultando essa modificação o trabalho de esgotamento da água, e a remoção da terra para descobrir as nascentes, transferiu-se para os homens o trabalho de limpeza dos poços e aos poucos foram também deixando de colaborar com as mulheres para a limpeza das cacimbas, por se constituir em trabalho menos penoso e em vista de executarem sôzinhos a limpeza dos poços.

A atuação do trator da Fazenda tem últimamente contribuído para que se precipite a desarticulação ainda maior desses grupos de trabalho. Um informante do núcleo norte confirmando a ajuda masculina assim se externou: "eu de minha parte limpo, mais outro dia quem limpou a lagoa grande foi o trator...". Acrescentando: "demos Cr\$ 100,00 ao tratorista e mais doce de caju e êle limpou".

Cacimbas menores, particulares, localizadas em quintais cercados, são limpas por iniciativa dos seus donos e de sua família.

Grupos de crianças de ambos os sexos se articulam para limpar cacimbas revestidas com o tronco da macabeira, em vista do diâmetro das mesmas não permitir a entrada de um adulto. O trabalho é sempre supervisionado pelo dono da cacimba.

Nota-se que em tudo ainda se espera a espontaneidade de cooperação.

Aliás, a praxe de retribuição de serviços e atenções ante-

riormente recebidos, bem assim a obrigação moral de valorizar o comportamento caracterizado por formas patentes de exteriorizações do espírito cooperativo, de tolerância e de simpatia, registramos em várias situações concretas, indicativas de uma norma de conduta prevalecente ou pelo menos esperada e que se objetiva no reconhecimento dos referidos valores. O desvio ou transgressão dessa norma dá margem a reprovação explícita em comentários como este: "todo mundo ficou admirado com o que ela fez. Ela (a ofendida) não merecia isto porque sempre fez tudo por ela", comentário em torno de uma desavença registrada entre duas vizinhas. Em outra oportunidade em que foi queimado à noite, misteriosamente, na caçara onde se encontrava, o mangote explorado por três irmãos, todos pessoas de bem na comunidade, as apreciações foram na base de não se encontrar justificativa para o fato já que, diziam, "são rapazes tão bons, não fazem mal a ninguém".

Enquanto isso, quando sucedia algo desagradável a alguém que se projetava de modo a não se tornar digno da admiração geral, ouviam-se reparos como este: "foi bem feito, em todo o fuxico ela se acha" ou "ele podia não ter feito isso com fulano, agora aguente".

OUTROS GRUPOS — Afora esses grupos coletivos de trabalho, outros há que se apresentam com o sentido duplo, envolvendo um propósito de trabalho paralelo à intenção deliberada de distração ou lazer. Tem o feminino como cenário "o rio" ou sejam as lagoas ou cacimbas onde vão lavar roupa e aproveitam a oportunidade para tomar banho e conversar e o masculino a "caçara", ponto de reunião para os homens, onde cada sexo pode livremente ter suas próprias conversas, discutindo os seus problemas sem a interferência do sexo oposto.

6. Caçara

Na caçara passa o homem grande parte de sua vida. A não ser nos momentos de refeições, dificilmente encontra-se um homem ou rapaz em casa. Normalmente ele vai à caçara com propósitos vários. Move-o para lá a necessidade do conserto ou de confecção de qualquer instrumento de pesca, funcionando aí a caçara como oficina de trabalho. Por vezes o trabalho implica na reunião de mais de um homem e nesse caso a caçara opera como congregador do elemento humano com o sentido cooperativo dirigido a um campo de atividade.

Em outras ocasiões, cansado de uma penosa pescaria, escolhe a areia da caçara para retemperar as forças com um sono calmo e reparador, encontrando na caçara o local para repouso, acolhedor e sossegado.

Quando tem de estar alerta durante a noite, a fim de não perder a hora da maré e seguir para a pescaria no momento preciso é a caçara seu lugar de espera onde as horas passam mais rapidamente em conversas com os companheiros ou com o acompanhante de pesca.

Nas oportunidades que dispõe para se distrair, rumo para a caçara, reunindo-se a outros companheiros e com eles passando o tempo entre conversas sobre pescarias, projetos para o futuro, palpites sobre a vida alheia, comentários de procedimentos das mulheres, narrações de suas aventuras amorosas ou proezas no mar, enfim, encontrando na caçara o ambiente adequado às suas expansões e ao direito que tem o homem de viver a sua vida, longe dos compromissos de família e afastado das responsabilidades do trabalho.

É, portanto, a caçara para o homem um ambiente seu, no qual ingressa informalmente, quando, adquirindo sua independência econômica pelo exercício profissional exercido com pleno domínio técnico, pode ser equiparado ao adulto responsável e capaz de constituir família e garantir a sua manutenção.

7. O "rio"

Muito embora a denominação de "rio" seja a corrente, não existe qualquer curso d'água por perto que seja utilizado pelas mulheres para a resolução dos seus problemas domésticos. Quando assim se externam, referem-se às lagoas e cacimbas naturais existentes às dezenas na faixa compreendida entre a praia e o mangue. Ir ao "rio" equivale a dizer, ir a um manancial qualquer com o propósito de lavar roupa, o que é feito em grupos cada semana, nos dias de sábado preferentemente. Não obstante, tais grupos se articulam mais vezes durante a semana e até diariamente, com menor amplitude, reunindo mães com filhos pequenos, com família numerosa ou que estejam com alguém doente e necessite por isso mesmo de mais dias para trazer em ordem a sua roupa e dos seus.

Sendo as cacimbas em grande número, distribuem-se as mulheres por aquelas que mais vantagens lhes tragam, quer sob o ponto de vista da qualidade da água, selecionada pelas mais exigentes, quer pela maior proximidade da casa ou me-

lhor acesso, quer ainda pela companhia do grupo que lá costuma se reunir e não raro de maneira inversa, quando desejam evitar a companhia de alguém com quem estão incompatibilizadas.

Ao contrário do que acontece na calçara com referência aos meninos, o ingresso da menina em tais grupos dá-se muito cedo, ainda em tenra idade, sem a menor restrição, enquanto que aos meninos maiores, "meninos taludos" ou "meninos sabidos" (dependendo isso não da idade cronológica, mas do desenvolvimento mental apresentado ou do critério da mãe para avaliar tal desenvolvimento) é vedada a participação. Aliás, o critério de avaliação da mãe sofre muitas vezes reparos por parte das outras mulheres que reprovam a vinda do menino dizendo: "isso é lá mais menino prá se trazer prá o rio"... e a mãe benevolente cede à pressão do grupo, passando a evitar a vinda do filho ou a não mais trazê-lo consigo.

Enquanto as mulheres e môças ensaboam a roupa, botam-na para corar, enxaguam-na e torcem-na, o que é feito normalmente com trajos às vezes bem sumários, as meninas brincam por perto e são chamadas para auxiliar, quando surge ocasião para tal, inteiramente ambientadas.

Durante o trabalho conversa-se sobre tudo e sobre todos. Os últimos acontecimentos ocorridos no povoado recebem os comentários prós e contras, os assuntos domésticos saem em cena, as queixas dos maridos são bem ouvidas, as doenças dos filhos são relatadas, remédios a usar são ensinados, enfim, é no rio que a miúdo se fazem ou se desfazem malquerenças e se tem liberdade de discutir assuntos de interesse das mulheres. Freqüentemente as nossas informantes aludiam na conversas assuntos ventilados lá. "Soube hoje no rio", "ela estava falando outro dia no rio" etc., funcionando assim o rio como um ponto importante de irradiação das novidades locais.

Normalmente a faina do dia da lavadeira termina com o banho. Algumas voltam para a casa trazendo a roupa ainda para estender e outras se demoram mais no rio e conduzem de volta a roupa já enxuta.

Em ambos os grupos analisados prevalece, como bem acentuou Malinowski (1948 pág. 78), o princípio biológico condicionante universal de instituições baseadas nas divisões sexuais de atividades e funções. Num e noutro guarda-se rigorosamente a exclusão do outro sexo que, reconhecendo ser inadequada a sua intromissão no grupo ou mesmo a sua permanência no local, conserva-se inteiramente afastado deles sem ser necessário explicitar maiores sanções.

Com referência ainda à divisão por sexos registramos que, de modo geral, em qualquer reunião pública, aparecem os sexos em grupos separados, agregando-se crianças de ambos os sexos ao elemento feminino. Tal aconteceu certa noite, quando escutávamos um "cantador" de visita ao povoado.

Sentados quase todos no chão, estavam os homens em círculo próximo aos cantadores e uns três ou quatro utilizavam tamboretos ou caixotes. Por trás situavam-se outros homens de pé ou sentados e mais distantes viam-se algumas moças. As crianças pequenas de ambos os sexos penetravam no círculo dos homens e escolhiam livremente os seus lugares sem serem recriminadas desde que não tomassem a frente dos outros. Contudo não vimos qualquer menina maior, mocinha ou mulher procurarem os lugares expostos demais à vista do auditório. Notamos a ausência ponderável do elemento feminino e fomos encontrar sua maioria reunida no quintal da casa contígua ao terreiro da venda onde se desenrolava o desafio, para onde nos conduziram por ser melhor para nós, alegaram. Cômodamente sentadas em bancos, lá estavam as mulheres mais velhas, as velhas propriamente ditas, as mulheres que tinham filhos pequenos, os quais conservam ao colo adormecidos ou amamentando, as moças já não casadoras e as recém-casadas. Também algumas meninas, filhas de mães presentes lá estavam. Viam sem ser vistas por entre a cerca de vara, comentando à sua vontade e a seu modo os assuntos abordados e rindo não raro, quando lhes aprovia, longe dos olhares dos homens que ao lado de fora a multidão se expandiam em estrepitosas gargalhadas diante de algum dito chistoso.

Mesmo os namorados e até os noivos raramente são vistos juntos permanentemente nas reuniões coletivas e nas festas.

Tal norma de conduta seguida em algumas ocasiões, com bastante rigidez, já encontra os seus transgressores com especialidade entre os elementos mais novos.

Havendo uma calçara próxima do local de qualquer reunião, seguem para lá os homens à proporção que vão chegando e lá ficam a conversar, fazendo hora e observando o ambiente para se aproximarem no momento preciso.

Na igreja, habitualmente, as mulheres e as crianças ocupam todos os bancos, enquanto os homens e rapazes escolhem entre ficar no alto-mór, aquêles mais devotos ou que desejam estar mais em evidência ou postarem-se atrás, de pé, próximo à porta principal, saindo por vezes para o pátio externo e tornando a entrar na igreja durante o desenrolar

da cerimônia, com especialidade quando se trata da recitação do têrço, feita as mais das vèzes, sem a presença do sacerdote.

Nas procissões, na bandeira de São João (quando se espera que mulheres formem logo após o andar e os homens a sigam), assistindo a uma partida de futebol (quando normalmente os grupos se distribuem sentados ou em pé em torno do campo) o elemento môço é visto em grupos mistos. Nas procissões e na bandeira de São João tais grupos não são permanentes, observando-se que se desarticulam durante o percurso, passando os transgressores para os seus respectivos lugares, muito embora se rearticulem algum tempo depois indo assim até o fim do cortejo.

Por ocasião do casamento de caráter festivo que tivemos oportunidade de assistir, os grupos masculinos e femininos não estiveram perfeitamente delimitados durante o cortejo e assistindo à cerimônia, quando todos acorreram ao altar-mór para melhor apreciar os noivos e o padre. Em casa, porém, quando se tratou de obsequiar os convidados, a mesa de honra foi composta pelo sacerdote celebrante à cabeceira, os noivos, a professora municipal e seu irmão (que funcionaram como padrinhos do noivo) o padrinho da noiva, que foi o dono da casa onde ela estava depositada e onde se realizou o casamento, mais dois senhores idosos dos mais religiosos da comunidade e amigos do padre e a pesquisadora. Nenhum elemento feminino local foi chamado para compor a mesa, nem mesmo a madrinha da noiva. As mulheres se mantinham afastadas, auxiliando algumas a preparar os alimentos ou ajudando outras a servir a mesa, havendo também as que se mantinham na posição de meras observadoras. As crianças espalhavam-se desordenadamente por tôda a parte e os rapazes e homens menos categorizados foram para a calçara que ficava confronte à casa da festa e pertencia ao mesmo dono.

O noivo não se serviu de nada à mesa, demonstrando preocupação. Fêz apenas ato de presença durante algum tempo, pediu licença e foi obsequiar os convidados, dando ordens e desdobrando-se em atenções para com todo o mundo. Não esqueceu a calçara e lá também ia vez por outra para atender aos amigos e servir-lhes ou mandar servir bebidas. Assim, teve de dividir-se entre a casa e a calçara, enquanto a noiva se mantinha em uma posição distante de sua auxiliar direta, sem corresponder todavia à altura da evidência em que se mantinha o noivo.

Uma oportunidade em que se mantém muito ajustada a

atuação separada dos sexos é por ocasião do entêrro. Jamais a mulher acompanha entêrro de adulto, casado. Apenas os homens e rapazes comparecem para levar o corpo ao cemitério, seja qual fôr o sexo do morto. Pode ocorrer o comparecimento de algum menino mais curioso, todavia, jamais vimos qualquer menina no meio do grupo.

Por ocasião do entêrro de uma senhora, observamos que os homens se dirigiam ao chegar para a calçara que ficava confornte à casa enlutada, tendo quando muito passado pela porta da casa sem contudo entrar. Na hora de sair o entêrro não havia no local gente sequer para carregar o caixão. Entretanto, de um momento para o outro, foram aparecendo os homens e chegamos a contar mais de 20.

Via de regra as mulheres ficam em suas respectivas casas, olhando passar o féretro e nem ao menos vão à casa enlutada, enquanto lá permanece o defunto, exceto aquelas que são mais aproximadas da família pelo parentesco ou pelos laços de amizade.

Os enterros de crianças (anjos) e das môças solteiras independente da idade, apresentam outro aspecto. O caixão é de ordinário conduzido no primeiro caso pelas crianças de ambos os sexos que também acompanham à vontade o cortejo, comparecendo igualmente adultos de ambos os sexos. Na segunda hipótese aparecem as môças que de ordinário levam o caixão.

Onde encontramos menos ajustada a norma de separação dos sexos em reuniões coletivas foi na "Ciranda", quando sem restrições se forma a roda tomando nela parte crianças, adolescentes, homens e mulheres independentes de sexo, idade ou estado civil. Por vêzes encontram-se na roda representantes de três gerações, avós, filhos e netos, muito embora alguns digam que já brincaram muito, mas agora não brincam mais porque não acham bonito pais e filhos juntos na roda da Ciranda.

Fora da roda a fôrça do hábito leva os indivíduos a se reunirem em grupos separados onde se vêem predominantemente a formação convencional de mulheres e crianças em um canto da sala e os homens em outro canto ou, então, do lado de fora, se a casa está muito cheia. O "sereno" é misto e por vêzes aparecem olhando pela janela cabeças femininas e masculinas. São aquelas que não querem dançar ou preferem divertir-se observando os outros e tecendo comentários muitas vêzes com sentido depreciativo e não raro têm como consequência amuos ou discussões.

8. Conclusões

Tanto quanto pudemos observar o núcleo atravessa, de 1953 para cá, uma fase de transição que o deixa meio desarticulado politicamente, como consequência da perda do líder paternalista personificado no antigo proprietário, como já dissemos. Ainda não houve tempo para se processar uma rearticulação de valores capaz de projetar em evidência alguém com atributos indispensáveis à escolha ou à imposição de liderança. Isso se torna tanto mais complexo quanto verificamos que a situação de inevitável dependência dos poderes direcionais da Fazenda perdura, atuando, todavia, desequilibradamente em relação ao passado. Ao lado de se conservar a autoridade, ainda reconhecida e acatada por todos, vão sendo afrouxados e enfraquecidos os laços de ligação pessoal com o proprietário e afastando-se a ação assistencial que durante mais de três décadas se fez sentir em justa medida, de maneira efetiva e satisfatória.

Esse estado de coisas é facilmente isolado pelas exteriorizações de quantos hoje recordam os outros tempos, mesmo reconhecendo o ar por vezes prepotente que revestia situações concretas relacionadas com o deliberado intuito de justificar violências aludidas, pela compensação assistencial recebida cotidianamente de maneira franca e decidida.

A não ser na esfera religiosa e diversional, onde já está claramente delineada a liderança de um indivíduo que toma conta da igreja há vários anos, organiza as festas, promove os terços, arranja as brincadeiras e é consultado cada vez que se deseje atuar nesse terreno, nos demais ninguém aparece como o mais apto ou esclarecido para agir ou responder por determinado setor.

Os donos de armadilha são os mais normalmente indicados para atender a alguma solicitação de ordem econômica, já que se admite terem eles maiores disponibilidades financeiras. Não obstante, as variações desta norma aparecem quando se busca a resolução do problema dentro do âmbito familiar ou apela-se para um amigo, se este está capacitado, no momento, para resolver a situação.

Profissionalmente indicam não raro os mais velhos como melhores conhecedores dos segredos da pesca, levando-se muito em conta o valor da experiência acumulada através do tempo, mas sem individualizar, ao mesmo tempo que reconhecem a eficiência de elementos novos que começaram a pescar "outro dia" com um mangote e hoje "conhecem de

tôda pescaria". Assim, não é necessariamente a idade que se impõe como determinante de maior eficiência e sim as possibilidades e o esforço do indivíduo aliados à certa dose de experiência adquirida a curto prazo.

CAPITULO V

O HOMEM, AS CRENÇAS, AS DIVERSÕES

1. Considerações gerais

Em sua totalidade a população se diz católica, muito embora haja sensíveis diferenças de grau na intensidade religiosa, demonstrada nas variedades de exteriorização do credo. Alguns são mais "chegados" à Igreja, freqüentam as missas, recebem os sacramentos e não perdem os terços, prática devota de iniciativa dos próprios membros da comunidade, liderados pelo homem que toma conta da igreja (e é chamado sacristão) secundado por uns poucos elementos femininos mais piedosos. Dentre estes últimos estão três irmãs solteiras e mais outra moça que também ainda não casou, tôdas maiores de trinta anos, alfabetizadas e apontadas como exemplo de mães ajuizadas e de bom comportamento. Além delas, uma senhora de meia idade, casada em segundas núpcias e considerada como sendo alguém que "sabe muito bem ler", e presta seu auxílio precioso durante o mês de maio e na trezena de Santo Antônio e cada vez que o cerimonial exija leitura de práticas e exemplos. As mocinhas e meninas à medida que vão aprendendo os cânticos começam a cooperar nas cerimônias de modo espontâneo, até que reconhecido o seu "status" de adulto são chamadas pelas "cantoras" para atuarem em conjunto. Normalmente a mulher se afasta das atividades religiosas nos primeiros anos de casada para depois retornar em idade madura, quando diminuem os encargos que têm de dispensar aos filhos pequenos. Comenta o sacristão que "essas mães depois que se casam, se esquecem da igreja. Quando estão solteiras vivem agarradas com Santo Antônio. Santo Antônio faz o milagre delas se casarem e depois nem se importam mais com ele. Se eu fôsse Santo Antônio não casava mais nenhuma daquelas condenadas ou por outro, acabava o casamento

delas na porta da igreja". Referindo-se aos elementos citados que realmente são os que sustentam o culto, disse-nos certa vez "se fulanas casassem, se acabava a igreja", isso porque não vê na gente môça quem se interesse com afinco pela causa da Igreja. Os elementos masculinos mais devotos são ainda em menor número, apontando-se um ou outro que tome parte ativa na vida religiosa com ou sem a presença do sacerdote. O certo é que a maioria dos habitantes mantém-se afastada da prática da religião e muitos, mesmo morando nas proximidades do templo, só acidentalmente comparecem às cerimônias, preferindo, ao que dizem, "rezar em casa" ou aparecendo na igreja quando depois do têrço há uma Ciranda ou ocorre o levantamento ou a entrega de uma bandeira de santo. A assistência eclesiástica, atualmente, restringe-se à visita que faz ao povoado cada dois meses, o sacerdote, vigário da paróquia onde se inscreve o povoado e que tem sede no Município.

Em face do seu extenso raio de ação, limita-se o pároco a um pequeno contacto com o povo, durante apenas algumas horas, procurando organizar a escala de suas visitas de modo a estar presente nas comemorações do padroeiro e na festa de Reis, esta última, promovida pela Fazenda. Em outras grandes festas do calendário católico, inclusive na Semana Santa e pelo Natal, não preside às comemorações que se realizam (quando tal acontece) a modo do povoado, e por iniciativa do sacristão ou na sua ausência por alguém que esperam faça-lhes as vêzes e se encontre entre o grupo daqueles mais assíduos às cerimônias. Quando muito a intromissão do sacerdote em tais prática limita-se a aconselhar anteriormente que se reúnem na igreja para rezar em conjunto o têrço ou outras orações onde se incluem cânticos selecionados pelos dirigentes da solenidade, com maior ou menor adequação à festa que se comemora.

Em suas visitas ao povoado o pároco celebra o sacrifício da missa, ajudado por um coroinha que o acompanha, confessa os que o procuram, distribui a Comunhão e acidentalmente batiza ou casa alguém. Suas práticas, geralmente por ocasião da missa, exercem influência catequética pouco apreciável, atingindo tão somente a um reduzido número de fiéis que são justamente aqueles mais devotos. Outros há que não se apercebem sequer da presença do padre na comunidade, nem sentem a necessidade, por exemplo, de regularizar a união de filhas que fugiram e se encontram, faz muito tempo, amasiadas.

Em oposição a êsse estado de coisas, lêem-se nos livros

do Apostolado da Oração, fundado em 1916, atas das reuniões mensais, escritas com boa ortografia, ótima letra e redação perfeita, onde se consignava no "Tesouro do Coração de Jesus" até 697 rosários, 207 mortificações, 152 comunhões, 330 obras e 179 visitas ao Santíssimo Sacramento. Por essa época diziam-nos haver padre permanente no povoado. Os mais antigos lembram Santas Missões e falam em tempos idos quando o povo era mais religioso e a Igreja mais respeitada. Mesmo com tais alternativas, conservam ainda a religião católica como base de suas crenças. Não tendo havido até agora a introdução na comunidade de outro credo religioso e não existindo no povoado outra igreja a não ser a capelinha do padroeiro Santo Antônio, de antiga tradição, o culto dos santos e as comemorações de suas festas continuam as mais sensíveis formas de externar o espírito religioso do povo.

Veneram a imagem de Santo Antônio da Igreja, acreditando no seu poder especial de operar milagre, relatando favores obtidos por seu intermédio e exaltando-lhe a beleza e perfeição. Apenam para o seu poder, retribuindo-lhe as graças obtidas com pagamento de promessas materializadas em velas que acendem diante de sua imagem, foguetes que soltam em sua honra ou ainda, o que é muito comum, com a nomeação dos filhos, sendo rara a família em que não se conta um ou mais Antônio ou Antônia.

Outro Santo igualmente venerado por essa última forma é São Severino dos Ramos e embora não o festejem, como acontece com São João, São Pedro, Santa Luzia e N. S. da Conceição, são inúmeros os Severinos nas famílias.

Em época de crises ou doenças epidêmicas costumam fazer orações públicas, à noite, em forma de peregrinação, cantando benditos e invocando especialmente a proteção de São Sebastião.

Os versos estão muito estropiados e são mais ou menos assim:

São Sebastião
Jesus afirmou
Que livrasse da peste
Pelo vosso amor

Por morte de Cristo
meu santo varão
Livrai-nos da peste
São Sebastião

São Sebastião
Sois o intimo pastor
Livrai-nos da peste
pelo vosso amor

São Sebastião
sois o lindo pastor
Morresse no campo
pelo vosso amor

São Sebastião
Foi Jesus que mandou
Que livrássemos da peste
pelo vosso amor

São Sebastião
Fôste amarrado
Numa laranja
fôsse trespassado

Valem-se muito do Santíssimo Sacramento, apesar de hoje não permanecer o Santíssimo no Sacrário por mais tempo do que o da visita do padre, demonstrando as mulheres o seu reconhecimento pelo favor recebido com o uso de vestido vermelho durante algum tempo, o estipulado para a promessa, não importando porém, que findo o prazo, permaneçam ainda com o traje até que o vestido se acabe.

Por outro lado, dão mais valor à tradição do que as ordens e mudança emanadas do poder eclesiástico. No dia de Santa Luzia ouvimos o seguinte comentário: "tem gente que diz que o Bispo tirou o dia santo, mas eu não tenho nada com isso, guardo sempre". A força de tal concepção está bem patente no fato de que nenhuma jangada foi ao mar nesse dia e tudo tomou ares de dia santificado.

Tôda a comunidade guarda os domingos e os dias santos que consideram "grandes" como Natal, Sexta-feira da Paixão, Santo Antônio, São Pedro, N. S. da Conceição, Santa Luzia, quando os homens não vão à maré, os bilros das almofadas das mulheres emudecem e evitam "trabalhar de ganho". Contudo, as restrições não atingem o trabalho feito para si e para os seus de onde não lhe advenha remuneração, por maior que seja o empreendimento, como o conserto de uma casa ou a confecção de um cercado. Não é rígida, porém, essa norma, existindo exceções.

Via de regra, aos domingos, seguem quase todos para a sede do Distrito onde vão fazer a feira para a semana. Jamais qualquer pescador foi a maré em dia de domingo durante todo o tempo da pesquisa. Não obstante, dizem que durante o inverno, quando estão em dificuldades e as pescarias são pouco rendosas um ou outro aproveita um domingo de sol bonito para arriscar uma ida à maré na esperança de trazer um peixinho, quando mais não seja, para ser utilizado na própria alimentação.

O mesmo ocorre nos dias santificados que consideram, conforme já foi dito, "grandes" ou aqueles em que, por devoção, resolvam guardar, contando-se desastres terríveis sucedidos aos pescadores que infringem tal norma, desafiando aos santos. Ainda no ano em que estivemos no campo contaram um caso acontecido no povoado vizinho com uma canoa que foi pescar no dia de São Pedro, padroeiro dos

pescadores, como é sabido. A embarcação ficou desarvorada com uma tormenta que se desencadeou, perdendo os pescadores a rede e quase perdendo as vidas. O prejuízo foi avultado para eles e tão logo chegaram em terra "o tempo levantou e na hora da procição o dia ficou lindo", concluindo a informante: "só sendo castigo".

Mesmo quando não atinge proporções dramáticas o que sucede ao pescador que se afasta da norma seguida, conforme ilustra a história relatada, encontram sempre motivos justificativos de ordem sobrenatural para o insucesso da pescaria realizada em dias considerados impróprios. Não apenas fatos e histórias são contados aos novos com propósitos de incutir-lhes o respeito pela norma ainda hoje acatada. Versos antigos que espontaneamente nos foram recitados, agem como instrumento convincente. Os que recolhemos referem-se a alguém que foi pescar no dia de Santa Luzia e só trouxe 4 peixinhos:

"A todos senhô eu levo
vêspa de Santa Luzia
Uma grande pescaria
que Zé Miguê fêz nos covo
com isso não desaproveo
saiu daqui João do Meio
Quem bem merece um conselho
Foge da sociedade
Foi vendido na cidade
3 cambuba e 1 vermeio".

Na realidade, o que se verifica nos dias considerados santos e nos domingos é que afora os trabalhos de rotina doméstica, geralmente, passam o resto do dia ociosos.

Os homens vão para a caçara ou passam pela venda para a sua "bicada". Além disso, é principalmente em torno do futebol que o elemento masculino gravita em tais dias. Se há jogos que interessem no Recife, um bom grupo se reúne ao pé do único rádio de bateria que existe, localizado na venda do comerciante mais abonado e lá fica escutando a partida. Quando não seguem até a sede do Distrito, se por lá há jogo programado, existindo também aqueles que, aproveitando a folga, vão bater bola no campo de futebol local. A atração máxima, contudo, é exercida sobre a grande maioria da população quando um time da redondeza vem medir força com o de Cajui.

Na época da pesquisa estavam em grande forma os ca-

julenses, já que das três vezes que jogaram com seleções de fora, jamais perderam, o que se constituiu sempre motivo de exaltação e orgulho local. Nessas ocasiões a maioria da população, independente de idade e de sexo, ia para o campo torcer e a tarde o povoado assumia aspecto desusado, vendo-se estampada nas fisionomias de todos uma animação e alegria incomuns.

E ainda nesses dias de descanso relativo que as mulheres saem para fazer alguma visita formal a parentes e amigos ou então sentam-se às portas das casas para conversar despreocupadamente com uma vizinha, enquanto os filhos menores, geralmente com roupa domingueira, brincam pela redondeza.

As mocinhas por vezes passam em grupos, passeando sem destino ou levando o propósito deliberado de encontros com os rapazes de sua simpatia. Não raro também vêm-se grupos mistos de adolescentes, quando o interesse do rapaz pela moça já é do conhecimento geral.

Nos dias santos, à noite, reúnem-se os mais devotos na igreja para rezarem o terço seguido da ladainha de N. Senhora, quase sempre cantada. Encerram o cerimonial com um hino ou cântico religioso alusivo à data que comemoram ou ao santo do dia. Aos domingos, porém, a não ser durante o mês de maio quando se reza diariamente na igreja ou no domingo da trezena de Santo Antônio, não costumam ir à igreja para fazer orações em comum.

2. A Ciranda

A "brincadeira" que mais entusiasmo desperta, ainda hoje, nos velhos, moços e crianças de ambos os sexos é a Ciranda.

Trata-se de uma dança de roda onde os participantes de mãos dadas para o alto, conservando os braços fletidos em ângulo reto e oscilante para a frente e para trás, acompanham o jogo do corpo em reverência discreta, tudo em sincronia com os passos coreográficos desenvolvidos dois para frente e dois para trás, ao mesmo tempo que vão caminhando para a direita, fazendo girar a roda sem parar.

A "brincadeira" se realiza sempre à noite, no interior de uma casa, sendo o ambiente iluminado por um ou dois candeieiros de querosene.

A orquestra compõe-se do zabumba, da caixa de guerra e do ganzá, postados a um canto da sala, todos marcando o ritmo da música que é "tirada" por um dos presentes, homem ou mulher, e é respondida pelos demais. Geralmente a letra

se distribui em quadras, sendo os dois primeiros versos tirados e os dois últimos respondidos. Dizem eles quando isso ocorre que a ciranda é de "quatro pés". Outras há a que denominam "ciranda de versos" se há uma quadra utilizada como estríbilho e outras muitas que vão cantando intercaladas com a primeira.

Quanto à composição coreográfica propriamente dita, há várias modalidades, sendo a mais comum aquela que apresenta um dançador ao centro, em revezamento contínuo e que durante o tempo em que está dentro da roda exhibe seus dotes coreográficos, alguns demonstrando bastante desembaraço e emprestando muita graça e leveza aos movimentos que são feitos dentro do ritmo ao gosto do dançarino. Querendo voltar à roda, o que se dá dentro de minutos, salvo exceções, o dançarino chega em frente de quem deseja que lhe ceda o lugar ou quer que venha para o centro, faz um cumprimento e imediatamente trocam-se os lugares sem interrupção da dança.

Além dessa ciranda, existe outra que denominam ciranda do chale e é dançada com um pano qualquer passando do ombro de um para o dos outros. Pode ocorrer também que duas pessoas vão para o centro, que se façam duas rodas concêntricas para atender à afluência de participantes e o limite exíguo do salão de danças e ainda brincam com animação a ciranda que denominam "minha Lôlo" quando colocam no meio da roda uma garrafa. Nessa hipótese poderá ir para o centro um ou dois dançadores que devem se exhibir de modo a não derrubar a garrafa. Caso não se saia bem, tem que pagar uma garrafa cheia de vinho ou cachacha para os outros beberem, se o que derrubou foi homem, caso tenha sido mulher, pagará se quiser, mas quase sempre fica livre da indenização.

É de praxe servir um cafêzinho no meio da noite ou oferecer qualquer lanche, a fim de conseguir que os dançarinos dancem durante toda a noite.

Em todas as cirandas que observamos, a máscara fisionômica, tanto dos que estão na roda como do que "brinca" no centro, permanece como que indiferente aos movimentos do corpo, guardando uma imobilidade só quebrada nos momentos de tirar ou responder os cantos, como se tudo dependesse de grande atenção ou obedecesse às normas de um ritual.

Há uma rica variedade de músicas, todas deliciosamente melodiosas e a quantidade de letras, "versos de ciranda", é impressionante não apenas pelo volume, como pelo conteú-

do que guardam. Colhemos perto de 200 quadras, sem o menor esforço e no desenvolver da "brincadeira" surgia constantemente material nôvo para nós.

Infelizmente a ciranda já está sofrendo o impacto de influências externas e o "baile", danças em clubes ou arraiais públicos onde os pares se enlaçam, já conta com muitos adeptos que o preferem à dança tradicional, não sem a reprovação formal dos mais conservadores. Isso ocorre, principalmente, entre os habitantes do núcleo do Sul que não raro vão às cirandas apenas para "olhar e fazer caçoada", mas se deslocam para fora do povoado em busca dos "bailes".

Não obstante, o material colhido e as observações feitas se constituem em manancial apreciável para análise circunstanciada não apenas do aspecto lúdico da brincadeira, mas sobretudo da função sócio-cultural que até hoje apresenta, o que pretendemos fazer em outro trabalho.

3. Os Santos e suas Festas

Muito poucos possuem imagem em casa, registrando-se, contudo, as estampas coloridas ou não, quase sempre enquadradas e dispostas arbitrariamente de ordinário nas paredes da sala de visitas. Apenas um santuário foi notificado em casa do Sacristão. Aliás, não está colocado em lugar de destaque ou de honra, figurando sobre uma banquetta na divisão dianteira do corredor, onde também se encontra a mesa para refeições.

Dentre as 5 imagens dispostas no seu interior, duas há que não pertencem ao dono da casa e são propriedade de um aparentado seu que, alegando não possuir um santuário para guardá-las, pediu que lá as pusesse.

Tanto em imagem como em estampas, N. Senhora aparece representada com maior freqüência sob várias invocações e predominância da Imaculada Conceição. Seguem-se Santo Antônio e o Crucificado, igualmente figurados em imagem e estampa. Os demais encontrados — Coração de Jesus, São Jorge, São João, São Severino do Ramos, Sagrada Família — são representações figuradas em estampas litúrgicas e velhos cromos de folhinha.

As festas de santos que comemoram coincidem com o calendário oficial da Igreja Católica.

O PADROEIRO — Santo Antônio, como padroeiro, recebe as homenagens dos habitantes com o privilégio da presença do pároco no dia da festa. Assim as cerimônias litúr-

gicas têm a orientação direta do sacerdote que celebra a missa num ambiente festivo e contando com a afluência de maior número de habitantes que acorrem à igreja sem demonstrações extraordinárias de devoção além das habituais, apenas ostentando roupas novas e, se coincide, levando algum filho ou afilhado à pia batismal.

A igreja recebe ornamentação mais aprimorada do que a de costume, vindo por vezes até flores de fora. Os foguetes se fazem presentes. Normalmente sai a procissão que faz percurso variável, rodeando por vezes apenas a igreja e recolhendo-se a seguir, dando-se por encerrada a festividade depois de se fazerem as orações convencionais. Findas as cerimônias religiosas, é normal irem dançar a Ciranda em casa de alguém que no momento pode ceder a sala de visitas para a brincadeira.

Fala-se em tempos idos quando a festa era revestida de grande animação, havendo banda de música, vinda de fora, leilões, barracas de prendas, tudo disposto em frente da igreja. Hoje a festa se processa dentro de uma simplicidade condizente com as reduzidas possibilidades sócio-econômicas do povo.

Treze dias antes do dia da festa, reúnem-se à noite os mais devotos na igreja, rezando a trezena em honra do Santo, cantando hinos em seu louvor. Cada família mais favorecida ou que tenha feito alguma promessa a Santo Antônio e queira pagá-la toma a seu encargo o patrocínio de um noite, oferecendo velas, flores e querosene, utilizado na iluminação da igreja e na ornamentação do altar.

A QUARESMA — Durante todo o tempo da quaresma o terço é rezado à noite nas segundas, quartas, sextas e sábados, sempre seguido pela ladainha de N. Senhora e cânticos alusivos à paixão do Cristo e à redenção das almas.

Curioso é que mesmo durante esse tempo, quando sistematicamente vão quatro vezes por semana fazer orações em comum no templo, o domingo não entra em pauta. Não sabem explicar porque isso acontece, apenas alegam ser o costume e dizem "sempre se faz assim".

Velam as imagens durante o tempo quaresmal, descolando-as para as cerimônias comemorativas da Ressurreição que não diferem das demais, seguindo-se a norma adotada da recitação do terço, etc.

O MÊS DE MAIO — A devoção mariana é ainda a que mais movimentava a comunidade, conseguindo-se normalmen-

te manter durante todo o mês as orações em conjunto feitas à noite na igreja.

Nos últimos dias de abril saem crianças e mocinhas em grupos, pedindo pelo povoado auxílio para o mês de maio. Agora este auxílio prévio organiza-se uma lista de patrocinadores, incluindo tôdas as residências que possuem chefe de família válido, a partir do Norte até a última casa do Sul, sabendo-se assim facilmente a ordem dos "noiteiros". As ofertas constam principalmente de velas e querosene, havendo alguns "noiteiros" que se destacam, enviando além disso flores e foguetes, ação admirada por todos que não se cansam de elogiar o rasgo de benemerência do ofertante. Na época da pesquisa, um dos que mais contribuiu, enviou além das velas e querosene dúzia e meia de foguetes, sendo meia de foguetes grandes. Foi uma noite excepcional e apesar da chuva que não cessou de cair, soltaram todos os fogos, muito embora alguns fôssem de opinião que se devia guardar uns para o último dia.

Não obstante tôda a pompa da noite, comentada pelos presentes que acrescentavam a circunstância valorativa de que o "noiteiro" mandara vir tudo da sede do Município, nem ele, nem a mulher compareceram ao mês de maio.

Conquanto o Sacristão se queixe de que as meninas não querem mais sair para "tirar dinheiro", afirma que é o mês de maio que sustenta a igreja durante quase todo o ano, com a sobra das velas e do querosene. "A festa de Santo Antônio também ajuda, mas o forte é o mês de maio", talvez pela extensão dos festejos já que se inicia no dia 30 de abril, quando se levanta a bandeira, às vezes de modo apenas simbólico, como ocorreu em 1958, e vão até 31 de maio, sem interrupção.

Na ocasião em que assistimos aos festejos o mastro foi fincado em frente à igreja pelo Sacristão, ajudado por um outro homem, no fim da tarde do dia 30 de abril, sem qualquer cerimonia, após o que o Sacristão tocou no sino a Ave-Maria antes mesmo das dezoito horas e foram soltados três foguetes, promessa de uma mulher no domingo de Páscoa e que não haviam sido queimados naquele dia. Comentando o fato, disse-me uma das cantoras da igreja: "Foi bom para chamar o povo para o mês de maio, pois ouvem os três foguetes, pensam que tem mais e à noite chegam para o levantamento da bandeira". Assim ficou sugerido que normalmente a afluência é pequena, precisando então haver um chamariz.

A noite a igreja estava cheia de homens, mulheres e

crianças aguardando a hora do levantamento da bandeira. Em dado momento começaram a concentrar-se no altar-mór as meninas e mocinhas, disputando o recebimento de lanternas toscas, feitas de papel almaço, com uma vela dentro que estavam sendo distribuídas pelo Sacristão e por uma das môças do grupo que sempre está à frente das festividades religiosas. Acesas as velas, foram formados os "cordões", isto é, duas alas que se dirigiram sem muita ordem para a porta da igreja seguidas da bandeira, carregada (em sentido horizontal, com a cabeça da efígie para a frente) por quatro mocinhas, cada uma segurando em uma das pontas da bandeira. Entre as môças figurava uma pretinha que é criada por uma família e é o único elemento que tem no povoado a posição, digamos, de uma serviçal doméstica. As outras três eram filha e netas de gente radicada no local e que afasta uma vez mais a idéia de existência de estratificação sócio-econômica discriminativa, conforme já acentuamos em outro capítulo.

A Bandeira é de cetim branco, com a efígie da Imaculada Conceição pintada a óleo e mede mais ou menos 0,85x0,65 cm. Atrás da Bandeira iam as cantôras em número de seis, havendo quatro solteiras e duas casadas. O Sacristão e sua auxiliar, já citada, envidavam esforços para organizar os "cordões" e se empenhavam em trazer acesas as velas, o que não conseguiam em face do forte vento que soprava. Resolveram, então, trazer o lampião da igreja e aí começou propriamente a cerimônia. Autoritário o Sacristão dava as ordens — "olha o cordão, menina" e as alas no momento tomavam uma certa ordem para logo a seguir se desarticularem de novo. Quando tudo lhe pareceu em condições de marcha, ele gritou — "desce a Bandeira" (isso porque a Bandeira ficara no patamar da igreja) e o grupo se movimentou seguido das cantoras que entoavam as primeiras quadras do hino.

Acompanhamos alegres
nesta noite venturosa
do Coração de Maria
A Bandeira Gloriosa.

Vamos companheiras, vamos
A bandeira levar
Do coração de Maria
Que hoje vai se levantar.

Passaram sempre cantando por trás do Cruzeiro, rodea-

ram a igreja e chegaram ao mastro onde pararam continuando a cantar. O Sacristão amarrou a Bandeira na adriça e tentou içá-la uma, duas, três vêzes, procurou a direção do vento, puxou com violência e aí o cabo partiu-se, ficando a bandeira em baixo. A auxiliar, então, segurou a bandeira verticalmente, perto do mastro o mais alto que pôde e entoaram a quadra do levantamento.

Botamos os olhos ao céu
Como puro e Santo amor
A Bandeira gloriosa
Que hoje se levantou.

Houve comentários de pena pelo insucesso, mas nada foi feito para que a bandeira fôsse levantada. Terminado o cântico, entraram todos na igreja tomando os seus lugares nos bancos ou atrás. O elemento feminino indicado como o mais capaz passou a ler com ênfase, correta e claramente, um "exemplo", tendo antes recitado com todos uma ave-maria. Seguiu-se a ladainha de N. Senhora, terminando o cerimonial o repique festivo do sino.

Na sua quase totalidade os habitantes usavam roupas novas, especialmente o elemento feminino que com antecedência mandara confeccionar vestidos especialmente para o levantamento da bandeira.

Seguiram-se normalmente as noites marianas com maior ou menor aparato, sendo de registrar a cerimônia da oferta de flôres a N. Senhora realizada quase tôdas as noites pelas meninas entoando cântico especial.

O SÃO JOÃO — Além do mês mariano e da festa do Padroeiro, comemoram com muito entusiasmo o São João, quando, ao lado das rezas na igreja, fazem a entrega da bandeira, dançam a ciranda nas noites da véspera e do dia e alguns queimam a tradicional fogueira.

No momento a bandeira de São João é a única cerimônia de aspecto religioso que ainda guarda um cunho de culto essencialmente doméstico sem qualquer influência eclesiástica. A juíza, que é a dona da bandeira, nasceu e criou-se em um engenho distante do litoral e casou-se com um praleiro (de família tradicional) que conheceu quando, acompanhando o senhor de engenho, passava temporadas de verão no povoado, isso uns 18 a 20 anos atrás. Foi a bandeira, segundo dizem, instituída em pagamento de uma promessa. Na véspera do dia do santo a bandeira (pintada a óleo sobre cetim) é

armada em um andor, em posição vertical, ornamentada com flores e levada por quatro moças solteiras, da casa onde esteve durante o ano anterior para a casa da Juíza. Seguem com a bandeira o zabumba e a caixa de guerra (usados também na ciranda) acompanhando o cântico cuja melodia é muito bonita e dolente. O povo segue cantando, orientado pelas "cantoras" que tiram os primeiros versos da quadra e esperam que todos respondam os outros dois. A maioria do elemento feminino conduz lanternas de papel iluminadas por velas e, se há folga financeira, queimam-se alguns foguetes. Recebida festivamente pela Juíza, rezando-se o têço ou alguma oração, mais curta, permanece em seu poder até a noite seguinte, quando é levada, da mesma forma que na noite precedente, a casa do recebedor indicado para se encarregar de sua guarda durante um ano. Lá, é recebida de modo idêntico ao da véspera, em casa da Juíza, e conforme "as posses de quem recebe" os festeiros são obsequiados com alguma bebida alcoólica ou refrigerante.

Os versos são os seguintes:

As moças sorteiras faça oníão
Pegue na bandeira do Senhor São João,
Do Senhor São João, do Senhor São João
Pegue na Bandeira do Senhor São João.

II

Senhora Juíza está muito contente
A sua Bandeira juntou muita gente,
Juntou muita gente, juntou muita gente
A sua Bandeira juntou muita gente.

III

As moças sorteiras que queres casar
Pegue na Bandeira, não deixe sujar,
Não deixe sujar, não deixe sujar
Pegue na Bandeira, não deixe sujar.

IV

Que Bandeira é esta cercada de flor
é de São João primo do Senhor,
Primo do Senhor, primo do Senhor
é de São João, primo do Senhor.

V

Que Bandeira é esta cercada de luz
 é de São João, primo de Jesus,
 Primo de Jesus, primo de Jesus
 é de São João, primo de Jesus.

VI

Que Bandeira é esta que vai nas alturas
 é de São João pai das criaturas,
 pai das criaturas, pai das criaturas
 é de São João, pai das criaturas.

VI

Meu São João abrandai êste vento
 que as flôres entra pelas porta dentro,
 pelas portas dentro, pelas porta dentro
 que as flôres entra pelas porta dentro.

VIII

Senhora Juíza venha receber
 a sua Bandeira com gôsto e prazer,
 Com gôsto e prazer, com gôsto e prazer
 a sua Bandeira com gôsto e prazer.

IX

Meu São João dai-me vida e paz
 até para o ano, festejando mais,
 festejando mais, festejando mais
 até para o ano, festejando mais.

Entregue a Bandeira, se a casa se presta, organizam a Ciranda. Caso contrário seguem para outra casa previamente escolhida pelo tamanho da sala ou pela aquiescência ou animação do seu dono e lá dançam Ciranda a noite inteirinha. Pela madrugada, quando surgem as primeiras barras do dia, saem em direção das lagoas provisórias formadas pelo inverno, agitando galhos de árvores, tirados no trajecto, e cantando cânticos tradicionais, acompanhados pelos zabumba e caixa de guerra. Ao se aproximarem das lagoas, os grupos femininos e masculinos se separam, cantando sempre, mergulham na água fria animadamente, voltando a seguir

sempre cantando para a casa da ciranda onde dançam mais umas partes finais e se dispersam quando o dia já está claro.

Registramos os seguintes cânticos do banho:

Vamos pôr banho São João mandô
Um laço de fita, um broquê de fulô.

Vamos pôr banho, viemos do banho,
viemo ca-cara do mesmo tamanho.

São João foi tomá banho
Deixou a chave em Belém
São Pedro pediu a chave
foi tomá banho também.

Meu São João eu vou me lavá
As minha mazela no rio deixá.

Meu São João eu já me lavei
Minha mazela no rio deixei.

São João foi tomá banho
levou sua bandeirinha
vamos esperá por ela
lá no meio do caminho.

4. Almas do outro mundo — Funerais

Temem as almas dos defuntos que admitem possam aparecer aos vivos, assombrando-os ou conversando com eles.

As histórias de aparições de almas do outro mundo são remotas e atuais. Contam-nas com detalhes impressionantes, porém de maneira tranqüila e normal, todavia não constitui experiência desejável um encontro com quem já morreu.

Quando de nossa presença no campo, uma cajuiense (que havia anos estava afastada do local, pelo casamento, e fôra passar uma temporada com a mãe dela) encontrou-se "no rio", quando lavava roupa, com uma velha que pensava ainda estivesse viva. Assim sendo, quando ela lhe apareceu, de nada desconfiou. Estava sôzinha no momento, a vizinha que a acompanhara já havia regressado à casa. Cumprimentou-a, sentou-se ao seu lado, alegrou-se com o encontro e começou a conversar com ela. Só descobriu que era "alma do outro mundo" quando a visão se despediu e desapareceu

sem deixar vestígios. Então assombrou-se, correu até onde estavam algumas companheiras, lavando roupa em outro pôço e lá caiu sem fala. Deram-lhe água e duas companheiras foram buscar a roupa que ela havia largado no chão. Depois se refez, contou todo o ocorrido, descrevendo inclusive o traje e o arranjo do cabelo da visão, que não diferia em nada do que usara em vida...

Esta foi uma aparição sensacional. Outras são simples e logo descobrem que não se trata de gente viva.

A questão das botijas com dinheiro, ainda são abordadas com exemplos relativamente recentes e na casinha mesmo onde nos alojamos, consta que o morador anterior desenterrou uma botija, pois encontraram o chão todo esburacado depois que ele saiu.

Para se tirar o dinheiro não basta sonhar, mas é indispensável seguir uma série de normas, a saber:

- 1) Só pode saber do dinheiro quem sonhou ou se a alma deu no sonho o dinheiro para quem sonhou e para mais alguém, esse alguém também pode saber.
- 2) Só se cava o dinheiro à noite, com uma vela benta, uma imagem do Senhor e um rosário bento.
- 3) Quem tira o dinheiro não pode mais ficar morando na casa, tem de sair fechando a porta, tão logo fique de posse do dinheiro.

É notório que numa casa grande que existia onde se ergue a casa de um pescador, um veranista certo dia anoi-teceu e não amanheceu, deixando a porta fechada. Foram lá e encontraram os vestígios do buraco. Ele levava a botija deixada pelos velhos moradores da casa...

Muitos ficam "cismados" com a casa ou com o quarto onde morreu alguém e também com a igreja, durante alguns dias após a morte de uma pessoa. A igreja, principalmente, às 6 horas da tarde e à noite é particularmente temida.

Perto do cemitério dizem ser comum, à noite, se encontrarem pessoas que já se foram deste mundo.

Por ocasião da morte são muito conformados, passando a dar, depressa, mais importância ao que concerne aos vivos e cedo se habituando com a perda do ente querido. A rotina da vida quase que não é interrompida e prossegue como a coisa mais natural, pois a morte só vem porque é a vontade de Deus que assim seja.

O aspecto descuidado do cemitério, sempre cheio de

mato; as covas tão-sómente recobertas com areia, apresentando apenas, quando recentes, uma pequena elevação que as identifica e depressa se nivelando com o solo; a falta quase absoluta de cruzeiros, flôres ou inscrições indicativas das sepulturas, são provas de que o elo afetivo quebrou-se ou pelo menos afrouxou, desde que a pessoa não mais pertence a este mundo. O pouco ou nenhum interesse pelas comemorações do dia de finados, reforça tal suposição. Além disso, fatos presenciados corroboram para nos firmarmos em nossas conclusões. Entre estes, citaremos alguns:

Certa vez, poucos momentos antes de sair um entêrro uma mulher, a irmã da morta, quando foi cuidar de suas criações, deu por falta de uma pinta e concentrou tôdas as suas atenções em sua busca, mobilizando, inclusive, a sobrinha e neta da morta, enquanto a defunta jazia só na sala, sôbre a esteira. De modo algum êsse fato causou estranheza aos vizinhos que até a auxiliaram e lamentaram o ocorrido.

Outro fato envolve um episódio que deixa claro o sentido da hierarquia de valores dentro de um prisma objetivo e prático. Ocorreu quando três mulheres vestiam uma quarta que se finara. Acharam que ela não poderia ir descalça e com isso tôdas concordaram. A morta possuía um sapato que foi trazido. Contudo, acharam-no ainda bastante nôvo e então a filha resolveu substituí-lo por outro que fez com um retalho da fazenda da mortalha, já que a defunta não precisava levar um sapato tão bom ainda e que poderia ser aproveitado por alguém vivo. Também desta vez a aprovação foi geral.

A cama em que morreu a pessoa é de ordinário desarmada quase que imediatamente após a morte e levada para a maré onde lavam-na com água salgada e areia, a fim de torná-la em condições de ser utilizada por alguém.

Não há o velório elaborado, comum nas zonas rurais brasileiras. Tudo se processa com estranha simplicidade. Quando morre alguém, apenas a família, e nem todos os membros, passam a noite com o defunto. Uma informante que não tinha parentes próximos teve de pagar dois homens para ficarem fazendo quarto quando seu primeiro marido morreu. As crianças não se faz quarto. Vão todos dormir e o "anjo" fica só em cima de uma cama ou mesa, até o dia seguinte.

Causou espécie e ficaram todos edificadas com a nossa "bondade", quando souberam que passamos a noite com a família de uma informante que perdera a mãe.

Tão logo a pessoa morre tratam de vesti-la e tirá-la do

quarto, colocando-a sobre uma tábua, esteira ou banco longo na sala de visitas. Cobrem-na com um lençol, exceto se for anjo que fica com o rosto descoberto, e aí espera a chegada do caixão que pode ser comprado em outra localidade ou feito por familiares ou amigos, no próprio local. Durante o tempo em que o defunto está em casa, defumam o ambiente queimando de vez em quando casca de laranja ou folhas perfumosas como alfavaca ou outras.

No velório em que estivemos presente, passaram a noite uma velhinha, amiga de todos da comunidade e que dizem gostar muito de ir em casa de quem morre, e sete parentas da morta, a saber: um irmão, a irmã que morava com ela, um casal de filhos e três netinhos, a mais velha dos quais também morava com a avó. Logo ao anoitecer a mãe acomodou os três garotos no quarto. O mais novinho, em sua própria rede trazida por ela para a casa mortuária e os dois mais velhos, o menino de 6 e a menina de 10 anos, dormiram sobre uma esteira a noite toda.

Até a madrugada o movimento da confecção do caixão que estava sendo feito na cozinha da casa pelo irmão e pelos filhos da morta, deu ambiente para não se dormir. Contudo, não se rezou também e as conversas giraram sobre assuntos variados, normais, inclusive sobre a vida alheia e o procedimento do vizinho do lado, reprovando-se a sua norma irregular de conduta. Imaginamos que depois do mês de maio aparecesse alguém, mas tal não aconteceu.

Quando o caixão ficou pronto, colocaram-no na sala, junto à defunta e o silêncio envolveu o ambiente. Correu então um cafêzinho e a irmã da morta assou peixe e comeu tranquilamente. As três mulheres se acomodaram sobre malas e esteira e começaram a dormir. Os dois homens deitaram-se sobre o chão da cozinha e deram os seus cochilos. Houve momento em que todos dormiam, então, fizemos o mesmo recostados em um banco longo. Quando abrimos os olhos, tudo era breu, a vela se tinha apagado e a defunta estava no escuro. . . Assim foi o velório.

Durante a tarde do dia da morte e na manhã do entêrro, aparecia um ou outro na porta, às vezes nem entrava, outro perguntava se a defunta estava coberta, alegando não gostar de ver o rosto do defunto, enquanto uns se detinham um pouco diante da esteira, pareciam rezar baixinho e se retiravam. A frequência, contudo, foi mínima e penso que nem 20 pessoas se abalaram para visitar a morta, nem a título de curiosidade.

A noite falou-se sobre o cordão de São Francisco, a única

oração de cunho coletivo que entrou em cogitação. Foi difícil saber ao certo como era confeccionado. Havia no momento três mulheres mais ou menos das classes de idade dos 20 50 e 70 anos, mas nenhuma soube informar ao certo a oração. Afinal na manhã seguinte a senhora que lê os exemplos na igreja chegou (é vizinha, morando na casa próxima situada a alguns metros para o norte e ainda não havia aparecido, desculpando-se com a doença do marido) e procurou lembrar-se, orientando finalmente as medidas do cordão (tamanho e grossura) e dizendo que cada pessoa que chegasse rezaria um pai-nosso e daria um nó no cordão, até fazerem sete nós. Assim foi, apenas ninguém apareceu para completar os sete nós, além de duas vizinhas e a que havia ensinado a oração. O jeito foi a filha, a irmã e os dois netinhos da morta completarem o cordão que depois de pronto foi passado pela cintura da defunta. Quase na hora do entêrro sair a filha e o filho botaram a morta no caixão, passando o filho a cobri-lo com a tampa, imeditamente, pregando-a com pregos. Não houve assim despedidas protocolares ou convencionais.

Quando acharam a hora conveniente, saiu o entêrro sem a presença de elementos femininos e apenas acompanhado por 20 homens e três meninos que chegaram na hora exata, sem terem estado anteriormente na casa mortuária.

A filha chamou-nos para "ir por dentro", isto é, pela estrada velha que passa atrás das casas, isso porque queria ver onde a mãe ia ficar. Chegamos à igreja antes do cortejo e a encontramos fechada. A filha abriu-a e um cunhado da morta subiu ao côro e tangeu o sino em dobres de finados — "tocou sinal" — o que aliás já tinha sido feito várias vezes, desde que se deu o óbito. Chegando o entêrro, entraram com o caixão na igreja, descansando-o sôbre o piso, logo na entrada. Demoraram um pouquinho, comentando o seu pêso, a qualidade das alças, muito finas e incômodas e de repente disseram: "vamos embora?" "pega quem tirou de casa" e seguraram o caixão o genro, o filho, o irmão e mais um outro homem. O sino continuou a dobrar enquanto o cortejo se encaminhava para o cemitério que fica próximo à igreja. Do portão presenciámos o caixão baixar à sepultura, suspenso por duas cordas e depois vimos quando cada um dos presentes, (os que quiseram) botou com a enxada um pouco de terra na sepultura. O coveiro (que aliás não é da comunidade, morando no povoado vizinho) terminou a tarefa de cobrir a cova e com isso ficou encerrado o funeral.

A morta era pessoa benquista na comunidade e isso foi demonstrado pelas expressões de pena de quantos sabiam de sua morte e pela afluência de homens ao entêrro, dever a que realmente se sentiam obrigados pelas normas sociais do grupo. No mais, a responsabilidade da família e a sua influência social foram, uma vez mais comprovadas, tendo tudo se desenvolvido do modo o mais normal possível e esperado pelo consenso geral.

5. Assombrações

A crença em assombrações é generalizada, havendo os mais medrosos e visionários que narram casos ocorridos com eles mesmos, com seus familiares ou com pessoas conhecidas e outros mais reservados ou menos crentes.

Admitem que não são todos os que vêem e mesmo indo acompanhada daquêle que viu a assombração "não vê nada se não tem de ver".

Ninguém está livre, contudo, de um dia ver alguma coisa que possa assombrar. Não obstante, quem é prevenido e sabe como enfrentar a visão, se pode sair muito bem da empreitada. Acender um fósforo, p. ex., espanta a assombração; prender uma lâmina de aço entre os dentes, deixa o vidente na situação privilegiada de poder enfrentar o duende sem que o mesmo lhe possa fazer qualquer mal. Evitar a escuridão da noite enquanto o galo não cantou ainda, é muito bom, pois muitos acreditam que depois do galo cantar, nada mais do outro mundo ousa aparecer.

Um pescador de 28 anos e que desde os 18 pesca com responsabilidade, confessou jamais ter visto algo de sobrenatural até o momento. Todavia, quando era ainda menino, ia certa noite para casa com um tio, quando "toparam" com uma assombração. Era uma velha vestida de branco com um pano preto amarrado na cabeça. O tio, para se livrar dela, atalhou 3 caminhos: foi pelo "caminho de trás", encontrou a velha deitada, veio pela "rua" lá estava ela, desceu pela praia e tornou a encontrá-la, então, vendo que não havia meio de contornar a situação, resolveu enfrentá-la. Atravessou a faca na boca, trincou os dentes, botou o menino nas costas e pulou por cima, nada lhe tendo acontecido. Expliou, conforme já dissemos linhas acima, que o aço tem a propriedade de imunizar o vidente, que dêsse modo pode enfrentar qualquer visão sem se molestar. Arrematou que êle conta

tudo isso, porque ouviu o tio contar, porque êle mesmo nada viu.

Há assombrações tanto de terra quanto de mar.

Destas últimas a mais difundida é o "João Galafoice" ou "João Dallafoice" cuja lenda corre com mais de uma versão, havendo pescadores que dizem jamais o terem visto, "dizem que existe, mas eu nunca vi" e enquanto outros, independente de idade (encontramos visionários de 18 anos até velhos) afirmam já se terem defrontado com a visão. Alguns acham que "acabou o tempo dêle" ou imaginam que "já cumpriu a penitência, pois nunca mais se ouviu falar nêle". Outros afirmam o contrário e confirmam narrando fatos ocorridos com êles próprios ou com seus conhecidos.

Constitui-se a assombração em um archote que emerge das águas e acompanha a jangada do pescador em noites "pardas" ou fica em volta da mesma por algum tempo para depois desaparecer súbitamente.

Contam uns que é um filho que negou dinheiro a mãe dêle e perdeu por isso no mar o que possuía, estando agora a procurá-lo com uma luz. Outros acham que não foi dinheiro perdido, foi o próprio filho que em vida o atirou as águas, com remorso, por ter negado o dinheiro à mãe.

Ao contrário do que acontece com outras assombrações, o João Galafoice não tem tempo certo para aparecer, podendo ser visto em qualquer época do ano.

Além do João Galafoice muitos dizem já terem visto, "lá para os lados do maceió do norte", um navio iluminado descrevendo-o com as cores vivas de suas imaginações.

Entre as assombrações de terra a mais comentada é "os gritos do mês de agosto".

Como João Galafoice possui mais de uma versão. Uns dizem que "êle grita longe e de repente, grita no ouvido da gente". Outros já os ouviram mais freqüentemente na região do salgado, o que não impede sejam ouvidos em outros locais.

Falam também, relatando aparições recentes, em um cachorro preto e volumoso que aparece altas horas da noite e enfrenta quem a essas horas se encontra pelos caminhos.

Tôdas essas assombrações, entretanto, não causam maiores danos aos visionários além do susto que lhes pregam, dando-lhes por outro lado oportunidade de se lançarem diante dos outros com uma certa auréola de bravura fornecida pela experiência que tiveram, defrontando-se com seres sobrenaturais.

6. Doenças — Remédios caseiros.

Suprindo a deficiência de recursos médicos, sem haver no povoado ao menos alguém que saiba aplicar injeções, valem-se diariamente dos remédios caseiros, reconhecendo em inúmeras plantas propriedades medicinais.

Assim, utilizam uma boa variedade delas, empregando-as sob a forma de chás, cozimentos, infusões ou simplesmente mascando as folhas ou entrecascas, aplicando as folhas machucadas em fricções ou colocando sobre a parte afetada emplastos, segundo o caso. Dentre os vegetais de uso mais freqüente estão os seguintes:

ANGÉLICA (*Guettarda angélica*) é adotada em vários casos e de modos diferentes, empregando-se sempre a raiz. O chá é tomado para debelar febres e habitualmente é dado à mulher algumas horas depois do parto, durante dias. Em forma de lambedor é bastante empregada contra tosses e muitos alargam ainda mais o seu uso, admitindo que serve para quase todas as doenças.

MUSSAMBÊ (*Cleome spinose*), **JOÁ** (*Zizyfus sp.*), **MUTAMBA** (*Guasuma sp.*), **ALECRIM** (*Rosamarinus sp.*), em forma de lambedor, empregam igualmente contra tosses.

MULUNGU (*Eritrina sp.*) contra insônia é um remédio "vidente", isto é, eficaz. "Deitar no travesseiro feito com folhas de mulungu e tomar o chá das folhas verdes ou secas" resolve, para eles, qualquer caso de falta de sono.

MASTRUÇO (*Quenopodium ambrosioides*) ingerem o chá, adultos e crianças para expelir vermes.

CAPIM SANTO (*Andropogon nardus*) em chás, tomam a miúdo contra cólicas intestinais. A casca da laranja é usada, ainda em forma de chás, para o mesmo mal e também para "Barriga inchada".

ERVA-CIDREIRA (*Milissa affissinalis*) e **ERVA-DOCE** (*Pimpinella Anisum*) atacam os males do estômago.

MALVA-ROSA (*Altaea rosca*) usam para "dor interna".

TANCHAGEM (*Plantago major*) é muito bom para gar-

garejar, assim como o **BARBATIMÃO** (*Stryphonodendro barbatimão*).

HORTELA-DE-CABOCLO (*Peltodon* sp), em fricções é muito indicada para "dores externas".

QUIABO (*Hibiscus* sp) bem verdinhos, pisados com óleo de amêndoa assim como a fôlha da **PIMENTEIRA** (*Capsicum* sp), aquecida e untada com óleo de amêndoa, dão ótimos resultados nos furúnculos e abscessos.

IMBAÚBA BRANCA (*Cecropia palmata*) é muito indicada, em forma de cozimentos das fôlhas para banhos, em vários casos.

Muitos outros vegetais poderíamos enumerar, mas não apenas eles são utilizados na farmacopéia doméstica em Cajui. Lançam mão das coisas mais esdrúxulas para complementá-la, entre as quais aparece até a fuligem que se acumula nos tetos pela combustão da lenha no cozinhar diário, é o "pucumã".

7. Benzimentos — Rezas — Olhado

Embora explorem com uma grande riqueza de recursos a aplicação de seus remédios caseiros e acidentalmente aceitem medicamentos que lhes possam ser encaminhados por algum parente ou conhecido morador no Recife ou que vão procurar nos postos médicos do Distrito, inclusive no mantido pelo SESI, acreditam que nem tudo pode ser resolvido parcial ou totalmente com tais recursos. Dentre os males que os afligem, alguns há que fogem a atuação de qualquer agente da medicina, tal como o **olhado**, e outros, muito embora possam ser combatidos com os medicamentos ou remédios caseiros, cedem também se uma boa reza-deira atua. Em alguns casos a reza apenas resolve e em outros, o doente além de apelar para a benzedora toma remédios, quer sejam os de farmácia ou os caseiros e até algumas vézes, ensinados ou aconselhados pela própria reza-dora. Podemos citar dentre essas últimas o "ventre caído", "sapinho", "caminha torta", "cobreiro", "espinhela caída", "mal de monte" (erispela) "azia", "sol na cabeça" e outras.

Todos esses males têm para combatê-los rezas próprias,

os rituais diferem de uma para outra, bem assim a matéria que usam para administrar algumas, variando desde um raminho verde de mangerioba, pinhão roxo ou outra qualquer na falta dos primeiros, quando se reza olhado, o novêlo de fio com agulha, na carne trilhada, uma garrafa e toalha, no sol na cabeça, ou o suco de melão-de-são caetano com um canudo de carrapateira no cobreiro. Normalmente nada cobram para benzer, mas o beneficiado sempre fica na obrigação moral de recompensar em dinheiro a benzedora. "Dá o que quer", "faz um agrado". Benzem-se três, cinco ou mais vezes, em dias seguidos ou até duas vezes por dia, conforme o caso exija, contanto que no final dê sempre um número impar. Quando sentem que a crise está debelada, fazem ainda a última reza, "oferece-se a reza", e o doente pode então ir em paz.

Eis alguns textos de rezas:

OLHADO — "Fulano, com 2 te botaram com 3 eu te tiro, com o nome de Deus Pai e Divino Espírito Santo. Fulano, se fôr olhado, olhos quebranto, olhos da maldição, olhos da traição; olhos maus, olhos ex-comungados, se retire de cima de Fulano prá's ondas do mar sagrado onde se adoma o que é bom e o que é mau".

Reza-se três vezes, seguidas sempre de um pai-nosso e uma ave-maria, manuseando um raminho verde com o qual se fazem cruces seguidas sôbre a pessoa, depois passa-se pelos braços, do ombro para mão, como se a tirar alguma coisa que se sacode na direção do mar.

VENTRE CAÍDO — "Nosso Senhor Jesus Cristo vestiu-se e revestiu-se, subiu no seu altar, ventre caído de fulano para o seu lugar. São Clemente, Nosso Senhor Jesus Cristo, quando pelo mundo andou, ventre caído alevantou". 1 pai nosso e 1 ave-maria. Fazem-se cruces no estômago.

SAPINHO — "Jesus já é nascido, Jesus nascido é, sarai a boca de Fulano, meu Jesus de Nazaré". 1 pai nosso e 1 ave maria, cruces na boca.

CAMPAINHA TORTA — "Nosso Senhor Jesus Cristo vestiu-se e revestiu-se, subiu no seu altar, campanha de Fulano para o seu lugar". Pai nosso, ave maria. Cruces na garganta e na "croas" da cabeça. Além disso é mister sus-

pender com as duas mãos as orelhas e os cabelos do paciente, puxando-os umas duas ou três vezes.

AZIA — “Santa Sofia teve 3 fias, uma fiava, outra cozia, outra o mal de azia benzia”. Cruzes na garganta, repetindo-se a oração três vezes.

CARNE TRILHADA — Reza-se com um novêlo de linha e uma agulha desenfiada que passa constantemente pelo novêlo mantido acima da parte afetada, enquanto se dizem as palavras da oração. Nesta oração como em outras, o paciente responde, participando dêsse modo diretamente do cerimonial. Assim, diz a rezadeira: “eu te cozo”, ao que o paciente responde “carne triada” (trilhada), prosseguindo a rezadeira, nervo torto, ôsso desconjuntado, isso mesmo eu te cozo com os poder de Deus, louvor suntuoso”. Pai nosso, ave maria.

Outras ainda poderíamos citar, estas porém dão uma idéia de como se desenvolvem os exorcismos, com umas partes essenciais, como uma invocação que poderá ser feita a Deus, a Jesus Cristo, a Nossa Senhora ou a um santo, a presença de cruzes feitas no local onde se admitem esteja localizada a enfermidade (na azia, admitem que esteja na garganta) e a recitação do padre-nosso e da ave maria. O número 3 é também constante e o oferecimento, tão logo percebem que o doente sarou, é indispensável. Como parte acidental aparece o manuseio de coisas materiais como o raminho verde, o novêlo de fio, o suco da carrapateira, etc.

Encontramos várias rezadeiras, desempenhando tal função não apenas as velhas, mas também mulheres novas que já sabem algumas rezas e benzem quem as procura sem a deservoltura das velhas, reconhecidas como as que possuem maior dose de experiência e conhecimentos. Entre as mais novas está a mãe de vários filhos que aprendeu a rezar forçada pelas circunstâncias uma vez que se via sempre a braços com a necessidade de benzer suas próprias crianças e lhe era incômodo andar pelas casas das rezadeiras.

O OLHADO — Temem particularmente os feitos nefastos advindos do olhado, já que qualquer pessoa, independente de sexo ou idade, pode ser atingida por êles. Acreditam que as crianças são especialmente vulneráveis e há casos de recém-nascido sair pela primeira vez para se ir benzer em casa de alguma rezadeira. A crença no olhado é generalizada.

Os sintomas são múltiplos, abrangendo a moleza do corpo, sonolência, recusa de alimentos pelas crianças ou fastio nos adultos, diarréia, vômitos, etc. Isso ocorrendo, surge necessariamente a atuação da rezadeira que com uma frequência cotidiana aparece no cenário sócio-cultural do povo. Na verdade diariamente nos deparamos com alguém que procura benzer algum filho ou a si próprio, desconfiando do mal do olhado. Não podendo sequer saberem como ou porque isto se dá, aventam uma série de hipóteses que procura justificar ou indicar o conjunto de fenômenos que cerca o olhado ou certas particularidades que admitam devam ter relação com o mesmo. Acreditam, p. ex., que a faculdade de botar olhado é independente da vontade de quem bota. Alguns falam até sem qualquer consciência do assunto em "magnetismo nos olhos", o que é óbvio, passa despercebido ao seu portador. Outros admitem que se pode adquirir a faculdade de botar olhado quando presente à missa não se olha "levantar a Deus". Um ou outro é reconhecido por muitos como tendo tal faculdade, mas comenta-se o caso com certa reserva, não raro com ar de mistério ou meia voz, para que a pessoa indigitada não venha a saber que fulano ou sicrano assim a considera. A inveja ou admiração podem ser a causa do desenvolvimento de todo o quadro que interpretam como sendo consequência dos maus olhos. Defendem-se o quanto podem da sua interferência, evitando encontrar com aquele que admitem poder lhes fazer mal ou procurando neutralizar os efeitos dos olhos maus plantando junto de casa um pé de pinhão roxo ou então, levando para o mar na jangada um seu raminho.

O olhado pode ser pôsto quando alguém é portador de qualidades desejáveis ou particularidades físicas, como a magreza ou gordura em excesso. Isso foi largamente comentado quando identificaram uma crise hepática que sofremos no campo como um "olhado carregado" que alguém nos tinha pôsto. Todo empenho aí foi rezarem para que o mal cedesse, o que de fato ocorreu para eles com sucesso depois de algumas rezas e alguns anti-tóxicos de que lançamos mão. Excusado será dizer que logo descobrimos ser o nosso olhado "por esperteza", já que não parávamos de andar para todo o canto, tudo queríamos saber, nos dávamos com todos e "era todo o mundo a se admirar" do nosso procedimento.

Fácil também é saber o sexo de quem botou o olhado, reconhecendo-se isso tão logo "dá o olhado", isto é, os sintomas característicos de bocejar, tossir ou qualquer outro, apa-

recem na rezadeira, enquanto a mesma está rezando. Caso isso ocorra quando ela recita as ave-marias foi mulher quem botou o olhar e se "dá" nos pai-nossos, foi homem. O olhar igualmente pode estar "muito carregado", como ocorreu no nosso caso e é facilmente reconhecido, quando o raminho utilizado no exorcismo resulta murcho após a reza. Em qualquer caso só se benze o olhar com o sol ainda de fora e nunca depois que o sol se põe.

8. Conclusões

Assim, malgrado a persistência da religião católica transmitida secularmente através de gerações com alternativas de assistência eclesialística orientadora, conforme constatamos e da falta de interferência de outros credos, apresentam-se as concepções religiosas bastante distanciadas da ortodoxia do catolicismo. Mesclam-se os conceitos religiosos e as devoções dos santos com superstições que passam, em conjunto, a fazer parte do mesmo universo religioso, com perfeita sincronia. "Os limites entre Religião e Magia confundem-se por vezes"... tal qual registra Jorge Dias (1953, pág. 292) em Rio Onor, Portugal ou conforme na Amazônia "O povo não encara o catolicismo e a pagelança como culto ou religião antagônicas" (Galvão, 1955 pág. 147). Em Cajui, nas várias exteriorizações religiosas como em Itá observou Galvão... "elementos sagrados e profanos se misturam" (ob. cit. pág. 39).

Tal é o caso, p. ex., da crença de uma criança que esteja com "olhado" e que jamais deve ser batizada antes de ser submetida às "rezas" que afastam os malefícios que alguém, geralmente sem o saber, causou à criança. Se por qualquer descuido isso ocorre, segundo a narração circunstanciada de certa mãe, a criança fatalmente sucumbe. Assim, "olhado-batizado" leva irremediavelmente à morte, acreditando uns que o olhar recolhe para os ossos, a criança vai definhando, definhando até morrer.

Para ilustrar, resumiremos uma longa história contada por uma mãe que perdeu vários filhos entre os quais alguns de males muito estranhos como "desejo de mamão", ou "olhado de comida". A criança era ainda de colo e uma tia começou a se admirar muito dos pais poderem sustentá-la com araruta e ficava olhando cada vez que a papa estava pronta. A mãe, racionalizando, argumentava que um parente dela mais pobre do que eles podia garantir ao filho

tal alimento, quanto mais o marido dela que negociava... A tia, porém, não deixava de se admirar. O certo é que a criança adoceceu, quando via a papa começava a engulhar e foi piorando sempre até que uma parenta resolveu mandar batizar a garôta. A mãe confessou-nos que no momento nem se lembrou de mandar benzer a filha contra o olhado e quando isso lhe ocorreu já a haviam batizado. Concluindo, ela nos disse que sabia de antemão que a filha ia morrer já que o olhado fôra batizado e quando isso acontece o desfecho é inevitavelmente a morte, o que de fato ocorreu.

Tal particularidade do catolicismo "com muitas retenções de crenças pagãs, superstições e abusões" encontrada através dos tempos tanto em Portugal como no Brasil e registrada em Cajuí, admite René Ribeiro (1954, pág. 49) ter raízes remotas concluindo, depois de bem documentada análise histórica do problema de contactos culturais, ter sido "um dos resultados dos contactos e da aculturação dos portugueses desde os primeiros tempos históricos, com vários povos que invadiram a península e entraram em sua formação social — uma religião mestiçada como igualmente mestiço resultou o português do descobrimento".

Encontramos ainda na reza contra erisipela recolhida por Jorge Dias (ob. cit. pág. 310) e a versão corrente no nosso povoado uma inteira identidade, muito embora, a forma já se apresente em Cajuí com palavras truncadas e o todo não conserve a concatenação do texto português de onde provém.

Textos português de Rio Onor

Pedro Paulo donde vens
 Senhor venho de Roma
 E que ie que biu por lá?
 Muita mortalidade.
 Sipula e sipulon brabo
 Torna Pedro pa trás
 E a sipula curarás
 Cum azeite de oliba
 E lá de obelha biba
 E em loubor da Birgem Maria
 Um padre-nosso e
 E ua abé-maria

Texto de Cajui

São Pedro e São Paulo
Com Jesus Cristo encontrou
Então perguntou Jesus Cristo
Pedro o que aí por lá?
Mal de monte e sipela mar
Pedro volta a trás e cural
Com três olhos de oliveira
E pó de guia
e as três palavras de Deus
e da Virgem Maria
Reza-se 1 pai-nosso e uma
ave-maria.

Tendo sido essa a modalidade do catolicismo que recebemos, não admira encontrarmos hoje concepções religiosas tão esdrúxulas, já que, além do mais, o contexto que nos foi entregue teve o acréscimo do contingente índio-africano que entrou na nossa formação sócio-cultural.

A naturalidade com que aquêles mesmo que se consideram católicos, obedientes ao Padre e à Igreja, nos falam em assuntos religiosos, bem mostra a inconsistência da formação católica "mestiça" que possuem. Nela um mundo fabuloso de outras crenças estranhas ao catolicismo ortodoxo funciona, emprestando segurança ou trazendo em situação de controle o cajuiense. Abstêm-se de fazer isso ou aquilo muitas vezes sem saber explicar o motivo, mas apenas admitindo que "faz mal" ou "dizem que faz mal". Crêem por outro lado na possibilidade de afastar malefícios advindos dos olhos maus, plantando um pé de pinhão roxo perto de casa, conforme já ficou dito, ou protegem a criança, especialmente contra os efeitos nefastos causados pela "dentição" em sua saúde, lançando mão de vários amuletos que conservam pendurados ao seu pescoço enquanto admitem que haja perigo.

De forma indireta e tranqüila sente-se a influência do baixo espiritismo buscado extrafronteiras não apenas por aquêles mais afastados da Igreja e sim também pelos que lideram as cerimônias religiosas. No primeiro caso está o fato de uma das nossas informantes não tomar banho nas sexta-feiras, porque esteve doente, "quase cega", tratou-se pelo espiritismo fora da comunidade e lá disseram que ela tinha sido "pegada" numa sexta-feira. Contudo dá banho

nos filhos em tal dia "porque eles nunca andaram em casa de espiritista". Antes não acreditava, afirma; foi sem acreditar, mas depois ficou acreditando e não cai mais noutra. No segundo caso admitia a informante ser um dos meios de que o sacristão podia lançar mão para curar-se, vez que só vive doente, já tomou muito remédio de médico sem resultado e dizem que "o homem da ilha" que pretendem consultar é muito bom e "pode ser que o mal não seja para ser tratado pelo médico". O problema é arranjar o dinheiro para a consulta que, segundo disse, custa Cr\$ 200, importância muito alta para eles. Assim, não encontrava qualquer inconveniente em apelar para o curandeiro espírita, muito embora seja um elemento de proa do catolicismo local. Apenas o fator econômico agia negativamente.

Ainda não favorecido de forma direta e intensiva pelos recursos disponíveis nos grandes centros, procura o pescador de Cajuí na experiência dos seus antepassados que lhe é transmitida cada vez que surge a ocasião para agir ou a necessidade para ser suprida, a solução de suas dificuldades dentro do seu sincrético mundo ideológico.

CAPÍTULO VI

O PROBLEMA

1. Introdução

Nenhuma cultura é, em um determinado momento histórico, qualquer coisa que tenha surgido com a geração que a está mantendo. Tem um caráter acumulativo e vem, por isso mesmo, de um passado remoto. Se bem que "seja independente dos indivíduos que já a encontraram e sobreviva a eles" (Darcy Ribeiro, 1956) por outro lado só existe pela ação dos mesmos indivíduos em gerações sucessivas.

Essa continuidade da cultura é, portanto, garantida pela renovação dos seus portadores que, recebendo-a dos seus antepassados, a modificam, enriquecem e a transmitem aos seus descendentes.

Assim, toda cultura se perpetua pela transmissão do seu conteúdo, isto é, do corpo de experiências técnicas e sociais, da inculcação dos seus valores morais, do ajustamento dos indivíduos às atitudes e padrões adotados pelo grupo, transformando a criança em um adulto enquadrado na configuração cultural de sua sociedade.

Ao encarmarmos, portanto, o processo de socialização da criança precisamos consignar a questão das peculiaridades inerentes a cada cultura e convir que "embora seja um fato da natureza que uma criança se torne um homem, a forma pela qual essa transformação se opera varia de uma sociedade para a outra e nenhuma dessas vias culturais particulares pode ser olhada como o caminho 'natural' para a maturidade" (Benedict, 1955).

É óbvio que toda criança normal nasce com capacidade orgânica para se tornar um ser cultural. Possivelmente ela falará, p. ex., e isto está ligado à sua própria constituição biológica, porém o fato de ela vir a falar um determinado

idioma somente poderá ser explicado pela atuação de uma dada cultura. (Davis, Kingsley, 1952, pág. 199).

O antropólogo ao admitir as várias ordens de necessidades que são inerentes à espécie humana, exigindo satisfações e ligadas à organização física ou ao mundo psíquico do indivíduo, encara-as, não como fatores determinantes do seu comportamento em sociedade, mas como forças passíveis de serem conformadas pela cultura num esforço de atuação de conjunto.

Radcliffe Brown (1949, pág. 159) adverte que "os fenômenos sociais que observamos em qualquer sociedade humana não são o resultado imediato da natureza dos seres humanos individuais mas o resultado da estrutura social pela qual são unidos".

Os estudos de Margaret Mead, referentes à influência da cultura no comportamento dos indivíduos, nos vieram demonstrar que os aspectos da conduta que estávamos habituados a considerar na cultura euro-americana como complementos invariáveis da natureza humana, podiam ser explicados como meros resultados de peculiaridades culturais, encontrando-se presente em umas sociedades e em outras não. (Mead, 1945, pág. 39).

É claro que a transmissão do conteúdo sócio-cultural se faz paralelamente ao desenvolvimento físico e psíquico do indivíduo e é a "soma" de tudo isso que se concretiza na pessoa humana capaz de atuar satisfatoriamente na cultura que a envolve e na qual se integra.

Não compete, todavia, ao antropólogo discutir fatos ligados à natureza ou explicar as reações humanas apenas pelas suas qualidades psíquicas. O escopo de sua pesquisa é descobrir como se dá a interposição do termo médio — cultura — entre a natureza humana e o comportamento dos indivíduos e ainda de que modo se processam os vários fenômenos que permitem o funcionamento de um contexto cultural e a sua integração.

Malinowski (1948, cap. VI), referindo-se aos princípios integrativos da cultura, enumera aqueles que admite sejam constantes e universais e dos quais resultam as várias instituições desenvolvidas pelos agrupamentos humanos que se constituem em verdadeiras unidades para a análise da cultura.

Dos princípios integrativos, o mais importante, segundo Malinowski, é o da reprodução, estritamente ligado ao sistema de parentesco, seja na base de relações matrimoniais

ou consanguíneas, do que resultam instituições como a família e o clã, com todo um corpo de leis que regem a organização da vida doméstica.

Subseqüentemente, encontram-se a integração pela contigüidade espacial, pelos princípios biológicos, pela associação com caráter de ação voluntária, pelas ocupações profissionais, pelos "status", resultando instituições concretizadas nas formas de divisões territoriais, como sejam, a vizinhança, cidade, estado; nas organizações baseadas nas diferenças fisiológicas de sexo e idade; nas associações recreativas, artísticas e religiosas; nas organizações dirigidas pelas atividades especializadas; nas instituições surgidas das estratificações de castas, classes, etc.

A participação dos indivíduos na cultura se faz por intermédio dessas instituições que, atendendo às imposições dos seus princípios integrativos, condicionam uma certa limitação, o que faz com que, mesmo que porventura o indivíduo se pudesse familiarizar com todos os aspectos de uma cultura, jamais lhe seria possível ou permitido desempenhar todos os papéis ou se exprimir em todas as esferas de ação cultural. Mesmo as culturas mais simples, afirma Linton (1956, cap. XVI) possuem conteúdo mais vasto do que aquilo que uma mente humana possa apreender.

Essa diversidade de participação dos indivíduos na cultura é ainda o que possibilita a integração e o funcionamento da mesma.

O fato de nenhum indivíduo poder desempenhar todos os papéis ou atingir todos os "status" (quer sejam os atribuídos, marcados pelos fatores biológicos com alternativas das influências sociais, quer sejam os adquiridos com base na competência seletiva — Linton, ob. cit. cap. VIII) leva a sociedade a aproveitar os seus membros conforme a sua constituição física, suas inclinações, suas capacidades, considerando ainda em conta as circunstâncias que os cercam. Surge daí um esforço diversificado e complementar que se harmoniza numa estruturação capaz de fornecer meios para suprir as necessidades surgidas das exigências criadas pelas solicitações da vida humana associativa que se inicia para o indivíduo logo após o seu nascimento.

Estudando o processo de socialização da criança, mais vivamente poderemos sentir todo o funcionamento da cultura e a sua influência sobre os indivíduos pela transformação do imaturo como ser humano em um adulto como ser cultural, uma vez que a socialização se efetua através do condicionamento sócio-cultural.

O processo, de início apresentando uma relativa simplicidade, vai paulatinamente se tornando mais complexo na medida em que abrange maior número de instituições e na proporção em que o indivíduo, tomando conhecimento de si mesmo e dos valores do grupo, procura-se enquadrar nos limites culturais, com maior ou menor margem de ajustamento.

Para têrmos uma exata compreensão dêsse processo, precisamos, como diz Hamed Ammar, não apenas trazer a lume os problemas que surgem com o desenvolvimento do indivíduo e a sua adaptação à situação cultural no seu processo de crescimento. É necessário saber, além do que é transmitido, "como" é transmitido.

Inicialmente não devemos esquecer que cada sociedade desenvolve um corpo de padrões de comportamento que lhe são peculiares, se inter-relacionam e aos quais os indivíduos gradativamente se integram.

Isso envolve uma série paralela de instituições e de um número maior ou menor de pessoas que atuam diferentemente nas várias fases do processo. Daí surge a trama de relações sociais com estratificações e hierarquia, dentro das instituições que, de um modo ou de outro, regulam, incentivam ou limitam as expansões do comportamento individual, enquadrando-as no contórno de normas e pautas adotadas, de acôrdo com a capacidade adaptativa do indivíduo.

Dêsse modo, não só a cultura exerce uma ação de controle sôbre os indivíduos pelas limitações sociais que impõe, como igualmente encoraja e recompensa certas atitudes e comportamentos indicados como ideais e concretizados no tipo de personalidade básica.

Ao fazermos a análise do ciclo de vida do indivíduo em Cajuí tentaremos compreender e na medida do possível explicar a diferenciação, com base na cultura, da criança nascida em uma zona litorânea brasileira, fortemente ligada à região da jangada, com uma base de condicionamento peculiares ao meio geográfico e às injunções da estrutura sócio-cultural e econômica sumariamente abordada nos capítulos anteriores.

Sabemos que antes mesmo da criança partilhar de idéias, sentimentos e atitudes do seu grupo ela já é conduzida em função das pressões e expectativa de sua cultura nas formas como se processam as suas primeiras relações de amizade que são as de mãe e filho, dentro da instituição primária que é a família.

CRIANÇAS

Prancha III

Foto 1 — Grupo de irmãos brincando com "cavalo de cangaço" (os dois menores estão sob a guarda da mais velha com 8 anos).

Foto 2 — Meninas mudando local de "brinquedo de boneca" (irmã mais velha leva mais nova pela mão se quiser entrar na brincadeira) 10 e 3 anos.

Foto 3 — Casa de boneca e suas donas.

Foto 4 — Menino com jangadinha feita por ele (10 anos).

Foto 5 — Entêrrro de criança (os dois adultos, o pai do anjo e o coveiro).

Foto 6 — Crianças com sua mãe.



Foto 1 — Professor e alunos de volta da aula de catecismo, ministrada na Igreja.

Foto 2 — "Quebra-panela" num encerramento de ano letivo — 1957.

Foto 3 — Professor e alunos ao lado da Escola num dia de aula.

Foto 4 — Professora e os 5 alunos que responderam testes em 1957.

Foto 5 — Grupo de neo-comungantes 6-1-1958.

Foto 6 — Professora e alunos diante da Escola — Encerramento do ano letivo — 1957.

ESCOLA PARTICULAR

ESCOLA MUNICIPAL





Foto — 3

Recolhendo "cangaco" para cozinhar lagostim e camarão.



CRIANÇAS

Prancha V

Foto — 4

Menino pescando camarão com pin-daíba mirim, anzol de alfinete (13 anos).

Foto — 1

Meninos tecendo còvos



Foto — 2

Meninas fazendo renda (6 a 12 anos)



Foto — 5

Meninas "consertando" peixe sob a orientação do adulto.





CASAMENTO

Francha VI

Foto 1 — Ida do cortejo para a Igreja.

Foto 2 — Saída do cortejo da Igreja.

Foto 3 — Os noivos quando saíam da Igreja.

Foto 4 — O almoço (o Padre preside a mesa).

Foto 5 — Chegada dos noivos em casa.

Foto 6 — O noivo entre convidados (grupo espontâneo).



2. A Família (função)

A estrutura familiar já foi analisada quando tratamos das instituições no capítulo V. Complementando, procuraremos dar agora uma idéia do seu funcionamento como agência informal modeladora do indivíduo dentro do esquema configuracional do grupo. Com isso, tentaremos verificar até onde a família, envolvendo os costumes, a tradição e as normas sociais aprovadas é marcada por um cunho próprio capaz de exercer o papel coercitivo e a ação de ajustamento da criança ao conjunto de padrões de comportamento habitual adotado, controlando as suas atividades presentes na primeira infância e as suas reações futuras mais conscientes e afirmativas.

Havendo a predominância da família nuclear, sem agregados ou com eles, as responsabilidades dentro do lar têm de ser principalmente divididas entre os dois cônjuges, pelo menos enquanto os filhos estão pequenos. De modo geral as esferas de atividades são bem definidas e reconhecidas pelo consenso geral.

Compete primordialmente ao pai suprir as necessidades da mulher e dos filhos naquilo que acham ser indispensável dentro de um critério paralelo às suas possibilidades pecuniárias e o bom pai de família é necessariamente aquele que se desincumbe a contento dessa obrigação, andando a mulher e os filhos vestidos de modo a não o envergonharem diante dos outros e "não faltando nada em casa", isto com especialidade no que concerne à provisão de alimentos. É de se esperar que a feira do domingo seja de modo a vencer toda a semana, tendo-se sempre algum mantimento em casa. Compete igualmente ao chefe a guarda e proteção da família e o zelo pela conservação e melhoria da habitação. É seu dever também encarregar-se ou pelo menos interessar-se pela orientação educacional dos filhos homens, não tanto enquanto pequenos, mas, quando maiores, necessitam de sua ação coercitiva (com a aplicação de castigos mais rigorosos, materializados em surras), devem receber instrução profissional ou necessitam de admoestações e conselhos que fogem à alçada da mulher.

Quanto à mulher, deve-lhe ser submissa e em todas as ocasiões transparece a preponderância da vontade masculina, muito embora isso não vá hoje ao ponto de cercar totalmente a iniciativa da mulher que tem certa liberdade de ação, máxime no que tange aos atendimentos de âmbito puramente doméstico e quotidiano. Providências que impliquem em maior expansão quer espacial, atributiva ou social, são sempre submetidas à apreciação do marido e sua anuência é in-

dispensável à consecução do projeto. Tal conduta apresenta duas variáveis mais comuns: aquela em que o marido concorda e a que o marido permite. De qualquer maneira, se o marido "não deixa" ou discorda, dificilmente a mulher se lança a qualquer empreendimento. Assim, p. ex., uma saída para fora do povoado ou com alguém, a resolução sobre o destino de um filho (mandá-lo para casa de algum parente para estudar ou trabalhar, introduzi-lo ou não na pesca, etc.), a ida a uma festa, só se concretiza depois do pronunciamento do marido. Em tôdas as fases da vida se observa que o elemento feminino guarda maior reserva e timidez, possuindo sempre seu lugar à parte em qualquer ocasião onde estejam presentes públicamente os dois sexos, conforme já detalhamos no capítulo V.

O ambiente da mulher é o lar, um dos atributos ideais da boa mãe de família é "viver na sua casa, cuidando dos seus filhos, não gostar de andar pelas casas dos vizinhos a tôda a hora".

Com a mãe está a obrigação de cuidar do filho durante tôda a fase de dependência da criança, notadamente quando ainda é de colo. Normalmente os cuidados e trabalhos com a criança em tal idade absorve largo período de tempo de sua atendente. Em Cajui o problema se apresenta onerado já que além de desempenhar a mãe de família todos os misteres domésticos, incluindo freqüentemente o suprimento de água e lenha, ainda atende aos trabalhos ligados à conservação do pescado, digamos em caráter obrigatório e dedica-se voluntariamente à confecção de rédes de pesca ou rendas de bilros, costura ou "vendagem" (venda de cocadas, tapioca, munguzá, bolinhos, etc.) com o que consegue algum dinheiro positivamente seu.

Não obstante, tão logo a mulher atravessa o período de recuperação depois do parto, concilia as coisas satisfatoriamente e assume suas obrigações com muito conformismo.

Por outro lado, a cooperação quer dos vizinhos, quer dos parentes, se faz sentir nos primeiros meses, especialmente quando a família se está iniciando. Numa escala decrescente estão as responsabilidades dos parentes mais próximos em relação aos mais afastados. Com especialidade das avós e tias da criança espera-se a maior colaboração. O pai, quando os filhos já estão mais "durinhos", geralmente auxiliam bastante e têm realmente satisfação de ficar com as crianças carregando-as, distraíndo-as, acalentando-as, enquanto a mãe vai ao rio lavar a roupa ou está "consertando peixe". Tratando-se porém de outras tarefas como a ida à lenha ou

à água, trabalho que são feitos indiferentemente pelos dois sexos, o marido via de regra auxilia tomando a si tais encargos. Em muitos casos os pais são pacientes com o filhos pequenos, tratando-os com muita indulgência, o que provoca por vêzes reações da mulher que diz "estar a criança malcriada porque o pai faz todos os gostos", o que está em oposição ao rigor que se espera tenham os pais em relação aos filhos maiores.

Mesmo sendo neolocais, sente-se que a influência da família de origem é ainda hoje bem acentuada. A casa de mamãe é sempre um refúgio que se busca quando surge a necessidade. É comum encontrarem-se as avós com netos pequenos, até de mais de uma filha, enquanto as mães estão ocupadas por fora na lavagem de roupa ou em outro serviço qualquer.

Nas famílias numerosas muito cedo aparece o auxílio dos filhos maiores, notadamente das meninas que por vêzes assumem grande parte da responsabilidade que caberia por direito à mãe. A todo o momento e em qualquer reunião pública aparecem meninas de 8 a 12 anos com os irmãos pequenos em roda de si e sob a sua responsabilidade. A ida, então, da menina para qualquer lugar está condicionada à ida do irmão ou irmã que está sob a sua dependência afetiva. As dificuldades que encontram no desempenho da missão de cuidar dos irmãos mais moços, pelo menos em todos os casos que presenciámos, são resolvidas, não retirando o adulto nem mesmo a irmã mais velha o encargo da menina, mas sim indicando-lhe um meio para ela própria solucionar o caso. Em várias oportunidades tal hipótese foi registrada. Certa ocasião, num conjunto onde estávamos presente, assistindo a uma partida de futebol, vimos de relance uma garôta de 11 anos tomando conta de uma irmã de 3, sentada no chão, apreciando a disputa, tendo a irmã deitada junto a si com a cabeça no seu colo. Perto uma outra garôta de 11 anos, também, consolava a irmã de dois anos e meio que chorava e queria colo. Certa mulher, mãe de 4 filhos que assistia à cena, diz "fulana, carrega essa menina" ao que ela não atendeu. Interferiu, então, uma prima das garôtas, de 15 anos, que a exortou a proceder como a citada no primeiro exemplo, conseguindo com tal recurso abrandar a impaciência da irmã que então ficou quieta, possibilitando à mais velha assistir ao jogo. Mais adiante uma mocinha de 14 anos tinha prêsô à sua sala um irmão de 4 anos que, segundo informação anterior da mãe, dependia da irmã mais

velha para tudo, banho, comida, dormida, assistência dentro e fora de casa o que estávamos confirmando no momento.

Em outra ocasião, um grupo de meninas estava brincando confronte a nossa casa, distante da de uma delas uns cento e cinquenta metros. De repente ouvimos um grito de chamado e a menina, 11 anos, saiu correndo e voltou a seguir com a irmãzinha de menos de três anos pela mão e como a criança não quis entrar na brincadeira, a mais velha também deixou de brincar e ficou sentada com ela junto a si. De outra feita, quando estávamos fazendo o levantamento do povoado, um grupo de crianças se reuniu a nós. Curiosos de ver-nos "contar os passos", a primeira preocupação que tiveram foi convencer os irmãos menores (que sentiam não poder acompanhar) a ficarem ou então pediram que esperássemos e os foram entregar em casa. Nessa ocasião não tivemos sequer um adolescente acompanhando-nos. Os exemplos seriam inúmeros e assim vão aos poucos as meninas preparando-se para serem futuras mães de família.

Nas tarefas domésticas igualmente a menina começa cedo a dar sua contribuição, varrendo a casa e o terreiro, indo buscar perto água de gasto, acompanhando o adulto à lenha e trazendo o seu feixinho, olhando a panela, lavando uns paninhos no "rio", tudo de acôrdo com as suas possibilidades físicas para se tornarem verdadeiras donas de casa dos 14 aos 15 anos. Frequentemente ouvem-se as mães dizerem de suas filhas entre 12 e 14 anos que tomam conta do irmão pequeno "de um tudo". Uma família com vários filhos tinha os dois últimos, um de dois e outro de quatro anos, sob a proteção respectivamente de duas irmãs de 11 e 14 anos. Certa mãe com 9 filhos em casa viajou para o Recife onde se demorou vários dias em tratamento, deixando a casa e os filhos entregues à filha mais velha e segunda da irmandade, de 14 anos, que segundo a sua apreciação, correspondeu inteiramente à expectativa, tendo encontrado na volta as coisas "melhores" do que com ela, só achou a filha mais magra devido a luta que teve.

Em menor escala os meninos mais velhos olham pelos irmãos mais novos quando não há menina maior em condições de desempenhar o papel. Conquanto se espere que o irmão, quando maior, "deve punir pelas irmãs", isto é, olhar por elas e tomar-lhes o partido nas ocasiões necessárias, o comportamento real a êsse respeito se afasta do ideal esperado e não são tôdas as môças que "ouvem conselho dos irmãos" e êstes, bem poucas vêzes, também exercem coação rigorosa e afetiva em relação à conduta das irmãs.

Quando não há possibilidade de dividir as responsabilidades da mãe com outras pessoas, ela resolve as situações carregando consigo o filho pequeno. Tal acontece não apenas no que se relaciona com os seus trabalhos, mas igualmente quando precisa ir a algum lugar ou deseja tomar parte em alguma diversão. Não constitui empecilho, p. ex., para a mãe que está com filho pequeno ir a uma "Ciranda". Normalmente faz parte do ambiente da Ciranda as esteiras espalhadas pelo chão nos cômodos da casa contíguos à sala onde se dança, aumentando as instalações normais de dormida e onde as crianças de todas as idades dormem enquanto as mães "brincam" animadamente. No âmbito dos trabalhos domésticos, enquanto a criança não anda, fica deitadinha ou sentada em uma esteira ou sobre um pano ao lado da mãe que assim concilia a vigilância que tem de dar ao filho com o desenvolvimento de labores cotidianos. Posteriormente, quando a criança já anda, o quadro se modifica e ela passa a gravitar em torno da mãe que trabalha, muitas vezes prendendo-se ao seu pescoço em momento inoportuno, procurando sentar-se em seu colo, mexendo nos bilros da almofada ou querendo meter a mão na gamela onde está "consertando" peixe. Nesses contactos de mãe com filho nota-se sempre muita tolerância e controle da parte do adulto que manifesta de ordinário notável paciência. Os movimentos da criança são em geral bem aceitos e não brigam repetidamente quando as mesmas lhes estão estorvando a ação. Há um certo número de coisas (bem maior aliás do que o registrado na cidade) que a criança tem permissão de fazer sem ser tolhida e apenas quando vêm que corre perigo para elas, interferem, como, por exemplo, se chegam muito próximo do fogo, apanham algum objeto cortante ou se podem precipitar de alguma altura. Esta última hipótese, aliás, é bem rara pois o lugar da criança é mesmo o chão, quer esteja dentro de casa, no alpendre ou no "terreiro", brincando na areia frouxa. A norma de deixar muito cedo a criança brincar no chão é tão generalizada que certa vez colhemos comentários sobre uma família cujo filhinho estava sempre doente (e que tendo um pouco mais de instrução e melhor situação financeira do que o normal, dispensava maiores cuidados à criança entre os quais estava o de não permitir-lhe contacto com o solo, trazendo-a sempre ao colo) e os parentes e vizinhos admitiam tal estado de coisas ao cuidado demasiado que os pais lhe davam, inclusive não o deixando ir ao chão.

Própriamente na praia quase nunca se vêem crianças,

principalmente as menores, mesmo porque não usam tomar banho de mar, só o fazendo acidentalmente, por mera distração, quando alguém de fora os chama. É voz corrente que "o banho de mar não serve para gente daqui, serve para gente de fora" pois acham que já estão "por vida" em contacto com o mar.

Até mais ou menos aos três anos, muito embora achem algumas crianças "muito sabidas", reconhecem que devem ser indulgentes para com elas, encontrando sempre desculpas para justificar o que fazem de errado, admitindo que "sabem lá de nada" ou então transpondo a culpa para algum menino maior, dizendo: "êle estava quieto, você foi bulir com êle"! De modo geral os meninos pequenos são voluntariosos, sendo inúmeras as vezes em que presenciamos cenas que atestam a maneira indulgente com que os adultos enfrentam a criança nos primeiros anos de vida.

Em certa ocasião um garôto de uns três anos gritava forte no colo da avó, sentada no batente de uma porta, não querendo fazer o que lhe mandavam. "Vá vadiar lá fora" lhe diziam a mãe e a avó, ao que êle respondia guturalmente "não vou", "não quero ir" e se virava todo para trás, gritando, tudo sob o carinho da avó que o aconchegava ao colo ou botava sôbre o ombro e a complacência da mãe que de pé, junto a ambos, apenas sorria. A avó informou que "o pai já dá-lhe", mas no momento o pai estava ausente, e custoso foi conseguir que o menino se acalmasse, só isso acontecendo quando surgiu um interesse para êle na chegada do avó com peixe e a avó exortou-o a ir ver.

De outra feita, uma garôta de pouco menos de dois anos se exarcebou, apenas porque o pai deu uma gulodice ao irmão e ela só queria para si. Fêz por isso um barulho louco, chorou, esperneou e afinal a mãe tomou-a ao colo, acariciou-a, mandou que ela botasse o dedinho na boca, consolou-a de todos os modos e terminou dizendo "ela está é com sono" e afinal sentou-se com a menina ao colo até que ela se calou. Em conversa a mãe esclareceu ser a filha malcriada "porque é uma só e muito mimada". Os outros filhos são meninos. Assim, se sucedem os exemplos sempre tendo os pais palavras de desculpas para as situações que os filhos criam quando são contrariados. Um meio que utilizam muito nessa fase é retirar do alcance da criança ou esconder aquilo que está provocando o conflito sem perder tempo em brigar com o filho ou procurar induzi-lo a se portar de modo diferente do que êle deseja.

Só mais tarde, já quase sempre na segunda infância, apa-

rece a suposição de que há necessidade de exercer uma ação coercitiva de ajustamento às normas do grupo com a aplicação de castigos que se vão tornando cada vez mais violentos, culminando com surras, aplicadas com "cangaço" de côco, correia ou outra qualquer coisa que encontrem no momento e para tal se preste, como p. ex., um galhinho de árvore quebrado em tempo. As primeiras reações efetivas de pancadas quase sempre aparecem quando a enurese infantil se prolonga além do tempo normal estipulado. Aplicam então sovas à noite mesmo, de preferência com as cobertas molhadas e a maioria acha que se não produziu resultado satisfatório é porque a pancada foi leve, de modo que a criança não sentiu, do contrário "era só uma ou duas vezes e ela deixava de molhar a cama". Não obstante, algumas mães depois de aplicarem tal método durante muito tempo sem conseguir o desejado, chegam à conclusão de que "não adianta nada, ele só deixa quando quer", isto referindo-se certa mãe ao caso de um filho de 5 anos.

Utilizando o poder coercitivo do medo, empregam-no também para que a criança deixe algum hábito que admitem seja nocivo. Um modo reconhecido para levar a criança a deixar o "vício de comer barro", p. ex., é o de enterrá-la na porta de casa. Um caso concreto registramos com uma menina de seis anos: A irmã de 9 anos informou que ela já havia tomado 2 vidros de Pílula do Norte, mas não deixava o vício. Então os meninos se reuniram com a anuência dos adultos, cavaram um buraco na areia junto à soleira da porta e enterraram-na até as axilas. "As mulheres mangaram muito dela", os meninos em volta também faziam o mesmo e "ela ficou branca de medo". Depois "tiraram logo ela do buraco e ela nunca mais comeu vício".

Conquanto não se restrinjam aos castigos corporais, acham sempre que o método mais eficaz para disciplinar (inzeprá) é a pancada. Castigo seria menos eficiente, porque "ficar olhando para o mundo, sentado, serve não". "Pancada que é pancada os meninos não se importam, quanto mais castigo", informou certa vez uma avó com inteiro assentimento da filha que a escutava e era mãe de 5 filhos. Lançam mão também de outros meios de ajustamento da criança aos padrões sociais do grupo, entre os quais o medo de "bichos" imaginários, "velhos" que pegam menino ou histórias que transmitam exemplos dignos de serem seguidos ou provoquem receio de repetir o errado.

Os conselhos são utilizados quando os filhos já são maiores e continuam pela vida de adulto, sendo não apenas usa-

dos pelos pais, como igualmente empregados pelos avós ou pessoas mais velhas, dentro do sistema de parentesco ou fora dêle, se é alguém capaz de despertar confiança.

Em qualquer situação sente-se sempre que o filho deve ser submisso aos pais, pessoas normalmente indicadas para exercer autoridade. Qualquer desvio de conduta dentro de tal órbita, não tanto enquanto os filhos estão pequenos, mas quando admitem que já compreendem as coisas, digamos da segunda infância em diante, recebe desaprovação e é em maior ou menor grau ajustado preferencialmente com a pancada. Acham que se forem deixando os meninos fazerem o que querem, eles se tornam "sobre si" e não se importam mais com o que os pais dizem, nem querem mais atender aos mesmos, de modo que qualquer desobediência é sempre passível de reprovação e de acôrdo com a gravidade admitida da falta está a aplicação do castigo. Uma ordem emanada dos pais ou de pessoas mais velhas a que se deva submissão, espera-se que seja cumprida por bem, do contrário será por mal, não raro depois de umas "lambadas".

Ao lado do binômio autoridade-submissão, é óbvio que de acôrdo com o desenvolvimento da criança aparecem os desvios de comportamento paralelo à capacidade de aprendizagem que apresente o individuo e as variações pequenas, é verdade, mas existentes, da forma por que os pais encaram as faltas dos filhos.

Certa mãe encontrou a filha de 9 anos que morava com a avó materna no poço onde fôra buscar água e lá se ficara enquanto a avó a esperava. Perguntou o que estava fazendo e respondeu que estava esperando as companheiras, muito embora uma mulher presente e que tem muita amizade na família já a tivesse mandado várias vezes para casa. Em face de tudo isso, não apenas da falta do desvio da obrigação que lhe tinha sido imposta e que era levar a água em tempo, mas principalmente porque não atendeu quando lhe mandaram voltar, disse a mãe: "tirei um ramo de mato, dei-lhe uma boas lamboradas, deixando marcas nas costas" deu-lhe a seguir um banho, botou a lata d'água na cabeça e mandou-a para casa.

Noutra oportunidade, um pai queixava-se amargamente do filho de 14 anos, porque já o havia proibido de jogar bola e ele teimava, enquanto o pai mandava que ele não jogasse mais. Acrescentou que "tem horror do jôgo da bola, mas o filho é louco, louco, por futebol", concluindo que foi "malcriado quando menino, mas não teimoso", enquanto o filho é demais teimoso e desobediente e é por isso que ele se zanga

e lhe mete o couro. De outra feita o mesmo pai ficou muito contrariado porque o filho disse ter sido roubado em todo o dinheiro que recebeu na semana e só não lhe bateu porque a importância foi roubada, se tivesse sido perdida, tinha-lhe dado uma surra. Com isso põe em evidência a responsabilidade paralela à idade que era ter cuidado com o dinheiro e não perdê-lo. Em outra ocasião, em face de prejuízo muito menor aplicou no mesmo filho com 14 anos uma surra valente. Mandou-o à sede do Distrito levar uns cajus para uma tia. O rapaz colocou os cajus junto ao depósito de querosene e o resultado foi que a tia só fez "descastanhar os cajus e avoar fora". A mãe encobriu o malfeito do filho e êle soube por uma conversa que ouviu à noite, quando o filho já estava dormindo, mas no outro dia aplicou o castigo. Queixou-se da mulher porque "ela encobrindo os malfeitos dos filhos e não deixando castigar" coopera para que fiquem malcriados e arrematou "essa gente de hoje se não levar muito pau não dá para gente não".

Outro exemplo é o de um menino de 4 anos que quebrou um alguidar de casa, mas a mãe disse que não lhe bateu porque ela foi a culpada. "Bateu um bocado de banha para o cabelo" na casa da mãe dela e vinha de lá para casa, tendo dado o alguidar para o garoto levar, coisa que êle não podia fazer. De outra vez o mesmo garoto porque não atendeu ao que a mãe lhe dissera e teimou, levou "uma cabada de vas-soura" que lhe magoou a mão posta no momento em atitude de defesa.

A diferença de maneira de pensar entre duas gerações nota-se pelas observações dos mais velhos que com freqüência se queixam de que "os filhos hoje não querem mais ouvir conselhos dos pais nem dos mais velhos, só querem pensar pela cabeça deles". Por outro lado há uma tendência para a reformulação da ordem dos valores quando a reação, por vêzes violenta, sôbre a conduta de um filho transformada, posteriormente, em aceitação conformada desta mesma conduta como algo que passou a ser perfeitamente normal.

A solidariedade entre parentes é bem sensível e a partir dos mais próximos (com maiores obrigações de prestar assistência quando necessária) todos se sentem prêsos à parentela em maior ou menor escala, funcionando os vínculos familiares como fator marcante de coesão grupal.

A assistência proporcionada durante a doença de um velho que vivia com uma mulher que ficou paralítica e não tinha filhas, p. ex., deixa bem claro o funcionamento desse vínculo. Não podendo a mulher cuidar do enfermo, uma sua

filha que nada tinha a ver com o velho veio auxiliá-la, não sem reclamar porque "é bem certo que ele não tem filhas, mas quem bem tinha obrigação de fazer as coisas para ele eram as sobrinhas". Estas moravam um pouco distante, fora da órbita vicinal, mas o certo é que acabaram aparecendo por lá e desempenhando o papel que lhes competia, levando a roupa do velho para lavar, fazendo-lhe os alimentos, atendendo-o no que precisava. Não sabemos se espontaneamente ou pressionadas vieram atender ao tio, mas notamos que a situação foi aceita como se fôra normal.

Por ocasião do entêrro são os parentes mais próximos, ascendentes ou descendentes que se encarregam das providências a tomar quanto aos funerais e velório (quase sempre inexistente aliás) e só na falta desses é que outras pessoas seguem. Em certa ocasião ocorreu um entêrro fora dos moldes normais do grupo e isso foi largamente comentado, "não houve quem não reparasse", mas, disse alguém, referindo-se aos irmãos e ao filho do morto, "são todos de um acôrdo só" e outros, "foi o povo dêle que resolveu tudo", mostrando em face disso ser inútil a interferência de outros para modificar a situação e tudo se fêz conforme eles determinaram.

Na cobertura da casa, "consêrto de peixe" ou outro trabalho que peça colaboração, os parentes mais próximos são de ordinário que têm por dever se apresentar para ajudar.

3. A Criança

Em Cajuí, sem que se dê ênfase a preferências em relação ao sexo, um filho é sempre recebido com mostras de satisfação pelo casal e mesmo nas famílias numerosas a perspectiva de aumento é encarada como um fato consumado que se aceita "por que Deus quer". Não usam métodos anticoncepcionais e nem conhecem drogas que possam ser usadas como abortivas. Também, se a criança não vinga, o que acontece com certa freqüência, o fato jamais se constitui em problema e a questão é esperar-se outro, achando-se sempre que a criança que morre é feliz, pois morreu como "anjo" e isso em vários casos é considerado até como uma graça de Deus, pois "se houvera de ser infeliz, Deus levou". Relacionam os partos prematuros não raro com a impossibilidade da mãe da criança satisfazer um desejo que teve de comer alguma coisa ou ligam-no a circunstâncias outras, sendo a mais comum a do susto. Quando tal imaginam, torna-se o assunto motivo de comentários, conforme ocorreu certa vez em que a mãe desejou comer uma romã que

estava no quintal de uma família cujo chefe "era intrigado" com os seus. O assunto foi ventilado e a voz geral era que poder-se-ia ter resolvido o caso falando-se com a mulher "que é uma pessoa muito boa" e não ia negar uma romã, máxime tratando-se do que se tratava. Crêem que se tal tivesse acontecido, a criança teria vingado.

Preocupam-se sempre em fazer um enxovalzinho para o filho que vai nascer e fazem-no o melhor que suas posses o permitem, não raro com um certo carinho demonstrado não apenas pela mãe como igualmente pelo pai nas apreciações que fazem à vista do conjunto destinado ao nôvo ser. Têm apenas grande cuidado em relação ao número de peças a confeccionar e que deve ser sempre "desigual", isto é, ímpar, e jamais pode ser par, com especialidade o das camisinhas e timões. Ninguém contudo soube explicar satisfatoriamente a razão dessa norma tão fielmente observada, sendo tão-sómente do conhecimento geral que se trata de "costume muito antigo e já vem dos outros tempos". Não encontramos em nenhum caso a associação do número par à provável vinda de gêmeos. O enxoval nunca é lavado antes de ser usado pe'a primeira vez, usam-no nôvo ou quando muito passado ao ferro.

No mais, tudo se desenvolve com a máxima naturalidade. Normalmente a mulher trabalha até a aproximação do parto, desempenhando todos os misteres domésticos, inclusive indo buscar lenha e água e abstendo-se de tais serviços se a gravidez se processa de modo anormal trazendo alguma perturbação estranha na vida da futura mãe. Contudo, sendo isso incomum, o normal é verem-se senhoras grávidas levando sua vida habitual.

a) **Nascimento:** Não há qualquer assistência médica dispensada às parturientes já que o povoado não conta sequer com a presença de um posto médico ou de alguém com algum conhecimento de enfermagem ou obstetrícia. As mulheres são assistidas pelas parteiras de lá mesmo ou do povoado vizinho, tôdas sem qualquer curso ou conhecimento teórico por mais rudimentar que seja. Manusciam tão-sómente a prática adquirida através de seus numerosos partos ou advindos da necessidade de atuar em determinada oportunidade, movida pelas circunstâncias do momento. Dentro dessas perspectivas podem-se tornar parteiras de uma hora para a outra, se surge a ocasião de agir e não há, no momento, alguma mais habilitada ou com mais iniciativa para resolver a situação. Assim, com reconhecimento tácito de todos, há

uma parteira no povoado, mas com possibilidade de ação, na falta da indicada, outras surgem desempenhando papel e ganhando com isso mais nome.

Normalmente o pai não assiste ao nascimento do filho, mas espera-se que providencie tudo que se torna necessário ao ato. Recrimina-se severamente o pai que foge a tal dever, tendo a família da mulher o direito de exigir dêle a participação obrigatória imposta pela norma social aprovada e que o coloca na situação daquele que tem "todo o direito de fazer" o que é estipulado pelo grupo.

Além da parteira, a mãe, parentas ou vizinhas da parturiente se encontram presentes as mais das vezes "para fazer companhia" e auxiliar no que fôr preciso. Geralmente os partos são normais e a aparadeira que "há mais de trinta anos aparta menino" resolve as dificuldades com "fricções de óleo de amêndoa nas cadeiras e na barriga" da paciente com o fim de ir "ajeitando a criança".

Modernamente, quando acontece qualquer complicação, apelam para as providências que o proprietário possa vir a tomar, se está presente no povoado, ou chamam da sede do Distrito um enfermeiro muito conceituado que não raro atua com êxito.

A ação do senhor das terras também se fazia sentir no passado neste terreno como nos outros, tão logo as possibilidades do povo para resolver o problema atingiam a sua limitação. Não contam exemplos de mortes em consequência de parto e cedo a parturiente se recupera.

Para cortar o umbigo utilizam qualquer tesoura comum de propriedade da parturiente ou pertencente a alguma vizinha e não preside sequer a preocupação de esterilizá-la, passando-a quando muito e raramente em álcool. Cuidam do recém-nascido dando-lhe banho morno e pensando-lhe o umbigo, vestindo-o com um vestidinho longo, sapatos de lã e touquinha, deitando-o na cama onde se encontra a mãe e onde deve a mesma permanecer por maior ou menor número de dias que oscilam entre 4 e 8.

A placenta é enterrada pela própria parteira, normalmente na "biqueira da casa" e quando tudo já está em ordem a parturiente começa a receber visitas. Estas entram sem-cerimônia, vão pegando na mãozinha da criança, sentam-se na cama, conversam alto, sendo o tema mais freqüente o próprio parto e outros recentes ou remotos.

Do dia seguinte em diante a mulher toma, durante alguns dias, "chá de raiz de angélica para limpar por dentro" e o certo é guardar resguardo por 40 dias, muito embora esta

prática atualmente não apresenta rigidez, falhando não apenas no que diz respeito à dieta, na qual se inclui a proibição de vários peixes (considerados nocivos e denominados "carregados") como a outras exigências referentes à locomoção e execução de trabalhos reconhecidos como prejudiciais, principalmente "levantar pêso", "molhar os pés na água salgada", "levar quentura de fogo".

A parteira compete dar banho na criança enquanto a mãe permanece na cama, porém, se por qualquer circunstância ela não pode fazê-lo, uma avó da criança e na falta dela alguém experimentada a substitui.

Aliás, a avó desempenha papel importante quando do nascimento de uma criança e a menos que haja motivo muito sério impedindo, é a ela que compete, por norma, atender à filha e ao neto e substituir a primeira nos afazeres domésticos enquanto a situação não se normaliza.

Os primeiros banhos do recém-nascido que costumam revestir de um certo ar de ritual fica a cargo da parteira. Posteriormente, dizem, se a mãe não é "descuidosa" (descuidada), depois mesmo de cair o umbigo ainda empresta ao banho a complicação dos detalhes que passaremos a descrever.

A bacia para o banho é posta no chão do quarto onde está a mãe, deitada, e contém água morna que é testada com o braço do adulto para ver se o aquecimento está adequado. Depois adiciona-se um pouco de álcool e a parteira faz sôbre a água três cruces com o dedo polegar da mão direita. Já então o garôto é posto dentro d'água. O umbigo é cuidadosamente limpo com o paninho que estava sôbre êle, o qual vai sendo molhado e é passado devagar em vários sentidos sôbre a cicatriz umbilical. A seguir utiliza-se o sabonete para lavar prôpriamente o corpo da criança, primeiro as costas, depois a frente. Bem enxaguado, usa-se a toalha que pode ser especial para a criança ou um paninho qualquer que as suas vêzes faça. Aparece então uma tampa de lata ou um caco de barro com brasa onde se queima alfazema, defumando-se em primeiro lugar a roupinha da criança. A seguir é aquecido um quadradinho de pano embebido em óleo de amêndoa que é posto sôbre o umbigo para depois ser a criança enfaixada. Usam o talco antes de vesti-la e penteiam-lhe, por assim dizer, o cabelo com a mão aquecida na fumaça da alfazema. Afilam o nariz com os dedos polegar e indicador da mão direita ainda aquecidos na fumaça da alfazema e fazem com êles uma leve pressão nas faces e no queixo da criança, na suposição de assim conseguirem que ela

fique futuramente com "barroquinhas" o que acham bonito. Depois de toda vestidinha, inclusive com a touca (o que consideram de grande utilidade para proteger os ouvidos contra o vento) suspendem a criança sobre a fumaça de alfazema, de bruços e de costas, terminando assim o banho e podendo então a criança ser carregada por alguém ou posta na cama onde se encontra a mãe.

O umbigo quando cai, é guardado para que seja jogado nas "ondas do mar" pelo pai da criança ou, quando este não é pescador, por algum jangadeiro que vá para o alto mar. Jogar na prala não serve, só mesmo bem longe de terra, pois admitem que assim a criança ficará a salvo de perigos que não sabem mais determinar quais são porém ainda temem uma vez que perdura a norma e ninguém ousa transgredi-la advertindo ser "costume muito antigo". Apesar dessa precaução, raramente conseguem evitar a hernia umbilical, presente em quase todas as crianças, sendo muito rara a que apresenta uma cicatriz normal, fato decorrente da incúria nos cuidados normais devidos ao recém-nascido. Em consequência de tal maneira de agir está ainda a frequência de mortes resultantes de hemorragia umbilical que nada fazem para impedir ou sustar, dando como fato consumado desde que inicialmente se manifesta.

Para reduzir a hernia umbilical estão usando hoje em dia o esparadrapo colocado seguidamente, durante algum tempo, mas acreditam também em processos outros que são postos em prática levando-se em conta sucessos anteriores obtidos em outras crianças. Um desses métodos é o de "pillar no pilão" o umbigo da criança. Cada sexta-feira, alguém, quase sempre a própria mãe da criança, a coloca perto do pilão e pisa seguidamente o pilão vazio tendo alguém perto que indaga: "o que está pisando", ao que responde "o umbigo de fulano", pisa novamente com igual pergunta e idêntica resposta três vezes e várias sextas-feiras seguidas até conseguirem o que desejam ou desistirem para apelar para outro remédio.

Utilizando o mecanismo da magia imitativa procuram por meio da redução gradativa de um objeto material a diminuição da hernia umbilical da criança. Com esse propósito tiram preliminarmente a medida do umbigo e fazem do tamanho dela uma mochilinha de fazenda com um cordão fechando-lhe a boca. Botam a mochila no "fumeiro", isto é, pendente do teto por cima do fogão de lenha e cada sexta-feira vão apertando um pouquinho a mochila na esperança de quando estiver a amarração no seu máximo ajustamento

o umbigo se apresentará diminuído ou quiçá com aparência normal.

b) **Acalentos:** As mães de ordinário são carinhosas sem excessos e dedicadas comedidamente, especialmente com as crianças "novinhas" e os pais normalmente colaboram com muita solicitude e paciência. Quase tôdas as mães costumam acalantar os filhos no braço ou na rêde, cantando várias canções de ninar generalizadas por todo o Brasil. Do conhecimento geral são o "boi de cara preta", "Boi do Piauí", "Xô papão" e outras. Como ilustração trazemos uma que admitimos ser menos divulgada ou pelo menos desconhecíamos:

Senhora Sant'Ana
Senhor São Joaquim
"Aninal" fulaninho
Para dar descanso (ou sossêgo) a mim.

Menino pequeno
Não dorme na cama
Dorme na limeira
Debaixo da rama.

Cala a bôca menino
Que vossa mãe já vem
Foi lavar os seus paninhos
Lá no rio de Belém.

Calai meu menino
Calai meu amor
Que a faca que corta
Dá talho sem dor.

c) **Alimentação:** É absolutamente vedado ao recém-nascido ser amamentado pela mãe antes do terceiro dia de vida, enquanto o leite não estiver "limpo". Acham que o colostro seria profundamente nocivo à saúde da criança e por essa razão o substituem pelo "chazinho" de alfazema, fôlha de laranja ou erva-doce, administrado por meio de um "torcidinho de algodão" e quando isso não contenta à criança apelam para o "mingauzinho d'água, bem ralinho", feito com a farinha de mandioca peneirada, bem fininha ou com a goma de araruta. Se há por perto alguma mulher amamentando já com leite "limpo" pode a criança ser aleitada por ela sem receio. Não sugando a criança o seio materno durante os três primeiros dias tomam providências para que o leite seja expulso "penteando" o seio, isto é, passando

um pente sôbre o mesmo com um jeito especial e obtendo com isso a saída do colostro. Caso contrário, o leite "empe-dra", surgindo as complicações mais indesejáveis.

Normalmente a amamentação se faz durante largo pe-riodo de tempo, havendo meninos que mamam 3 a 4 anos, registrando-se casos de alguns que atingem os 5 e até 6 anos, presos ao aleitamento.

Quando acontece a mulher engravidar amiudadamen-te, não raro espera um filho amamentando outro e a crian-ça que, como dizem, "mamou leite de dois" isso porque ten-go morrido o irmão seguinte a êle, a mãe continuou a ama-mentá-lo.

Não existindo facilidade para a aquisição de leite, quer seja fresco ou em pó, alegam a necessidade imperiosa do alongamento da fase do aleitamento, sem o que a criança ficaria privada da dieta láctea, o que traz maiores preocu-pações e despesas aos pais. Compensar tal deficiência acar-rieta sempre transtôrnos, quer seja precisando apelar para alguém que possue alguma cabrinha e esteja disposta a ven-der ou dar o leite, em regime de exceção, ou tendo de ad-quirir na venda o leite enlatado, coisa que está sempre fora de suas possibilidades financeiras ou excede o orçamento doméstico normal.

Em condições normais está a critério da mãe o desma-me e lança mão de vários recursos para o conseguir. Tira a criança de sua cama, onde normalmente dorme, fa-zendo-a dormir em uma rêde, vai negando durante o dia as solicitações, atendendo-as gradativamente menos vêzes, providenciando modos para fazer secar o leite e apela quando a criança já é maior para histórias que produzam efeito de mê-do ou de ridículo. De qualquer forma sabem que o primeiro caminho para conseguir seu intento é não dar o seio a su-gar, porque "quanto mais o menino mama, mais chama o leite". Têm muitas maneiras para fazer secar o leite, toda-via uma que admitem ser muito eficaz é o rosário de car-rapateira que, como no caso da mochila do umbigo, aplicam o mecanismo da magia imitativa. Cortam-se os "talos" da carrapateira em pedacinhos, enfiando-os em um cordão qual-quer e coloca-se no pescoço. A proporção em que o rosário vai murchando, o leite também vai secando.

Ninguém obedece a horários rígidos na alimentação da criança. Sendo a mãe quem sempre está com o filhinho pequeno, é fácil atendê-lo tão logo apresente, por meio de impaciência ou choramingas, o desejo de se alimentar. Du-rante a noite, tal como acontece de dia, não há horário

para o aleitamento, podendo a criança mamar uma, duas ou mais vezes, desde que acorde e demonstre falta de alimento. É por isso que se encontram crianças que não se alimentam pela manhã, quando despertam, indo às vezes até às 9 e 10 horas quando então aceitam a alimentação. Achrom que a criança deve comer "quando está com vontade", "quando quer", "quando pede" e não obedecendo a intervalos regulares.

Paralelo ao aleitamento é administrado, não mingáu na mamadeira, mas a papa de araruta, maizena ou farinha de mandioca com água e excepcionalmente com leite. Esta é a "papa de dedo", porque não utilizam colher para administrá-la e sim o dedo indicador da mão direita. Normalmente isso ocorre enquanto a criança ainda não se senta e recebe a alimentação deitada no colo de quem a atende, tudo se processando com rara habilidade, tanto da parte de quem dá o alimento, como da própria criança que avidamente o ingere, perdendo pouquíssimas parcelas do mesmo. Certa mãe de vários filhos informou que cria todos com a papa de farinha, pois o seu leite é fraco e acrescentou "todo mundo aqui é como cria e muitos nem peneiram a farinha". A mesma mulher comentava certa vez com seu marido o estado de saúde de um garoto seu aparentado que admitiam que só vivia doente porque os pais tinham excesso de cuidado com ele e só queriam que ele comesse comida fina, no entanto, como não melhorasse, resolveram dar-lhe papa de farinha e desde aí a criança começou a passar melhor, concluindo que o que ele queria mesmo era a tradicional papa de farinha...

Com o correr dos tempos outros alimentos vão sendo adicionados à alimentação infantil, entre eles o arroz, o caldinho de feijão, a bolacha, o pão (puro ou feito sopa com chá ou com café), o pirãozinho de feijão, o pirãozinho de côco, etc., até que com um ano e meio ou dois anos (a critério da mãe e levando-se em consideração a saúde da criança) passa a criança a comer de tudo, incluindo esse tudo o peixe, um dos últimos alimentos a serem permitidos e absolutamente vedado até então pela crença generalizada de que faz mal e dá vermes, deixando o menino barrigudo. É notável como em um lugar onde o pescado se constitui em alimento cotidiano ainda hoje se obedece com tanto rigor a norma de só dar peixe a criança depois, como dizem, "dela comer com a mão dela". Enquanto isso o côco que utilizado igualmente na alimentação diária é considerado menos nocivo, entrando consideravelmente mais cedo na die-

ta infantil. As frutas sofrem restrições por parte de uns e são aceitas por outros, sendo de notar que não são por todos de fácil aquisição, exceto o caju.

d) **Cuidados:** Se toda a primeira infância é cercada de cuidados menos terapêuticos e mais religiosos e mágicos, os oito primeiros dias são particularmente difíceis de vencer já que há toda uma falta de correlação entre a fragilidade do novo ser e o conjunto de normas e cuidados eficientes que possam garantir a sua sobrevivência. Dêsse modo, muitas crianças morrem do "mal dos 7 dias", doença de sintomatologia vasta e imprecisa e para a qual não há remédio conhecido.

Na suposição de que poderão evitar de certa maneira o mal, cercam a criança no 7.º e 8.º dia de vida de várias medidas protetoras, como sejam: colocar uma tesoura de aço debaixo do travesseiro, não dar banho, conservar a criança a salvo de ruídos violentos e da luz intensa e outras, não estando certos, todavia, de com todas essas precauções obterem resultado satisfatório, pois quando o mal quer vir, vem mesmo, independente de qualquer daquelas providências.

Compreendem a necessidade de amparos especiais em toda a fase de dependência da criança, especialmente durante os primeiros dias de vida e posteriormente na fase da dentição quando admitem haver maiores riscos para a conservação de sua vida.

Partindo de tal suposição, desenvolvem um corpo de normas habitualmente seguidas com maior ou menor ajustamento por todas as mães. Incluem tais normas não apenas cuidados que envolvem critérios de alimentação e método de vida que resultam em benefício material para a saúde da criança, como também e principalmente usos e valimentos que a protejam e amparem-na na esfera do sobrenatural. As rezas e os benzimentos acompanham o indivíduo desde os primeiros dias depois do nascimento até a fase de adulto. Os amuletos seguem paralelamente à adoção do tratamento médico, até desejado no presente mas que, digamos, age como fator coadjuvante. Mesmo aqueles mais esclarecidos e que dispõem de maiores facilidades financeiras, procurando a miúdo os recursos da ciência médica, o fazem sem desprezar o valor admitido às suas crenças tradicionais.

Entre os males mais frequentes que atacam a criança, de acordo com sintomatologia conhecida, estão o "olha-

do", o "ventre caído" e o "sapinho", havendo para todos rezas específicas, já detalhadas no capítulo anterior. De todos, o olhado é o mais temido e que se apresenta com maior frequência. Logo à menor anormalidade que a criança apresenta, às vezes imperceptíveis à nossa observação, levam-na para benzer, isto ocorrendo até dentro dos primeiros dias de vida. Há casos de crianças que saíram pela primeira vez para a casa da benzedeira. Quando a própria mãe sabe as rezas, tudo se torna mais fácil porque ela própria pode benzer o filho.

Em relação ao amparo da Igreja Católica tudo se faz muito apagadamente. Conquanto todos pensem em batizar os filhos, p. ex., e mais cedo ou mais tarde os mande batizar, não constitui motivos de maiores preocupações o fato de ter em casa filhos pagãos. Por uma circunstância ou por outra, deixam de aproveitar a ida periódica do sacerdote à comunidade e lá um dia, quando conciliam a vontade e possibilidade dos padrinhos e dos pais, a criança é batizada sem aparato festivo. Muitas crianças morrem pagãs ou são batizadas em casa pela parteira ou por alguém que tenha expediente de fazê-lo, o que é raro. A festa do padroeiro é por muitos aproveitada como boa ocasião para tornar os filhos cristãos, não obstante também há aqueles que ficam grandes e sem se batizar. Valem-se dos santos fazendo promessas para alcançar a saúde dos filhos, mas não há muita ênfase em tais devoções que aparecem fazendo parte do conjunto protetional devido à criança, juntamente com os amuletos, rezas, etc.

Vencidos os primeiros meses de vida, começa a preocupação constante com a dentição. Nesse período de vida, qualquer alteração na saúde da criança é atribuída à saída dos dentes. Para anular seus perigosos efeitos não têm rezas, mas lançam mão dos amuletos. O mais freqüente deles é a "catotinha", uma semente arredondada de pericárpio rijo e branco acinzentado, que encontram na praia, trazida pelo mar. Não tivemos meios de identificá-la cientificamente. Tem aproximadamente uns dois centímetros no seu maior diâmetro. Perfuram-na, pendurando-a por um fio no pescoço da criança. Com o aparecimento dos dentes vai sendo roída até ser considerada imprestável, época em que a criança já não mais depende de seus efeitos benéficos. Serve, dizem, "para quebrar a força dos dentes" e "são os antigos mesmo que mandam usar". O "cordão da salve-rainha" é outro poderoso e eficaz preventivo contra os males ligados ao período da primeira dentição. Tomam de um

cordão comum e vão rezando a salve-rainha e dando um nó no cordão em correspondência às invocações. Pode ser usado no pescoço ou no braço. Um botão da cueca do pai e mais raramente uma "presa de jacaré" encontram-se por vezes compondo o conjunto de objetos usados pela criança na fase mais aguda do período ou quando admitem que está em crise. Inúmeras são as crianças que morrem de "dente" ou porque não saíram, ou estavam saindo ou "pasmaram" (?) ou ainda porque complicaram com outras doenças como a asma, p. ex. De uma forma ou de outra a maior causa da mortalidade infantil, levantada como à suposta causa mortis fornecida pelas diferentes mães que perderam filhos pequenos, é sempre "dente".

Geralmente até essa época a criança é robusta, apresentando às vezes até um peso acima do normal, contudo, apenas alguns conseguem chegar aos 12 e 16 meses com idêntica aparência.

Malgrado a precaução que têm, suprimindo o peixe da alimentação, verificam que as crianças muito cedo são infestadas pelos vermes e que leva muitos a concluir não serem os vermes provenientes do peixe, mas antes do próprio leite. Independente disto, obedecem ao que os antigos recomendam e protelam o mais que podem a inclusão do peixe na dieta das crianças.

O contacto das crianças com o chão tão logo começam a engatinhar e a andar, não admitem seja um dos fatores que contribuem para a verminose (presente não apenas nas crianças mas em todo o mundo) em um lugar onde não há latrinas e as dejeções são feitas no campo sobre a areia palmilhada por todos diariamente.

Por outro lado há o uso de dar a alimentação com o dedo e posteriormente o da apreensão de qualquer alimento com as mãos que substituem o garfo ou a colher. A chupeta, "consólo", é de uso corrente e não muito vigiada, sendo rara a criança que não a conserva até os 3 e 4 anos. Menos freqüente e de mais longa duração, acompanhando o menino até 10 e 12 anos, é o hábito de chupar dedo, quer seja o polegar ou outro qualquer e até mais de um, como seja o anular e o médio em conjunto. A verdade é que muito cedo as desinterias se vão manifestando com muita freqüência e a criança definha, tornando-se um menino magro e de aparência doentia e que perdura por algum tempo, quando lá para os 4 ou 5 anos consegue o equilíbrio biótico, voltando muitos a readquirir aspecto saudável.

e) **Segunda infância:** Analisando o desenvolvimento da criança convenhamos que a primeira infância se prolongue até os 3 anos e registramos que tal período, conforme já foi comentado, se processa com marcante interferência dos parentes primários, circunscrevendo-se o âmbito espacial principalmente à limitação do lar, incluindo este lar a casa e o terreiro convencionalmente pertencente a ela. Até então, com especialidade as meninas, todos são muito retraídos e acanhados. Estranham qualquer pessoa que não conviva com eles e se defendem da presença do desconhecido baixando a cabeça e cruzando sobre o rosto ou dois braços ou se escondendo atrás de quem os acompanha. Se são forçados a falar, desatam no choro, tornando assim qualquer contacto difícil no princípio de convivência e por vezes impossível em alguns que continuam "matutos" mesmo depois de conhecer as pessoas por algum tempo. As mães dizem "ela fala muito na senhora (ou você), mas, quando lhe vê, faz isso".

Passada a primeira infância, com a possibilidade da criança se locomover livremente, a mãe lhe vai facilitando incursões mais longas e tudo se passa de modo natural, cercado por um ambiente físico e social particularmente favorável à sua expansão locomotora sem a complexidade que nasce da vizinhança desconhecida ou hostil e dos perigos da movimentação dos centros urbanos e suburbanos. Lá todos se conhecem e colaboram espontaneamente na sua vigilância. O alargamento do círculo de relações da criança faz-se sem maiores dificuldades e os grupos de idade aparecem congregando elementos de ambos os sexos, onde ela começa a agir não em função de uma autoridade que deve acatar e que lhe exige um certo respeito, obediência e submissão, e com a qual se depara no ambiente de casa, mas em interação com indivíduos de "status" idênticos. Nesta fase que Piaget (1932) admite seja aquela em que a criança passa da fase de moralidade de constrangimento, registrado na família, para a moralidade por cooperação, encontrada nos agrupamentos infantis, a criança de Cajui se adapta encaimada pelos irmãos mais velhos ou pelos meninos da vizinhança, passando a "vadiar" não apenas no seu terreiro, mas também nos que lhe ficam mais próximos de início e cada vez mais distantes com o correr dos anos.

4. Grupos de brinquedo

Teoricamente os grupos de brinquedos são conjuntos

homogêneos quanto à idade, onde a atuação da criança tem orientação bem diversa da que se desenvolve na família. Seu comportamento no grupo de brinquedo se conforma espontaneamente ao conjunto de regras de um jogo, talvez até organizadas e aprovadas pelas próprias crianças e que se constitui, por isso mesmo, em um fator coercitivo muito mais simpático do que a autoridade paterna.

Num meio onde a interação se processa entre crianças que têm iguais problemas em relação aos adultos, que são ligadas por interesses idênticos, que possuem o mesmo "status", há forçosamente uma identificação mais acentuada que leva o indivíduo a se realizar como quem age, não apenas sob a pressão de alguém que "manda" e éle "obedece", visando a apenas se enquadrar mecânicamente na situação, muitas vezes sem compreender nem porque assim se conduziu. No seu grupo de idade a criança atua mais conscientemente, visa a um fim comum, dirige sua contribuição para o sucesso de sua equipe, sente-se como parte de um conjunto que precisa de sua cooperação para obter êxito em seus empreendimentos, procura destacar-se menos para aparecer individualmente do que para levar a bom termo um jogo ou uma brincadeira que exige esforço cooperativo.

Ao lado do desenvolvimento da consciência grupal, fator decisivo no seu sucesso futuro dentro da sociedade dos adultos, os brinquedos em comum vão agindo como elemento de estímulo e seleção. A entrada e permanência da criança numa equipe depende do seu adestramento, de sua capacidade de agir bem e ela pode adquirir prestígio no seu grupo infantil.

Em Cajui verificamos que muito cedo se anula a interferência do adulto no conjunto de jogo ou brinquedo, havendo certa independência na escolha da brincadeira e na seleção dos companheiros, muito embora as relações de amizade dos pais, principalmente quando o grupo se articula nas proximidades da casa, possam pesar um pouco, com especialidade se as famílias não estão em boa paz. Além disso a mãe zelando pelo filho toma a iniciativa, por vezes, de afastá-lo do menino maior que admite seja malvado ou tenha "maus costumes" podendo ensiná-los ao filho, prematuramente. Todavia, o mais normal é bem pouco saberem os pais em relação às atividades dos filhos que se processam muito cedo longe dos seus olhos. Sabem que "estão por aí", mas jamais precisam o lugar exato onde se devem encontrar.

A seleção pela simpatia pessoal, qualidade integrativa e de liderança, a'ém da capacidade técnica de realização num jogo, são claramente exteriorizadas em atitudes ou verbalização. O elemento menos apto pode ser aceito quando outro mais capaz não se encontra presente, aparecendo assim o desejo de medir forças mais do que o de vencer facilmente o adversário.

Antes do fim da segunda infância ou pouco menos, admitindo-se os 7 anos para seu maior limite, os conjuntos são compostos de ordinário com elementos de ambos os sexos. Depois, começa a aparecer o retraimento da menina e a gradativa emancipação do menino, surgindo os agrupamentos com predominância de um só sexo, onde acidentalmente poderá aparecer um elemento do sexo diferente se o mesmo é irmão de algum componente do grupo ou se possui qualidades que permitem a sua aceitação. O testemunho de um grupo de meninas de 6 a 9 anos serve para dar uma idéia do exposto. Afirmaram elas que "brinca menina com menina. Quando os meninos são calmos, se brinca, mas menino safado, não, maltrata, dá murros, avoa pedras". Não obstante, na segunda infância já se vão apercebendo de que há "brinquedo de macho" e "brinquedo de fêmea". Até saberem perfeitamente como devem agir, passam pela inevitável fase de transição, quando aos elementos mais velhos cumpre atuar, afastando aquele que se intromete indevidamente no seu grupo. Entre meninos maiores podem aparecer elementos de sexos diferentes como colaboradores acidentais ou como espectadores, mas nunca como participantes.

a) Brinquedos femininos — Dentre os brinquedos femininos o de mais freqüência é o cozinhado. Reunem-se meninas de várias famílias que arranjam em casa gêneros de que necessitam ou o numerário que precisam para adquiri-los e muitas vezes são produto de algum trabalho seu. Organizam a casa de brinquedos com maior ou menor cuidado, em alguns casos construindo-a com fôlhas de coqueiro, armando no seu interior o fogão de barro indispensável para o fim da brincadeira. Nos preparativos apelam às vezes para a ajuda de algum irmão mais velho e outras vezes fazem sózinhas as suas instalações que têm um caráter provisório e são desfeitas tão logo dão por finda a brincadeira. Os utensílios domésticos dos adultos são tomados por empréstimo sendo esta a participação mais sensível registrada no comum, pois as mães e os pais não se abalançam para ir ter com o grupo sob qualquer pretexto. Brincam por lá o tempo que

querem, enquanto os adultos permanecem nos seus afazeres. Os domingos são os dias mais escolhidos para os cozinhados que se prolongam até pelo dia todo, havendo a confecção do "jantar" no meio do dia e a "café" ao entardecer. Sempre liderando o grupo, encontram-se meninas mais velhas já encaminhadas pela mãe no desenvolvimento da vida diária, em segredos culinários, e que se lançam na feitura de uma muqueca, arroz, feijão, angu de milho, cozinhamento de batatas doce, pratos freqüentes nas brincadeiras. A presença de bonecas não é comum, mas se alguma criança possui uma, ela comparece como complemento accidental. Digo possui alguma, porque não é comum as meninas tê-las obrigatoriamente entre os seus brinquedos. Quando isso acontece, trata-se de uma bruxa de pano ou então de uma boneca industrializada, mas de pequenas proporções, consoante ao limitado poder aquisitivo de que dispõem.

Brincam de boneca organizando as suas brincadeiras com o que podem conseguir: latinhas, trapos, panelinhas de barro compradas na feira, caixas velhas, etc., desenvolvendo com tais recursos o processo de imitação da vida doméstica e ocupando com isso boa parte do tempo livre de que dispõem num dia. É comum encontrarem-se meninas de 3 a 4 anos "consertando" peixe de mentira e fazendo com êles muquecas de fôlhas, areia e água. Engendram roupas para as bonecas e nisso são facilitadas pela mãe ou outro qualquer adulto disposto a fornecer-lhes o que precisam.

RONDAS — Outra brincadeira que mobiliza muitas meninas, especialmente nas noites de lua, são as rondas infantis. Sabem várias cantigas como Tororó, Na ponte da aliança, Margarida, Rosa amarela, Céu azul, e outras. Comum é, quando estão brincando de ronda, surgirem quadras de cantigas de Ciranda, a brincadeira de adultos mais típica da praia, e então confundem-se as melodias e se entrelaçam os versos, não se sabendo por vèzes onde termina a ronda e onde começa a Ciranda. Na rosa amarela, p. ex., colhemos as seguintes quadras:

Oh! rosa rosa amarela
 Oh! rosa amarela eu sou
 Oh! rosa rosa amarela
 Eu serei o teu amor.

Lá detrás da minha casa
 Tem um pé de castanhola
 Quem quiser casar co'as môças
 Bota as velhas na galola

Sete e sete são catorze
Três vez sete, vinte e um,
Tive sete namorados
Tirei seis, casei com um.

Minininho bonitinho
Dos cabelos cacheados
Lá em casa já se sabe
Que tu sois meu namorado.

Do Recife me mandarao
Duas cadeiras de vidro
Numa assenta meu cunhado
Noutra assenta meu marido

Do Recife me mandaro
Um pirinho de arroz
Me mandaro perguntar
Se eu ainda amava dois.

Em "O Céu azul" há um estrebilho constante:

Oh! céu azul
Azul sereno
Oh! céu me leva
Para os braços dos morenos.

e as quadras se sucedem com muitas variedades entre as quais as seguintes:

Lá se vai, lá se qué i
O amor que mais amava
Lá se vai o pé de cravo
Onde a rosa encantava.

Já te quis, não quero mais
Já te dei o desengano
Para mim tu já morresse
Sexta-feira fêz um ano.

Lá detrás de lá de casa
Tem um ferreiro escondido
Fazendo peia de ferro
Para os cabra inxerido

Alecrin da beira d'água
Dá o vento está pendendo
Na frente tanto carinho
Por detrás tá me vendendo

Minha mãe tá me chamando
Lá no fundo do quintá
Ó que velha aborrecida
Não me deixa namorá

Minha mãe me acha feia
Ela só que é bonita
Ela é a trança sorta
Eu sou o laço de fita

Interessante é que as quadras refletem bastante em sua espontaneidade facetas da organização social registrada no que tange à precocidade do namoro e ao comportamento do indivíduo na esfera afetiva em relação ao conjuge, e outros afetos extra-unões, o que ocorre com frequência quase de uma norma.

Outras brincadeiras como "O coelho sai", Barra Bandeira, Pular a corda e outras, fazem parte do conjunto lúdico da menina de Cajui. Nesta última, introduzida pela orientação escolar, às vêzes aparecem os dois sexos disputando a

partida, cada qual de um lado, mas não como forma espontânea.

A versão do "O coelho sai" pode ser resumida no que se segue:

"Coelho sai, não sai. Qué sai? Tem dinheiro pá pagar e cachorro pá lati. A corda é boa? É..." sai então correndo a menina em direção ao grupo que faz a cadeira de resistência com as mãos dadas, e que tentam fechar a roda prendendo o coelho. Se conseguem, começa a brincadeira, em caso contrário saem correndo atrás do coelho e quem o pega vai ser o nôvo coelho. Uma vez o coelho na roda as perguntas que lhe são feitas abrangem tôdas as suas atividades, inclusive às necessidades fisiológicas, tudo com a máxima naturalidade. Quando perguntam "o coelho qué passear", a menina que está na roda sai e entra pela roda passando por entre as companheiras que devem "ficar com as pernas juntas, se estiver com as pernas abertas (afastadas) o coelho belisca na batata da perna". Prosseguem indagando se o coelho quer experimentar "as cadeiras", quando então êle se senta nos braços das companheiras. Quando se demora muito, "quando o coelho começa a dormir, botam êle para fora da cadeira" e finalmente o coelho diz "minha mãe tá mi chamando" ao que respondem "não tá" e é quando o coelho tenta partir a cadeira. Se consegue, sai correndo e quem o prende vai substituí-lo. Normalmente demoram um tempo enorme com as perguntas e respostas e as mímicas do coelho provocam por vêzes risos no grupo e gostam bastante da brincadeira.

Imitando o que vêem aparecem as representações registradas na escola particular, sob o nome de "drama", de muito gôsto do professor e se constitui de uma seqüência de recitativos e cançonetas ou inventam um quebra-panela nos moldes dos promovidos pela Escola Municipal em certas ocasiões, como sejam, o encerramento do ano letivo. Também depois de uma temporada de pastoras pelo Natal costumam se reunir para organizarem suas brincadeiras com tal motivo. Assim é bem variado e mesmo atualizado o mundo de brincadeiras infantis da menina de Cajuí.

b) **Brinquedos masculinos** — Entre os brinquedos masculinos, inegavelmente o que maior entusiasmo desperta hoje em dia é o futebol. Qualquer grupo que se articula, em qualquer idade, e dispõe de uma bola, não faz outra coisa senão jogar animadamente. Exerce tanto fascínio na garotada

que por vêzes provoca reações violentas de alguns pais que se aborrecem com o "danado do jôgo de bola", porque os filhos, quando pegam uma bola, não querem fazer mais nada e nem ouvem quando se chama, precisando então ir com eles até à pancada. Há mães que sabendo disso procuram encobrir dos pais as atividades pebolísticas dos meninos, principalmente quando já estão maiores e espera-se que colaborem fazendo qualquer coisa para a casa, como ir buscar lenha ou botar água.

Havendo um campo de futebol na comunidade, os trenos se sucedem mesmo nos dias de semana e isto principalmente ocorre com os adolescentes que já não estão tão sujeitos aos encargos ligados ao lar e ainda não assumiram as responsabilidades que terá como adulto, atravessando assim uma fase de transição muito marcada entre eles.

Gostam também de jogar bola "fazendo ponto", isto é, batendo com o pé tantas vêzes até perfazer um total combinado, contando-se os pontos fracionadamente e sucedendo-se os jogadores por vez. Se cobinam, p. ex., uma partida de 20, vão anexando os pontos de cada jogada e o que primeiro atingiu o total de 20, ganhou, recomeçando a partida. Podem jogar "prá si", disputando individualmente as partidas ou jogar em grupos, como também usando a forma mista, ou seja, dois contra um.

Uma bola é sempre o presente mais desejado por todos, grandes e pequenos, mas como as bolas de borracha não chegam lá com facilidade e as de pano não dão o rendimento esperado, voltam as vistas para outras formas de distração.

Normalmente as horas livres dos meninos são muito mais numerosas do que as das meninas. O aprendizado da pesca em Cajui se faz apenas quando o menino já está na fase de adolescente e, muito embora a tradição diga que "antigamente se levava menino para a maré, porque eles eram mais calmos", hoje em dia não se registra tal hipótese. Ficam então os grupos de peraltas fora do horário escolar perambulando e levando uma vida folgada muito mais solta do que as meninas e também mais irresponsável. A não ser um mandado na venda ou um recado que levem pouco mais querem fazer e preenchem o ócio com tôda a sorte de brincadeiras, aparecendo em casa não raro nas horas das refeições ou quando chamados insistentemente.

Para o adulto o menino deve "estar pelo mundo, vadando" e conforme a época do ano canalizam as suas atividades para várias modalidades de distração, tais como a apreensão dos guaiamuns nos primeiros meses do ano, a procura dos

vários frutos nativos, conforme a época ou a ida aos cajueiros nos meses de safra, o que proporciona não apenas saborear os frutos e trazer as castanhas para assá-las e consumi-las, mas, principalmente para utilizá-las nos vários jogos de castanhas, o que os leva a "descastanharem" os cajus mesmo antes das maçãs poderem ser saboreadas.

JOGOS DE CASTANHAS — Recolhemos 3 modalidades de jôgo com castanhas que passaremos a descrever:

1.^o — Joga-se com várias castanhas, quantas se quiser, que são atiradas alternadamente pelos contendores até que um dêles consiga com a jogada bater em uma castanha qualquer posta anteriormente no jôgo, quando recolhe para si tôdas as castanhas que estão em campo no momento da batida e ganha assim a partida, recomeçando-se outra logo a seguir.

2.^o — É o jôgo da caixa de fósforo e pode ser jogado com muitas castanhas e com quantos jogadores o queiram, de dois para cima. Preliminarmente combinam o número de castanhas com que cada parceiro vai entrar no jôgo. Começa cada jogador por vez jogando tôdas as suas castanhas até o último. O que fica mais perto da caixa de fósforo começa a disputa da "quebrada" até derrubar a caixa, ficando quem a derrubou com tôda as castanhas que estão em campo.

3.^o — Fazem um buraco no chão e cada contendor joga com número igual de castanhas. O que primeiro consegue aproximar mais uma castanha do buraco adquire o direito de jogar sucessivamente com tôdas as castanhas até colocá-las no buraco, quando vence a partida, ficando com tôdas as castanhas para si. Se, porventura erra uma vez, deixando de colocar uma castanha no buraco, o segundo colocado por distância da meta procura, por seu turno, botar as castanhas no alvo, e se consegue, leva-as como levaria o primeiro. Caso erre a jogada, o seguinte joga, aproveitando as jogadas dos antecessores, continuando a jogar as castanhas para o buraco, recolhendo as que estão em jôgo e recomeçando outra partida.

GÍRIA DOS JOGOS — Há uma série de palavras que empregam durante a seqüência dos jogos, cada uma com seu significado conhecido, o que torna a disputa mais interessante aos olhos do espectador. Entre elas consignare-

mos algumas: **ALISAR**, ficar sem castanhas; **QUEBRADA** — a virada da caixa de fósforo; **TOPE** — dizem quando alguém fica em frente e a castanha encontra obstáculo. Descontam o impacto, impulsionando mais a castanha de acôrdo com o interesse do jogo. Tope também pode ser na caixa de fósforo no primeiro jogo descrito, e dá direito de jogada, exceto quando outro tope lhe segue ou uma quebrada. **ESTAR DE FRENTE** — ter preferência de jogada; **SALTAR** — passar a castanha por cima da caixa de fósforo; **QUEIMAR** — bater com uma castanha jogada na outra.

Durante o jogo pode ocorrer que um dos parceiros perca todas as suas castanhas e então um companheiro que o deseja ajudar (ou então quando estão jogando apenas dois e a saída de um prejudica totalmente o jogo), o que venceu empresta umas castanhas para continuar a disputa e logo que o recebedor readquire posição paga as castanhas que tomou emprestado. Os jogos são sempre muito movimentados e as partidas se sucedem num perde e ganha engraçado. Um menino pode num momento ficar quase "liso", depois readquirir o que perdeu e outro ficar desfalcado indo assim quando querem dar por finda a brincadeira por aquela vez para recomeçá-la mais tarde.

OUTRAS BRINCADEIRAS — Depois de uma colheita de côcos aparece sempre uma forma de entretenimento para os meninos menores. Trata-se dos "cavalos de cangaço" que hoje são recordados pelos rapazes e pelos pais de família ainda com certa satisfação, o que faz crer seja uma iniciativa bem antiga. Certa vez falando-se no cavalo que um garoto de 5 anos havia confeccionado, um homem presente exaltou e tempo dele quando se fazia cavalos muito mais bonitos e descreveu: "fazia-se o cavalo bem feito, botávamos caçuá de quenga de côco ou então sacos de mulambo como se fôsse carga de farinha e se ia passear com ele, voltando com os caçuá cheios de guajiru" e terminou, "botavam os olhos de sementes de periquito e ficava era bonito". Ainda hoje os pais fazem para seus filhos pequenos o tal "cavalo" que não passa de um pedaço da "cabeça" de palha verde de coqueiro, medindo mais ou menos uns sessenta centímetros no qual enfiam pedaços de paus simulando as orelhas, amarraram um cordão e saem puxando, sem maiores aprimoramentos. Meninos de cinco e seis anos já fazem os seus cavalos que têm vida muito efêmera e podem ser renovados sem esforço já que se constitui em um aspecto da adaptação ao meio com o aproveitamento periódico da matéria-prima que

o coqueiro fornece necessariamente cada vez que é desfrutado.

Brincadeiras que impliquem na reunião de muitos meninos são mais raramente registradas como "Barra bandeira", "Manja", "Pega", enquanto grupos pequenos batem boia, se empenham em lutas corporais, ganham o mundo pela praia afora conversando ou brincando de pescar com instrumentos improvisados e raramente vêem-se eles colaborando com o pai em qualquer serviço. Os meninos são sempre muito livres e despreocupados até a adolescência.

Diversamente do que acontece com as meninas que bem pequenas auxiliam as mães, os meninos são mais difíceis e comenta-se que com tanto menino na comunidade vêm menino de fora fazer covo porque os meninos de lá só querem é "vadiar".

A imitação das atividades do adulto, como treinamento e distração útil, se faz menos acentuadamente do que entre as meninas e também mais tardiamente já que bem poucas coisas faz o homem de Cajui além das atividades ligadas à pesca, quase todas fora da possibilidade realizadora de um indivíduo antes da fase da adolescência.

Das atividades encaradas sem um compromisso sério de trabalho e um sentido de divertimento útil está a apreensão dos guialmuns e a sua subsequente ceva em depósitos (carifós) guardados em casa e de iniciativa e propriedade exclusiva dos meninos maiores, entre mais ou menos 10 e 14 anos. Fazem ratoeiras de latas e acidentalmente de caixotes pequenos, idênticas às que são utilizadas no Recife. São constituídas pelo recipiente cuja entrada é interceptada por uma porta feita de uma lâmina de flandres obtida de latas velhas ou de uma tabuinha. Esta porta é presa em cima à boca da ratoeira e sustida por uma tira de borracha que passa por trás da lata. Uma varinha presa à porta a mantém aberta, quando se arma, pelo fato de se prender falsamente ao arame que sustém no fundo da lata a isca. Posta junto à saída dos guialmuns, nos buracos que admitem sejam as suas tocas, desarma tão logo o guialumum entre na lata e puxa a isca presa no arame que sustém a varinha ligada à porta. De espaço em espaço de tempo voltam ao mangue e recolhem as presas, levando-as para o caritó. Dedicam-se a esse trabalho durante todo o tempo em que os guialmuns estão saindo da terra; nos primeiros meses de cada ano. Normalmente, não gostam de se associar para tal empresa. Cada qual faz as suas ratoeiras e as coloca em lugares diferentes, desconhecidos dos outros para evitar que um

possa recolher o produto do outro, coisa que não é comum, mas ocorre. O dinheiro que obtêm com a venda dos gualanuns, tal como acontece em relação ao que as meninas conseguem com as suas pequenas atividades lucrativas, pertence-lhes e o empregam também em alguma coisa que lhe seja útil ou tenham vontade de adquirir.

Registramos ainda outras atividades de iniciativa de meninos maiores e que lhes davam igualmente compensação financeira muito precária. A confecção de jangadinhas de brinquedo que eram vendidas lá na praia mesmo, pesca de camarão com anzol feito de alfinete e prêsso a uma pindaúba mirim, pesca de covo utilizando instrumentos improvisados de onde recolhiam produto infimo (peixinhos miúdos, camarões em pequena quantidade), mas que de qualquer forma eram levados para casa ou negociados entre as pessoas que os queriam ajudar.

Afora essas possibilidades de aplicação remunerada do trabalho infantil masculino, outras há que aparecem na colheita do côco, p. ex. Não obstante, no período da pesquisa, navia privilégio de escolha e apenas os filhos do Administrador da Fazenda eram sistematicamente convocados para atuar, além de outros meninos que vinham de fora. Nem mesmo outros empregados da Fazenda conseguiam enganjar um filho no trabalho periódico da colheita.

Sem continuidade assinalável apareciam também meninos apregoando de forma ambulante "vendagem" feita pela mãe, o que ocupava alguns momentos do menino que rápido colocava o produto e voltava para casa, prestando conta do apurado e retornando à brincadeira. Nesse caso o dinheiro obtido não lhe pertencia e ele agia como elemento de cooperação.

5. A Escola

Existem duas escolas em Cajui, uma particular e a outra Municipal, ambas sem prédio próprio ou instalações convenientes, apresentando em sua feição externa o mesmo aspecto das demais casinhas da praia e não ostentando sequer uma placa identificadora.

a) **Escola Municipal** — Das duas é a mais bem equipada possuindo um quadro negro e umas cinco carteiras coletivas funcionando na sala de visitas da casa onde mora a professora pertencente à Fazenda, e lhe foi cedida gratuitamente. Além da sala de aulas há mais uma sala de jan-

tar, dois quartos, uma saleta correspondente ao segundo quarto e à cozinha. O piso da primeira sala é de tijolo e o do resto da casa é de barro batido, sendo a cobertura de telha nos principais cômodos. Apresenta aspecto simpático, é bem tratada e caladinha. Durante a aula a professora mantém as portas e janelas abertas, nisso favorecendo a posição da casa que dá a frente não para o mar, recebendo a ventilação indiretamente e não de frente. A mesa da professora está sempre florida e as crianças estão sempre irriquieta, não apresentando indício de coação rígida às suas expansões.

A professora não é do local, tem boa aparência, é môça ajuizada segundo o conceito da comunidade, contando 28 anos. No momento da pesquisa morava só, tendo como companhia à noite uma aluna de 14 anos que vinha dormir com ela. Normalmente porém recebia visitas de seus familiares que passavam com ela dias ou meses e se revezavam de modo a quase nunca estar absolutamente só. Também uma mulher do povoado que tinha amizade com a família dela lhe fazia companhia, atendendo-a também nos serviços domésticos em caráter de auxiliar, que vez por outra se afastava do local por qualquer motivo. No primeiro ano de permanência na comunidade a mãe dela veio morar com ela até ela se habituar, mas depois voltou para casa. O pai é comerciante em uma localidade circunvizinha e ela quase todos os sábados vai para casa, voltando no domingo à noite ou na segunda-feira pela manhã para o horário escolar que vai de 8 às 12 mais ou menos.

Possuindo temperamento retraído, limitava-se à aula pela manhã e à costura na parte da tarde, incluindo às suas costuras não apenas aquelas feitas para si e para os seus, mas igualmente algumas remuneradas feitas para alguns elementos locais. Para isso utilizava uma boa máquina de pé, compra recente em sistema de crediário.

Não gostava de sair de casa "nem para ir à beira-mar" que fica a poucos passos da escola onde reside. Não tem queixas da gente local vivendo afastada de certo modo do grupo e de seus problemas.

Queixava-se do meio apenas quanto à receptividade e aproveitamento dos alunos, achando que qualquer esforço não recebe resultado compensador em face do desinteresse das crianças e da falta de cooperação dos pais. Afirma que os meninos limitam-se à assistência à aula e jamais dedicam qualquer tempo livre em casa para estudar ou fazer algum dever.

Surpreendido um horário de aula, podemos em linhas gerais consignar que a professora exerce uma disciplina calma, porém enérgica, dando ao mesmo tempo uma certa liberdade aos alunos. Nota-se que as crianças se conservam irrequietas como toda criança e a todo o instante a professora chama a atenção dêste ou daquele, sem levantar a voz. "Sente-se fulano" — "faça a escrita, sicrano" — "vá para o seu lugar" — "quem está cantando? não é hora de cantar", e assim por diante. De vez em quando chega um à mesa da mestra, pedindo para "ir fora" e dêsse modo a aula é movimento constante. Chega um para mostrar a escrita ou perguntar se está certa, outro não acerta a fazer, é denunciado por um mais velho e abre no chôro, tendo a professora que atender a todos em detalhes, como seja até fazer a ponta do lápis para os menores. Paralela a essa atuação estão os castigos corporais, tais como bolos aplicados com régua. Contudo a professora reserva tal modalidade de disciplina, não para as faltas correlacionadas com o descuido na preparação das lições, quando exige que fiquem de castigo até depois do horário, estudando até saberem convenientemente o exigido. Para arengas em aula ou desrespeito à professora então é que podem aparecer a pancada ou outros castigos como seja, ficar ajoelhado, conforme a gravidade da falta.

A classe é a mais heterogênea possível, incluindo a matrícula indivíduos de 5 a 16 anos, distribuídos apenas em três séries, a saber: preliminar, primeira e segunda séries, conforme consta do livro de matrícula, num total de apenas 30 alunos de ambos os sexos. Surpreendendo uma aula nessa escola veremos que o primeiro período da classe é reservado para contas e escrita. Os mais atrasados fazem letras, seguem-se os de cópia e depois os de ditado. Finda essa parte os alunos vão merendar e têm o recreio ao ar livre, na área em frente à escola. Voltando à aula, vem um por um à mesa da professora dar a lição de leitura e de taboada. Os mais adiantados decoram trechos de livros de leitura referentes à História do Brasil ou à Geografia, dão a "lição decorada". A parte religiosa não é desprezada e além do ensino da doutrina, rezam antes e depois de cada horário escolar.

b) **Escola Particular** — Com instalações mais modestas encontra-se a escola particular, funcionando na residência do professor que mora com a mãe, separada, há vá-

rios anos, do marido, segundo dizem por incompatibilidade de gênios, morando ele no local, distante da escola uns 300 a 400 metros. A casinha é coberta de palha, as paredes em prêto, apenas barreadas, tendo a sala de visitas atijolada e o restante dos cômodos de chão batido, tudo necessitando de conservação. Situa-se a casinha entre aquelas de tratamento mais tóscas do povoado. Não é bem cuidada pelos seus moradores já que a velhinha, mãe do professor, está sempre doente e mal pode cuidar de si.

O mobiliário da classe resume-se apenas a alguns bancos longos para os alunos e a mesa com um banquinho para o mestre.

O professor demonstra ao falar muito interesse pelo ensino, lastimando não ser compreendido o seu esforço, pois trabalha muito sem remuneração, a não ser uma subvenção de Cr\$ 200,00 que o proprietário conseguiu da prefeitura municipal. Admite que os seus direitos estão preteridos, pois afirma que a sua escola é da Colônia de pesca Z.3, mas que esta alega que a escola de lá foi extinta e assim nada recebe de tal entidade, tendo para se manter de fornecer pão à comunidade, trazendo-o da sede do Distrito. Alega ter uma vida muito puxada, pois acorda cedo, de madrugada, vai buscar o pão, serve à freguesia distribuindo o produto a domicílio, faz o horário escolar das 8 às 12 e à tarde vai buscar novamente o pão, fazendo assim 2 viagens de ida e volta ao Distrito. Não fôra essa atividade que lhe rende, mesmo com os fiados, uns mil e tantos cruzeiros por mês, nem sabe como poderia viver.

Afora essas atribuições, tem compromisso com a Fazenda para preparar doze meninos anualmente para a primeira comunhão, 6 de cada sexo e isso de certa maneira lhe traz algum prestígio e lhe dá pequena compensação financeira quando recebe uma gratificação que não especificou e é variável, fornecida pela Fazenda cada vez que se realiza a festa de Reis, promovida pela proprietária em pagamento de um voto que fêz.

Sua personalidade é bem diversa da da professora municipal e parece também que muito mais ajustada ao ideal arbitrado pelo grupo. Acham que ele é mais rigoroso, puxa mais pelos meninos, e os meninos com ele não brincam, e aprendem melhor. Em sua escola ainda existe a palmatória, usada por ele muito frequentemente, por qualquer desvio de conduta escolar, não apenas no que concerne ao aprendizado, como também se o aluno se afasta das normas

disciplinares estabelecidas por ele, dentro de um critério ajustado de respeito e obediência indiscutida. Igualmente a palmatória é utilizada pelos alunos, durante as arguições quando um tem direito de dar bolos no outro cada vez que o vence, fazendo uma pergunta que não obtém resposta ou recebe resposta errada. A "Arguição" ou "Argumento" é uma técnica de estímulo competitivo largamente em uso, e aplaudida por todos, alunos, mestre e pais, servindo para medir o grau de adiantamento dos escolares.

A escola não tem livro de matrícula nem fôlha de chamada, porém o professor verbalmente deu o nome e a idade aproximada dos seus alunos incluindo o total de 38. Dêstes apenas 26 são do local e o restante vem diariamente para a aula do povoado vizinho e da sede do Distrito. A frequência estipulada é igualmente baixa como foi registrada na escola municipal, atingindo a média aproximada de 30%, muito embora o professor estipule em muito mais, o que nunca foi surpreendido por nós. Na mesma sala estão elementos do preliminar, primeira e segunda séries e a aula se processa sem uma ordem estabelecida quanto à seqüência dos assuntos ou das séries a serem chamadas, porém sob um ambiente de disciplina ajustadíssima aos antigos padrões onde tanto o professor como os alunos mantêm-se sérios e as crianças têm pouca mobilidade e expansão. Demonstram todos timidez e dependência absoluta das reações do mestre, correspondendo o mais exatamente possível à exigência de se manterem quietos, esperando a qualquer momento o castigo corporal ou a repreensão. Não raro é se desenvolver a aula com um ou dois garotos chorando em altos brados depois de alguns bolos ou porque foram mandados ajoelhar, enquanto o professor impassível prossegue tranquilamente as arguições, tomando pouco conhecimento da reação dos castigados, e quando muito mandando-os calar uma ou duas vezes, não sendo atendido e deixando tudo seguir até que os alunos se resolvam a calar.

Interessante no professor particular é que, enquanto joga com os valores locais até com certa inteligência, fazendo com que, p. ex., os alunos raciocinem com preços de côcos, valor de venda de cocadas, etc., ensina-os a decorar a composição e origem da pena e da tinta, o aproveitamento da ardósia para as lousas que não mais são vistas pelos alunos nem podem fazer idéia do que são ou ensina que "devemos tratar os nossos pais com obediência, amor, respeito e carinho" conquanto ele mesmo não fale com o pai, nem queira saber ao menos que o velho existe na mesma comunidade.

As aulas de catecismo para preparação da primeira comunhão do dia 6 de janeiro são ministradas na capela local para onde passa o mestre com freqüência variável, seguido dos alunos em forma, sempre cantando um bendito.

c) **A Escola e a Comunidade** — Na sua generalidade todos os pais se preocupam em mandar o filho para a escola tão logo ãle atinge 5 anos, havendo exceções até para meninos menores que seguem para a aula com os irmãos maiores, levando consigo a carta de ABC, o lápis, o caderno e o desejo de aprender a ler. Contudo em tal idade a ida à escola não é levada em linha de conta, encarando-se mais como uma "cavilação" dos pais, uma vez que o menino ainda não é considerado pelo grupo como um indivíduo apto a ingressar nos estudos.

Malgrado contudo o cuidado que têm de mandar cedo os filhos à escola, o aproveitamento escolar é insignificante, havendo crianças que passam dois e três anos repetindo na carta de ABC a monótona seqüência da silabação de tôdas as consoantes com as cinco vogais, com reconhecida inconsciência de sua contribuição para a aprendizagem da leitura. Assim acontece que depois de anos consecutivos de estudo não raro o indivíduo ignora como se lê qualquer palavra, muito embora seja comum fazerem os mesmos indivíduos cópias de trechos grandes de livros adiantados com boa letra e muita correção. A impressão que dá é que a cópia representa apenas um desenho mais ou menos bem feito, conforme o jeito que o aluno tem para tal arte.

O passar por uma escola não é coisa recente, registrava-se também em tempos recuados em face do que pudemos recolher de indivíduos maduros e velhos. De um modo ou de outro, os informantes haviam ido à escola quando pequenos, mas alegavam uns que não haviam aprendido "porque não tinham cabeça" ou porque sentiam dificuldade em aprender. Outros alegavam que abandonaram a escola com medo da disciplina e hoje concluem que não são tão rudes como pensavam e que se tivessem insistido "talvez nem apanhassem tanto e até aprendessem".

Ainda hoje o sistema punitivo que se registra em ambas as escolas inclui desde cedo o castigo de ficar preso até depois do horário escolar e o uso da palmatória ainda existente na escola particular. Como punições, digamos interdiárias, encontra-se o uso de ficar de joelhos, a reguada, o puxão de orelha, o carão.

Em todos os tempos o valor do rigorismo do professor é

reconhecido. Admitem que o professor precisa se impor diante da classe pela austeridade exteriorizada em uma fisionomia fechada.

Os depoimentos a favor de tal atitude são unânimes e colhemos vários externados por indivíduos de gerações diversas. Como ilustração transcreveremos os seguintes, incluindo representantes de três gerações, a saber: uma moça de 18 anos, noiva, um homem de 43, pai de vários filhos e uma velha, viúva de mais de sessenta anos.

O primeiro depoimento encerra uma crítica ao professor da escola particular quando frisa a disparidade dos elementos que se batem em argumento, permitindo o professor que um menino de segunda série dispute com menino de cartilha, achando que "isso não dá certo, deve fazer argumento com meninos de igual saber", concluindo, "o resultado é que bota aquele bando de menino em volta da mesa e lá vai pergunta, quem não sabe, leva bôlo a valer". É certo que concorda com a necessidade do menino apanhar para aprender, mas que seja uma coisa justa, não assim", concluindo textualmente "a senhora vá com cara risonha para os meninos que eles nem ligam".

O segundo testemunho, conquanto faça certa restrição à violência do castigo corporal ou à sua inadequada aplicação, igualmente reconhece a necessidade imperiosa da disciplina punitiva da pancada. Referia-se o informante ao fato de ter retirado o filho da escola particular "por causa das besteiras do professor", pois "começou a falar que só botavam os filhos na escola dêle até fazer a primeira comunhão e porque vira e porque mexe todos os dias era uma coisinha" e êle se foi aborrecendo até que resolveu tirar os meninos dêle e botou na escola municipal. Diz a seguir "sim, que eu sei que êle é malvado, mas por malvadez eu nunca tirava, porque menino só aprende com pancada". Afirma que muitas vêzes vieram chamá-lo para ver como o filho estava apanhando na arguição, mas êle nem ia e quando chegava em casa o menino era com os pulsos inchados de tanto bolo. A mulher dêle "tomava a parte do menino" e dizia que êle não ia mais para a escola no outro dia, recebendo como resposta sua "não vai mais o que, vai" e êle ia mesmo. Por trás êle procurava falar com o professor e reclamava "mas fulano, a mão do menino é tão grande e tu bate nos pulsos" — "tu qué elejá o menino, quebrá os pulso?" — porém na frente do filho, que êle dizia querer muito bem e ter mesmo muito orgulho dêle pois com 14 anos já estava trabalhando no forno de cal do povoado contíguo e ajudava muito a feira

com o seu salário semanal) êle não tirava a razão do professor, pois acredita que o professor que deixa os meninos fazerem o que querem não consegue que os meninos o levem a sério e como consequência disso não estudam sob a sua orientação.

O terceiro informante recorda um professor antigo que era lhano e jovial fora da aula, "era alegre com todo o mundo" mas que na classe necessariamente tinha de mudar de atitude e uma vez disse mesmo a ela: "a senhora chegue na escola e veja a cara que eu faço para os alunos; a senhora vai dizer que é cara de assassino de 4 mortes". Também essa velhinha faz côo com todos os habitantes novos ou velhos e concorda piamente que sem apanhar o menino não aprende.

Assim sendo, a escola através de pelo menos três gerações bem pouco mudou ou mesmo nada mudou, vigorando os antigos padrões de ensinamento e atitude do mestre em relação aos alunos, transferindo a família os poderes disciplinares para a escola com a concordância de todo o grupo.

A frequência escolar é baixa, faltando a criança à aula por qualquer motivo e não havendo a compreensão de uma certa continuidade para o melhor aproveitamento do aluno. Não existindo propriamente a obrigatoriedade do trabalho infantil, registra-se contudo casos mais ou menos frequentes de faltas escolares motivadas pela necessidade de auxílio da criança em casa, se fica tomando conta dos irmãos enquanto a mãe vai ao rio, p. ex., ou se quando mais velhos substituem o pai no seu trabalho quando êle tem de fazer outra coisa ou está doente, deixando a escola ficar em segundo plano.

No levantamento estatístico, relativo ao grau de instrução, tivemos de confeccionar categorias específicas dissociadas do critério normal seguido, não levando em consideração a seriação de cursos, já que nem sequer o curso primário poderia ser equacionado, de vez que apenas dêle são ministradas as três primeiras séries de modo bastante insatisfatório e distanciado do currículo oficial, emanado dos poderes competentes estaduais ou municipais.

Entre aquêles que diziam saber ler havia os que sabiam fazer um bilhete ou uma carta e os que mal escreviam o nome e liam alguma palavra. Convencionamos então para os primeiros a denominação de "letrados" e para os segundos a de apenas alfabetizados.

Dentro desse critério a aproximação estatística conseguiu dividir os grupos na seguinte maneira: analfabetos .. 40,12%, alfabetizados 23,56%, "letrados" 36,30%, porcentagens feitas em relação ao todo parcial da população, excluídos os indivíduos de 0 a 15 anos, submetidos a outro critério de apreciação. Na divisão por sexo aparece entre os primeiros a porcentagem maior de 21,01% para as mulheres e .. 19,10% para os homens. A segunda apuração dá um número maior de mulheres alfabetizadas ou seja, uma porcentagem de 14,64% enquanto os homens figuram com 8,91%. Na última classe, ou seja entre os "letrados", o elemento masculino atinge maior índice com 26,11%, enquanto as mulheres alcançam apenas 16,56%. Reunindo-se as duas categorias em uma onde os indivíduos não são analfabetos, as porcentagens se dividem da seguinte maneira: 31,21% para as mulheres e 28,66% para os homens dando somadas 59,87% de não analfabetos e 40,13% de analfabetos de ambos os sexos.

Da população infantil, 34% se limitava entre 0 e 4 anos, 66% tinham de 5 a 15 anos, fase em que normalmente frequentam escola. Entre os que frequentavam escola havia por coincidência igual porcentagem para ambos os sexos, ou seja 43,93% perfazendo as duas estimativas 87,86%, enquanto que apenas 7,57% de meninos e 4,54% de meninas não estavam estudando, atingindo a porcentagem dos que se encontravam ausentes da escola apenas 12,12%.

Nenhum dos professores sendo titulados e não possuindo mesmo instrução igualável ao menos ao nível do curso primário, não podemos apenas atribuir aos fatores locais de desinteresse dos pais ou das crianças o analfabetismo ou o baixo nível de alfabetização. Por mais esforçados que sejam tais mestres bem pouco poderão fazer além de ensinar a escrita, a leitura e alguns rudimentos de aritmética com o conhecimento da taboada e noções das 4 operações. A professora municipal, vindo de fora, possui incontestavelmente visão mais larga do que a comum ao grupo, em relação ao mundo e aos hábitos de centros maiores, mas sofre a limitação intelectual, admitindo que não tem grande instrução (tendo feito regularmente apenas até o terceiro ano primário) e diz que "faz o possível e se esforça" para ensinar, porém as crianças "não têm estímulo, não vêem os outros estudarem e por isso não vão para diante". O professor da escola particular, além de ser um indivíduo de formação local, é muito estranho e sua personalidade discrepa à vista dos

indivíduos locais que reconhecem ser êle diferente e esquisito, levando uma vida de privações quando todos sabem que êle tem dinheiro. A mãe dêle diz que tem muito cuidado com êle porque "foi muito doente em criança" enquanto alguns acham que êle "parece que não tem bom juízo" e "tem um gênio muito forte, quando se zanga por qualquer coisa, deixa uma porção de dias a escola fechada", etc. Não obstante êle acha que sômente êle sabe ensinar e que os meninos só se adiantam na sua escola, enquanto muitos afirmam que êle tem predileção por determinados alunos que com isso conseguem se adiantar, enquanto que os outros levam anos na escola dêle e não saem da carta.

Os dois professôres não se falam e a politica entre as duas escolas é registrada. A professôra diz que lá chegou com boa intenção e falava com o professor sem prevenção, mas que depois êle mesmo se afastou e começou a espalhar que "ela não sabia ensinar" e terminaram sem se falar. Quanto aos alunos, não existem rixas pronunciadas, enquanto oficialmente, digamos, uma escola não toma conhecimento da outra. As crianças passam de uma escola para a outra quando assim acham os pais que deve ser ou quando acontece alguma coisa que os desgosta ou admitem que há conveniência da mudança. Um, p. ex., retirou a filha da escola particular alegando que "para menina é melhor professôra" e colocou-a na escola municipal. Outros se aborrecem por qualquer motivo e trocam de escolas, havendo, contudo, uma tendência para o reconhecimento da superioridade de eficiência do elemento local que acham que "puxa mais pelas crianças".

Das duas escolas a municipal se encontra mais aproximada da orientação oficial. Em 1957 foi a única escola que applicou teste no fim do ano letivo, mas isso mesmo numa porcentagem de 15% no total de matrícula e apenas na primeira e segunda séries.

Um indivíduo local (que se considera alguém que sabe mais do que os outros e gosta de ler livros, procurando a todo o momento mostrar erudição e conhecimentos livrescos) sempre lamentava o atraso do meio e a falta de preparação dos professôres, mas suas apreciações textuais não deixam margem a se admitir que outrora a eficiência da escola tenha sido muito maior do que a atual. Certa vez, depois de citar casos de professôres antigos do local aos quais êle em opor-

tunidades distintas esclareceu ou ensinou, disse enfaticamente: "Os professores daqui nada sabem, as professoras não escrevem "tilógrafo", "não analisam uma gramática", vêm para cá por proteção política e isto não serve", e afirmou, "nenhum dos professores sabe nada, sabem menos de que eu. Aqui precisava de uma professora formada que soubesse levar os meninos para o estudo e para a Igreja".

Alguns pais reconhecem a necessidade de estudar para subir na escala social, ser alguma coisa mais do que um simples pescador e alguns chegam até a botar os filhos no Grupo do Distrito durante algum tempo na esperança de que lá consigam se adiantar mais. Todavia, não permanecem com essa idéia por muito tempo e considerando a distância (uns 45 minutos de marcha) e a inconveniência dos meninos ficarem brincando pela estrada sem a compreensão da necessidade de não se afastarem do seu propósito de estudo, acabam voltando às escolas do local. Em casos mais raros alguém que possui algum parente no Recife manda para lá os filhos com o propósito de estudar e em toda a comunidade apenas um elemento feminino ingressou no ginásio, mas não terminou os estudos, tendo passado uns anos interna em um colégio da freiras na sede do Município.

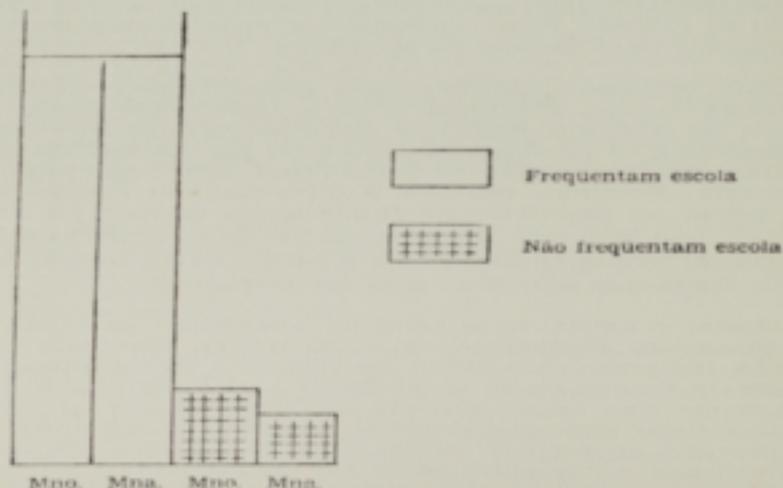
Num pequeno questionário que aplicamos entre escolares das duas escolas, nenhuma criança manifestou desejo de exercer as profissões locais; as meninas queriam ser sempre professoras e os meninos desejavam ser na sua maioria motoristas, um preferindo ser mecânico e um empregado de mercearia. Sentindo, contudo, a dificuldade de chegarem a tais postos, se desinteressam também dos estudos aos 14 e 15 anos, não raro sem ter saído da cartilha ou ter atingido um conhecimento equivalente à segunda série primária alegando "para que aprender, para ser pescador?"

Assim, a escola, como concluiu Altenfelder na região do São Francisco (Sociologia, vol. XX, n.º 1), apresenta uma ligação (no nosso caso direta em relação à escola municipal e indireta no que tange ao professor particular que se articula muito com uma professora do Grupo escolar do Distrito) ao sistema educacional oficial "salientando os valores das estruturas mais amplas" principalmente por meio dos livros que utilizam e "de outra parte sofrem influência do meio local, o que se reflete, especialmente no método didático.

POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR

Crianças de 5 a 15 anos = 66

Crianças de 5 a 15 anos	Frequêntam Escola		Não frequên- tam Escola		TOTAIS	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Meninos	29	43,94	5	7,58	34	87,88
Meninas	29	43,94	3	4,54	32	12,12
TOTAIS	58	87,88	8	12,12	66	100



O ensino ministrado formalmente, em suma, não está de acôrdo com as normas sociais do grupo, contribuindo para fazer da criança um indivíduo melhor ou mais capaz em sua própria sociedade, nem tão pouco incute-lhe ensinamentos que o levem a ver o mundo de forma diversa da comum ao local, levando-o a aspirar mais do que a sociedade lhe dá, procurando elevar-se e elevar os padrões culturais do seu grupo ou buscando atuar positivamente no contexto estrutural mais amplo.

Por tudo quanto observamos, podemos concluir que a escola em Cajui possui influência muito esbatida no meio social, não apenas pela fragilidade do preparo profissional dos mestres projetada na inadequação do processo de transmissão dos conhecimentos, como também, pelo fato do interesse dos pais pela escolarização dos filhos ser relativo à limitação dos conhecimentos que têm do valor do preparo intelectual e as possibilidades de ascensão profissional mínimas que vêm no meio em que vivem e atuam, onde poucas alternativas, além da pesca e do emprêgo na Fazenda, se lhes apresentam, acenando-lhes com outras hipóteses de trabalho, pelo menos mais compensador economicamente, e que pudessem agir como incentivo ou propulsão imperativa para a conquista de outros valores.

6. A Igreja

O papel da igreja como agente de socialização, colocando o indivíduo em contacto com os valores espirituais do grupo, é exercido exclusivamente pela igreja católica já que não há outras organizações religiosas instaladas no povoado.

Se bem que a atuação oficial católica seja muito esbatida e a assistência eclesiástica à comunidade se faça sentir com intervalos variados nunca inferior a um mês — e as visitas periódicas do sacerdote ao povoado seja de forma a possibilitar um contacto de apenas algumas horas com a população (ver cap. VI) — a criança desde tenra idade é levada ao templo, a princípio pela própria mãe e depois dos 4 anos, mais ou menos, dependente ou não da companhia materna, segue para a igreja, reunindo-se ao grupo de vizinhança ou acompanhada de uma parenta adulta que a quer levar.

O batismo poderá ser ministrado quando a criança está com dias e também protelado para meses e até anos, depen-

dendo de vários fatores que se antepõem à idéia primordial de fazer da criança um cristão, tão logo isso seja viável. A falta de padrinhos, a ausência dos mesmos, dificuldade de padre, e outros motivos ligados ao mundo material, influem para que a criança fique pagã até quando conseguem harmonizar as coisas de modo a favorecer a realização do ato.

As mães ensinam os filhos a rezar à noite, quando os vão deitar e as avós muitas vezes tomam a si tal encargo. Não obstante, não possui esse cuidado propriamente a força de uma norma e até são bem descuidados alguns em tal mister.

A instrução religiosa é feita por intermédio da escola e mais especificamente, o preparo para a 1ª Comunhão, promovida normalmente pela Fazenda (ver cap. VI), é transmitido pelo professor da escola particular, muito cioso de sua missão. As aulas podem ser ministradas no recinto da escola, mas preferentemente é a Igreja o local escolhido para tal. Principalmente quando se aproxima o dia 6 de janeiro, muito embora já esteja a escola em período de férias, a criança é levada para o templo, formalmente, a fim de lá receber as lições de catecismo. Da escola seguem em forma, tendo à frente o mestre, entoando todos durante o percurso da escola à Igreja e vice-versa, hinos que guardam comumente uma certa afinidade com o assunto Eucarístico. No entanto, tais hinos podem variar dentro do conceito seletivo do professor, atendendo às necessidades do grupo, p. ex., ou sendo orientados no sentido político, quando o problema envolve pessoas ligadas à Fazenda.

A preferência pelos benditos de São Sebastião aparecem em forma de súplica, quando em 1957 presenciámos, no campo, a sua utilização com o propósito de livrar a comunidade da epidemia de gripe asiática que por lá passou.

O pedido feito em versos, de autoria do próprio professor em época pré-eleitoral, ilustra o desejo de se associar ao problema dentro de um esquema que propiciasse boa situação perante os donos da terra, conforme anotamos em 1958. Nessa época aventou-se a hipótese da candidatura do proprietário ao Governo do Estado, o que não foi posteriormente confirmada. Não obstante, tão logo a notícia começou a circular, surgiram os versos, cantados nas idas e vindas à Igreja com a música do bendito de São Sebastião dos quais citamos uma quadra ilustrativa:

Nosso proprietário é bom
É bastante estimado

Fazei com que êle seja
O governador do Estado.

De autoria do professor dizem ser também quadras que cantam com motivos da 1a. Comunhão.

Especificamente a criança tem seus lugares na organização das procissões, quando são dispostas em alas e no mês de maio quando aparece um cerimonial onde apenas as meninas tomam parte. Trata-se da oferta das flôres a Nossa Senhora que de ordinário se repete cada noite. Dizem ser uma devoção muito antiga. Algumas mulheres môças lembram-se, com satisfação, do tempo em que também levavam flôres à Virgem e, como sempre acontece, exaltado pela tendência de valorizar mais o que passou, se constitui em espetáculo muito mais bonito pela quantidade e qualidade da oferta. O certo, porém, é que a prática ainda conserva uma certa força e mantém nas meninas um interesse efetivo, desenvolvendo o espírito de competição. Durante as horas vagas do dia empenham-se na busca de flôres quase sempre não cultivadas e que estejam ao seu alcance e nisso, não raro, são auxiliadas pelas mocinhas e até pela mãe ou outro adulto. Reunem assim o seu ramallete para levar à noite à Igreja, quando já apresentam alguns as flôres emurchecidas. Não havendo facilidade em conseguir flôres cultivadas, lançam mão das que nascem espontaneamente pelos arredores. Dessas, no mês de maio, as mais abundantes são as da urtiga branca e as meninas se empenham em sua busca, conscientes dos efeitos cáusticos que as folhas produzem cada vez que roçam, mesmo de leve, na epiderme. Com habilidade especial reúnem a quantidade de cachos que desejam e se por qualquer descuido são atingidas pela agressividade da planta, isso não as remove de prosseguir na colheita, a menos que apresentem irritações extensas. Quando são leves, esfregam a parte atingida e continuam a tarefa, disputando entre si qual o mais bonito ramallete, dentro de um espírito competitivo bastante acentuado e que de certa maneira recebe o estímulo do adulto, quer pelo acréscimo de outras flôres ou pelo menor arranjo, quer pela apreciação do mais bonito quando vistos reunidos na Igreja. Durante as cerimônias do mês mariano as meninas, cantando um hino de oferecimento, seguem até o altar e lá depositam as ramalhetes aos pés da Virgem Maria.

São do hino de oferecimento as duas quadras seguintes:

"Crianças correi a Maria
Estas flores aos seus pés, ofertar
Em suspiros de amor abrasar.
Seus louvores de glória cantar.

Ó Virgem do Ó
Mãe excelsa do Senhor
Guardai em nossos corações
A inocência da flor".

A última estrofe é indicativa da procedência do cerimonial de vez que nas proximidades regionais do povoado existe a devoção de N. Senhora do Ó. Tradicionalmente o costume atinge apenas às informantes até mais ou menos 25 anos, não havendo mulheres mais velhas que informem terem oferecido flores a N. Senhora ainda crianças. Assim baseados, admitimos ser o cerimonial relativamente recente, o que não impede de se ir tornando constante nas cerimônias marianas cercado de grande interesse por parte principalmente das meninas, que têm nêle as primeiras oportunidades de participação direta nas cerimônias do culto.

Quando maiores, com seus 9 ou 10 anos, a menina já ajuda nos cânticos, de forma não obrigatória, mas aceita pelas "cantoras" desde que ela se porte como uma boa iniciante, sem perturbar o ambiente. Partindo daí, mais pela observação e menos pela orientação intencional, vai-se enquadrando no grupo, de modo a ser mais adiante desejada a sua presença e a sua atuação, quando sentem que já está capacitada a corresponder a expectativa do grupo sem disrepar do conjunto.

Os meninos não tomando parte ativa nos cerimoniais religiosos se vão afastando de sua assistência à proporção que crescem, sendo reduzido o número daqueles que depois de rapazes frequentam normalmente a Igreja.

7. Treinamento profissional

Para a menina, conforme já foi consignado, o treinamento para a vida de adulto se inicia desde tenra idade e paulatinamente, com uma seqüência natural paralela ao seu desenvolvimento físico, ela se vai entrosando nas tarefas domésticas e iniciando-se nas outras esferas de atividade feminina ligadas ou não à pesca e já analisadas no capítulo IV.

Normalmente a menina está sempre muito em contacto

com a mãe ou com elementos do sexo feminino quer seja em casa, no rio, na lenha, na água e em qualquer momento de sua vida.

Admitimos que o grupo do "rio" exerça um papel ponderável no processo de ajustamento da menina às suas atividades, desempenhos e atribuições a que terá de responder como mulher. Muito cedo acompanha a mãe ao "rio" e sem a menor restrição presencia o movimento do grupo, colabora ou participa de suas atividades, integrando-se apenas como mero dependente e depois desenvolvendo o seu espírito de colaboração e ativando gradativamente o processo de treinamento até a completa integração nesse grupo de conversa. Observando-se a movimentação dos elementos nas atividades do "rio", nota-se que há uma certa tendência para se separarem por classes etárias, não obstante, as meninas que acompanharam as mães e se encontram presentes no teatro dos acontecimentos encaram muito naturalmente as cenas que se sucedem estejam ou não tomando parte nelas.

Enquanto as mulheres e moças ensaboam a roupa, botam-na para corar, enxaguam-na e torcem-na, o que é feito normalmente com trajos às vészes bem sumários, as meninas brincam por perto e são chamadas para auxiliar quando surge ocasião para tal, inteiramente ambientadas.

Guardando o devido recato, banham-se nas lagoas e cacimbas sem que as meninas dêem importância ao fato, continuando naturais e espontâneas. Num caso concreto, observando discretamente todo o grupo, consignamos que enquanto uma velhinha em um canto se deliciava com um refrescante banho de cacimba (pequenas lagoas onde lavam roupa e tomam banho) cada qual prosseguia no seu serviço sem se aperceber propositadamente da cena, mas também sem se desligarem inteiramente dela a ponto de conversarem com a banhista e a banhista com as lavadeiras. Terminado o banho, verificou que a sua camisa não se encontrava ao alcance da mão, então chamou uma garôta de oito anos que brincava pelas imediações enquanto a mãe trabalhava, e pediu: "Fulana, vem cá, me dá aquela camisa ali" e a menina a atendeu com a maior naturalidade, entregou a peça de roupa pedida e continuou o que estava fazendo.

Sem existir propriamente uma preparação profissional, (se encarmos o profissional com um sentido de aplicação de conhecimentos visando necessariamente à remuneração financeira) já que a profissão da mulher realmente é a de ser mãe, esposa e dona de casa, as poucas atividades remu-

neradas que a mulher desempenha normalmente são pouco complexas e a sua aprendizagem se faz de maneira informal, por imitação do adulto, sem grande esforço uma vez que tudo quanto fazem em relação à conservação do pescado, sua maior ocupação, se constitui em repetição registrada na rotina diária acompanhando a menina durante todo o seu período de desenvolvimento.

Apenas uma técnica é realmente ensinada propositadamente e essa é a maneira de fazer a renda de bilro. A maioria das mães se preocupam ainda em ensinar às filhas a fazer renda, havendo crianças até de 6 anos já à volta com sua almofadinha, feita especialmente para ela. Começam a "trocar os bilros" que é a ação de movimentar dois pares de bilros ao modo de fios para fazer uma trança de quatro pernas, o que se constitui em técnica básica na tecitura da renda. Quando a menina se desembaraça dessa primeira etapa, "assentam" uma rendinha fácil para ela que varia conforme a vontade da mãe e a possibilidade de realização da menina.

Muito comum é fazer parte das ocupações das meninas o aprendizado da renda de bilro e mais raramente, quando já maiores ou mesmo mocinhas, o da confecção de rédes para a pesca. Na primeira hipótese encontramos a inclusão da almofada da menina entre os seus brinquedos pelo adulto, o que parece indicar ser o treinamento mais levado para o lado de uma distração do que propriamente de um trabalho. Por outro lado sente-se o valor educativo da ocupação da menina no mister de rendeira e freqüentemente dizem as mães que "assentam um biquinho" para a filha ficar distraída, ocupada e "não andar só pelas casas dos vizinhos". A medida em que a menina vai dominando a técnica, vão aparecendo as tramas com maior complexidade no rol das rendinhas que faz e tão logo executa uma que já possa ser apresentada, trata de vendê-la, ficando para si o produto da venda que é empregado quase sempre em alguma coisa útil, sob orientação da mãe. O mesmo acontece quando já pode se responsabilizar pela ajuda no "conserto" do peixe em casa de alguém estranho à família que lhe paga semanalmente muito menos do que a estranho adulto, mas que com isso vai amealhando algum dinheiro para comprar algo para si. A mãe de uma menina de nove anos diz feliz "ela está consertando peixe em casa de fulano para comprar um chinelo para ela". Sente-se que não há uma obrigatoriedade da parte da menina e nem o seu trabalho é levado a sério pelo adulto, visando a uma complementação de orçamento doméstico, porém, o fato da me-

nina estar fazendo alguma coisa para receber dinheiro não é desencorajado pelo adulto. A maneira como se expressam as mães nas várias ocasiões de conversa faz admitir que o fato da menina começar relativamente cedo a auxiliar em tais serviços é encarada realmente mais como fase preliminar de uma ocupação futura, apresentando um cunho de treinamento e distração útil mais do que de um auxílio necessário ou indispensável às atividades do adulto. Gradativamente as responsabilidades vão sendo atribuídas e mais ou menos aos 14 anos, se tomarmos uma idade limite aproximada, a menina tem cabedal suficiente para enfrentar as responsabilidades mais comuns ao adulto e um casamento chegará a tempo.

Para o menino tudo se processa em dimensões diversas, não apenas quanto ao período normal de iniciação profissional como quanto à dinâmica que apresenta o processo envolvendo menor espaço de tempo para o seu completo ou pelo menos satisfatório desenvolvimento.

Em verdade não há propósito deliberado de transmitir ao filho os segredos da profissão da pesca; pelo contrário, a reação contra o exercício da pesca é generalizada e a desvalorização profissional é assinalada diariamente pelos pais e externada pelos filhos como reflexo do que ouvem dizer a todo o momento. Frizam com muita frequência a falta de relação compensadora entre o esforço dispendido pelo pescador e a recompensa advinda de tal esforço em todos os terrenos. A maioria acha que ser pescador não dá futuro a ninguém e além do mais traz como consequência doenças que admitem serem ligadas à constante vida em contacto com o mar e com o sol, entre as quais temem bastante a cegueira e a "congestão". Não obstante, a maior parte dos homens vai ficando na praia e dedicando-se à pesca, tão logo atinge a idade mais apropriada para o seu ingresso na profissão. Do nosso levantamento consta apenas 19,83% dos filhos como tendo saído do local por vários motivos e que no momento não se dedicavam à pesca, enquanto o restante, 80,17%, permanecia no local ou na sede do Distrito explorando as várias modalidades de pescaria ou atividades correlatas.

Num pequeno questionário que aplicamos entre escolares a predominância da escolha da profissão de motorista é marcada, segue-se a de comerciante e outras como mecânico e empregado, sem expressão a ser considerada. Há até os que desejam ser aviador entretanto, jamais algum menino ou adolescente afirmou querer ser pescador.

Na realidade, contudo, quando chegam à adolescência,

idade ao que parece adequada para o início do aprendizado das pescarias, o menino vai-se entrosando nas equipes de pesca, levado por um irmão mais velho, por um companheiro também mais velho ou pelo pai e às vezes até incentivado pela mãe que acompanha como acontece quando se inicia no arrasto do camarão na costa. Aham que "os que querem, vão vendo e aprendendo" ou então "os pais ou os mais velhos vão ensinando".

Das pescarias mais acessíveis ao iniciante a do mangote pequeno (ver cap. IV) arrastado na costa para recolher camarão nas marés secas parece ser a primeira à que os meninos se dedicam em sua generalidade. Não obstante, alguns com maior iniciativa ou com maiores facilidades profissionais em torno de si, aos 13 e 14 anos começam a ajudar a pesca de agulha que é feita próxima da costa. O mangote reúne por vezes equipes juvenis, sem a orientação de um adulto, se no grupo de idade há um mais tecnicamente desenvolvido.

Assim se vão desenvolvendo física e profissionalmente, produzindo mais e melhor, galgando paulatinamente os graus da técnica e sendo aproveitado pelos adultos na medida em que sentem já corresponderem ao solicitado pelo desenvolvimento da pescaria.

Sendo o grupo de conversa masculino a "caçara", a aceitação do elemento em seu meio sem restrições ou reação negativa de algum membro mais intolerante parece que só se dá quando o rapaz se empenha com certa seriedade na realização de suas pescarias. Assim sendo, pelas nossas notas, não há uma idade padrão estipulada para a definição social do "status" de adulto.

Por princípio "caçara não é lugar para menino, é lugar para homem" pois "conversa de homem é uma, de menino é outra", além disso "menino mexe e pode quebrar alguma coisa" sendo também por isso que "não se quer menino em caçara".

O período, digamos dos 12 aos 17 ou 18 anos, em que praticamente se desenvolve o aprendizado profissional masculino e o seu gradativo ajustamento tecnológico, corre paralelo à sua paulatina aceitação no ambiente masculino. Registra-se que entre 12 e 14 anos começam os meninos a aproveitar as oportunidades em que os homens não estão na caçara para lá fazerem suas reuniões, contudo "quando vêem um homem mais ranzinza, metem o pé na carreira" informou um adolescente de 14 anos que comprovadamente se reunia com os companheiros nas caçaras, mas que despistando

apontava um companheiro dizendo "fulano é que gosta de ir para a calçara dos homens, eu não" por se considerar ainda menino. Enquanto isso, homens há que se externam diferentemente, achando que tais indivíduos que ainda não se autoconsideram adultos "não são mais meninos", e sim "uns homens". O fato concreto, porém, era que tais elementos não se integravam ainda no grupo da calçara e também não tinham ainda estabilidade profissional. Confirmando a hipótese da necessidade de uma responsabilidade permanente no terreno profissional para a aceitação do indivíduo no grupo dos adultos está a informação categórica de um velho pescador que diz que os rapazes só permanecem na calçara "quando já trabalham, que podem conversar sobre trabalho". Um outro pescador mais moço afirmou: "só fui à calçara com 17 ou 18 anos, já homem feito" e que os meninos lá não vão.

Dêsse modo, podemos concluir que a aceitação do indivíduo na calçara lhe dará socialmente os direitos de homem que estão ligados automaticamente à sua independência econômica resultante de sua continuidade profissional que lhe venha garantir estabilidade capaz de lhe outorgar direitos e deveres inerentes ao "status" de um homem adulto. A iniciativa de um casamento, então, é bem olhada pelo grupo.

3. Adolescência — Namôro

Conquanto a convivência das mães com as filhas desde a infância seja normal, já que sempre as mulheres têm os seus lugares distintos, separados daqueles ocupados pelos homens em qualquer oportunidade, esta convivência não possibilita grande profundidade de compreensão em certos terrenos, notadamente em tudo quanto diz respeito ao sexo. A distância entre mãe e filha em tal setor foi no passado e deve ser no presente, conforme constatamos, ainda muito pronunciada. Dizem as velhas que os tempos estão muito mudados, porque as meninas hoje em dia escutam conversa de gente grande e até dão palpites, enquanto que nos outros tempos "fôsse uma de nós passar por perto de minha mãe quando ela estava conversando com outra mulher e visse o que acontecia". Normalmente a menina aprende os segredos referentes ao sexo com outras companheiras mais velhas e a mãe jamais ousa falar-lhe sobre o problema. Assim sendo, a orientação sexual das meninas se faz inteiramente dissociada da interferência materna. Uma informante de 22 anos que conversava muito naturalmente o assunto conosco, mudou diametralmente de expressão quando lhe perguntamos se

ela não achava que devia ir conversando com a filha de 8 anos, tão logo ela ficasse maiorzinha sôbre o que lhe havia de acontecer. O ar de naturalidade se extinguiu, ela passou a apresentar inibição desconcertante cada vez que tinha de argumentar e enquanto antes havia concordado com a atuação da mãe em geral no terreno em foco, achava ela, no seu caso particular, que não iria falar coisa alguma com a filha e nem devia fazê-lo.

Não houve sequer um exemplo de informante ter atingido a puberdade com o conhecimento materno, que se tratasse de mãe verdadeira ou de mãe de criação. Depois que aparecem os fenômenos e a mãe toma conhecimento do fato, quase sempre por outras pessoas, então há a transmissão formal da série de precauções e proibições que devem ser tomadas ou seguidas durante o período menstrual. Dizem que antigamente tais proibições eram muito mais fortes e numerosas, mas que agora as môças não se importam mais e fazem o que querem ou comem o que desejam. Cotejando as informações sôbre a dieta que por norma se deve seguir, podemos chegar à conclusão de que em tese são proibidos: os peixes considerados "carregados", tais como Paru, Salema, Xixarro, Xareu e outros assim como o siri de raiz, a ostra, o marisco redondo e o lagostim. Entre as frutas são proibidas: a banana maçã e a banana anã, a goiaba, a laranja e tôdas as frutas ácidas, facultando-se o uso da banana prata e da manga espada. Proibido igualmente é o banho frio e o que mais temem e obedecem ainda rigorosamente é o contacto com a água salgada, não se admitindo sequer molhar os pés na água da maré "pois ofende muito".

A despeito das normas existentes quanto à separação dos sexos e a formação deliberada de grupos de idade com o propósito de se reunirem para brincar em separado, conforme analisamos anteriormente, as aproximações de meninas e meninos fora do âmbito de vigilância do adulto com o propósito de namôro é registrado desde tempos de escola em indivíduos pré-adolescentes. Nessas aproximações, digamos proibidas e propositadamente encobertas dos pais, negadas por êstes ou das quais finge-se ignorar sua existência, iniciam-se os namoricos comentados na roda dos adolescentes como fase preparatória para o namôro mais ou menos efetivo, encontrado a partir dos 15 ou 16 anos, para os meninos e 11 ou 12 para as meninas, antes mesmo de se manifestarem os sintomas visíveis da puberdade com o aparecimento da primeira menstruação.

Certo pai, quando retirou as filhas da escola de orienta-

ção masculina, justificou sua atitude levando em conta a própria experiência e baseado nela afirmou que "para menina é melhor uma professora" pois ele também foi de escola e sabe como é "um namôro medonho dos meninos, bilhete prá cá, bilhete prá lá" e por tudo isso preferiu, quando as meninas ficaram maiores, colocá-las sob a orientação de uma mulher.

Em face da atitude dos pais em relação aos filhos — considerados sempre por eles incapazes de fazer alguma coisa desaprovável em questões sexuais ou não levando a sério quando os filhos da candinha divulgam algo a êsse respeito, achando sempre que os seus filhos ainda "são pequenos" e não sabem o que fazem, tratando-se de meninos até de oito anos — tornou-se muito difícil chegar a uma conclusão definitiva sôbre a sexualidade infantil. Contudo, não raro é se dizer, p. ex., "a senhora vê aquêle menino ali? pois a senhora nem sabe, aqui há meninos pequenos e já desesperados", ou "não quero que fulano brinque com cícrao pois êle ainda está muito pequeno e fulano é muito safado". Assim, em oposição ao que se prescreve quanto ao procedimento dos indivíduos, está o procedimento real dos mesmos, visto de maneira muito diferente por aqueles que lhe são mais próximos e pelos que, pela distância de parentesco ou amizade, apreciam os fatos de maneira diversa dos primeiros.

O namôro é ainda por alguns pais e mães bastante viado, não obstante o contraste que se registra entre o que se espera do procedimento de namorados ou noivos e o que normalmente acontece é muito significativo. O estipulado é que pelo menos nos lugares públicos ou "na frente de gente" os casais mantenham atitudes cerimoniosas mesmo depois de casados. Na prática, entretanto, os namôros "avançados" com a aproximação muito grande dos pares e os carinhos excessivos aos olhos dos mais velhos vão-se tornando freqüentes. Os alheios aos problemas acham que as moças de lá são "muito sonsas" e são raras as mães que se empenham para que a filha não saia só com o noivo, trazendo-a "prêsa" para que não se vá encontrar com êle pelas calçadas ou pelas casas das vizinhas, porque depois "as vizinhas mesmo vão falar dela".

O evidente e comprovado, porém, é que acontece aos casais muito freqüentemente, quase com freqüência de norma, casarem ou se ligarem em mancebia quando já a mulher está esperando um filho, conforme já foi analisado mais extensamente quando focalizamos a família como grupo institucionalizado.

O pedido formal de casamento é quase que inexistente.

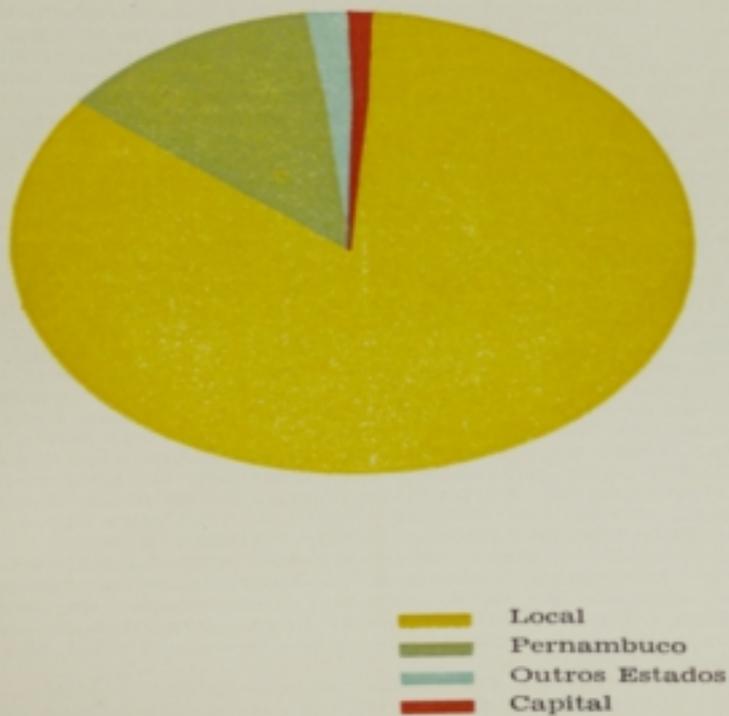
O reduzido índice populacional da comunidade constituído na sua maioria de pessoas nascidas e criadas no local (a população na sua grande maioria, 84,84% era constituída de elementos nascidos em Cajui, e o restante, 15,17% abrangia 12,45% de pessoas naturais do interior de Pernambuco, 2,33% de outros Estados e 0,38%, do Recife) favorece o desenvolvimento das relações do tipo "face a face" e os namoros se processam sem subterfúgios acentuados, passando muito no início ao conhecimento de todos. Havendo aprovação dos pais, tudo se torna mais fácil, já que a aspiração de todos, principalmente em relação à mulher, é que os casamentos apareçam e um bom casamento que possa ampará-la é sempre bem recebido, não importando muito, portanto, se ele chega mais cedo ou mais tarde, preferindo-se até que chegue antes, digamos, do que não chegue ou demore muito a chegar. Dentro de tal configuração e diante de tal expectativa é evidente que o formalismo de um pedido oficial perde a sua força e qualquer entendimento entre as partes interessadas define a situação e coloca o par na posição de noivos.

Na hipótese de surgir a oposição dos pais de um dos dois ou mais frequentemente de uma das mães, tudo se torna menos fácil e então o processo toma outro rumo, não se sabendo de antemão qual seja.

POPULAÇÃO — PROCEDÊNCIA

População	N.º	%
Local	218	84,84
Pernambuco	32	12,45
Outros Estados	6	2,33
Capital	1	0,38
TOTAL	257	100

O namoro pode prosseguir até um desfecho de casamento fugido ou mancebia, a mãe pode exercer tamanha pressão que o casamento se desfaz ou mais raramente, a mãe



capitula e concorda com o enlace. Em qualquer dos casos o assunto torna-se motivo favorito das conversas e comentários, e não se pode negar que a vontade materna ainda possui muita força de persuasão e em alguns casos é respeitada ou mesmo obedecida.

Conforme a influência materna ou o conhecimento coletivo de sua personalidade ou do seu "gênio", os comentários vão-se conduzindo a um provável desfecho. Citemos alguns: "aquela, só casa com quem a mãe quiser", "ela pode namorar com quem quiser, mas só vai casar com fulano, porque é quem é dos gostos da mãe" ou então "não sei em que o filho dela é melhor do que fulana, mas tem gente aqui que é assim mesmo, quando o rapaz se engraaça de uma moça, primeiro a mãe não quer, para depois deixar", acrescentando "eu não sou assim, sujar a água prá depois beber". Há mães que se sentem felizes, porque o filho no momento está gostando de uma moça que admitem ser boa e triunfantes afirmam "acabei muito casamento d'êle, porque não servia". No momento, a influência dos pais ou das mães na escolha do noivo ou noiva para os filhos não apresenta mais um imperativo de norma, constituindo-se em casos mais ou menos isolados ou não muito frequentes.

Uma vez considerados noivos, os casamentos não se demoram e tão logo podem, começam a fazer a "arrumação" ou seja a confecção do enxoval pela noiva e a busca da casa e a aquisição do considerado necessário em móveis e utensílios, pelo noivo. O mínimo indispensável se constitui da cama de casal, da mesa para as refeições, de uns 4 ou 6 banquinhos, de uma arca ou mala e de "jiráus" feitos na cozinha, presos ao teto de modo a possibilitar uma espécie de prateleira onde guardam o que possuem de louças e gêneros alimentícios. As panelas, na sua totalidade ou grande maioria, são de barro assim como os depósitos de água representados pelos potes ou talhas ou pelos dois.

Se ocorre a fuga, normalmente isso se dá quando já têm a "arrumação" em bom andamento ou se há precipitação, compete ao noivo custear a arrumação de ambos.

Não há na estrutura social uma estratificação de classes baseada em imperativos econômicos. Todos são mais ou menos pobres.

Conquanto duas famílias locais sejam economicamente mais favorecidas que os demais habitantes, isso não vai ao ponto de condicionar uma estruturação de classes sociais distintas, criando problemas para a escolha de cônjuge de uma camada para outra. As duas famílias citadas,

muito reduzidas no momento da pesquisa, representavam os donos de armadilha mais abonados. O seu prestígio econômico não ia além da possibilidade de ajudar os outros com mais facilidade, facultando-lhes implementos de pesca e dependendo para o seu sucesso na empresa da colaboração dos pescadores, marcada por um cunho evidente de livre espontaneidade dificilmente amoldado a um regime de obrigação e submissão incondicional ao dono da armadilha numa sociedade de valores diferentes, mas bastante equilibrada quanto aos seus direitos e deveres, fortemente interdependentes.

Além disso a sua projeção econômica se exterioriza apenas no padrão da habitação, coberta de telhas e com uma tralha doméstica menos reduzida, o que aliás não se constitui em privilégio seu.

Um casamento relativamente recente liga as duas famílias em análise. Sendo, contudo, um caso isolado, não poderia levar a qualquer conclusão sobre o valor preferencial ou accidental do caso em apreço.

No geral o que se nota é que desde que o rapaz seja trabalhador e capaz de "viver como pobre", sustentando a casa, a mulher e os filhos que vierem, qualquer oposição ao casamento é incompreendida. Quanto à moça, o indispensável mesmo é que saiba ser "uma boa dona de casa" e seja uma moça "acomodada". O mais, parece ficar transferido à esfera de resolução ou opção dos dois, não cabendo muito a interferência de estranhos que podem "dar conselhos" quando muito. Assim, o gosto pela bebida, a diferença de gênios, a disparidade de caracteres étnicos, o desvio velado de padrões de conduta moral da moça, normalmente devem ser equacionados de preferência pelos dois e resolvidos por eles, mais do que pelos outros. Os comentários feitos posteriormente depois que o par se uniu mostram bem essa norma: "ela não sabia que ele bebia?" ou então, "ele sabia muito bem quem era ela, casou porque quis".

Quanto à disparidade étnica, parece não haver também reações apreciáveis já que o número de casais enquadrados em tal hipótese é bastante significativo, não aparecendo hostilidade sistemática ao mais claro ou ao mais escuro.

Certa mãe, mulata clara, quebrou lanças para que a filha, com fenotipo semelhante ao seu, casasse com um rapaz preto de quem muito gostava, afastando outros casamentos da moça e conseguindo finalmente o seu intento. Uma preta que vive hoje com um homem daqueles que poderiam ser incluídos dentro da classificação de branco, diz

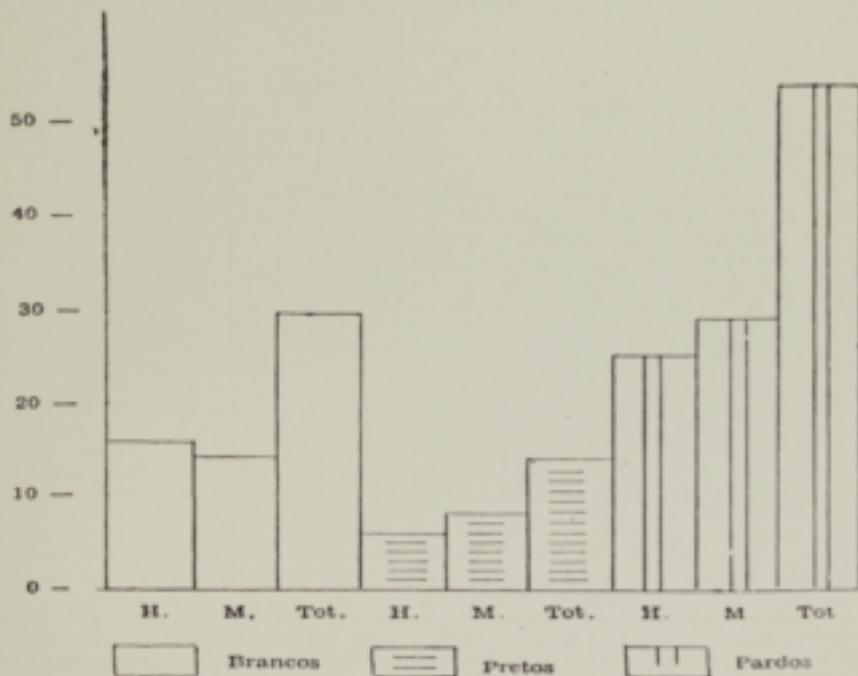
que desde menina se gostavam, mas que a família dela não queria o casamento alegando "êle é branco e quando brigar com você vai jogar na cara que você é preta". Informa que casou com outro que a abandonou quando tinham dois filhos depois do que "juntou-se" ao rapaz que a família queria discriminar e vivem hoje muito bem, não fazendo êle diferença do filho dêle para o filho dela que vive com o casal. Como êstes, outros casais existem sem se constituírem raridade, antes, ao contrário, com frequência notada, onde se registra disparidade acentuadíssima do tipo étnico, apresentando de um lado indivíduos com marcadas características negróides e do outro, tipos que podem facilmente se enquadrar entre os mais claros, considerados brancos ou quase brancos.

POPULAÇÃO — CÔF

População	Branços		Pretos		Pardos	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Homens	42	16,35	17	6,61	66	25,68
Mulheres	36	14,00	22	8,57	74	28,78
TOTAIS	78	30,35	39	15,18	140	54,47

257 = 100%

Acresce que isso ocorre em uma população onde os elementos reconhecidamente negros são em minoria, tendo se constituído no grupo de mais fácil caracterização e por conseguinte com porcentagem mais aproximada do real do que os outros, muito mais difíceis de serem enquadrados nas duas outras classificações escolhidas, a saber: pardos e brancos. Esclarecendo, temos de consignar ter a designação de **pardos** reunido todos os indivíduos mulatos e caboclos bem marcados e que entre os brancos estão todos os indivíduos que fugiam às duas primeiras caracterizações analisadas.



Na tentativa de esquematizar o gráfico populacional dentro do critério étnico, a tonalidade da pele não se constituiu em elemento primordial já que lidávamos com habitantes de praia onde o sol causticante não permite a apresentação de epiderme clara. Isso esclarecido, o gráfico geral apresenta em ordem decrescente pardos 54,47%, brancos com . . . 30,35% e finalmente pretos com apenas 15,17%.

9. Casamento

Conforme foi analisado no capítulo V, os casamentos cerimoniais são raros hoje em dia e freqüentemente o caso é simplificado pela fuga da noiva, norma que vem de tempos imemoriais, podendo ou não o casamento se realizar posteriormente, sem pompas.

Não conseguimos surpreender nenhum casamento formal, muito embora durante a nossa permanência no campo, pelo menos três casos de fuga tenham sido registrados. Dois casamentos cerimoniais que tivemos notícias pela tradição oral da comunidade não foram realizados no local e sim no Distrito e no Município, isto nos últimos cinco anos. Não obstante, presenciamos um casamento religioso com efeitos civil ao que parece bem integrado na tradição do grupo, uma vez que tudo se processou com muita naturalidade e sem estranhezas.

No caso concreto tratava-se de uma moça que fazia mais de um ano se encontrava "depositada" em casa de um pescador de grande conceito e que possuía uma filha de criação que se tornou grande amiga da noiva, tratada pela família como se fôsse filha. De resto era muito acatada na comunidade, destacando-se como criatura muito boa da qual a futura sogra dizia "é incapaz de bater boca com alguém, tendo sido assim muito calma desde menina, diferente das irmãs", acrescentando que "só tem um recurso, o choro, quando fazem alguma coisa com ela".

O casamento foi marcado com antecedência e tudo combinado com o padre que orientou os papéis e fez o casamento no dia em que marcou para visitar o povoado em sua assistência de rotina à comunidade. Os padrinhos foram, por parte do noivo, a professora municipal e um seu irmão e, por parte da noiva, os donos da casa que a acolheram desde que deixou a dos pais que moravam uns cem metros adiante.

Os preparativos para as bodas no tocante às comédias foram iniciados uns dias antes e na véspera não se movimentou apenas o pessoal da casa onde se realizou o enlace,

mas o trabalho foi distribuído também pela casa da mãe do noivo e de pessoas que quiseram colaborar. Os pais da noiva em face da situação criada com o afastamento da filha de casa, pouco conhecimento tomaram do fato, porém, foi elogiado o ato da mãe fornecendo os ovos para os bolos.

Ofereceram almoço com um cardápio variado onde apareciam galinhas guisadas e peru ao molho pardo com farofa, arroz e macarrão, tudo regado com cachaça, vinho de genipapo, refrigerantes, vinhos Cinzano e até uma garrafa de conhaque, o que evidentemente fugia ao comum das refeições diárias onde a farinha e o pescado são pratos onipresentes. Nas refeições do casamento não apareceu sequer um prato de peixe sob qualquer forma. De qualquer maneira, o almoço foi lauto para o padrão de vida daqueles que nos estavam obsequiando e isso todo mundo reconheceu, achando que a festa foi muito farta e tudo bem pensado.

No tocante ao vestuário, toda a população envergava os melhores trajos que possuía, sendo muitos feitos propositadamente para o ato. A noiva usava um vestido curto, de seda rosa pálido, mangas fôfas acima do cotovelo e saia godê, trabalhos de preguinhas na blusa, abotoada com botões brancos brilhantes, golinha alta e decote fechado. O cabelo foi penteado por alguém que veio do Distrito assistir ao casamento e o véu branco que lhe cobriu a cabeça não era novo, os sapatos eram pretos de verniz e salto baixo. O noivo trazia camisa amarela de mangas compridas por cima das calças brancas, sapatos pretos, sem gravata, como aliás estavam todos os homens.

Na igreja tudo dava um ar festivo. O altar, as alfaías de gala, os paramentos do dia, brancos com galões amarelos, frontal do altar de cetim branco pintado a cores, jarros floridos com paqueviras, flôres do local. O templo estava mais cheio do que nos dias normais de missa e até houve comentários entre mulheres que achavam "que esta missa só teve mais gente por causa do casamento". A grande maioria dos presentes era constituída pelas crianças de ambos os sexos, muitos com roupas e sapatos da primeira comunhão de seis de janeiro, custeada pela proprietária.

A missa foi dita normalmente, não teve a presença dos noivos que já haviam comungado e esperavam em casa que a missa acabasse para poder então vir para a igreja. Excepcionalmente notava-se a presença de maior número de homens enquanto que as mulheres eram minoria dessa vez, o que se explicava por dois motivos: trabalhos com os preparativos da festa, a cargo das mulheres e despeito de algumas moças

rivals da noiva que não deram um ar de sua graça. Houve 17 comunhões, sem contar com a dos noivos, número alto em relação ao comum.

Terminada a missa, todo mundo salu da igreja e a maioria foi buscar a noiva em casa, ficando o restante do lado de fora esperando a vinda dos noivos.

O cortejo foi assim constituído: a noiva na frente, pelo braço do padrinho, seguida do noivo, pelo braço da madrinha. Atrás, os convidados em grande número. Crianças indisciplinadas por todos os lados, inclusive na frente dos noivos, irriquietas, variando de lugar enquanto o conjunto caminhava. Assim entraram na igreja e foram quase todos para o altar-mór, seguindo os noivos, enquanto alguns se espalhavam pela nave, sem ordem. Não se viam casais; os maridos estavam sós e as mulheres que lá estavam eram com os filhos pequenos, enquanto as crianças maiores procuravam melhor lugar para assistir à cerimônia.

Chamados os padrinhos e o noivo para fornecerem na sacristia as anotações indispensáveis, a noiva permaneceu de pé em frente ao altar. Satisfeitas tais exigências, voltou o noivo para o seu lugar junto à noiva e assim aguardaram a chegada do sacerdote.

O casamento foi feito pela manhã sem ar de solenidade, entremeado de brincadeiras pelo padre que procurava o mais possível agir de modo a ser entendido pelos assistentes. As perguntas de estilo foram pronunciadas pelo celebrante e logo traduzidas por ele na frase "você quer casar com ela?" tendo as respostas sido claras e o compromisso respondido palavra por palavra acompanhando o que o padre dizia. Fim do casamento, o padre mandou que o noivo se levantasse. Obedeceu; "dê a mão a ela para ajudar a ela se levantar". Assim fez e então o sacerdote arriscou uma pergunta: "Você sabe o que acaba de fazer?" Resposta, "não" (hilariidade). Idêntica pergunta foi feita a noiva, com igual resposta. Então o padre, rindo, voltou-se para o noivo: "Então você não sabe o que fez? acrescentando, fez ou fizeram?", ao que o rapaz respondeu "fizeram". Novos risos se ouviram e então o sacerdote iniciou a prática explicando: "vocês casaram no religioso com efeitos civil. Muitos casam só num ou noutro. Se casaram no civil estão casados para os homens, não para Deus. Se casam no religioso então têm direito à sua mulher, enquanto no civil tem direito apenas ao que ela possui de bens materiais, vestido, sapato, a casa dela é sua, a calça, a camisa sua é dela, bicho de pé, tudo é dos dois, disse rindo, mas se não casa no religioso não tem direito à

mulher, vive com ela, anda com ela, mas não tem direito a ela. Vocês fizeram logo os dois e agora é para tôda a vida", assim terminando a cerimônia.

O cortejo de volta foi organizado tendo à frente os noivos de braços dados, seguidos pelos convidados. Da Igreja dirigiram-se para a casa dos pais da noiva, quando alguém advertiu: "não tem ninguém lá"; houve hesitação momentânea e deram meia volta sem tomarem a bênção dos velhos. Decididamente os pais da noiva, que há mais de um ano saíra de casa, não tomaram conhecimento do ato. Quase Cajui inteiro se achava no casamento representadas as famílias por um ou outro membro, mas o pai da noiva tinha ido calmamente pescar, enquanto os demais pescadores ficaram em terra. Da mãe havia notícias desencontradas; uns dizendo que ela estava em casa e outros que não estava. Então alguém disse: "o melhor é ir à noite lá, porque ir agora pela mãe e à noite pelo pai, quando voltar da maré, não vale a pena". Encaminharam-se então para a casa da mãe do noivo onde foram bem recebidos e a velha depois de os abençoar, aconselhou-os dizendo que agora que estavam casados, fizessem jeito de viver como casados e outras coisas mais. A seguir o cortejo foi recomposto e rumou para a casa da festa, ou seja, a casa onde a môça estava residindo, desde que saiu da casa dos pais.

O café foi servido no alpendre recentemente cimentado, tendo o lugar de honra sido ocupado pelo sacerdote, que da cabeceira da mesa chamou os convidados de destaque e os noivos para tomarem café com êle. O café terminou sendo almoço e tudo se desenvolveu com a assistência dedicada do noivo que se desdobrava para obsequiar um e outro, enquanto a noiva se conservava numa posição de reserva. Finda a primeira mesa, seguiram-se outras até mais ou menos 15 horas quando foi dado por findo o almoço. Dos seis bolos, um estava sobre a mesa, ornamentado com papel de sêda rosa e branco, cores aliás presentes na toalha da mesa, na colcha que cobria a cama dos donos da casa e no próprio vestido da noiva.

De fora vieram para as bodas irmãs do noivo com os filhos, e amigos da noiva e do dono da casa.

Permaneceram os noivos vestidos "a rigor" até a noite, quando, segundo é de praxe, teriam de ir para casa acompanhados de nôvo cortejo. Quando à tardinha nos dirigíamos para a casa da festa, encontramos uma velhinha que nos cumprimentou e indagou a que íamos. Sabedora da nossa intenção de levar os noivos para casa, argumentou: "a senhora já fez a sua obrigação indo ao casamento, se não

puder ir agora não faz mal" como que a segunda parte da etiqueta fôsse facultada. Não obstante, o grupo que se reuniu para ir deixar os noivos foi tão grande quase como o que assistiu ao casamento e todos se apresentaram com os trajos usados pela manhã.

Não houve danças, mas à noite, quando chegamos, havia muita animação e alegria, logo se organizando uma ciranda infantil, aplaudida e auxiliada pelos adultos. As cirandas se sucediam e dêsse modo fêz-se hora em ambiente festivo, onde os adultos se interessavam em orientar as crianças, sugerir os cantos, mostrar as qualidades das mais exímias. A ciranda seguiram-se números de pastoras e depois começaram as exhibições individuais, chamando os adultos as mais hábeis para que eu as apreciasse e pedindo os números de maior agrado. Dêsse modo, a colaboração das crianças foi ponderável na animação que houve no ambiente, enquanto se esperava o momento oportuno para conduzir os recém-casados à sua residência.

As 20,30, mais ou menos, movimentou-se o pessoal para compor o cortejo que acompanharia os noivos. Estes, de braços dados, seguiram à frente e o pessoal atrás; os mais íntimos levando ainda objetos pertencentes aos noivos e que na sua maioria haviam sido utilizados na festa do casamento. Todos conversavam alegremente e se dirigiam para a casa dos pais da noiva que nesse momento foram encontrados, receberam o nôvo par não muito prazenteiros, mas o abençoaram. A demora foi nenhuma e da casa dos pais da noiva passaram para a casa de uma tia materna da mesma onde foram muito bem recebidos. Daí saiu o cortejo acrescido de mais uns terens que lá estavam e assim prosseguiu até a casa dos noivos. A casa estava ainda escura e fechada. O seu dono tirou de entre as palhas da cobertura do alpendre a chave da porta da frente, abriu-a, alguém providenciou fósforo para acender o candeeiro e a casa se encheu de grandes e pequenos, indo e vindo, abelhudando tudo, tomando água, num, digamos, amontoado descontraído e turbulento, mas aceito com a máxima tolerância e compreensão. Aos poucos foram saindo os convidados e com a retirada dos últimos terminou o cerimonial simples, mas socialmente sancionado pelo grupo para a composição normal de um nôvo lar onde os filhos que vierem serão guiados de acôrdo com as normas sociais e os padrões de comportamento analisados nos capítulos anteriores, modelando um individuo típico e atuante em sua comunidade já que admitimos que "a personalidade se desenvolve dentro dos padrões e pressões sociais e expectativas que caracteri-

zam as séries particulares de relações de amizade nas quais o indivíduo se integra e daí pode ser entendido em termos dessas mesmas pressões e expectativas" (Oeser, O. A. e Emery, F. E. 1945, pág. 197).

10. Conclusões

Das crianças nascidas em Cajui e criadas dentro dos moldes tradicionais, nem todos ficam no local, dedicando-se à pesca.

O contacto com o mundo exterior existiu no passado e se acentuou nos dias que correm, principalmente depois de 1953, quando foi introduzido oficialmente o automóvel com o advento da estrada aberta, entre os coqueiros, pelo atual proprietário.

O chamamento para a cidade onde esperam encontrar atividades mais bem remuneradas com menor dispêndio de energias vai-se tornando uma constante alimentada pelas notícias dos que visitam os centros urbanos. Havendo facilidade proporcionada quase sempre por algum parente ou conhecido que se fixou nos centros maiores, os moços, com especialidade, vão deixando a praia. A mobilidade se dá igualmente impulsionando o indivíduo para outros locais não urbanizados e onde pensam melhorar de sorte, dedicando-se às atividades ligadas à pesca ou à própria pesca, equacionadas em hipóteses mais compensadoras.

Todavia, o número de jovens que vai ficando prêso à terra e ao mar pelo casamento e pelas atividades, ainda possibilita o equilíbrio populacional e o funcionamento estrutural comunitário do núcleo baseado nos conceitos tradicionais, na padronização de comportamento aceito pelo consenso geral, resultando em uma organização sócio-cultural perfeitamente satisfatória, sem o registro de grandes tensões emocionais provocadas por inadequação do indivíduo à sociedade onde atua.

Admitimos que enquanto perdurar o estado de coisas atual, marcado entre outros fatores pelo conservantismo dos métodos pesqueiros, pelo funcionamento e atuação deficientes da escola, pelo absentelismo do proprietário, instalado depois de largo período de sistema direcional paternalista, difícil será desarraigar da mentalidade do povo todo o condicionamento sócio-cultural resultante dos fatores expostos e analisados neste trabalho.

A reação sistemática existente em todo o elemento humano no que tange à continuação profissional dos moços,

fica, para muitos, apenas restringida às exteriorizações de valores negativos que justificariam, plenamente, o abandono da pesca por outras profissões mais lucrativas, porém que não conseguem sequer levá-los a deixar de pescar, já que automaticamente são induzidos a isso, quando mais não seja, pela falta de outra qualquer atividade profissional ao alcance das mãos. Nenhum menino, realmente, quer ser pescador, mas todos terminam pescando ao chegarem à adolescência e muitos, quando adultos, ficam mesmo integrados na vida do pescador de um modo ou de outro.

Nesse esquema, presentemente, a criança de Cajui é na sua maioria *idealmente* orientada para alcançar valores mais altos do que os do seu meio circundante, porém, *realmente*, a ele se vai ajustando, paulatinamente e bem poucos logram deixar a praia, enquanto os demais continuam pescadores e praiheiros, como foram seus pais e avós.

Essas conclusões são válidas, não apenas em relação ao tempo da pesquisa de campo — 1957 — 1958 — mais ainda para 1962, quando o processo de mudança continua-se registrando de maneira muito lenta sem a perspectiva sequer de algum fator decisivo interno ou externo capaz de atuar para o desencadeamento de um ritmo mais acelerado que possa trazer à comunidade transformações mais sensíveis, dentro de um período de tempo calculável.

Assim entendido podemos concluir que, em primeiro lugar, o pescador de Cajui ainda se encontra fortemente ajustado ao sistema adaptativo que lhe possibilita tirar do meio onde vive grande parte do que necessita para se realizar como um ser sócio-cultural pertencente a uma estrutura sócio-econômica muito simples, circunscrita à limitação de uma técnica rudimentar que apenas lhe facilita meios para enquadrá-la dentro de um sistema registrado nas comunidades de "serviços primários". Em segundo lugar, a relativamente recente possibilidade de uma maior ligação efetiva com a sociedade mais ampla ainda não lhe ensejou uma reformulação de seus modos de vida de maneira a apresentá-lo como um indivíduo que participe mais acentuadamente dos recursos e facilidades que a grande sociedade distribui. Desenvolve ele por isso meios e modos para resolver os seus problemas, não apenas ligados ao seu bem pessoal, mas às exigências da vida humana associativa, lançando mão do que a tradição rural lhe transmitiu e só excepcionalmente introduzindo nos seus hábitos, o que lhe vem fracionadamente dos meios urbanos, não raro canalizados de maneira pouco acessível à compreensão do grupo que o recebe através, principalmente, da

orientação patronal a que estão sujeitos, já que o povoado, muito embora assim seja politicamente considerado pelas fontes informativas oficiais, é localmente tido até hoje como uma propriedade particular. Em terceiro lugar, há uma bem marcada consciência de grupo local organizado com desenvolvimento satisfatório das várias atividades para a sua sobrevivência dentro apenas de um equilíbrio que faculta a manutenção do grupo com algumas instituições que funcionam na sua simplicidade e satisfazem regularmente as exigências dos seus formadores.

Por último devemos considerar que se está desencadeando um processo de mudança de 1953 para cá e que na época da pesquisa ainda não apresentava desenvolvimento tal que afetasse seriamente o todo social do grupo, mas que já ia despertando nos indivíduos mais jovens a consciência de que poderiam aspirar a ser mais do que simples pescadores, muito embora isso não passasse no normal de aspiração um tanto utópica, mas que era conhecida e mais cedo ou mais tarde poderá ser conquistada.

Por enquanto, a criança de Cajuí, filha e neta de pescadores, muito embora reaja à idéia de seguir a profissão dos seus antepassados, principalmente porque ouve desde pequena a sua desvalorização pelos adultos, ainda tem na sua maioria apenas a possibilidade de ser pescador e insensivelmente vai travando contacto com o mar e integrando-se nas técnicas tradicionais de pesca utilizada no meio onde vive, ou seja aquela que se procura adaptar ao ambiente geográfico com os seus arrecifes e a sua embarcação típica, e satisfatoriamente eficiente — a jangada.

BIBLIOGRAFIA

ALTENFELDER SILVA, FERNANDO

- 1955 — "Análise de alguns aspectos da estrutura social de duas comunidades do vale do São Francisco" — Arquivos do Museu paranaense, Nova Série, Antropologia, N.º 1, Univ. do Paraná — Curitiba.
- 1958 — "A educação em duas comunidades do São Francisco" in Sociologia, Vol. XX, N.º 1 — São Paulo, págs. 3 a 17 .

AMMAR, HAMED

- 1954 — "Growing in an Egyptian Village" Routledge and Kegan Paul Ltd. — London, pág. 6.

BARROS, LAERCIO COUTINHO DE

- 1952 — "Contribuição ao estudo das condições de habitação entre pescadores e operários de Pernambuco" SESI, Depart. Regional — Pernambuco, Recife, págs. 214 e 315.

BRAINNEU JOHN CASPER

- 1917 — "Resumo de Geologia do Brasil para acompanhar o mapa geológico do Brasil" — Edição Brasileira.

CAETANO, MANUEL

- 1952 — "Os arrecifes de Pernambuco" in Revista do Norte — Série 3, N.º 5 — Recife, pág. 29.

CANDIDO, ANTONIO

- 1954 — "A vida caipira familiar" in Sociologia, Vol. XVI, N.º 4 — São Paulo, págs. 314 a 367.

CASCUDO, LUIZ DA CAMARA

- 1957 — "Jangada" (uma pesquisa etnológica) Min. da Edc. e Cultura. Serv. de Documentação, Dep. Imp. Nac. — Rio, pág. 17.

CASTRO FARIA, LUIZ DE

- 1951 - "Origens culturais da habitação popular do Brasil" in Boletim do Museu Nacional — Nova Série, Antropologia, N.º 12, Rio.

COSTA HONORATO, MANOEL DA

- 1863 — "Dicionário topográfico, estatístico e histórico da província de Pernambuco" Tip. Universal — Recife, pág. 53.

COSTA PINTO, L. A.

- 1958 — "Recôncavo" Laboratório de uma experiência humana — Centro Americano de Pesquisas em Ciências Sociais — Publicações N.º 1 — Rio de Janeiro, pág. 38.

COOK, LLOYD ALLEN

- 1938 — "Community Backgrounds of Education" New York Macgraw-Hill pág. 27. Cit. por Oeser O. A., Emery, F. E. in Social Structure and Personality in Rural Community, pág. 231.

DAVIS, KINGSLEY

- 1952 — "Human Society", The Macmillan Company, New York, pág. 199.

DIAS, JORGE

- 1953 — "O Rio de Onor" — Comunitarismo agro-pastoril — Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular — Porto, págs. 292 e 310.

FERNANDES, FLORESTAN e GALLAS RAMIZIA

- 1956 — "História de vida na investigação sociológica: a seleção do sujeito e suas implicações" in Sociologia, Vol. XVIII, N.º 2, São Paulo, págs. 123 a 410.

FREYRE, GILBERTO

- s/d — "Mucambos do Nordeste" (Algumas notas sôbre o tipo de casa popular mais primitivo do Nordeste brasileiro) Publicação SIPHAN N.º 1 — Minist. de Ede. e Saúde — Rio de Janeiro.

- 1936 — "Sobrados e Mucambos" (Decadência do Patriarcado Rural no Brasil) Brasileira, Série 5a. Vol. 64 — Comp. Edt. Nac. São Paulo, pág. 196.

GALVAO, EDUARDO

- 1955 — "Santos e Visagens" — (Um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas) — Brasileira, Série 5a. Vol. 284 — Comp. Edt. Nac. São Paulo, págs. 39 e 147.

HERSKOVITS, J. MELVILLE

- 1952 — "El hombre y sus obras" Trad. de Hernandez Barroso — Fondo de Cultura Economica — México, Buenos Aires, págs. 314 e 315.

KOSTER, HENRY

- 1942 — "Viagens ao Nordeste do Brasil" (Travels in Brazil) Brasília, Série 5a. Vol. 221 — Comp. Edt. São Paulo, Cap. IV.

KLUCKHOHN, FLORENCE R.

- 1946 — "Método de "observação participante" no estudo de pequenas comunidades" in Sociologia, Vol. VIII, N.º 2 — São Paulo, págs. 103 a 118.

LE COINT, PAUL

- 1945 — "O Estado do Pará" (a terra, a água, o ar) Ed. II Comp. Edt. Nac. São Paulo, págs. 232 e 256.

LINTON, RALPH

- 1956 — "Estudio del hombre" — Fondo de Cultura Economica, México, 3a. Ed. Cap. XVI.

LISBOA, ALFREDO

- 1915 — "Estudo hidrográfico e meteorológico do porto do Recife", pág. 7.

MACHADO, MAXIMINIANO LOPES

- 1912 — "História da provincia da parahíba" — Imp. Of. Rio, pág. 43.

MALINOWSKI, BRONISLAW

- 1948 — "Una teoria científica de la cultura" Edt. Sud Americana, Cap. V e pág. 78.

MC. KENSIE, RODERIC

- 1948 — "A comunidade humana abordada ecológicamente" Trad. de Olga Doria in Estudos de Ecologia Humana, organizado por Donald Pierson — Liv. Martins S. A. Cap. VI.

MEAD, MARGARET

- 1945 — "Adolescencia y cultura in Samoa" Edt. Abril — Buenos Ayres, pág. 39.

MUSSOLINI, GIOCONDA

- 1952 — "Aspectos da cultura e da vida social no litoral brasileiro" in Revista de Antropologia, Vol. I, N.º 2 — São Paulo, págs. 85, 87 e 88.

NIEUHOF, JOAN

- s/d — "Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil" Tradução. Col. Biblioteca Hist. Bras. IX — Liv. Martins, São Paulo, pág. 53

NOGUEIRA, ORACY

- 1952 — "Observação espontânea e observação sistemática" in Sociologia, Vol. XIV, N.º 3 — São Paulo, págs. 256 a 266.

OLIVEIRA, ERNESTO VEIGA DE e GALIANO, FERNANDO

- 1955 — "Casa de pescadores de Povoá de Varzim" in Trabalhos de Antropologia e Etnografia, Vol. XV, Fasc. 3-4, Inst. de Antropologia da Faculdade de Ciência — Porto, págs. 255 e 252.

PIAGET, JEAN

- 1932 — "The Moral Judgment of the Child", Harcourt, Brace — New York Cit. por Davis, Kingsley, op. cit. pág. 215.

PIERSON, DONALD

- 1954 — "Família e compadrio numa comunidade rural paulista" in Sociologia, Vol. XVI, N.º 4 — São Paulo, págs. 368 a 389.

QUEIROZ, MARIA ISAUARA PEREIRA DE

- 1953 — "Histórias de vida e depoimento pessoais" in Sociologia, Vol. XV, N.º 1 — São Paulo, págs. 8 a 24.

RADCLIFFE BROWN, A. R.

- 1949 — "Estrutura social" in Estudos de organização social, organizado por Donald Pierson, Liv. Martins — São Paulo, pág. 159.

RIBEIRO, DARCY

- 1956 — "Cultura como conceito fundamental da Antropologia", conferência de 10.04.1956, Curso de Aperfeiçoamento de Antropologia Cultura — Museu do Índio, Rio de Janeiro.

RIBEIRO, RENÉ

- 1956 — "Religião e Relações Raciais", Min. Educ. Serv. Doc. Departamento da Imp. Nacional — Rio de Janeiro, pág. 49.

ROSE, ARNOLD M.

- 1954 — "Theory and method on Social Sciences" The University on Minnesota Press — Minneapolis, cap. I.

ROYAL ANTHROPOLOGICAL INSTITUTE

- 1951 — "Notes and queries on Antropology", 6a. ed. Routledge and Kegan Paul — London.

SAINT ADOLPHE, J. C. MILLIET DE

- 1863 — "Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil" — Paris, pág. 257

SCHUBART, OTTO

- 1944 — "A pesca nos Estados de Pernambuco e Alagoas", Serv. Inf. Agric. Min. Agric. — Rio, págs. 4, 7 e 14.

WILLEMS, EMILLIO

- 1954 — "Estrutura da família brasileira" in Sociologia, Vol. XVI N.º 4 — São Paulo, págs. 327 a 340.

YOUNG, PAULINE V.

- 1953 — "Metodos científicos de investigacion" Imprensa Universitaria Mexico.
- 1871 — "Revista do Instituto Histórico de Goiana" Tomo I, Série Ia. Pernambuco, pág. 22.
- 1899 -- "Títulos da propriedade Catuama", patrimônio de N. S. da Conceição de Itamaracá (Cópia de um documento particular de pública forma).
- 1920 — "Testamento" do Sr. José Veloso (Cópia particular).
- 1948 — "Sinope estatística", resultado dos dados de 1945 — IBGE — Rio de Janeiro, pág. 3.
- 1955 — "Carta geológica do Brasil", quadricula 1308, Min. da Agric. D.N.P.M. Div. de Geologia e Mineralogia — Rio de Janeiro.

INDICE

INTRODUÇÃO

I — A COMUNIDADE

1 — Considerações gerais	13
2 — O Município	14
3 — O Distrito	15
4 — O Povoado	16
5 — Conclusões	21

II — O HOMEM E O MEIO (Adaptação à terra)

1 — Considerações gerais	23
2 — A Praia	24
a) Habitações	26
b) As calças	29
c) O côco	30
3 — As Aguadas	32
4 — O "Carrasco"	35
5 — O Salgado	35
6 — Conclusões	37

III — O HOMEM E O MEIO (Adaptação ao mar)

ECONOMIA

1 — Considerações gerais	39
2 — A Jangada	41
3 — Formas de pescaria, aparelhos de pesca ..	42
a) Curral	43
b) Covos	44
c) Rédes: mangote, réde de agulha, cacoeira	46
d) Anzol, pindaúba, linha	50
4 — Conservação do pescado	50
5 — Formas de parceria	51
6 — Atividades ancilares	53
a) Comércio	53
b) Material de pesca	54
c) Aproveitamento da tartaruga	54
d) Atividades ligadas à Fazenda	55
e) Atividades femininas	56
f) Outras atividades	58
7 — Economia	59
8 — Conclusões	62

IV — O HOMEM, AS INSTITUIÇÕES, OS GRUPOS DE TRABALHO

1 — Considerações gerais	67
2 — Família (estrutura)	73
3 — Equipes de pesca	82
4 — Cobertura de casa	83
5 — Limpeza de cacimba	85
6 — Calçara	87
7 — "Rio"	88
8 — Conclusões	93

V — O HOMEM, AS CRENÇAS, AS DIVERSÕES

1 — Considerações gerais	95
2 — A Ciranda	100
3 — Os Santos e as suas Festas	102
4 — Almas do outro mundo — Funerais	109
5 — Assombrações	114
6 — Doenças, remédios caseiros	116
7 — Benzimentos, rezas, olhado	117
8 — Conclusões	121

VI — O PROBLEMA

1 — Introdução	125
2 — A Família (função)	129
3 — A Criança	138
a) Nascimento	139
b) Acalantos	143
c) Alimentação	143
d) Cuidados	146
e) Segunda infância	149
4 — Grupos de brinquedos	149
a) Brinquedos femininos	151
b) Brinquedos masculinos	154
5 — A Escola	159
a) Escola Municipal	159
b) Escola Particular	161
c) A Escola e a Comunidade	164
6 — A Igreja	171
7 — Treinamento profissional	174
8 — Adolescência, namôro	179
9 — Casamento	188
10 — Conclusão	193
BIBLIOGRAFIA	197

Oliveira, Lygia Estevão de

Cajal; socialização em uma comunidade praiana. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Imprensa Universitária, 1966.

205 p. ilust. 23 cm.

Inclui bibliografia.

1. Antropologia cultural. I. Título.

301.4 (C.D.D. 17. ed.)

301.135.2 (C.D.U.)

UFPe.

SD-Bc 66-1134

Composto e impresso nas oficinas gráficas da Imprensa Universitária — Universidade Federal de Pernambuco — Rua do Hospício, 619, Recife — em setembro de 1966, XX ano de fundação da U.F.P., sendo Reitor o Prof. Murilo Guimarães, diretor da I. U. o bel. Edmir Régis e assistentes técnicos os srs. Dilermando Pontual e Vicente Machado.

